

PAULO PEDRO PERIDES

UM EXEMPLO DE PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL:
A SUB-REGIÃO DE JAÚ
(1830-1930)

Tese de doutoramento apresentada
ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Orientador:
Prof. Dr. Pasquale Petrone

À memória de Meu Pai

Para Filhinha
Maria Paula
Luís Oscar

Agradeço a todos aqueles que, de di
ferentes maneiras, colaboraram para
a realização do presente trabalho.

Ao mestre e colega Pasquale Petrone,
a minha eterna gratidão.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O TERRITÓRIO DE JAÚ ANTERIOR À GRANDE EXPANSÃO CAFEEIRA	17
1. Considerações Iniciais	18
2. Os Estímulos para a Ocupação Inicial do Território de Jaú	27
3. As Correntes de Povoamento	43
4. O Comportamento Regional do Território de Jaú Anterior à Grande Expansão Cafeeira	58
CAPÍTULO II - O TERRITÓRIO DE JAÚ SOB O DOMÍNIO DA ECONOMIA CAFEEIRA	78
1. A Implantação da Economia Cafeeira no Território de Jaú. 79	
1.1. A expansão da cultura cafeeira	81
1.2. A expansão da cafeicultura e a força de trabalho	90
1.3. A expansão da cafeicultura e a ferrovia	120
1.4. O processo de povoamento	131
2. O Território Rural	138
2.1. A terra e a sua apropriação	138
2.2. A estrutura fundiária	155
2.3. As formas de uso do solo	176
3. O Fato Urbano	210
3.1. A cidade antes da grande expansão cafeeira	210
3.2. A cidade e a implantação da economia cafeeira	220
3.2.1. O processo de urbanização	220
3.2.2. A cidade como componente territorial da economia cafeei- ra	224
3.3. As funções extra-regionais das cidades	238
3.3.1. A comercialização do café	238
3.3.2. A função ferroviária	244
3.4. As funções regionais das cidades	250
3.5. As cidades e a vida de relações	263
CAPÍTULO III - O COMPORTAMENTO DO TERRITÓRIO DE JAÚ SOB O DOMÍNIO DA ECONOMIA CAFEEIRA	286
1. O Território de Jaú como "Frente Pioneira"	286
2. O Território de Jaú e a "Fase Cafeeira"	302
3. A Unidade Territorial Durante a "Fase Cafeeira".....	310
4. O Encerramento da "Fase Cafeeira".....	325
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA, FONTES E DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA..	

INTRODUÇÃO

O nosso interesse e preocupações com relação ao tema da presente tese de doutoramento, nasceram durante a elaboração de nossa dissertação de mestrado sobre a cidade de Dois Córregos (1). Estando naquele momento mais voltados para a análise específica das relações cidade-campo de uma pequena cidade, consideramos importante, em determinada parte dessa dissertação, enquadrar Dois Córregos dentro de um quadro regional mais amplo do qual participava, quer a partir dos primeiros processos de povoamento, quer na sua atual posição na hierarquia do espaço funcional. Essa abordagem regional visava ao melhor entendimento de uma de suas partes, no caso Dois Córregos, a cidade e o próprio município. Nesse sentido, essa abordagem regional teve, digamos assim, o aspecto de um "pano de fundo", já que não se configurava como o centro de nossas preocupações.

Os problemas no nível regional que então surgiram e que não puderam naquela ocasião ser desenvolvidos, e as leituras (posteriores à defesa da dissertação) realizadas agiram como motivadores para que retomássemos essa área do Estado de São Paulo, no caso a sub-região administrativa de Jaú, como objeto para nossa tese de doutoramento. Sentimos, assim, que a tese que pretendíamos elaborar representa uma nova etapa, ou uma continuação, ainda que com outros níveis de preocupações, de nossa dissertação de mestrado.

Quanto aos objetivos propriamente ditos visávamos, inicialmente, estudar a evolução do comportamento regional da atual sub-região administrativa de Jaú a qual Dois Córregos pertence, durante o contínuo desenvolvimento da sociedade nacional, desde os primórdios de sua ocupação até os dias atuais.

Nesse sentido, com o trabalho visavamos estabele

cer, entre outras coisas:

- como o território de Jaú foi "criado", isto é, como a atual sub-região administrativa de Jaú sofreu diferentes processos de integração ao espaço nacional e internacional, ao longo das sucessivas divisões internacionais e internas do trabalho, portanto ao longo do processo de desenvolvimento capitalista no nível mundial e nacional, e como, ao longo desses processos, teriam ocorrido diferentes formas de organização interna de seu território;

- quais foram, dentro dos diferentes momentos das citadas divisões do trabalho, as relações externas e a natureza dessas relações apresentadas pelo território de Jaú, e como ela apresentou um comportamento regional dependente periférico em relação aos centros hegemônicos.

Considerando esses objetivos propostos, fomos encaminhados a adotar uma abordagem cronológica, onde os grandes tópicos do trabalho deveriam corresponder aos diferentes "momentos" ou períodos da evolução regional da atual sub-região administrativa de Jaú. A adoção de um plano evolutivo se fundamenta assim, na própria natureza do assunto escolhido, que envolve o estudo de um processo, ou seja, da evolução do comportamento regional de uma determinada porção do território paulista, por um espaço de tempo superior a 150 anos.

Os problemas relacionados com a elaboração de uma periodização, e a análise de cada um dos "momentos" dela resultantes em função dos objetivos propostos, se nos depararam como dois grandes empreendimentos desse trabalho, ainda que interligados.

Contudo, durante a fase inicial de nossa pesquisa, percebemos que o trabalho a que nos propusemos se configura

va como um empreendimento de grande vulto, isso em termos de pesquisa, em termos do tempo demandado para a sua realização, e também das dimensões de um trabalho individual. Nesse sentido, preocupados em cumprir o prazo legal estabelecido para a realização dessa tese, resolvemos restringir os "períodos" da vida regional de Jaú a serem estudados, analisando-os tão somente até a crise de sua fase cafeeira.

Apesar dessa alteração introduzida, a unidade do presente trabalho pôde ser preservada, através do ajustamento dos objetivos iniciais a que nos propusemos, para um espaço de tempo menor, que terminaria na década de 1930; continuaram sendo fundamentais para o nosso trabalho os problemas relacionados com a periodização e a compreensão das etapas dela resultantes, esta orientada pelos objetivos anteriormente apresentados.

* * * *

Para a elaboração do presente trabalho, um dos problemas que se nos colocaram foi o da delimitação da área a ser estudada; quais os municípios que deveriam ser, no seu conjunto, objeto de nossa pesquisa? No início dessas considerações introdutórias afirmamos que a porção do Estado que pretendíamos estudar já estava escolhida; faltava agora definir seus limites.

Em função dos objetivos inicialmente propostos, consideramos recomendável que essa área apresentasse uma certa unidade territorial que fosse porem, definida por mecanismos atuais, já que seria em função dela que o estudo da evolução do comportamento regional seria feito. A sua existência atual seria um parâmetro, um ponto de referência para a aborda

gem da análise regional em períodos passados. Suas fronteiras delimitariam em princípio, os municípios para os levantamentos estatísticos e pesquisas a serem realizadas.

Nossa escolha recaiu sobre a sub-região administrativa de Jaú, que, para todos os efeitos, passou a ser o nosso referencial de pesquisa; ela é o resultado de um processo de regionalização apoiado na elaboração de regiões funcionais urbanas do Estado de São Paulo, que foram definidas para fins administrativos já que, com a sua criação, ficou

"aprovado o modelo de unidades territoriais polarizadas que servirá à finalidade de regionalização da ação governamental e de seu planejamento" (2)

A sub-região de Jaú representa uma das três divisões da Sétima Região Administrativa de Bauru: as sub-regiões administrativas de Bauru, de Lins e de Jaú, que no seu conjunto totalizam 38 municípios. A sub-região de Jaú é constituída por dez municípios, tendo na cidade de Jaú o seu polo sub-regional: Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Igarapé do Tietê, Itaju, Itapuá, Jaú e Mineiros do Tietê.

Optamos apenas pelo estudo da sub-região administrativa de Jaú, e não de toda a Sétima Região Administrativa, porque pretendíamos trabalhar com uma unidade territorial que, além das razões já apresentadas, tivesse tido um comportamento regional relativamente uniforme durante as fases iniciais de sua ocupação, o que não aconteceu com o conjunto da Sétima Região Administrativa; as diferenças entre a sub-região de Jaú e de Lins, por exemplo, são acentuadas quanto à época e o processo de integração à economia cafeeira, além daquelas re

lacionadas ao quadro natural e a situação geográfica. A área abrangida pela atual sub-região administrativa de Jaú corresponde, com algumas mudanças que explicaremos no capítulo três, àquela que, em períodos passados, apresentaram também uma certa unidade territorial, ainda que resultante de outros mecanismos ou critérios.

A grosso modo essa área constitui um setor do Planalto Arenito-Basáltico no Estado de São Paulo, localizado no reverso das escarpas da "cuesta", conhecidas regionalmente com o nome de Serra de Brotas e Serra de São Pedro, que se formou nos bordos do referido planalto. Apresenta assim altitudes - que diminuem para oeste, em direção do Rio Tietê que a atravessa transversalmente na direção SE para NO: enquanto que as altitudes no reverso imediato da "cuesta" são superiores a 800 metros, nas margens do Tietê elas encontram-se em torno dos 400 metros.

Esse setor do Planalto Arenito-Basáltico pode ser, a grosso modo, delimitado na sua parte sul e leste pelo Rio Tietê, que se comporta como um rio consequente, e na sua parte norte pelo Rio Jacaré-Pepira, que nasce no reverso imediato da "cuesta" e desemboca no Tietê na altura do município de Itaju comportando-se assim, como um rio resequente. Esses dois rios apresentam-se bastante encaixados no arenito, e atingem baixos níveis altimétricos situados nos arredores dos 400 metros, definindo assim, nas suas margens, as mais baixas faixas altimétricas na área em estudo, que no médio Jacaré-Pepira e na "perceé" do Tietê são chamados regionalmente de "baixões de serra".

A "perceé" aberta pelo Rio Tietê deslocou a escarpa da "cuesta" para a direção leste-oeste, o que caracteriza

a porção sul do município de Dois Córregos. Nesse trecho a front da "cuesta" apresenta-se bastante festonado, com amplos anfiteatros, no fundo dos quais surge um relevo serrado e dissecado por rios que correm em direção do Tietê; verifica-se, em direção oeste, um progressivo desnível da front da "cuesta", que praticamente desaparece na altura de Barra Bonita. Já na porção norte, o intenso processo de entalhamento e encaixamento realizado pelo Rio Jacaré-Pepira, deu origem a uma escarpa, com desnível superior a 100 metros, que por sua vez também diminui em direção de sua foz no Tietê.

Conseqüentemente, entre esses dois rios foi elaborado um grande chapadão, alinhado no sentido SE para NO, na realidade desdobrado em dois pelo Rio Jaú, também um rio ressequente, de menor extensão e menos encaixado do que o Rio Jacaré-Pepira, afluente também do Tietê.

Foi ao longo desses chapadões que penetraram os primeiros povoadores vindos do Leste, após terem vencido a escarpa da "cuesta"; foi ao longo deles que se deu a expansão da cafeicultura e por onde chegaram as primeiras ferrovias.

Uma das características físicas marcantes desse setor do Planalto Arenito-Basáltico é a importante mancha de solos de terras roxas nele existente, limitada a leste (em direção de Itirapina) e a oeste (em direção de Bauru) por amplas áreas de solos arenosos relacionados com o arenito Botucatú ou Bauru, de baixa fertilidade. Além da alta fertilidade do solo, a exuberante Floresta Latifoliada Tropical que cobria grande parte dos chapadões colaborava no sentido de caracterizar essa área como muito propícia para a implantação de uma cultura de exportação; em termos de cultura cafeeira, as próprias condições climáticas (domínio do clima Cwa de Köppen) e

de relevo (morfologia caracterizada por interflúvios de topo plano e suaves vertentes convexas) não se apresentavam como fatores limitantes ao seu desenvolvimento.

A atual sub-região administrativa de Jaú representa um exemplo típico de uma antiga zona cafeeicultora integrada pela grande expansão dessa cultura que ocorreu em meados da década de 1880, quando do "segundo período de expansão cafeeira paulista" (Araujo, 1956: 101), época em que seus recursos naturais se viram altamente valorizados. Viveu um intenso período pioneiro, quando em poucos anos a floresta dominante foi substituída por um grande número de estabelecimentos rurais e as cidades surgiam e cresciam rapidamente.

Após a "onda" pioneira a cafeeicultura comportou-se como a atividade central da economia implantada na atual sub-região de Jaú, o que se prolongou até os anos da década de 1930, quando essa economia entrou num processo de "desagregação".

Ao longo desse trabalho iremos nos referir a um sem número de vezes à área que hoje é abrangida pelos municípios da atual sub-região administrativa de Jaú; isso tanto para uma época em que os dados do quadro natural dominavam de modo completo, ou quase que completo, como para uma época posterior, quando tivemos a "criação" de um "território", expressão que usamos no sentido de uma "segunda natureza", ou seja, de um "espaço produzido" (3).

Assim, se bem que a expressão "território" envolva um problema de ordem conceitual, que é discutido em mais de uma parte desse trabalho, iremos utilizar a expressão "território de Jaú" quase todas as vezes que nos referirmos à área da atual sub-região administrativa de Jaú; esse seu uso

genérico, ao longo dos capítulos desse trabalho, é feito mais como um recurso ou instrumento de redação.

* * * *

Definidos os objetivos e delimitado o território a ser estudado, a etapa que se seguiu foi a da coleta de dados necessários para a realização de nosso trabalho, o que envolveu tanto o levantamento de materiais já existentes, geográficos ou não, como levantamento resultante de trabalhos de observação direta.

Para o primeiro caso realizamos levantamento bibliográfico, em particular aquele referente ao tema ou à área em estudo (4), levantamento de fontes estatísticas (5), de periódicos (6), de fontes manuscritas (7), de material cartográfico (8). Alguns desses materiais foram obtidos nas cidades da atual sub-região administrativa de Jaú.

Com relação ao levantamento resultante de observação direta, esse trabalho envolveu entrevistas, questionários, esboços cartográficos, etc. (9).

A manipulação dos dados obtidos, orientada por um trabalho de coordenação, integração e interpretação dos mesmos, representou uma etapa de fundamental importância no encaminhamento de inúmeras questões que foram surgindo ao longo da feitura do presente trabalho, e, conseqüentemente, ^{NA}orientação da redação do mesmo. A fase da redação colocou o problema do plano a ser adotado, sobre o qual já falamos.

Ante o plano evolutivo que adotamos, tentamos, no capítulo I, apreender os antecedentes da atual sub-região administrativa de Jaú anteriores à grande expansão da cultura

cafeeira que nela ocorreu a partir da segunda metade da década de 1880. É possível estabelecer a década de 1830 como o início da ocupação da referida sub-região resultante de um real processo de integração à economia nacional.

Nesse capítulo são estudados os diferentes estímulos que a sub-região de Jaú sofreu para a sua ocupação ao longo desse período, e, conseqüentemente, as diferentes funções por ela desempenhadas. Analisamos, a seguir, as diferentes correntes de povoamento que estiveram relacionadas com os referidos estímulos, assim como as primeiras apropriações de terras efetuadas. Como conclusão, e com base nos aspectos tratados nesse capítulo, tentamos analisar o comportamento regional da sub-região de Jaú nessa sua primeira fase de existência ligada, ainda que indiretamente, a uma economia de mercado; foi-nos possível distinguir duas diferentes "fases" do seu comportamento regional anterior à grande expansão da cafeeira: uma primeira em que ela se comportou como uma "frente de expansão", o que se prolongou, a grosso modo, durante as décadas de 1830 e 1860, e uma segunda em que ela se comportou como uma "frente em fase pré-pioneira" cafeeira, o que ocorreu durante as décadas de 1860 e 1880. Além das fundamentações, são também tratados vários conceitos pertinentes ao tema. Para a elaboração desse capítulo tivemos grandes dificuldades para a obtenção de informações e dados estatísticos, o que em parte explica o grande número de idéias e abordagens apoiadas mais em certas evidências e informações bibliográficas.

O capítulo II representa a parte de maior fôlego do presente trabalho: trata do período que se iniciou em meados da década de 1880, quando o território de Jaú foi definitivamente "criado" e integrado à economia cafeeira, e que se

estendeu até a década de 1930. Nele tratamos, inicialmente, da implantação, do ritmo de expansão, da cafeicultura e das condições que a tornaram possível. Sendo possível distinguir no conjunto do território "criado" um segmento rural e um segmento urbano, tentamos analisar, primeiro, a organização interna do "território rural", o que foi feito através de três importantes aspectos complementares: os mecanismos da definitiva apropriação das terras, a estrutura fundiária e as diferentes formas de utilização da terra, quer nas propriedades cafeeiras, como naquelas não cafeeiras. Esses três aspectos foram tratados sob um prisma evolutivo, o que nos permitiu detectar, ao longo desse período, importantes variações comportamentais por parte da sub-região de Jaú.

Após termos caracterizado o fato urbano anterior à implantação da economia cafeeira no território de Jaú tentamos, a seguir, interpretar a cidade como componente territorial da economia cafeeira. Através da distinção entre funções "básicas" e "não-básicas" das cidades, foi-nos possível distinguir as atividades ligadas ao grande capital cafeeiro, cujo controle foi realizado pelos centros de decisões "externos", e as atividades ligadas ao pequeno e médio capital cafeeiro, via-de-regra de controle regional, que se comportaram como as responsáveis diretas pelo processo de urbanização. O estudo desse conjunto de funções foi importante para esclarecer a natureza das novas relações de dependência da sub-região de Jaú e também o início da elaboração de um espaço relacional; o estudo da vida de relações é tratado de modo particular na última parte desse capítulo, assim como as alterações que nela ocorreram em função da "desagregação" da economia cafeeira.

No terceiro e último capítulo, tentamos definir o

comportamento regional do território de Jaú durante o período do cafeeiro, o que em grande parte foi feito tendo por base as análises realizadas no capítulo II. Foi-nos possível distinguir, inicialmente, o seu comportamento como uma "frente pioneira" e, a seguir, o seu comportamento durante o que chamamos de "fase cafeeira"; esses dois diferentes momentos são analisados separadamente, quando então tentamos caracterizá-los e discuti-los. A seguir tratamos do problema da unidade territorial, e os limites decorrentes, durante sua "fase cafeeira" e as suas relações com os limites da atual sub-região administrativa de Jaú. Enfim, como última parte do capítulo, tratamos do encerramento de sua "fase cafeeira, ante a "desagregação" da economia cafeeira, e a maneira como o território de Jaú reagiu a esse fim.

NOTAS DA INTRODUÇÃO

- (1) PERIDES - "Dois Córregos"; um exemplo de centro local, 1971.
- (2) Conforme Decreto nº 48.162 de 03.07.67, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 04.07.67; nesse sentido o decreto nº 48.163 de 03.07.67 determinou que todos os setores da Administração direta e indireta do Estado iriam, a partir de então, adotar tais regiões, tanto "a) como base territorial para o planejamento de suas atividades; b) como base territorial para as unidades administrativas de supervisão e controle sempre que estas forem constituídas segundo áreas geográficas de âmbito comparável ao das regiões".
- (3) Sobre as noções "primeira" e "segunda natureza", ver Porto Gonçalves (1978:25) e Moreira (s/d:4); esse último autor afirma que a "segunda natureza" resulta da incorporação do "espaço físico", ou "primeira natureza" ao processo de gênese e desenvolvimento de uma dada Formação Econômico-Social .
- (4) A bibliografia anexa inclui apenas trabalhos citados na presente tese. Não abrange, portanto, toda bibliografia levantada e consultada.
- (5) Além dos censos nacionais, utilizamos o Censo Provincial de 1886, o Censo Estadual de 1934, os Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo de 1893 até 1930, a Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo para os anos 1904-5, 1931-2, 1932-3, 1933-4, os Anuários Estatísticos do Café para vários anos; utilizamos também os dados estatísticos fornecidos por Muller (1923), Camargo (1952), além de inúmeras publicações estatísticas, e outras fontes tais como Casa da lavoura, agência do I.B.G.

E., prefeituras, etc.

- (6) Entre os periódicos pesquisados destacamos os jornais "O Comércio de Jahu", "O Correio de Jahu", da cidade de Jaú, "O Democrático" e "A Semana" de Dois Córregos, "O Jornal", edição comemorativa do Bicentenário do cafeeiro no Brasil, além de alguns almanaques que constam da bibliografia.
- (7) Com relação às fontes manuscritas, destacamos o Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, materiais levantados durante nosso trabalho de campo, tais como, "Livro para qualificar os cidadãos votantes na Paróquia de Dous Córregos, de 1868 a 1880", "Livro de Lançamento de Impostos sobre o Café" para os anos de 1906 até 1935, cadernetas de colonos das fazendas São José, e Santa Cruz, etc. Incluímos ainda informações a nós fornecidas por Ronaldo Marcos dos Santos, de seu levantamento feito no Cartório do Primeiro Ofício de Jaú, para o período de 1870 a 1889.
- (8) Além dos mapas, plantas, cartas, que nos foram fornecidas pelas prefeituras que visitamos, utilizamos determinados documentos cartográficos, cuja relação consta da bibliografia anexa.
- (9) Como o presente trabalho trata de uma época que se estendeu até os anos da década de 1930, as entrevistas por nós realizadas tiveram por objetivo principal a obtenção dos mais variados tipos de informações a respeito de um passado já remoto; nesse sentido elas foram feitas preferencialmente com pessoas de idade mais avançada, capazes de nos fornecer as informações pretendidas; elas foram realizadas de modo assistemático, em função do conhecimento que travávamos com o entrevistado. Agradecemos a

qui a Claudete B. Junqueira, pelo empréstimo de seu material gravado referente à entrevista por ela realizada . Com relação ao questionário, utilizamos aqueles por nós enviados aos agentes do IBGE das várias cidades da sub-região administrativa de Jaú e de outras, para a realização do nosso trabalho sobre a cidade de Dois Córregos (Perides, 1971); esses questionários representam um instrumento a mais para a análise da vida de relações e para a delimitação da área de influência de Jaú.

CAPÍTULO I

O TERRITÓRIO DE JAÚ ANTERIOR À GRANDE EXPANSÃO CAFEEIRA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foi com os anos da década de 1830 que tiveram início na área de Jaú, povoada até então por nativos, os processos de ocupação e povoamento relacionados com a expansão da fronteira demográfica no Brasil. Pelos dados que conseguimos obter, os primeiros povoadores, de origem paulista e mineira, chegaram ao atual município de Jaú em 1830, em Bariri no ano de 1833, em Dois Córregos no ano de 1837.

Até então, essa porção do território paulista encontrava-se praticamente isolada do processo de povoamento resultante da integração do Brasil ao sistema colonial.

Lembramos, contudo, que durante o século XVIII foi criada às margens do rio Tietê, aproximadamente a 20 quilômetros da atual cidade de Jaú, a "Colônia de Potunduva", situada a SE da referida cidade. A criação dessa colônia esteve ligada às penetrações interiores que foram realizadas durante o século XVIII ao longo do rio Tietê.

Parte dessas penetrações estiveram relacionadas com as "monções", que, partindo de Porto Feliz, se dirigiam às minas de ouro descobertas em Mato Grosso, particularmente em Cuiabá. Outra parte dessas penetrações foram representadas por expedições oficiais que se dirigiam às colônias militares criadas por razões estratégicas em porções interiores do país; foi o caso da colônia de Iguatemi, fundada às margens do rio do mesmo nome, próxima à fronteira do Paraguai; a colônia do Itapura, na foz do rio Tietê com o rio Paraná, a colônia de Avanhadava, próxima ao salto do mesmo nome (Teixeira, 1900:2).

Essas navegações através do Tietê justificaram, en

tre outras localizadas ao longo desse Rio, a criação da "Colônia de Potunduva", que servia como "ponto de apoio" as referidas expedições, abastecendo-as inclusive em gêneros alimentícios; essa colônia era constituída basicamente de paulistas que teriam dado início às primeiras atividades agrícolas da área.

Tomando por base dois documentos existentes no Arquivo do Estado, Sebastião Teixeira (1900:3) nos informa que essa colônia não mais existia no início do século XIX.

O primeiro desses documentos data de 25 de março de 1816, tendo sido redigido em Porto Feliz pelo Padre João Ferreira de Oliveira Bueno, tesoureiro-mor da Sé de São Paulo, e enviado ao Ouvidor Geral e Corregedor da Vila de Itu, Dr Miguel Antônio de Azevedo Veiga:

"Na minha viagem pelo Tietê entre outros muitos lugares que encantaram os meus sentidos; o primeiro é o campo acima do Salto de Cuaindava; o segundo o lugar denominado Potunduva, e que já foi povoado; o terceiro a barra do Pirassicaba"

O segundo documento não só sugere as razões da criação e do desaparecimento da referida colônia, mas também que seus antigos habitantes ter-se-iam retirado para Porto Feliz. Data de 22 de maio de 1820 e foi enviado pelo capitão-mor de Porto Feliz ao governo da Província; nesse documento o referido capitão opina ainda sobre a criação de uma colônia agrícola no citado Potunduva; apesar de longo, merece ser reproduzido.

"O terreno situado a margem do Tietê, no lugar denominado - Potunduva - oferece - aos veajeres hum golpe de vista pitoresco, e agradável; o solo é fértil, o contorno abundante de caça, e coberto de hum

dilatado bosque d'alvoredado magestoso; o ar he suadavel, o Rio navegavel, e assaz piscozo. Tão interecantes propriedades a onde atrahir moradores a aquelle lugar, e he de esperar q'não leve dez annos a ser abitado, avista do alcance das sesmarias ultimamente concedidas, q'quazi ja atingem aquellas paragens. Huma Colonia d'Agricultores situada naquele lugar, não deixaria de ser vantajoza; porem estas vantagens não seriam tão prontas e brilhantes, que pagarem apenas da Colonizaçam, e dos grandes gastos, que para este fim faria o estado; quanto mais que he de esperar q'este lugar se pvoe independentemente do numerário Real, assim como huma após outra se tem povoado, Parnaiba, Itú, Porto-feliz, e Pirapora. A cauza da imigraçam dos antigos habitantes do potunduva para essa Vila (no caso Porto Feliz) talvez não tivesse por cauza a falta de Sacerdote; antes me parece, que Secando as expedições, que frequentemente hião e vinham de yguaitemim, secou por consequencia a venda e exportação dos generos coloniais de potunduva, e porisso dezemparraram os colonos aquella paragem fertil, porem emfestada de selvagens, e pouco vizitada então pelas munçoens de povoado. Eu me encho de prazer por haver no destricto de meo comando homens de vistas tão patriotas, e philantropicas como o supp., e he desejavavel q'atao nobres sentimentos se acharem juntos os talentos, Sciencia, e genio necessarios ai fundador de huma Colonia do qual tal vez dependam a serie de sucessos, que depois aparecem"

À falta de dados mais precisos, não podemos afirmar quando essa colônia foi fundada e, consequentemente, por quanto tempo se manteve. De qualquer maneira representou um acontecimento temporário, de curta duração, que não teve maiores implicações para a organização da área em estudo; essa ocupação através da "Colônia de Potunduva" esteve dissociada

do processo de povoamento que se inaugurou na década de 1830; processo esse de caráter permanente, relacionado com as novas condições históricas e que pretendemos esclarecer mais adiante.

Mas se o início do povoamento e ocupação do território de Jaú data dos primeiros anos da década de 1830, foi, aproximadamente, 50 anos depois que nela se verificou o grande desenvolvimento da cultura cafeeira. Foi durante os anos da década de 1880 que essa área passou a se comportar como uma frente pioneira ligada à expansão da cafeicultura, dando início a uma nova fase de sua vida regional. O que quer dizer que a década de 1880 representou para o território de Jaú a sua passagem em direção de uma economia voltada essencialmente para a produção do café, integrada agora, diretamente aos mercados mundiais.

Foi realmente a partir desse momento que a cultura cafeeira pôde ganhar um grande impulso, como podemos constatar pelo quadro abaixo.

Tabela nº. 1

Evolução da Produção de Café no Território de Jaú

Ano	Produção
1877	54.671 arrobas (1)
1886	350.000 " (2)
1894	500.942 " (1)
1897	1.085.199 " (3)

(1) Sebastião Teixeira, 1900:107

(2) Censo Provincial de 1886

(3) Jose Fernandes, 1955:46

Na década anterior, a de 1870, o território de Jaú já tinha assistido aos primeiros sintomas da eclosão do movimento pioneiro que iria se instalar na década seguinte. Inú-

meros acontecimentos nos autorizam a fazer essa afirmativa. Já em 1869, um dos argumentos apresentados pela Câmara de Jaú ao governo da Província, para a criação de uma coletoria na cidade do mesmo nome, foi a nascente lavoura de café (Fernandes, 1953:10). No ano de 1873 já existiam no então município de Jaú, 88 fazendas produtoras de café (Teixeira, 1900:106); convém lembrar que até 1890 o município de Jaú abrangia também os atuais municípios de Bariri, Bocaina, Barra Bonita, Itapuí e Itaju. O exemplo mais significativo refere-se ao ano de 1877; nesse ano a produção de café no município de Jaú atingiu a 54.761 arrobas, e o número de pés de café existentes era de 1.577.800; as idades desses pés de café eram as seguintes (Teixeira, 1900:106):

nº de cafeeiros com mais de 4 anos	321.000
nº de cafeeiros de 3 para 4 anos	288.200
nº de cafeeiros de 2 para 3 anos	611.000
nº de cafeeiros de 1 para 2 anos	<u>357.600</u>
nº total de cafeeiros existentes	1.577.800

Acrescenta-se ainda que em 1877 preparava-se terrenos para a plantação de mais 389.400 pés de café. Constata-se, pelos dados apresentados, que dos 1.577.800 pés de café plantados, 1.256.800, isto é, 79,6%, possuíam menos de quatro anos, o que refletia não só o aspecto recente dessa cultura, como também o ritmo intenso de seu plantio; mais ainda: a produção de 54.761 arrobas obtidas nesse ano se apoiou em aproximadamente 20% dos cafeeiros existentes, ou seja, aqueles que possuíam idade superior a quatro ou três anos. A produtividade apresentada por essa cultura em solos virgens era elevada; considerando o número de cafeeiros com mais de três anos, a produtividade era quase de 90 arrobas por 1.000 pés de café, e caso considerarmos apenas os cafeeiros com mais de 4 anos, essa produtividade atingirá a significativa cifra de 170 arro-

bas por 1.000 pés de café.

Esse período delimitado pelas décadas de 1830 e 1880, não deve, acreditamos, ser encarado como fato isolado dentro do processo histórico por que passava a economia nacional.

Inicialmente poderíamos admitir que as décadas que delimitam o período acima referido coincidem, a grosso modo, com dois grandes momentos da expansão da cafeicultura de São Paulo, estimulados pelo comportamento da demanda e dos preços externos do café: o primeiro momento corresponderia à grande expansão da cafeicultura verificada na primeira metade da década de 1830, e o segundo momento, à grande expansão ocorrida entre 1876 e 1883, que representou o primeiro grande salto da expansão cafeeira em São Paulo, quando a capacidade produtiva do café dobrou; após a grande baixa nos preços do café ocorrida entre 1882-6, teve início a fase de maior expansão da cafeicultura no Estado de São Paulo (Oano, 1977:24 e 35).

Em termos de Estado de São Paulo, com a primeira grande expansão do plantio do café da década de 1830, a chamada "Região Norte" tornou-se a primeira e principal área produtora de café. De acordo com Sérgio Millet (1946: 19 e 20), em 1836 essa região participava com 510.406 arrobas de café, que então representava 86,5% da produção de todo o Estado de São Paulo. Ainda em 1854 a liderança dessa região do Vale do Paraíba era muito acentuada: a produção já atingia 2.737.639 arrobas que representava 77,46% da produção de todo o Estado.

Com a década de 1850 ocorreu a primeira grande expansão da cafeicultura na porção central da Depressão Perifé

Tabela nº. 2

Produção de Café nas Diferentes Região do
Estado de São Paulo : 1836-54-86

Zona	1836		1854		1886	
	arrobas	%	arrobas	%	arrobas	%
Norte	510.406	86,50	2.737.639	74,46	2.074.267	19,99
Central	70.378	11,93	491.397	13,91	3.088.350	29,00
Mogiana	821	0,14	81.750	2,31	2.262.599	21,81
Paulista	8.461	1,43	223.470	6,32	2.458.134	23,69
Araraquarense	-	-	-	-	420.000	4,05
Noroeste	-	-	-	-	-	-
Alta Paulista	-	-	-	-	151.000	1,46
Total	590.066	100,00	3.534.256	100,00	10.374.350	100,00

Fonte: S.Millet, 1946:19)

rica Permiana e nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira (Araujo Filho, 1956:97). Essa área que corresponde, aproximadamente, à "Região Central" de Sérgio Millet, apresentava, em 1854, uma produção de 419.397 arrobas, o que representaria 13,91% da produção do Estado; esses dados foram elevados em 1886 para 3.008.350 arrobas e 29% respectivamente, demonstrando assim a transformação dessa região na mais importante área cafeeira do Estado.

Apenas a coincidência de época acima referida (entre a primeira fase da vida regional do território de Jaú e os dois grandes momentos da expansão da cafeeira no Estado de São Paulo) é insuficiente para apreender a possível correlação entre esse período do território de Jaú e o processo de desenvolvimento histórico da economia nacional que pretendemos estabelecer.

Assim sendo, considerando a periodização do movimento da economia do Brasil proposta por J.M.C. de Mello (Cardozo de Mello, 1975:26-88), constatamos que essa primeira fase da vida regional de Jaú também coincide, aproximadamente, com a implantação no Brasil do que o citado autor chama de Economia Mercantil Escravista Cafeeira Nacional, e que teria representado a passagem da "Economia Colonial"

para a "Economia Exportadora Capitalista".

Assim, o antigo sistema colonial, claramente definido por Novaes (Novaes, 1974), na sua evolução em direção do sistema capitalista industrial, teria implicado, especificamente no Brasil, a passagem da "economia colonial" para a "economia exportadora capitalista", através da "economia mercantil escravista nacional".

Para C. de Mello, o início da crise da economia colonial foi marcada pela queda do exclusivo metropolitano e pela formação do Estado Nacional, dois fatos que criaram a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internalizassem as decisões de investir. Essas possibilidades puderam se efetivar por um conjunto de condições favoráveis que ocorriam nas primeiras décadas do século XIX, e apresentadas pelo citado autor. (C. Mello, 1973:46-69).

Nessa possível relação entre o primeiro período da vida regional do território de Jaú e a implantação da economia mercantil escravista no Brasil, acreditamos que, se o território de Jaú não participou diretamente como área produtora de café, durante esse período da economia nacional, ela não esteve, na realidade, à sua margem, tendo a sua própria origem a ela ligada.

Queremos com isso dizer que, sob a economia mercantil escravista nacional, o significativo desenvolvimento da cafeicultura até a década de 1870, em determinadas porções do estado de São Paulo - como na "Região Norte" e, em particular, na "Região Central" - colaborou para uma ocupação inicial de certas áreas "vazias", situadas mais para o interior. Esse processo de ocupação, cujo estudo pretendemos realizar a se

guir, para o caso do território de Jaú, não interessou apenas a essa porção, e sim a porções mais amplas do Estado.

Portanto, pretendemos demonstrar que a coincidência de épocas acima referidas, não representou um acontecimento casual; ao contrário. Torna-se necessário considerar a ocupação do território de Jaú anterior à sua transformação como importante área produtora de café como um dos segmentos da economia, agora mercantil, escravista, cafeeira e nacional, de acordo com C. de Mello; essa ocupação e povoamento teria resultado dos mecanismos de funcionamento dessa economia, a qual o território de Jaú se integrou com funções específicas, e constituindo com ela um único sistema.

Essa relação que pretendemos estabelecer torna-se mais significativa se considerarmos que o fim desse primeiro período do território de Jaú, ou seja, que a sua transformação como uma importante área cafeeira, esteve condicionada à própria crise e ao encerramento da economia cafeeira escravista.

2. OS ESTÍMULOS PARA A OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO DE JAUÍ

O início do povoamento do território de Jaú que ocorreu a partir de 1830, esteve relacionado com a implantação na sua retaguarda de uma economia de exportação.

Essa retaguarda foi representada inicialmente pelo "quadrilátero açucareiro", que tinha como vértices as cidades de Jundiá, Mogi-Guaçu, Piracicaba e Sorocaba; foi onde se desenvolveu em grande parte o chamado "ciclo da cana de açúcar" paulista, ocorrido entre os anos de 1765 e 1851. As outras áreas canavieiras no estado de São Paulo foram o litoral, principalmente o Norte, e o Vale do Paraíba (M.T.S. Petrone, 1968: 24-53).

A seguir ocorreu nessa retaguarda, a partir das primeiras décadas do século XIX, o início do desenvolvimento da cultura cafeeira que ocupou principalmente a porção central da Depressão Permiana Paulista. Essa retaguarda ficou mais conhecida como a "Região Central" do estado de São Paulo, expressão proposta por Sérgio Millet, que a definiu pelo polígono formado pela Capital-Piracaia-Bragança Paulista-Campinas-Piracicaba-Itapetininga-Piedade-Una-Capital. (Millet, 1946:17). A substituição da cultura canavieira pela cultura do café e o conseqüente desenvolvimento dessa última nessa porção do estado de São Paulo devem-se à crescente demanda externa e a um conjunto de fatos: a elevada cotação do café no mercado mundial; o café oferecia maior margem de lucro, exigia menos capital e cuidados mais simples, assim como estava menos sujeito às avarias inerentes ao mau estado das vias de comunicação do que o açúcar (Viotti da Costa, 1966:23); a baixa qualidade e a baixa cotação do açúcar paulista (M.T.Petrone, 1968:224).

O desenvolvimento da cultura cafeeira nessa reta - guarda sofreu uma grande expansão a partir de 1850, década em que, de acordo com Araujo Filho, (1956:99) teria ocorrido a primeira grande expansão da cafeicultura nessa área. Paralelo ao desenvolvimento da cafeicultura teria ocorrido a decadência da produção canavieira; M.T.Petrone discute em seu trabalho a validade da relação de causa e efeito entre desenvolvimento da cultura cafeeira e a decadência da cultura canavieira (M.T.Petrone, 1968:43-49).

Percebe-se, pelas épocas apresentadas, que o início da valorização e da conseqüente ocupação do território de Jaú, enquanto resultado das "pressões" exercidas pela sua retaguarda, estiveram mais relacionadas com a expansão da cultura cafeeira na chamada "Região Central", do que com o desenvolvimento da cultura canavieira no "quadrilátero canavieiro". Na realidade, essa relação não representa uma simples coincidência de épocas.

A expansão da cultura canavieira restrita ao "quadrilátero açucareiro", o pequeno mercado interno criado por esse ciclo na própria área produtora e no Estado em geral, mais a importância do setor de subsistência nas áreas canavieiras, que definiam o seu elevado índice de autosuficiência, ajudam a explicar o pequeno estímulo que o ciclo da cana de açúcar em São Paulo teve na ocupação de áreas mais interiores, localizadas no caso, além da escarpa da "cuesta" do Planalto Ocidental e em São Paulo. M.T.S.Petrone nos mostra que a agricultura de subsistência e o artesanato foram praticados com grande intensidade no "quadrilátero açucareiro", caracterizando assim o índice de autosuficiência acima referido (M.T.Petrone, 1968:112-3).

O desenvolvimento da cultura cafeeira nessa porção

do Estado teve, nesse sentido, um papel diferente daquele representado pela cultura da cana de açúcar, o que implicou num maior estímulo para o processo de ocupação e povoamento de porções mais interiores do Estado e, em particular do território de Jaú. Explicando melhor essa comparação que estamos estabelecendo; é possível distinguir dentro desse processo de povoamento e ocupação, tipos de estímulos realizados pela economia cafeeira implantada na chamada "Região Central", que não foram tão significativos durante o ciclo da cana de açúcar.

Um primeiro tipo de estímulo transformou o território de Jaú numa nova área de complementação de sua retaguarda, ou seja, área que abastecesse, principalmente a "Região Central", em determinados produtos rurais.

Recordamos, de início, que o desenvolvimento da cultura cafeeira na "Região Central" colaborou para a ampliação do setor de mercado interno, no caso específico da Província de São Paulo, acentuando inclusive o processo de urbanização.

Além do mais, durante a implantação e desenvolvimento da cafeicultura na "Região Central", ocorreu uma limitação do setor de subsistência, pelo menos em comparação com a cultura canavieira, em favor das atividades ligadas diretamente à economia cafeeira.

Essa limitação do setor de subsistência esteve ligada, em primeiro lugar, ao crescente encarecimento da mão de obra escrava, acentuado com a proibição do tráfico negreiro em 1850. Cano afirma que esse fato estimulou um aumento na especialização da referida cultura, o que implicou uma redução - das culturas alimentares.

"transformando, assim, uma parcela de custos que antes eram em grande parte não monetários (uma vez que o escravo produzia grande parte de seu próprio alimento), em efetivos desembolsos monetários com a compra de alimentos" (Cano, 1977:26).

Continua afirmando que, além de passar a requerer um capital circulante adicional para a compra dos meios de subsistência de sua força de trabalho, esses gastos para a compra de alimentos foram ainda acrescidos pela elevação de seus preços absolutos no mercado.

A restrição da cultura de gêneros alimentícios dentro das próprias fazendas de café se acentuava nas épocas em que ocorria um aumento na demanda externa do produto. Viotti afirma de modo significativo que

"no início da década de 50, tendo este (o café) atingido alta cotação e estando os víveres a preços relativamente baixos, os lavradores tinham abandonado as lavouras de milho, mandioca, feijão e arroz, dando preferência às culturas da cana e café mais rendosas" (Viotti da Costa, 1966:23).

Ainda nas páginas 133-5, a mesma autora nos mostra que o aumento nos preços dos gêneros alimentícios que ocorreu entre 1855 e 1875, teve como uma das causas a transferência de braços do setor de subsistência para as culturas de café, em detrimento das lavouras alimentícias.

O sistema de parceria e as tentativas de criação de núcleos coloniais oficiais em São Paulo, que poderiam encaminhar para uma solução o problema da produção de gêneros alimentícios, não alteraram o quadro acima apresentado, ante o fracasso de ambas com relação ao problema apresentado. Quanto aos núcleos coloniais oficiais, se aparentemente pretendia-se, com

a sua criação a partir de 1870, resolver o grave problema da produção de gêneros alimentícios em regime de pequena propriedade em São Paulo, na realidade visava-se com essa criação, a uma solução para o abastecimento em mão de obra para as fazendas cafeicultoras, ante o fracasso do sistema de parceria.

Na verdade essa retração do setor de subsistência em favor do setor de exportação não passa de um exemplo do funcionamento de uma economia colonial, que continuou a ocorrer também na economia cafeeira escravista; as épocas de maior demanda externa se refletiam numa maior especialização das fazendas de café, ante a transferência da força de trabalho do setor de subsistência para o setor de exportação, o que implicava a redução da área das culturas alimentícias. (1)

Como resultado dessa retração da produção de gêneros alimentícios nas áreas ocupadas predominantemente pela produção cafeeira escravista, essas áreas, no caso a "Região Central", viram-se na contingência de adquirir esses produtos alimentícios em outras áreas, por vezes distantes, chegando até mesmo a importar produtos como o milho, arroz, feijão, dos Estados Unidos e da Europa (Viotti, 1966:135). O mesmo ocorria com os centros urbanos existentes.

Considerando o mecanismo global da economia, esse fato provocava a ampliação do aspecto mercantil da produção de subsistência que era realizada em áreas separadas daquelas voltadas especificamente à produção cafeeira para exportação. Insistimos em afirmar que esse mecanismo ocorria basicamente nas épocas de aumento da demanda externa.

Acentuava-se assim o comércio interno entre certas áreas ligadas à produção de subsistência e as áreas cafeeiras em elaboração na "Região Central"; é conhecido, nesse caso,

o comércio de algodão, toucinho, queijo que era feito entre as comarcas das províncias de São Paulo e Minas Gerais e Campinas (Viotti da Costa, 1966).

Enfim, as restrições para a produção de produtos alimentícios na "Região Central" provocadas pela concentração da mão de obra escrava no setor de exportação, e agravadas nas épocas de aumento da demanda externa, além de acentuar o caráter mercantil do setor de subsistência de áreas onde esse setor da economia já estava implantado, elas também estimularam, por outro lado, a ocupação de "novas" áreas que deveriam se comportar como fornecedoras desses gêneros alimentícios para as áreas cafeeiras escravistas e para os centros urbanos em crescimento.

Nesse caso incluímos o território de Jaú.

Entre as atividades praticadas pelos primeiros povoadores do território de Jaú, algumas delas tinham por objetivo também abastecer a sua retaguarda em determinados produtos.

* "Os primeiros povoadores fizeram as derrubadas iniciais, formando roças e engordando porcos, e logo tangendo varas deles para Brotas ou Piracicaba, e depois para Campinas, São Paulo e Santos" (Fernandes, 1955:5).

Fernandes ainda se refere à criação bovina, afirmando que

"mais tarde as boiadas procurariam também as grandes praças competindo com as de Araraquara" (1955:5).

Houve ainda o caso da produção de fumo, que em parte era vendida para várias partes do Estado (2). A sua produção em 1874 atingiu, apenas no município de Jaú, 52.000 toneladas (Teixeira, 1900:104).

Esse foi um dos papéis que o território de Jaú de sempenhou desde os primórdios de sua ocupação, acentuado com a década de 1850, em decorrência do grande desenvolvimento da cultura cafeeira na "Região Central".

O desenvolvimento da cultura do café na "Região Central" exerceu um segundo tipo de estímulo, paralelo e integrante à anterior, para a ocupação inicial do território de Jaú.

Ela passou a se comportar também como uma área de "novas oportunidades" para as culturas de exportação, ou então como uma área, em potencial, passível de ser incorporada à economia mundial como futura área voltada à produção de mercadorias para exportação.

Durante o período em estudo, o território de Jaú não apresentava condições de se transformar em importante produtor de café, e também de cana, uma vez que, por exemplo, não apresentava condições de lucratividade que justificasse um desenvolvimento significativo dessas culturas.

Um dos obstáculos era representado pelo transporte apoiado na energia animal e escrava, que colaborava para impedir a interiorização dessas culturas, já que com o distanciamento das áreas de cultura do porto de exportação, no caso Santos, isso implicaria um custo bastante elevado do transporte, o que tornaria o preço desses produtos proibitivos no mercado mundial.

Vários ofícios enviados pela Câmara de Jaú ao governo provincial nos dão conta da precariedade da estrada que de Jaú servia Dois Córregos, Brotas, e depois de descer a escarpa da "cuesta" em direção da Depressão Periférica Paulista a-

tingia Rio Claro, a cidade com a qual o território de Jaú man tinha maiores relações. Esses ofícios tratam também de verbas destinadas para a conservação dessa e de outras estradas (3).

Percebe-se também por esses ofícios a excessiva sinuosidade dessa primitiva estrada, o que alongava por demais o tempo de viagem. O contato do território de Jaú com o porto de exportação era então muito difícil, mesmo às vésperas da expansão ferroviária:

"o serviço de transporte de mercadorias era feito em tropas, que iam d'aqui ao porto de Santos carregadas com os produtos agrícolas exportáveis e regressavam conduzindo mercadorias, gastando nessa viagem penosíssima cerca de 50 dias. Depois que começaram a tráfegar as estradas de ferro, as tropas iam somente até o ponto terminal dellas. Quando a Companhia Paulista chegou com seus trilhos ao Rio Claro, começaram-se a empregar no serviço de transporte carros de bois puxados por dez ou mais desses animaes" (Teixeira, 1900 : 116).

A seguir esse mesmo autor afirma que alguns proprietários rurais do território de Jaú chegaram a possuir tropas de burros para o transporte de seu café.

Quanto ao uso do Rio Tietê para o transporte em escala comercial de mercadorias, as restrições apresentadas sempre foram muito grandes; em resposta a uma circular do governo provincial, a Câmara de Jaú informava, em 29.11.1866, entre outras coisas, que o Rio Tietê

"que se presta à uma morosa navegação em batelões e canoas por causa desses canais não oferece muita facilidade para frequen

te navegação" (4).

Foi apenas em 1878, nove anos antes da chegada dos trilhos da Companhia Paulista em Jaú, que foi inaugurada pela Companhia Ituana uma linha de navegação a vapor nos rios Tietê e Piracicaba, entre a cidade de Piracicaba e o porto Ribeiros, no município de Jaú (Teixeira, 1900:116).

Apesar dessas dificuldades de transportes, isso não impedia que o território de Jaú fosse encarado como um amplo recurso natural possível de ser aproveitado, nos anos futuros, pelas atividades agrícolas de exportação. Queremos com isso dizer que essa foi uma outra função que essa área teve na sua primeira fase de ocupação, do que resultou sua progressiva valorização e conseqüente povoamento.

Quanto às primeiras tentativas de implantação da lavoura da cana de açúcar, ela teria representado, no território de Jaú, um prolongamento territorial bastante tênue do "ciclo" da cana de açúcar paulista, ocorrido basicamente no quadrilátero açucareiro", antecedendo mesmo a cultura do café.

Tendo inicialmente como objetivo o abastecimento local em açúcar e aguardente, essa cultura esteve presente entre os primeiros produtos rurais produzidos no território, com o objetivo também de subsistência. Citam os cronistas de Jaú que as primeiras fazendas que cultivaram a cana de açúcar foram as do Tenente Manuel Joaquim Lopes, que chegou em Jaú em 1837, e a de Bento Manuel de Moraes Navarro, ituano, que chegou em Jaú em 1842, e que instalou uma fábrica de açúcar com a ajuda de seus filhos. Sebastião Teixeira faz uma descrição detalhada dos engenhos de madeira, movidos por animais, que se tornaram freqüentes, na época, entre os fazendeiros (Teixeira, 1900:105).

Posteriormente, segundo essa mesma fonte, o açúcar passou a ser enviado para a capital da Província, e até mesmo para a Corte, não se tendo informações concretas se chegou a ser exportado para os mercados europeus.

As primeiras culturas de cana de açúcar, e também de café, foram feitas em grande parte por paulistas provenientes da "Região Central", refletindo a transferência para o território de Jaú, das experiências que esses primeiros povoadores adquiriram na sua região de origem, onde já praticavam aquelas duas culturas.

Apesar dos obstáculos para a sua expansão, como as condições de transporte que influenciavam no seu custo e na sua deterioração, a sua baixa qualidade, etc., a produção de açúcar de cana no primitivo município de Jaú atingiu, em 1877, 186.723 quilos, ou 42.000 arrobas (Teixeira, 1900:103), produção significativa para a época, se a compararmos com as produções de 1854 de Porto Feliz (46.310 arrobas), Itu (159.070 arrobas) e Campinas (62.290 arrobas), ou seja, com municípios importantes do então "quadrilátero açucareiro" (M.T.Petrone, 1968:43-47-50).

Assim como no "quadrilátero canavieiro", também no território de Jaú a expansão da cafeicultura colaborou para a decadência da cultura canavieira; no referido ano de 1877 sua produção já era superior à do açúcar, atingindo 54.761 arrobas. Afirmam os cronistas de Jaú que a partir dessa época houve um desinteresse pela cultura da cana de açúcar,

"pois o preço deixava de ser compensador"
(J.M.de A.Prado, Comércio de Jahu, 1.6 .
73).

o contrário ocorrendo com o café. A partir de então, a produ

ção de cana de açúcar limitar-se-ia cada vez mais à produção de aguardente, passando os agricultores a se dedicar em massa à cultura do café.

O caso da cafeicultura é também bastante sugestivo para a comprovação da idéia acima apresentada, ou seja, do comportamento do território de Jaú como uma área de "novas oportunidades".

Ante as características da economia cafeeira, a disponibilidade de terras abundantes com condições naturais favoráveis para a cafeicultura, e localizadas em áreas onde o custo de transporte permitisse uma margem de lucro estimulante - aos fazendeiros, eram algumas das condições básicas para a seleção de áreas produtoras. Essas áreas foram, durante boa parte do século XIX, representadas em São Paulo, pelo Vale do Paraíba e pelo "Oeste" paulista, onde o custo de transportes foi suavizado pela boa qualidade da terra, que permitia uma maior produtividade (C. de Mello, 1975:59).

A primeira cultura de café no território de Jaú data de 1846, e foi realizada por Vicente da Costa Machado, que plantou 5.000 mudas de café em sua fazenda no Banharão, localizada no município de Jaú onde mais tarde foi instalada a fazenda de café do Comendador Jose de Campos Salles (S.Teixeira, 1900:106). A partir de então, principalmente a partir da década de 1850, freqüentes tentativas foram feitas para a instalação de novos cafezais com fins comerciais: por Gomes Botton em sua fazenda no Córrego da Figueira, que foi vendida em 1858 para a família Almeida Prado; por Leão Cerqueira e irmãos, que mais tarde, com Joaquim Toledo Piza, formaria a grande Fazenda Faca no Rio Feio, exemplo citado por Mombeig(1952: 121); pelo Capitão José Ribeiro Camargo, e outros. Esses exemplos citados ocorreram durante a década de 1850. Tudo le

va a crer que a alta nos preços externos do café, ocorrida na década de 1850, mais a alta fertilidade das terras novas de Jaú, que permitiriam uma produtividade elevada, compensassem o elevado custo do transporte apoiado na energia animal e escrava.

Portanto, a implantação de uma economia de exportação na sua retaguarda, principalmente aquela relacionada com a economia cafeeira, teria exercido sobre o território de Jaú as duas formas de estímulos apresentadas, que acabaram por transformá-lo, a primeira em uma área de complementação de sua retaguarda em produtos alimentícios, e, a segunda, em área de "novas oportunidades" para a produção de uma economia de exportação.

Dessa forma, a atividade de subsistência desenvolvida pelos primeiros povoadores pode ser encarada também como um "meio" para o funcionamento daquelas duas funções por parte do território de Jaú, ou então, ela pode e deve ser encarada como um elemento ligado à expansão da economia cafeeira, e não como uma atividade encerrada em si mesma, desvinculada de uma de mercado; é através dela que era possível complementar a "Região Central" nos momentos de maior especialização da economia cafeeira ante o aumento da demanda externa; é através dela que era possível realizar "tentativas" de lavouras de exportação, enquanto os obstáculos para o seu grande desenvolvimento não fossem removidos.

Por fim, um outro tipo de estímulo para a ocupação inicial do território de Jaú, foi representado pela qualidade oferecida por parte de seus próprios componentes naturais e pela sua posição geográfica; isso tanto no sentido de uma área de complementação de sua retaguarda em produtos alimentí-

cios, como no sentido de uma área de "novas oportunidades" para a produção de uma mercadoria de exportação.

A sua proximidade em relação à "Região Central" a colocava numa posição bastante favorável quanto às possibilidades de sua ocupação e valorização de seus recursos; a barreira representada pelas escarpas da "cuesta" de Brotas, apesar das dificuldades que criava, não se configurava como um obstáculo intransponível; o desnível altimétrico de aproximadamente 400 metros que a escarpa apresentava, poderia ser contornado pelos seus trechos mais festonados; a penetração através da "perceé" do Tietê se apresentava como uma outra alternativa.

Com relação aos componentes naturais do território de Jaú eles não se comportaram, como regra geral, como fatores limitativos a uma intensa ocupação pela atividade agrícola e, conseqüentemente, à sua ocupação e valorização; ao contrário.

Caracterizando inicialmente as condições pedológicas, a tabela nº 3 abaixo nos fornece uma idéia da alta fertilidade de seus solos (5).

A Terra Roxa Legítima e a Terra Roxa Estruturada, resultantes da decomposição do basalto e de boa qualidade para a agricultura, representam 50% dos solos dos atuais municípios da sub-região administrativa de Jaú. Essa importante e ampla mancha de solos férteis está disposta, em sua grande parte, ao longo do vale do rio Tietê, principalmente do lado de sua margem direita; essa mancha estende-se para o sul, em direção de São Manuel e Lençóis Paulista, já na margem esquerda do Tietê. Esses solos eram cobertos pela exuberante Floresta Latifoliada Tropical, onde a presença do pau d'alho e

do palmito eram sintomas de solos bastante férteis e úmidos.

Os solos do território de Jaú que podem ser considerados como inadequados para a agricultura, e em particular para o café, são os seguintes: o Latosol Vermelho Amarelo-fase arenosa, cuja origem está ligada ao arenito Botucatu e que é encontrado principalmente nas partes altas do reverso imediato da "cuesta"; o Regosol "intergrade" para Podzólico Vermelho Amarelo e para o Latosol Vermelho Amarelo, que predomina nos "baixões de serra" relacionados com a "perceé" do Tietê e nas partes baixas do vale do Jacaré-Pepira; os solos Hidromórficos resultantes de sedimentos fluviais quaternários, depositados ao longo dos principais rios; apesar de serem considerados como solos regulares para a agricultura, apresentam o grave problema do excesso de água que dificulta o seu aproveitamento; adequadamente drenados tornam-se aproveitáveis, o que não acontecia na época em estudo; o Litosol-fase substrato folhelho-argilito, que ocupa uma área bastante diminuta e descontínua. Esse conjunto de solos inadequados à cafeicultura representava no seu conjunto, aproximadamente um terço da área total dos municípios, ou seja, 33,62% do território de Jaú. Com relação à cobertura vegetal desses solos ocorria o predomínio de cerrados, hoje substituídos por pastagens pobres.

Os dois outros tipos encontrados no território de Jaú, os solos Podzolizado de Lins e Marília-variação Lins, e o Latosol Vermelho Escuro-fase arenosa, ambos originários do arenito Bauru, podem ser considerados, o primeiro como bom para a agricultura, apesar de apresentar problemas de fertilidade, e o segundo de regular a inadequado para a agricultura, perdendo sua fertilidade natural com relativa facilidade. De um modo geral, esses solos eram cobertos predominantemente pela Floresta Latifoliada Tropical Semi-Decídua menos exuberante do

que a Floresta Latifoliada Tropical, mas onde a presença do pau d'Alho os tornava valorizados.

Tabela nº. 3

Tipos de Solos na Atual Sub-Região Administrativa de Jaú

Tipos de Solos	Área Mapeada (Km ²)	% sobre a área total mapeada
Solos Podzolizados de Lins e Marília-variação Lins	335	11,75
Terra Roxa Estruturada	203	7,12
Terra Roxa Legítima (latosol roxo)	1.247	43,73
Latosol Vermelho Escuro-fase arenosa	107	3,78
Latosol Vermelho Amarelo - fase arenosa	445	15,95
Hidromórficos	88	3,22
Litosol - fase substrato - folhelho-argilito	10	0,35
Regosol "intergrade" para Podzólico Vermelho Amarelo e para Latosol Vermelho Amarelo	406	14,24
Área total Mapeada	2.855	

Fonte: "Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo"

As condições do relevo também não se comportaram como fatores limitantes para o aproveitamento dos quadros naturais de Jaú pela agricultura. O grande divisor, delimitado pelos rios Tietê e Jacaré-Pepira, e dividido em dois chapadões pelo Rio Jaú, estão alinhados em níveis de 600-800 metros, e seus inúmeros interflúvios, de acordo com Ab'Saber estão subnivelados regionalmente, em torno das cotas de 550-600 metros, na categoria de um verdadeiro nível regional" (Ab'Sa

ber, 1971:2). Assim, no seu conjunto, o relevo regional apresenta uma morfologia caracterizada por interflúvios de topo plano e suaves vertentes convexas, que nesse sentido comportaram-se favoravelmente ao seu aproveitamento pela cafeicultura em particular.

Foram as partes baixas, no nível dos 400 metros de altitude, localizadas ao longo da "perceé" do Tietê e do Jacaré-Pepira, que se apresentaram como impróprias para a cafeicultura; não apenas pelos solos inadequados que são bastante freqüentes nessas partes baixas, mas também por serem mais susceptíveis à ocorrência de geadas, além de certos trechos apresentarem o problema endêmico da malária, frequentes nessas baixadas fluviais.

Além dessas baixadas, as condições climáticas se comportaram como favoráveis à expansão da cafeicultura, se considerarmos o domínio do clima C_{Wa} de Köppen, que corresponde ao Clima Tropical de Altitude, com inverno seco e chuvas de verão, com verão quente, propício ao desenvolvimento da referida cultura.

Além desses três tipos de estímulos, a implantação de uma economia de exportação na sua retaguarda exerceu outra forma de estímulo para a ocupação inicial do território de Jaú: a absorção de seu excedente demográfico, muitas vezes representado pelo homem livre e pobre não absorvido pela economia escravista. Esse outro tipo de estímulo esteve relacionado não só com a implantação e desenvolvimento da economia escravista em São Paulo, mas também com a decadência da atividade mineradora em Minas Gerais. Esse tema será estudado em determinadas partes do capítulo seguinte.

3. AS CORRENTES DE POVOAMENTO

Generalizando, é possível afirmar que a ocupação do território de Jaú, quanto à procedência dos primeiros povoadores, esteve ligada a duas correntes de povoamento: uma de origem paulista, cujo centro de dispersão foi basicamente representado pelos antigos municípios canavieiros e/ou cafeeiros do "oeste" paulista, e a outra, de origem mineira, que teve nas antigas zonas de mineração o seu centro inicial de dispersão.

Foram duas áreas que apresentavam um contingente demográfico passível de migrarem, por diferentes razões, para uma área "vazia" com as características das de Jaú.

A ocupação do território de Jaú pelos primeiros migrantes teria sido estimulada pela decisão governamental de 1822, pela qual

"o governo aboliu as concessões de sesmarias e instituiu o reconhecimento legal das posses, quando seus ocupantes podiam estabelecer a prova da cultura" (Stein, 1961:15).

Graziano lembra que, com o fim do regime de sesmarias, não surgiu de imediato nenhuma legislação sobre a posse da terra, o que fez com que a ocupação das terras devolutas passasse a se verificar com bases nas posses que, posteriormente, eram legitimadas (Graziano, 1978:28).

Dessa forma, a possibilidade em adquirir títulos definitivos de posse de terras, condicionados ao aproveitamento agrícola da mesma, acabou estimulando o apossamento de terras devolutas, como eram as do território de Jaú no início do

século XIX.

Nesse sentido, é ilustrativo o exemplo da expedição organizada em Brotas no ano de 1837, composta por mais de trinta pessoas e da qual participavam paulistas e poucos mineiros. As razões dessa expedição apresentadas pelos cronistas de Jaú se nos configuram esclarecedoras: "a notícia sobre a fertilidade do Vale do Jaú"... "a construção de uma estrada para a posse de terras devolutas"... "uma lei de posse... segundo a qual quem encontrava um córrego ou mesmo um ribeirão, fazia um pequeno cultivado e ficava dono de todas as vertentes daquela área"... etc. (6)

Mas, no fundo, o objetivo fundamental dessa expedição foi o apossamento de terras sobre as quais já se tinha conhecimento nas áreas de antigo povoamento do Estado. Essa expedição cortou os atuais municípios de Torrinha, Dois Córregos, Jaú, Itapuí, e atingiu a margem direita do rio Tietê, onde terminou. Ao longo de seu trajeto, as posses foram sendo realizadas somente a partir de Dois Córregos. O mineiro José Alves Mira se apossou de imensas terras no atual município de Dois Córregos; Messias Lacerda e os irmãos Pinto se apossaram das terras situadas entre Jaú e Barra Bonita; o tenente Manuel Joaquim Lopes, das terras situadas ao sul do rio Jaú, no município de Jaú; dois foragidos da polícia, que também participaram da expedição, conhecidos como Firanha e Vellozo, se apossaram de terras localizadas no atual município de Itapuí, na confluência dos rios Jaú e Tietê.

Mesmo antes dessa expedição, aproximadamente em 1830, teria ocorrido, de acordo com os cronistas de Jaú, o primeiro apossamento realizado nessa área, feito por um outro foragido da polícia, Antonio Dutra, que se apropriou de vastas

terras localizadas basicamente nas margens direita do rio Jaú.

Após essa expedição, outras posses foram sendo - realizadas, sendo algumas delas referidas nos trabalhos já ci tados.

Assim, num primeiro momento de sua ocupação, o processo de povoamento do território de Jaú se confunde com o processo de apropriação de terras feito por ocupantes, cujas posses poderiam ser posteriormente legalizadas. Recordamos - que, com o fim do regime das sesmarias em 1822, começou o re gime de posse, o que em outras palavras quer dizer que de um regime de concessão de terras passou-se para um regime de ocu pação pura e simples da terra; o regime de posse da terra foi praticamente encerrado com a Lei nº 601 de 18.09.1850, conhecida como a Lei das Terras Devolutas.

Uma das resultantes desse processo de ocupação e povoamento no território de Jaú foi a elaboração, na fase fi nal desse processo, de grandes apossamentos, origem das primeiras grandes propriedades rurais na área em estudo, que fo ram sendo posteriormente fragmentadas, como veremos na parte referente à "estrutura fundiária". Isso nos demonstra que a relação entre o apossamento e a pequena propriedade não é sem pre válida, apesar de pequenos apossamentos, ou apossamentos menores, terem sido, ao que tudo indica, contemporâneos dos grandes apossamentos.

A corrente paulista partia de municípios de povoamento mais antigo localizados em parte na depressão periférica paulista, tais como Itu, Indaiatuba, Porto Feliz, Rio Claro, Limeira, etc., e, assim como a corrente de origem mineira, após ter ultrapassado a barreira representada pelas escar pas da "cuesta" de Brotas, utilizou a nascente cidade de Bro

tas como "ponto de apoio" para as suas penetrações interiores.

A corrente paulista também utilizou o rio Tietê para atingir a área de Jaú, só que em escala bem menor, talvez devido às dificuldades que essa viagem apresentava. Pelos casos conhecidos, somos levados a deduzir que a penetração pelo Tietê foi feita por famílias abastadas, que chegaram ao território de Jaú com um capital significativo. Eram viagens que implicavam elevados custos representados, em parte, pela compra de embarcações para o transporte da família, alguns escravos e pertences gerais da família, uma vez que não havia o retorno e muito menos a existência de um transporte em escala comercial. Os relatos das viagens feitas por José Ribeiro Camargo (1848), Tenente Lourenço de Almeida Prado (1858), João Pacheco de Almeida Prado (1868) são, nesse sentido, significativos. (7)

A corrente mineira foi praticamente paralela à corrente paulista, e tornou-se, na realidade, uma corrente permanente que se estendeu ao longo do século XIX. O povoamento mineiro anterior à expansão cafeeira em São Paulo permanece até hoje um tema pouco estudado e com abordagens bastante genéricas.

Os mineiros estiveram entre os primeiros povoadores do território de Jaú, e o seu número foi significativo durante a fase em estudo. Vários fatos evidenciam essa afirmativa; as cidades de Dois Córregos, Mineiros do Tietê, Bariri tiveram suas origens em patrimônios religiosos doados por mineiros; a Ata de Votantes de Dois Córregos, do ano de 1876, nos mostra que dos 237 eleitores então registrados, 84 tinham como local de nascimento o Estado de Minas Gerais, e

123 o Estado de São Paulo; em 1869 uma das razões apresentadas pela Câmara de Jaú, que reclamava do governo da Província a criação de uma coletoria, era a grande população que crescia pela imigração regular de mineiros e paulistas (Fernandes, - 1955:10).

Essa corrente mineira teve como local de origem os municípios do sul de Minas Gerais: os primeiros mineiros que chegaram ao território de Jaú procederam de municípios - tais como Ouro Fino, Sant'Ana de Sapucaí, Campanha, etc; parece-nos necessário nos estender um pouco mais sobre essa corrente.

Caio Prado Jr., ao estudar a migração mineira de corrente da queda da atividade mineradora, caracterizou-a como u'a migração centrífuga, a partir dos antigos centros de mineração decadentes, localizados na parte central da então capitania de Minas Gerais, em direção das áreas marginais da citada capitania; ou seja, a partir dos antigos centros de mineração estabeleceram-se correntes de povoamento que se dirigiram para as porções oeste, leste e sul dessa capitania, penetrando posteriormente no Estado de São Paulo (Prado Jr. , 1953:65).

O sul da capitania de Minas Gerais, onde a mineração chegou também a ser praticada, foi se transformando, paralelamente à chegada de contingentes demográficos das antigas áreas de mineração, em importante área agrícola e pastoril voltada ao abastecimento do próximo e importante mercado do Rio de Janeiro. O problema da mão de obra foi resolvido com o deslocamento de escravos concentrados nas antigas áreas de mineração para essa nova zona de expansão econômica.

O autor refere-se à prosperidade desse Sul de Mi

nas, para explicar o seu adensamento demográfico que se deu no último quartel do século XVIII.

Foi a partir dessa área do Sul de Minas Gerais que a corrente de povoamento mineiro penetrou na província de São Paulo, instalando-se nos municípios situados no pé dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira e no vale do Mogi-Mirim, como Casa Branca, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Araras, Limeira (P. Mombeig, 1952:116).

Pierre Mombeig afirma que essa migração mineira em direção do Estado de São Paulo se acentuou a partir de 1850 em virtude de problemas políticos, tais como a tentativa revolucionária de 1842, e a Guerra do Paraguai (1864-70), que fizeram com que muitos mineiros (e na verdade também paulistas) preferissem os riscos do sertão à convocação militar. Esse mesmo autor afirma também que se a maioria dos mineiros em São Paulo preferiu se fixar nas áreas da chamada "Região Central", onde a cafeicultura já estava estabelecida, outros preferiram áreas mais distantes, além da escarpa da "cuesta" do Planalto Ocidental; aqueles que atingiram a área de Jaú fizeram parte, evidentemente, desse segundo grupo.

Esse segundo grupo de mineiros que chegou à Jaú não se comportou essencialmente como criadores de gado, como deixa antever Mombeig, de modo genérico, quando trata do povoamento mineiro numa outra porção do Estado, no espigão entre os rios Peixe e Parapanema. Foram principalmente agricultores, atividade que já praticavam, como vimos anteriormente, no sul de Minas, de onde se originaram, o que foi comprovado no território de Jaú, onde a maioria dos fazendeiros mineiros dedicou-se ao que poderíamos chamar de lavouras mistas, transferindo para essa área suas experiências agrícolas, plantando cereais, tabaco, cana de açúcar; criava gado, mas

principalmente o suíno. A criação bovina esteve longe de caracterizar uma área pastoril; o predomínio quase que total de uma cobertura florestal em Jaú seria uma evidência da ausência de uma atividade pastoril. Em 1900, o mais importante cronista de Jaú já afirmava, com relação ao gado bovino, que

"à falta de campos naturais ninguém se dedica especialmente à criação de animais" (Teixeira, 1900:103).

Essa análise sobre as correntes de povoamento no território de Jaú deve ir além do seu local de procedência, já que não será apenas nesse nível de abordagem que o problema da apropriação das terras será melhor esclarecido.

Nesse sentido, torna-se necessário considerar essas correntes de povoamento levando-se em conta o seu papel como agentes da produção.

Inicialmente temos o caso dos homens livres e pobres, desprovidos de propriedade e de meios de produção, provenientes de áreas já integradas à uma economia de mercado, como a "Região Central" e o Sul de Minas, e que representavam excedentes populacionais não absorvidos pelas economias das referidas áreas:

"A própria agricultura escravista de exportação colocava os homens livres e pobres à margem, porque dispensáveis, mas, ao mesmo tempo, não os deixava à disposição do capital, como força de trabalho passível de se transformar em mercadoria, desde que a eles era permitido produzirem sua própria subsistência" (J.M.C. Mello, 1975:76).

Relegados a um segundo plano na economia escravista

ta de exportação, à qual não se integravam como verdadeira - força de trabalho, a presença dos homens livres e pobres é também explicada pela instabilidade da economia e produção brasileiras de aspecto cíclico: com a decadência da produção cíclica desagregava-se parte da sociedade atingida pela crise, e grande número de indivíduos perdia suas raízes e base de subsistência, passando assim a vegetar à margem da ordem social (Caio Prado Jr., 1953:284). Esse fenômeno foi bastante intenso nas áreas de mineração, onde o trabalho livre esteve mais presente do que em outras áreas de exportação.

Parte desses homens livres e pobres penetraram e ocuparam áreas interiores do Brasil, praticando uma agricultura de auto-consumo, no que eram estimulados pela abundância de terras devolutas.

Esse tipo de homens livres e pobres esteve presente entre os primeiros povoadores e posseiros da área de Jaú, independentemente de sua origem paulista ou mineira.

São citados pelos cronistas de Jaú, que se referem inclusive à foragidos da polícia, o que também pode caracterizar esses homens livres e pobres. Esse fato é tratado em vários ofícios enviados para o Presidente da Província; em ofício de 07.12.1857 do Juiz Substituto da Comarca de Brotas, é afirmado que "o lugar (Jaú) é refúgio de criminosos"; o ofício de 18.1.1867, enviado pela Câmara Municipal de Jaú, trata entre outras coisas do "considerável número de vadios e alguns criminosos que continuamente se prestão ao officio de capanga neste município". (8)

Até onde se pôde pesquisar esses primeiros homens livres e pobres que chegaram ao território de Jaú desenvolveram como ocupantes, uma agricultura de autoconsumo mas

em sua grande parte não se enraizaram no local; aqueles que tiveram condições de legalizá-las, venderam suas posses num período relativamente curto, como foi o caso dos domínios de Antônio Dutra, que vendeu parte de sua posse para Francisco Gomes Botão no ano de 1842, e a parte restante para Joaquim Oliveira Matosinho por 204\$000. Outro exemplo foi o caso das posses de Messias Lacerda e de Irmãos Pinto, vendidas também em 1842 para Bento Manuel de Moraes Navarro por 1:500\$000. (Fernandes, 1955:4). Tudo leva a crer que com a chegada de novos contingentes demográficos, parte desses primeiros homens livres e pobres foram sendo novamente deslocados para áreas mais distantes.

Evidentemente, além desses primeiros homens livres e pobres que chegaram ao território de Jaú, outros, e em número cada vez maior, continuaram a chegar ao longo das décadas desse período em estudo. Comportar-se-ão no caso, como "agregados" ou moradores nas propriedades rurais em elaboração, ligadas ainda a uma forma não-capitalista de produção. Sem renda monetária, podiam utilizar terras alheias em troca de seu trabalho, ou de uma porção do fruto do seu trabalho nas referidas terras (Eisenberg, 1977:163).

A presença desses homens destituídos de propriedade e dos meios de produção está vinculada, além das razões anteriormente expostas, não apenas ao processo de concentração fundiária já em definição nesse período. Deve-se também, como afirma M.S. de C.Franco, e que também é válido para o território de Jaú, ao fato

"da dimensão das propriedades, assim formadas, ultrapassarem as necessidades de produção e, o que é ainda mais importante, excediam também as possibilidades de sua expansão" (C.Franco, 1969:95).

Isso permitia a presença desses tipos de trabalhadores em pontos isolados e sub-utilizados, ou não utilizados, das propriedades rurais, onde mantinham relações específicas de dependência, analisadas pela citada autora.

A chegada desses homens livres e pobres ao território de Jaú, como ocupante, agregado, etc., representou, como já nos referimos anteriormente, uma outra função desenvolvida pelo território de Jaú durante o período em estudo: a de absorver um excedente demográfico incapaz de ser absorvido pela economia das áreas situadas em sua retaguarda.

É possível distinguir, a seguir, um segundo tipo de povoador, cuja penetração é paralela à dos homens livres e pobres, mas que se tornará cada vez mais freqüente nas décadas seguintes..

São homens que chegam com dinheiro, escravos, uma experiência rural, instrumentos de trabalho e até com animais, encarando a área como uma região de grandes possibilidades futuras, passível de valorização e especulação ante os estímulos provenientes de sua retaguarda, que já vimos anteriormente.

Só assim poderemos compreender a chegada ao território de Jaú de pessoas relativamente bem situadas economicamente nos municípios de antigo povoamento do Estado, e até mesmo no Sul de Minas, que abandonaram suas terras com um certo volume de capital, para tentar a sorte numa área "vazia", de acesso relativamente difícil, cuja verdadeira integração à economia mundial como área cafeeira é ainda uma possibilidade remota, onde as dificuldades de acesso representavam um grande obstáculo a ser superado em termos de preço de custo. E tudo isso já nas décadas de 1850 e 1860.

Inúmeros são os exemplos significativos. Foi o caso dos mineiros que vieram de Campanha, sul de Minas, como Vicente e Manuel Ferreira Campanhã (1848), Nuno Ferreira do Anaral (1851), Belizário Pereira de Carvalho (1853), Domingos Pereira de Carvalho (1857); do sul de Minas Gerais veio também Joaquim de Oliveira Matosinho. De origem paulista foi o caso, novamente, de José Ribeiro Camargo, genro de um abastado fazendeiro de cana de açúcar no "quadrilátero açucareiro", que deixa em 1848 sua privilegiada situação de dirigente de um dos engenhos de açúcar do sogro em Rio Claro, para, com significativo capital, explorar as posses por ele realizadas, no ano anterior, no território de Jaú. Temos ainda os casos de Bento Manuel de Moraes Navarro, de Itu, de Lúcio de Arruda Leme. O exemplo da família Almeida Prado, de Itu, é dos mais importantes; seis membros dessa família, quatro irmãos e dois cunhados, adquiriram em 1858 uma propriedade de 1.452.000 hectares (ou 6.000 alqueires) por 35 contos e 600 réis, que foi repartida entre os seis membros da família; nesse mesmo ano, um dos irmãos, Lourenço de Almeida Prado, migrou definitivamente para Jaú a fim de abrir sua fazenda; nos anos seguintes outros membros da família seguiram seu exemplo.

Os exemplos citados se referem a homens que se tornaram proprietários de terras, alguns inicialmente pelo processo do apossamento, depois, e com maior frequência, pelo mecanismo de compra, e que se comportarão com o tempo como os verdadeiros detentores dos bens e dos meios de produção.

Essa última tendência, a aquisição de terras pela compra, foi estimulada pela Lei das Terras de 1850, que além de permitir a todos os ocupantes que já tinham começado a cultivar o solo, e que pudessem justificar seus direitos de primeiro ocupante, de registrar seus títulos de posse num prazo

de quatro anos (P.Mombeig, 1952:125-6); essa lei também

"estipulou que a terra não podia ser adquirida por outro meio que não fosse a compra e, assim, tornou "equivalente" de capital, isto é, renda territorial capitalizada" (Martins, 1973:14).

Assim, se essa lei proibiu a aquisição de terra por outro meio que não fosse a compra, ela também terminou oficialmente com o regime de posse, em vigor desde 1822; o que não quer dizer que as posses deixaram de ser efetuadas em termos de todo o território nacional.

Se a justificativa governamental fora a de, através dessa lei regulamentar o crônico problema da propriedade fundiária no Brasil, o que na realidade não conseguiu, e que outros decretos e leis de fins do século XIX tentarão fazer, vários autores nos dias de hoje coincidem em afirmar que essa lei visava dificultar o acesso à propriedade da terra por parte dos trabalhadores livres, para que os mesmos ficassem à disposição da classe rural dominante como força de trabalho necessária à produção rural (9).

Mesmo fazendo a ressalva de que essa lei ficou, em termos nacionais, mais no papel, uma vez que ela terminou apenas com o regime jurídico da posse, pois na prática a ocupação continuou a ser praticada ao longo dos séculos XIX e XX em determinados "vazios" humanos, para o caso específico do território de Jaú a sua influência foi importante; como, aliás, deve ter sido importante em outras áreas em processo de povoamento na época, onde era necessário, para as classes dominantes, dificultar o acesso à propriedade da terra pelos trabalhadores livres.

Nos anos da década de 1850 o processo de aporamen

to no território de Jaú já estava bastante adiantado, e as primeiras "tentativas" para a cultura da cana de açúcar e do café já estavam sendo feitas. Numa situação como essa, a lei de 1850 teria tido melhores condições para fazer com que a propriedade da terra fosse cada vez mais ditada pela força do capital; ou seja, se por um lado facilitava a legitimação de uma posse já feita, além de dar a opção aos proprietários rurais já estabelecidos para a compra de lotes contíguos às suas terras (Rosa Marin, s/d:5), por outro lado essa lei tornava o mecanismo de compra e venda a norma para o acesso à terra, agora definida como "mercadoria".

A Lei das Terras de 1850 também estimulou a luta, por vezes sangrenta, pela legalização da propriedade através do registro de posses, tendo inclusive propiciado a intensificação de "grilagem" de terras. Essas lutas passaram a ser frequentes nos anos de 1860-70, ou seja, quando o território de Jaú passou a se comportar como uma frente em fase pré-pioneiro; elas são referidas pelos cronistas de Jaú (Fernandes, 1955:5).

Assim, quanto à origem do capital durante esse período, e que terá influência na fase da grande expansão cafeeira, podemos perceber que, num primeiro momento da ocupação do território, o capital exigido era mínimo: a terra poderia ser obtida gratuitamente e os investimentos necessários para as primeiras instalações rurais eram pequenos. Com o desenvolvimento das primeiras lavouras poderia ocorrer a comercialização do excedente da produção, permitindo um acúmulo de capital, caracterizando assim um processo de autofinanciamento.

Com o tempo e paralelamente, esse capital também veio de fora, em quantidade variável, através dos povoadores

de maior posse, o que acabamos de explicar; tornaram-se proprietários pela posse ou pela compra, trouxeram alguns escravos, além de certos instrumentos de trabalho e animais.

Dessa forma, mesmo antes da grande expansão cafeeira, já ocorria no território de Jaú, o processo de separação entre os detentores e os desprovidos de capitais e dos meios de produção. Mais ainda, Mesmo antes da grande expansão cafeeira, o território de Jaú já estava não só em grande parte apropriado, mas também já sofrendo os efeitos de certo processo de fragmentação fundiária, que se deu através de heranças, mecanismo de compra e venda, e da "comercialização" da terra; esses fatos explicam, em grande parte, a ausência do predomínio das grandes propriedades no período cafeeiro, quando raríssima foi a fazenda que teve mais de 500 alqueires, ou com mais de 400.000 pés de café. Esse tema será retomado mais adiante, no capítulo referente à estrutura fundiária.

Tudo isso nos faz entender melhor a análise que P. Mombeig faz sobre a estrutura agrária já na fase pioneira paulista:

"O que convém reter destas histórias, é que os pioneiros paulistas jamais puderam dispor de terras gratuitas: nada é mais estranho à faixa pioneira brasileira que a "terra devoluta". O tamanho da propriedade que o pioneiro pode possuir não depende tanto do seu ardor no trabalho, ou das suas ambições, mas sim de sua capacidade financeira. Somente o sistema das grandes plantações, que supõe um capital sólido, poderia ser vantajoso. A posse do solo começa por um negócio, à vista disso, é preciso considerar que a forma da propriedade pioneira não é apenas obra do acaso nem do espírito empreendedor do desbravador: faz parte da gleba florestal, da qual é apenas uma

parte, paga em dinheiro. Convém então deixar de lado a imagem simpática do pioneiro, que, rifle ao ombro, machado na mão, estabelece livremente sua propriedade na floresta virgem". (P.Mombeig,1957; 110).

4. O COMPORTAMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DE JAÚ ANTERIOR À GRANDE EXPANSÃO CAFEEIRA

Pelo que analisamos até aqui, para o período em estudo, a visão de uma área ocupada através de uma economia de subsistência, tendo no autoconsumo seu único dinamismo, deve ser de início rejeitada, porque implica um dualismo já bastante criticado.

Coloca-se aqui o problema da chamada "agricultura de subsistência". A sua vinculação com a chamada "agricultura de exportação" teve em Caio Prado Jr. um trabalho pioneiro, ao considerar a agricultura de subsistência como necessária para

"amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (o de fornecer gêneros tropicais e minerais ao mercado europeu)" (Prado Jr., 1953:113).

O seu capítulo sobre a "Agricultura de Subsistência" representa importante contribuição inovadora nesse tipo de abordagem.

Outros trabalhos se seguiram nessa linha, como o de Novaes (1974:32 e seg.), Singer (1976:21-27), C. de Mello (1975:26 e seg.).

Com base nesses trabalhos depreende-se a existência de pelo menos dois setores integrados que fundamentam a Economia Colonial: o setor de exportação e o setor de subsistência.

O setor de exportação, ou de mercado externo, corresponde àquele relacionado com a produção de mercadorias para os mercados centrais do sistema mundial; é o setor não só o mais importante da economia colonial, já que é ele que a di

namiza, mas também aquele diretamente ligado, na economia colonial, ao mercantilismo; é organizado em grandes unidades produtoras e no escravismo.

O setor de subsistência corresponde àquele relacionado com a produção de alimentos, ou bens em geral, para o consumo local ou interno; está diretamente ligado ao mercantilismo através de sua dependência ao setor de exportação: se parte da sua produção é consumida pelo próprio produtor, a outra parte é comercializada. A parte comercializada pode aumentar caso o setor de exportação aumente sua produção, provocada pelo aumento da demanda externa, uma vez que, utilizando de modo mais intenso a força de trabalho nele empregada, desloca a mesma do setor de subsistência; mecanismo oposto ocorre quando da retração do setor de exportação. Organiza-se em pequenas unidades de produção rural e com o trabalho "livre", podendo em determinados casos se organizar em grandes unidades de produção, como é o caso da pecuária, e com o trabalho escravo.

Esse setor de subsistência pode se localizar na própria unidade de produção ligada ao setor de exportação, como é o caso de fazendas cafeicultoras, ou então estar dele separado; nesse caso corresponde às unidades de produção voltadas basicamente para a chamada "agricultura de subsistência".

Esses setores da economia colonial, no nível territorial, podem ser definidos em termos de áreas. P. Petrone chamou-as com propriedade de "áreas de economia de exportação" e "áreas de economia de sustentação", mostrando que se desenvolve entre ambas as áreas uma

"uma vida de relação mais ou menos intensa e complexa, responsável pela definição do primeiro arcabouço da integração terri

torial do país" (Petroni, 1973:49-50).

A transposição desses setores da economia para o nível territorial pode ser fundamentada.

Inicialmente podemos afirmar que representam setores da produção territorialmente localizados, sob diferentes formas e níveis. Em termos de frequência por área, pode ocorrer a coexistência desses dois setores espacializados da economia, com o predomínio de um sobre o outro, estabelecendo-se assim diferentes graus de "especialização" da produção por área, ou seja, áreas mais voltadas para a produção visando a exportação, ou áreas mais voltadas para a produção de subsistência.

Nesse sentido, as áreas definidas como de "economia de exportação" caracterizar-se-iam, inicialmente, como sendo aquelas onde ocorreria um forte predomínio do setor de exportação sobre o de "subsistência", o mesmo podendo ocorrer, no caso contrário, com as áreas definidas como de "economia de sustentação". Evidentemente, nesses dois tipos de "áreas", poderia ocorrer a existência de unidades de produção rural na qual coexistissem a produção para exportação e a produção para subsistência, e onde uma delas se comportasse como a atividade fundamental. Esse fenômeno está ligado ao próprio mecanismo e dinâmica da economia colonial; assim, uma "área de economia de exportação" o setor de subsistência pode estar localizado numa própria fazenda de café; um outro exemplo seria o caso de uma "área de economia de sustentação" onde ocorrerem tentativas de produção para exportação.

Em segundo lugar, com relação à transposição desses dois setores da economia para o nível territorial, as áreas de economia de exportação e de sustentação se definiriam

por representar a dimensão territorial da formação econômico-social brasileira, onde ocorriam diferentes relações de produção, que se combinavam, por sua vez, de diferentes maneiras; por exemplo, as áreas de economia de exportação e de sustentação se apoiavam em diferentes relações de produção, o que ajudava a explicar as diferentes estruturas sociais nelas vigentes.

No nível da estrutura econômica, não ocorria apenas uma única relação de produção de forma homogênea, mas sim diferentes relações de produção que se combinavam e coexistiam, onde uma delas se comportava de modo dominante. No nível nacional, a relação de produção dominante estava basicamente ligada ao setor de exportação, ou, se quisermos, às áreas de economia de exportação", através da qual a economia colonial se vinculava ao sistema colonial mercantil, permitindo o seu funcionamento. Era através dessas "áreas" que se definia o aspecto dependente periférico da economia brasileira, em relação aos centros hegemônicos do sistema mundial.

Consequentemente, as relações de produção vinculadas às "áreas de economia de sustentação" se comportavam como dominadas, colaborando para definir o seu aspecto de dependência interna; de qualquer maneira, era um dos componentes do sistema territorial mercantilista, permitindo o seu funcionamento como um todo. Se na forma ela se assemelhava a uma economia de autosuficiência, no seu conteúdo ela refletia relações com o sistema capitalista comercial, o que se dava através de fluxos que as ligavam às "áreas de economia de exportação".

Enfim, considerando as relações que definem o mecanismo da economia colonial, poderíamos distinguir pelo menos, três níveis territoriais, hierarquizados: o primeiro represen

tado pelos centros de decisões do sistema, no caso externo e representado pelo centro europeu; o segundo representado pelas "áreas de economia de exportação", e o terceiro, representado pelas "áreas de economia de sustentação", que teve, na realidade, uma organização, além de muitas vezes incipiente e heterogênea, decorrência natural de sua especificidade econômica e social.

Pensando agora em termos de economia cafeeira (mercantil-escravista nacional, como propõe C.de Mello, 1973:46 - 69) ligada ao capitalismo concorrencial do século XIX, apesar das transformações nela ocorridas, em comparação com a economia colonial ligada ao antigo sistema colonial, ela continuou escravista e latifundiária como a economia colonial. A permanência desses dois aspectos esteve ligada, de acordo com o referido autor, ao sentido da demanda externa: teria resultado da necessidade, ou como melhor solução, de se produzir café em grande escala e a baixo preço (10).

Na medida em que a economia cafeeira permaneceu latifundiária e escravista por necessidade de seu próprio funcionamento, ela continuou não só a se fundamentar nos três setores da economia propostos por Singer, mas também a gerar "áreas de economia de exportação" e "áreas de economia de sustentação", isso apesar do crescimento verificado no setor de mercado interno,

"cuja função especializada é a de prover mercadorias (e serviços) ao mercado interno" (Singer, 1976:23).

Durante a economia cafeeira escravista, o setor de mercado interno continuou ainda, e em grande parte, na dependência do setor de exportação; o aumento desse último, no ca

so em função do desenvolvimento da cultura cafeeira, provoca va conseqüentemente, um aumento do mercado interno através da ampliação das atividades comerciais, bancárias, armazenamento, transportes, construções urbanas, serviços urbanos, de importação de bens externos, etc.

Assim, o desenvolvimento do setor de mercado inter no foi assumindo basicamente a forma de urbanização, a cujo processo esteve associado. Em termos territoriais, o setor de mercado interno e a conseqüente urbanização se comporta ram basicamente como parte integrante das "áreas de economia de exportação", onde praticamente se localizavam. Generali zando, podemos afirmar que os setores de mercado externo e in terno constituíam as chamadas "áreas de economia de exporta- ção".

Contudo, a realidade regional do Brasil não pode ser resumida apenas a esses dois tipos de áreas acima cita- dos, digamos assim, em seu aspecto "puro".

É sob esse prisma que o território de Jaú durante a sua primeira fase deve ser encarado.

Pelas colocações feitas nas páginas anteriores, so mos levados a admitir que o território de Jaú ter-se-ia com portado até a grande expansão da cafeicultura ocorrida em meados da década de 1880, como uma "área de economia de sus- tentação", isso levando-se em conta o aspecto territorial do setor de subsistência da economia, agora mercantil e escre - vista.

Evidencia-se também que durante esse período de sua vida regional, o território de Jaú, na medida em que não se constituiu e não se estruturou de modo autônomo, ~~e~~a teve

sua formação basicamente vinculada à expansão territorial da economia escravista cafeeira, constituindo-se assim em em uma de suas "franjas".

Contudo, com relação a esse período anterior à gran de expansão cafeeira no território de Jaú, torna-se necessá - rio distinguir duas fases de sua vida regional, ambas ligadas ao mesmo processo de expansão da economia escravista cafeeira. Duas fases que, na verdade, se interpenetraram.

A primeira que, em termos cronológicos, se estendeu desde o início do processo de povoamento na década de 1830 até fins da década de 1860; a segunda fase, que se estendeu entre as décadas de 1860 e 1880. Tratemos inicialmente da primeira fase.

Considerada sob esse prisma, isto é, como "franja" territorial da economia escravista cafeeira, o território de Jaú apresentou características, algumas já tratadas em pági - nas anteriores, que permitem considerá-la com o que tem sido chamado de "Frente de Expansão", que, em princípio, se confun - de com as noções também já apresentadas de "setor de subsis - tência" da economia e de "área de economia de sustentação".

A expressão "frente de expansão", diferente do que ocorre com a expressão "área de economia de sustentação", sugere a idéia de mobilidade territorial da economia e da socie - dade, e a conseqüente integração de "novas" áreas, no caso pela expansão da economia escravista cafeeira. Portanto, "fren - te de expansão" de uma economia e de uma sociedade.

É sob esse ponto de vista que o processo de povoa - mento tratado anteriormente deve ser encarado.

Pela literatura consultada a respeito da caracterização e definição de "frente de expansão", percebe-se a divergência de opiniões que existe do ponto de vista teórico, chegando-se a utilizar a expressão "frente de expansão" para fenômenos diferentes e até mesmo opostos. (11)

Dos autores relacionados, dois merecem destaque com relação ao tratamento específico de "frente de expansão". Apresentando uma definição preliminar de "frente de expansão", Velho afirma que elas são

"constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas não exploráveis, e apenas ocupadas por sociedades indígenas (1972:13).

O referido autor apresenta considerações referentes à descontinuidade "geográfica" (as aspas são nossas) das "frentes de expansão", à variedade de situações em que elas podem se encontrar, e a procedimentos para a elaboração de uma tipologia de "frentes de expansão", onde distingue áreas efetivamente limites da expansão da sociedade brasileira, áreas que se mantiveram "marginalizadas" dentro de regiões de colonização antiga, áreas que após a decadência cíclica voltam mais tarde a ser objeto de reocupação, e ainda as frentes pioneiras.

A definição mais bem elaborada sobre "frente de expansão" é, em nossa opinião, aquela apresentada por Martins, apesar de possuir âmbito mais restrito do que a de Velho (1975:43). A interpretação por ele feita sobre "frente de expansão", em linhas gerais corresponde ao comportamento regional que o território de Jaú teve nas primeiras décadas de sua ocupação. Assim, apresentar essa interpretação é praticamente estabelecer uma primeira aproximação para a caracterização

da vida regional do território de Jaú na sua primeira fase.

Mas não podemos perder a perspectiva que, como "fran^{ja}" da expansão territorial de um sistema, a interpretação de uma "frente de expansão" não pode ser entendida em todas as suas especificidades, dissociada do referido sistema. Especificidades que variam no tempo e no espaço, refletindo a totalidade social da qual é a "fran^{ja}", e as próprias características endógenas da área integrada. Assim, a definição de Martins, válida como categoria geral de análise, deve ser ajustada aos estudos empíricos a ser realizados.

Assim sendo, o território de Jaú definiu-se como "frente de expansão" somente a partir da instalação no Vale do Paraíba e depois na "Região Central", de "áreas de economia de exportação", inicialmente ligadas à cultura da cana de açúcar e, posteriormente, à cafeicultura, ambas com base escravista.

Martins aplica a noção de "frente de expansão" para uma faixa de terra situada entre a fronteira econômica e a fronteira demográfica, conceitos esses apresentados pela primeira vez por Neiva (1949:226). Esse autor afirmava que no caso brasileiro aquelas duas fronteiras não coincidiam necessariamente, localizando-se a fronteira demográfica mais "para o interior do que a fronteira econômica". Caracterizou a fronteira demográfica e a fronteira econômica, respectivamente,

"como tal considerada a que unisse numa linha contínua os últimos focos permanentes de população neste vasto interior e que os separasse do vazio que fica além.... a fronteira econômica, que conceituamos como sendo a linha que une os últimos pontos cuja atividade econômica se integra

na economia geral brasileira, à qual este já ligada por meios de transportes adequados para permitir a existência de uma economia de troca razoável entre ela e a faixa de civilização moderna". (Neiva, 1949: 226).

Na época em que o território de Jaú foi transformado numa "frente de expansão", a fronteira econômica já tinha atingido os municípios da "Região Central", onde a cultura do café já estava instalada. Para a fase em estudo a fronteira econômica correspondia, na realidade, à fronteira das "áreas de economia de exportação".

Portanto, essa faixa de terra com baixíssima densidade demográfica, não estava situada dentro da fronteira econômica, ou seja, não estava integrada pela economia de mercado, ou se quisermos ainda, pelo setor de mercado externo. Martins usa a expressão "economia de excedente" para caracterizá-la, que nesse sentido corresponde ao papel desempenhado pelo "setor de subsistência" de Singer, ou pelas "áreas de economia de sustentação" de Petrone; ou seja, uma economia em que o principal objetivo da produção seja a própria subsistência dos produtores, e, secundariamente, a troca ou a comercialização do produto "excedente".

Na comercialização do excedente da produção, os mercados representados pelas áreas cafeeiras situadas à retaguarda do território de Jaú tiveram papel fundamental. Já vimos que a parte comercializada poderia se ampliar ou se retrair, dependendo do aumento ou da crise do setor de mercado externo, representado no caso pelas áreas monocultoras cafeeiras.

Martins considera que além da comercialização ou troca da produção de excedente, a "frente de expansão" se integra à economia de mercado pela absorção do excedente demo -

gráfico que não pôde ser contido dentro da fronteira econômica.

Com relação a essa segunda forma de integração, o caso específico que ocorreu com o território de Jaú, ante as características da economia cafeeira escravista, se deu através de migrações de homens livres e pobres que, como já vimos, não sendo absorvidos pelo sistema escravista da fronteira econômica, se comportaram como os primeiros migrantes que se dirigiram para a área em estudo, a partir dos primeiros anos da década de 1830.

Não podemos nos esquecer que essa forma de integração por fluxos demográficos teve com o tempo, principalmente com a década de 1850, a participação de um outro componente, do qual já falamos: pessoas, paulistas ou mineiros, dotadas de um certo capital, originárias de municípios de povoamento mais antigo, situados à retaguarda do território de Jaú, e já incorporados pela fronteira econômica. Pessoas que encaravam o território de Jaú como uma área de novas oportunidades para as culturas de exportação, no que foram em parte, estimulados pela cultura canavieira desenvolvida no "quadrilátero açucareiro" e, posteriormente pela cafeicultura na "Região Central".

Outra marcante característica do território de Jaú, como "frente de expansão", característica também apreendida por Martins, foi o domínio do uso privativo das terras devolutas, o que quer dizer que as terras durante essa fase não eram adquiridas através de um processo de compra e venda, já que elas não representavam o equivalente de mercadorias, mas sim, sofreram uma apropriação através do processo de ocupação e apossamento, processo que caracterizou a ação dos primeiros povoadores do território de Jaú. Esses ocupantes e posses-

ros, tipos sociais dominantes numa "frente de expansão", e que foram considerados por Mombeig como os precursores do movimento pioneiro (Mombeig, 1952:116), aproveitam apenas o valor de uso da terra, ou seja, seu valor somente em função do potencial produtivo; o que quer dizer que o valor de troca da terra não se comporta como um fator importante numa frente de expansão.

Nos anos da década de 1860, devido não só a chamada Leis da Terra de 1850, que dificultou o mecanismo de posse, mas principalmente devido à crescente valorização das terras do território de Jaú, o processo de compra e venda possuiu a ser o dominante.

Pelas colocações até aqui feitas, considerando o território de Jaú durante essa primeira fase de sua vida regional como uma "frente de expansão", essa abordagem implicaria necessariamente o início de sua integração num processo de regionalização ligado indiretamente a uma nova divisão internacional do trabalho e, diretamente, a uma frágil divisão interna do trabalho (territorialmente refletida em termos de "áreas de economia de exportação" e "áreas de economia de sustentação"), ambas divisões determinadas pelo modo de produção capitalista concorrencial do século XIX, que no Brasil assumiu as características de uma economia cafeeira, mercantil, escravista e nacional. Processo de regionalização que não foi simplesmente reflexo de decisões dos centros hegemônicos internacionais, mas também condicionado a variáveis endógenas.

Evidentemente, durante essa fase, a atual sub-região administrativa de Jaú não apresentava uma unidade territorial sendo portanto impossível estabelecer seus limites. A baixíssima densidade demográfica, acrescida pelo tipo de economia, evidenciava o domínio dos elementos do quadro natural.

Dessa forma, a atual sub-região administrativa de Jaú faria parte de uma teórica faixa de terra mais ampla que extravasava os seus limites atuais, limitada pelas fronteiras econômica e demográfica.

Mesmo assim, ao considerá-la como "franja" espacial da economia, essa abordagem nos permite, entre outras coisas, não só encarar a elaboração da "frente de expansão" em função do capital cafeeiro, como também apreender o mecanismo de subordinação da chamada produção de subsistência à produção dominante ligada à economia cafeeira. A expansão da economia escravista cafeeira, ao gerar "frentes de expansão" em função de seu próprio mecanismo, não implicou reproduzir nessas frentes as mesmas relações de produção que a fundamentavam.

Tratando agora da segunda fase de sua vida regional, que a grosso modo se estendeu entre fins da década de 1860 e meados da década de 1880, constatamos que ela representou a fase em que o território de Jaú desempenhou o papel de uma "frente pré-pioneira", ligada ainda à expansão da cafeicultura.

A cultura cafeeira implantada na porção central da Depressão Periférica Paulista e nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira, assistiu com a década de 1850 a sua primeira grande expansão, para o que colaborou a construção das primeiras ferrovias, e a maior proximidade dessas áreas em relação ao porto exportador de Santos. Além do mais, essa porção do Estado, em fase pioneira na época, oferecia terras abundantes, suficientes ao cultivo do café, em função da demanda mundial do produto.

Nessa época o aumento da demanda externa estava, por sua vez, condicionado à oferta suficiente de café a baixo pre

ço, que era outra condição básica para a crescente generalização do consumo mundial do produto. Nesse sentido, repetimos, não só a abundância do fator terra nas referidas porções do Estado, com fácil acesso ao porto exportador e permitindo a continuação do aspecto extensivo e depredatório da cafeicultura, mas também a intensa exploração da mão de obra escrava, permitiam a produção desse café a baixo preço. (C. de Mello, 1973:66).

O grande desenvolvimento da cafeicultura nas porções do Estado acima referidas, acabou valorizando certas áreas "marginais", interiores do Estado, principalmente aquelas que podiam se comportar como recursos para a cultura cafeira, o que estava condicionado à existência de quadros naturais favoráveis para essa cultura, e pelas condições de acesso.

Como o aspecto extensivo da cultura cafeira, de finido em termos de áreas velhas, maduras e novas, se caracterizou pelo seu deslocamento em direção de "novas" terras que de preferência apresentassem condições naturais e de acesso favoráveis, é evidente que ocorresse a crescente valorização, acima citada, de certas áreas periféricas.

No caso específico do território de Jaú, essa fase de sua vida regional, ligada a estímulos originados diretamente de sua retaguarda já em fase pioneira, representou a sua transformação de uma "frente de expansão" numa "frente pré-pioneira".

Mais ainda, teria representado um projeto, uma tentativa de transformá-la de uma frente em fase pré-pioneira numa frente em fase pioneira, projeto cujo sucesso estava condicionado a acontecimentos futuros, relacionados com a supera

ção da própria crise da economia cafeeira escravista, o que implicaria a implantação de uma economia capitalista nacional, onde o desenvolvimento das ferrovias e a generalização do trabalho livre tiveram importância capital.

Explicando melhor. A definitiva generalização do consumo do café, implicando significativo aumento da demanda externa do produto como aquela que ocorreu entre 1868 e 1875, condicionava o desenvolvimento da cultura cafeeira, agora em São Paulo, primeiro ao aproveitamento de "novas" terras interiores do Estado, e, em segundo lugar, à existência de u'a mão de obra numerosa a ser absorvida pelas novas áreas cafeeiras; além desses dois condicionantes internos, um terceiro era representado pelas condições de transporte.

Com relação às condições de transportes, o desenvolvimento ferroviário que ocorria em meados da segunda metade do século XIX criava perspectivas favoráveis para o aproveitamento dos recursos naturais do território de Jaú pela cafeeira: a chegada dos trilhos vindos de Santos, em Jundiá (1867), Campinas (1872), Rio Claro (1876), foi gradativamente diminuindo o custo de transporte de café até o porto exportador, viabilizando cada vez mais a transformação do território de Jaú numa frente pré-pioneira; dificilmente essa fase teria ocorrido independentemente da evolução ferroviária acima apresentada.

Com relação ao problema da mão de obra, quando as tentativas da implantação da cultura cafeeira se intensificaram nos anos 60 e 70 e 80 do século passado, a força de trabalho utilizada foi basicamente a escrava; o que quer dizer que durante a sua fase pré-pioneira foram sendo reproduzidas no território de Jaú relações de produção semelhantes às aquelas que ocorriam nas áreas de onde o café vinha se deslocando. Con

tudo, por razões que serão analisadas no capítulo "A expansão cafeeira e a força de trabalho", havia impedimentos para que o território de Jaú encarasse o trabalho escravo como a solução para a força de trabalho necessária a grande expansão cafeeira, o que quer dizer, para a sua transformação de uma frente em fase pré-pioneira, para uma frente em fase pioneira.

Na verdade, a grande expansão da cafeicultura nas últimas décadas do século XIX, que se traduziu na ocupação, - não só do território de Jaú, mas de vastas porções do Planalto Ocidental Paulista, não poderia ter ocorrido sob os fundamentos da economia escravista cafeeira: além dos obstáculos representados pelo uso da mão de obra escrava, os precários transportes apoiados na energia animal e escrava praticamente impediriam a ocorrência da referida expansão.

Foram esses obstáculos que a chegada da ferrovia ao território de Jaú em 1886/7, e a implantação do trabalho livre (que se definiu com a imigração em massa) irão superar, em grande parte por decisões internas, permitindo, no último quartel do século XIX, a transformação do território de Jaú numa frente em fase pioneira do café, e, conseqüentemente, a intensa utilização de seus recursos naturais. O que quer dizer que a sua passagem para a fase pioneira esteve, portanto, condicionada à própria crise da economia escravista cafeeira. Mas antes que tudo isso ocorresse, ela permaneceu por aproximadamente três décadas como uma frente em fase pré-pioneira.

Mas no fundo era um projeto que, teoricamente, poderia vingar ou não. Em princípio poderíamos admitir o fracasso desse projeto, resultante da não-superação dos referidos obstáculos. São, porém, conjecturas cuja discussão no momento deixa de ter sentido.

O aspecto pré-pioneiro dessa área não foi o mesmo, e nem poderia ser, daquele ocorrido em outras áreas e em outras circunstâncias históricas, onde, por exemplo, essa fase poderia ter-se apresentado mais "curta", mais concretamente realizável numa fase pioneira, chegando mesmo, em outros casos, essas duas fases do pioneirismo a se interligarem e a se confundirem numa única fase.

Enfim, o comportamento do território de Jaú como uma frente em fase pré-pioneira refletia o próprio dinamismo da economia cafeeira escravista, a partir do que temos chamado de "áreas de economia de exportação".

A reprodução dessas áreas, ocorria na medida em que o Brasil mais se inseria na divisão internacional do trabalho do século XIX; disso resultava a integração de "novas" áreas brasileiras ao sistema territorial mundial, como produtoras de bens primários, no caso de café, porém no nível de uma região periférica específica às regiões centrais hegemônicas do capitalismo concorrencial do século XIX. Conseqüentemente, essas "áreas de economia de exportação" possuíam um dinamismo que interferia de diferentes maneiras em outras áreas brasileiras, com as quais mantinham determinados tipos de relações.

No caso do território de Jaú, esse período que se estendeu entre fins da década em 1860 e meados da década 1880, representou uma tentativa de reprodução dessas "áreas de economia de exportação", fenômeno que se acentuou com as valorizações do café ocorridas nas décadas de 1860 e de 1870, o que acelerou o seu ritmo de ocupação. Tentativa que, como já vimos, foi obstada até os anos oitenta, em parte pelas próprias características da economia cafeeira escravista.

NOTAS DO CAPÍTULO I

- (1) Com relação ao mecanismo da economia colonial ver Paul Singer, *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*, Hucitec, 1976;21-26.
- (2) Informação retirada de José Murilo de Almeida Prado, *Ao Longo da História de Jahú, Comércio de Jahú*, 1.6.73.
- (3) Arquivo do Estado de São Paulo, *Ofícios Diversos*, Jaú, lata 228, Ordem 1083, ofícios com datas de 29.11. 1866, de 10.12.67, de 12.09.69.
- (4) Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, *Ofícios Diversos*, Jaú, lata 228, Ordem 1083.
- (5) Esses dados e parte da análise dos solos foram retirados do "Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo, Ministério da Agricultura, C.N.E.P.A. Rio, 1960).
- (6) Essas citações foram retiradas dos trabalhos de J.M. de Almeida Prado publicados no jornal *Comércio de Jaú*, de 09 e 25.03.73, onde o autor cita trabalhos de Mário Gomes Pahim e Benedito de Assis; sobre as razões dessa expedição ver ainda José Fernandes, 1955:4; Tolentino Miraglia, in *Edição Comemorativa do Centenário de Jaú*, - 1955; Tito Lívio Ferreira, *Comércio do Jahú*, 11.05.73.
- (7) Além dos trabalhos de J. Fernandes e S.Teixeira, ver também o livro de Sálvio Pacheco de Almeida Prado, *O Primeiro Ciclo do Café no Brasil*, Obelisco, São Paulo, 1977, onde o autor relata, com detalhes, a viagem de João Pacheco de Almeida Prado pelo rio Tietê.
- (8) *Ofícios Diversos*, Jaú, lata 228, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
- (9) Essa ideia é defendida por Cirne Lima, 1954:82, *Diegues*

Jr., 1959:21, Ianni, 1976:7, Graziano, 1978:29, Viotti, 1979:128.

- (10) O autor apresenta as fundamentações dessa idéia nas páginas 51-52.
- (11) Trabalhos que tratam direta e indiretamente das frentes de expansão: Arthur Neiva, A Imigração na Política Brasileira de Povoamento, Rev. Brasileira dos Municípios, Ano II, nº 6, abril-junho, Rio de Janeiro, 1949; Pierre Mombeig, Pionniers et Planteurs de São Paulo, Armand Colin, Paris, 1952; Leo Waibel, Capítulos de Geografia Tropical, IBGE, C.N.G., Rio de Janeiro, 1958, John - Friedmann, Regional Development Policy: a case study of Venezuela, MIT Press; Otávio Guilherme Velho, Frentes de Expansão e Estrutura Agrária, Zahar, Rio de Janeiro, - 1972; Darcy Silva, Colonização e Zonas Pioneiras, in A nais da A.G.B., Vol. XVIII, São Paulo, 1973; Pasquale Petrone, Perspectiva da Colonização no Brasil, in Anais da A.G.B., Vol. XVIII, São Paulo, 1973; José de Souza Martins, Capitalismo e Tradicionalismo, Pioneira, São Paulo, 1975; Eliano Sérgio A. Lopes, Frente de Expansão e Conflitos Sociais na Amazônia, Mimeog., Porto Velho, 1979; C.Ozório, Migrações Recentes e Desigualdades, PIMES/UFPe, 1978; David Goodman, Expansão de Fronteira e Colonização Rural: Recente Política de Desenvolvimento Brasileiro, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1978; Rosa Marin, Colonização e Fronteira: Articulação no Nível E conômico: e no Nível Ideológico, NAEA; Donald R. Sawyer, Colonização da Amazônia: Migração Nordestina para uma Frente Agrícola no Pará, mimeogr., CEDEPLAR/UFMG.).

CAPÍTULO II

O TERRITÓRIO DE JAÚ SOB O DOMÍNIO DA ECONOMIA CAFEEIRA

1. A IMPLANTAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA NO TERRITÓRIO DE JAUÍ

O lento desenvolvimento da cultura cafeeira no território de Jaú, ao longo da década de 1870, e que se acelerou a partir de meados da década seguinte, esteve relacionado a um processo mais amplo que envolveu outras porções do Estado de São Paulo localizadas no Planalto Ocidental, tais como a Mogiana e a Araraquarense. Nesse sentido, o território de Jaú representou uma das novas áreas integradas à grande expansão da cultura cafeeira que ocorreu basicamente entre 1886 e 1897, período em que foram plantados mais de 465 milhões de pés de café no Estado de São Paulo, como podemos constatar pela tabela elaborada por Cano (Cano, 1977:41) cuja adaptação segue-se abaixo.

Tabela nº. 4

Expansão Cafeeira no Estado de São Paulo

Anos	Cafeeiros em Produção	Período	Novos Cafeeiros plantados
1880	106 milhões	1876 a 1883	105 milhões
1888	211 "	1884 a 1885	9 "
1890	220 "	1886 a 1896	306 "
1901	526 "	1897	159 "
1902	685 "	1898 a 1901	4 "
1906	689 "	1902	8 "
1907	697 "	1903 a 1906	-
1911	697 "	1907 a 1908	25 "

De acordo com Araujo, (Araujo Filho, 1956:101) essa nova e impressionantemente rápida expansão da cultura cafeeira teria ocorrido após o que ele chama de segundo período da expansão do café em São Paulo, que se teria verificado na porção centro-oriental do Estado, conhecida como o "Oeste" pau-

ta, que se tornou na década de 1870 a principal área produtora de café.

Se de um lado essa expansão no território de Jaú esteve condicionada à generalização e ampliação da demanda externa a partir dos mercados centrais, aos estímulos provocados pelo preço externo do café e ao grande crescimento do comércio mundial verificado na segunda metade do século XIX, por outro lado ela só se tornou possível com a superação dos principais obstáculos endógenos que entravavam o seu desenvolvimento no território em questão, e que viabilizou o aproveitamento de seus quadros naturais pela referida cultura.

Vimos no capítulo anterior que o aproveitamento dos recursos naturais do território de Jaú pela cultura cafeeira, foi limitado, durante o período em que ela se comportou como "frente de expansão", pelas precárias condições de transportes e pela falta de numerosa força de trabalho escrava a preço viável, isto é, pelas condições escravistas da economia cafeeira.

A superação desses dois obstáculos, representada pela expansão ferroviária, cujos trilhos chegaram a Jaú em 1887 (em 1886 a ferrovia chegou em Dois Córregos), e pela implantação do trabalho livre, que esteve correlacionado com a chegada de grandes contingentes imigratórios, principalmente a partir de 1890, permitiu não só o deslocamento e a implantação da lavoura cafeeira nesse território, mas também, e conseqüentemente, sua transformação numa "frente pioneira" ligada ao café.

Acreditamos que o quadro acima apresentado seja válido também para outras áreas do Planalto Ocidental que a partir dessa mesma época foram integradas pela expansão da

cafeicultura. Com relação à expansão ferroviária, por exemplo, essas áreas foram também atingidas pelos trilhos da ferrovia nas duas últimas décadas do século passado, criando uma das condições necessárias para a referida expansão; foi durante a década de 1880 que a Mogiana alcançou o vale do Rio Pardo, chegando ~~em~~ São Simão em 1882, ~~em~~ Ribeirão Preto em 1883 e ~~em~~ Franca em 1887; nessa mesma década a Companhia Paulista de Estrada de Ferro alcançou o vale do Mogi-Guaçu, chegando ~~em~~ São Carlos (1884), Araraquara (1885) Jaboticabal (1892), Rincão (1893) e Bebedouro (1902); a Sorocabana por sua vez atingia Botucatu em 1889, a partir de Sorocaba, onde a ferrovia chegara em 1875.

A expansão da cultura cafeeira em Jaú, em outras palavras, só poderá ser claramente entendida a partir das alterações ocorridas nas relações de produção que se traduziram no abandono do trabalho escravo e do transporte com base na energia animal e escrava, e na instauração do trabalho livre, além das novas condições de transportes representadas pela ferrovia.

Essas colocações iniciais nos remetem à análise mais cuidadosa destes dois componentes básicos da economia cafeeira: a expansão ferroviária e a força de trabalho.

1.1-A Expansão da Cultura Cafeeira

A expansão da cafeicultura, que se deu de modo bastante intenso entre fins do século XIX e a primeira década do século XX, continuou, na verdade, a ocorrer até os primeiros anos da década de 1930. Essa afirmativa pode ser em parte comprovada pela análise da expansão dessa cultura no território de Jaú, tomando-se por base o número de cafeeiros

plantados.

Tabela nº. 5
Expansão da Cultura Cafeeira no Território de Jaú

Período	Nº de Cafeeiros Produzidos	Cafeeiros em formação	Nº Total de Cafeeiros	Cafeeiros Abandonados
(1)1898	14.500.000	14.000.000	28.500.000	--
(1)1900	27.084.000	9.875.000	36.959.000	
(1)1904	32.000.000	8.000.000	40.000.000	
(1)1912/3	45.748.950			
(1)1913/4	43.008.200			
(3)1920			50.672.202	
(2)1930/1	65.858.500	7.346.000	73.204.500	1.039.024
(2)1934/5	67.211.584	1.296.000	68.508.507	2.057.776
(3)1940	58.155.379	159.392	58.314.771	
(3)1950	45.133.077	1.381.037	46.514.114	

- (1) Anuário Estatístico de São Paulo
 (2) Estatística Agrícola e Zootécnica, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo
 (3) Recenseamentos federais

Considerando que em 1877 existiam no município de Jaú 1.577.800 cafeeiros (1), a existência em 1898 de 22.000.000 de pés de café só em Jaú, e de 28.500.000 pés para o conjunto do território, reflete o verdadeiro "boom" cafeeiro ocorrido ao longo da última década do século passado. O vertiginoso aumento do número de pés de café plantados continuou na primeira década do século atual, atingindo 36.959.000 pés em 1900, e 40.000.000 em 1904; em 1920 o número de pés de café atingia 50.672.202, aumentando para 73.204.500 em 1930/1, ano em que o número de cafeeiros praticamente atingiu o seu ponto máximo. A diminuição para 58.314.771 pés em 1940 demonstra o encerramento da expansão da cultura cafeeira e o irreversível processo de decadência dessa cultura no território de Jaú.

A rápida e grande expansão da cafeicultura entre fins

do século passado e início do século atual torna-se mais clara ainda, se considerarmos não só o número de pés plantados, mas também o número de pés produzindo e o número de cafeeiros em formação. Constata-se pela tabela nº 5 que, em 1898, para um total de 28.500.000 pés de café plantados, aproximadamente 50% (14.000.000 pés) correspondia a cafeeiros em formação (com menos de 4 anos) e os outros 50% (14.500.000 pés) a pés de café em produção (com mais de 4 anos).

O progressivo aumento do número de cafeeiros em produção e a progressiva diminuição do número de cafeeiros em formação, demonstra um processo, lento, é verdade, de estabilização da expansão da cultura cafeeira ao longo das três primeiras décadas do século atual. Encontramos, ainda no ano de 1930/1, a existência de 7.346.000 cafeeiros em formação, dado que cai em 1940 para apenas 159.332. pés.

Se no seu valor absoluto o número de pés em formação diminuiu pouco entre 1900 e 1930 (1898: 14.000.000 de pés; 1900: 9.875.000 pés; 1930/1: 7.346.000 pés), no seu valor percentual em relação ao número total de pés existentes, a porcentagem diminuiu bastante, caindo de 49,12% em 1898 para 11,1% em 1930/1; é sob esse prisma que a referida estabilização é melhor compreendida. Além do mais, em 1930/1 já existiam no território de Jaú 1.039.024 cafeeiros abandonados.

Mais um exemplo ainda. Dados referentes ao ano de 1942 (2) demonstraram que 81,92% dos pés de café então existentes no território de Jaú tinham sido plantados antes de 1922, e 29,60% antes de 1902, caracterizando para esse ano o comportamento do território de Jaú já como uma "zona velha" de cultura cafeeira.

Tabela nº. 6Idade dos Cafeeiros em 1942 no território de Jaú

Idade dos cafeeiros	nº de cafeeiros	Ano de plantação	Valor percentual
1 a 4 anos	4.100	1938-42	0,006%
4 a 8 anos	95.300	1934-7	0,15
8 a 20 anos	10.999.700	1922-37	17,91
20 a 40 anos	32.129.256	1902-22	52,32
mais de 40	<u>18.173.367</u>	antes de 1902	29,60
Total	61.401.723		
(cafeeiros abandonados: 1.099.000)			

As idéias acima apresentadas podem ser ainda corroboradas pelos dados da tabela nº 7, que demonstram uma ampliação progressiva da área abrangida pela cultura cafeeira a partir de fins do século passado, a qual atingiu seu ponto máximo nos anos de 1930; a partir de então verificou-se um processo oposto.

Tabela nº 7Área abrangida pela cultura cafeeira no território de Jaú de 1905 a 1950

Ano	Área cultivada
1905	53.111 hect.
1920	63.339 "
1930/1	96.006 "
1934/5	90.657 "
1940	72.933 "
1950	59.104 "

Tentamos até aqui caracterizar a expansão da cultura cafeeira, independentemente das oscilações na produção e de seus diferentes ritmos de expansão ao longo desses perío-

dos.

No nível da produção é evidente que sua evolução sofreu fortes oscilações, em virtude de inúmeras variáveis, por sinal já bem conhecidas e normalmente inter-relacionadas, que intervêm sobre elas, quer as relacionadas com as condições naturais (como as geadas, as secas, o esgotamento do solo), quer as relacionadas às condições de mercado (a superprodução ou não do produto, ante o comportamento da demanda e da oferta), quer as relacionadas às próprias características dessa cultura (normalmente a um ano de grande produção segue-se um ano de produção menor, com queda da produtividade).

A tabela que se segue ilustra, de modo bastante amplo, o aspecto oscilatório que caracterizou a produção cafeeira em virtude das variáveis acima apresentadas, e cuja análise mais detalhada julgamos desnecessário aqui realizar.

Tabela nº. 8

Evolução da Produção Cafeeira no território de Jaú

Ano	Produção em arrobas
(1) 1898	950.000 arrobas
(1) 1900	1.620.000 "
(1) 1902	1.147.594 "
(1) 1903	1.000.000 "
(1) 1904	1.278.017 "
(1) 1905	2.617.106 "
(2) 1912/3	2.831.551 "
(2) 1913/4	3.472.410 "
(3) 1920	1.783.600 "
(2) 1930/1	2.951.040 "
(2) 1934/5	2.435.417 "

1. Anuário Estatístico de São Paulo
2. Estatística Agrícola e Zootécnica
3. Recenseamento Federal

No nível dos diferentes ritmos de expansão da cultura cafeeira, apesar de permanente até o início da década de 1930, é possível distinguir dois "momentos" de grande aceleração desse ritmo, separados por um período de desaceleração.

Pela série de dados de que dispomos, é possível afirmarmos que um primeiro "momento" iniciou-se ao longo da década de 1880, principalmente após 1886-7, com a chegada da ferrovia, e se estendeu até, aproximadamente, 1905; e um segundo "momento" da expansão ocorreu ao longo dos anos da década de 1920, ao que tudo indica a partir de 1922/3, até a crise de 1930.

Tabela nº. 9

Total de cafeeiros no território de Jaú 1887-1964

Ano	Nº de Cafeeiros plantados
(1) 1887	1.577.800 (só no município de Jaú)
(1) 1898	28.500.000
(1) 1900	36.959.000
(1) 1904	40.000.000
(1) 1905	43.311.494
(2) 1912/3	45.748.200 (produzindo)
(2) 1913/4	43.008.200
(3) 1920	50.672.202
(2) 1930/1	73.204.500
(2) 1934/5	68.508.507
(3) 1940	58.314.771
(3) 1950	46.514.114
(3) 1960	28.031.961 (produzindo)
1964/5	20.031.961

- (1) Anuário Estatístico de São Paulo
 (2) Estatística Agrícola e Zootécnica
 (3) Recenseamento Federal

O primeiro "momento", que na realidade representou a transformação do território de Jaú numa típica "frente pioneira" cafeeira, continuou intenso, mesmo após 1897/8, época

da primeira importante crise cafeeira, no nível nacional. Consta-se, pelos dados da tabela acima, que o acréscimo do número de cafeeiros, no período compreendido entre os anos de 1898 a 1905 foi de 14.811.494, número que representava, em 1905, 34,19% dos pés de café existentes nesse ano. Nota-se que durante esses sete anos a média anual de cafeeiros plantados atingiu o elevado índice de 2.115.927.

Isso quer dizer que não houve uma correlação necessária e coincidente no tempo, quanto ao comportamento da produção e expansão da cultura cafeeira, entre o nível estadual (que envolve também área "cafeeiras velhas" ou "maduras"), e o nível de uma "frente pioneira". Mesmo em épocas de super produção cafeeira no nível estadual ou nacional, essa produção pode continuar a se expandir aceleradamente numa "frente pioneira", talvez estimulada pelas próprias características e vantagens comparativas de uma "frente pioneira" em relação às zonas cafeeiras "velhas" e "maduras".

Percebe-se que entre 1905 e 1920 a expansão da cultura cafeeira perdeu o seu ritmo acelerado no território de Jaú, já que durante esses quinze anos o acréscimo do número de cafeeiros foi de apenas 7.360.708 pés, o que dá u'a média anual de aumento de 490.713 pés, índice muito baixo em comparação com a média de 2.115.927 pés verificada em 1898 a 1905. Esse período representou aquele de desaceleração da expansão da cafeicultura no território de Jaú.

A expansão da cafeicultura no nível regional, não deve ter mantido um ritmo homogêneo durante esse período que se estendeu de 1905 a 1920. Apesar de lenta para o conjunto do período, o seu ritmo deve ter sido intermitente, onde fa-

ses de retração sucediam fases de aceleração, refletindo as várias crises que então afetaram a cultura cafeeira.

Assim, a crise que se prolongou pela primeira década do século atual, teria sido sucedida por um revigoremento na expansão da cafeicultura, ante a recuperação dos preços do café verificada entre 1910 e 1913. Já durante a primeira guerra mundial, novamente ter-se-ia registrado uma retração, com uma lenta expansão no número de pés de café plantados, em virtude dos preços baixos, porém relativamente estáveis, que caracterizaram essa fase. Novamente, em 1918 e 1919, registrou-se um novo estímulo ao desenvolvimento da cultura cafeeira provocado pela grande alta nos preços do café, que chegou a dobrar. Porém, de 1920 a 1923, verificou-se uma nova queda dos preços externos do café, quando, a partir de então, ocorreu a grande expansão da cafeicultura dos anos vinte (3).

O acréscimo de 22.532.298 cafeeiros registrado entre os levantamentos estatísticos de 1920 e 1930/1, define a retomada na aceleração da expansão da cultura cafeeira no território de Jaú, caracterizando um segundo "momento" de sua expansão; a média anual de acréscimo de cafeeiros plantados de 2.253.229, em comparação com os 490.713 do período anterior, caracteriza muito bem esse novo "momento". Essa nova expansão se deu em detrimento das áreas de mata que ainda eram muito frequentes no início dos anos da década de 1920, que funcionavam como "fronteira interna", ou então, "reserva de solos", para a referida expansão: os 56.855 hectares de matas existentes em 1920 foram reduzidos para 22.656 hectares em 1940. É significativo observar que em 1905 as matas ocupavam 57.965 hectares, dado muito próximo ao de 1920, o que confirma, em relação a esse último ano, a sua pequena substituição por novas lavouras de café.

Esse segundo "momento" no território de Jaú representou os efeitos das condições favoráveis que estimularam a lavoura cafeeira durante os anos vinte, como o aumento dos centros consumidores mundiais, a geada de 1918, que "quebrou" aproximadamente 40% da produção prevista para esse ano, o aumento do preço internacional do café que subiu de 17,5 cents por libra em 1924 para 20/21 cents em 1929.

O encerramento desse segundo "momento" da expansão da lavoura cafeeira verificou-se a partir dos primeiros anos da década de 1930, quando o número de cafeeiros e a área por eles ocupadas passaram a diminuir progressivamente.

Pensamos que a decadência da cultura cafeeira a partir de 1930, não deve ser encarada como simples reflexo da crise desse mesmo ano (valorização-superprodução-boom). Quando essa crise ocorreu, as áreas potencialmente propícias para a cultura cafeeira no território de Jaú, ante as técnicas especulativas de cultivo do café até então generalizadas, já estavam praticamente ocupadas. As novas culturas cafeeiras que continuaram a ocorrer após 1930, dar-se-ão mais em zonas "novas", localizadas na porção oeste do estado do Paraná. Assim sendo, além da crise de 1930, a decadência da produção cafeeira no território de Jaú refletiu também variáveis "internas", entre as quais podemos citar:

- a ausência de importantes áreas com "terras virgens" próprias para a cultura cafeeira, ainda disponível;
- a grande diminuição de novos cafezais plantados, em parte pela indisponibilidade acima apresentada;
- o envelhecimento progressivo dos cafezais, provocando uma contínua queda de seu rendimento, acentuada pela erosão.

- a erradicação de cafezais antigos, já antieconômicos, provocando uma diminuição não só da produção mas também da área cultivada.

1.2. A Expansão da Cafeicultura e a Força de Trabalho

Quando as tentativas de importação da cultura cafeeira se intensificaram ao longo das décadas de 1870 e 1880 no território de Jaú, a presença do trabalho escravo nos permite especular sobre as possíveis relações entre o comportamento desse território como uma frente em fase pré-pioneira e a presença do trabalho escravo.

O censo de 1872 registrou para Dois Córregos e Jaú, os dois únicos municípios que então constituíam a atual sub-região administrativa de Jaú, a existência de 1138 escravos, entre negros e pardos, que representavam 12,32% da população total. É significativo frisar que esse mesmo censo registrou também a presença de 2.862 negros e pardos livres que, somados ao número de escravos, totalizavam 43,36% da população total. Recordamos que em 1873 já existiam, apenas no município de Jaú, 88 fazendas que já produziam café, apesar de sua produção ser ainda pequena.

Tabela nº. 10

Grupos pela cor da pele em Jaú e Dois Córregos-1872

<u>Grupos pela cor da pele</u>	<u>Livres</u>	<u>Escravos</u>	<u>Total</u>
Branços	4.789	-	4.789
Pardos	2.261	480	2.741
Pretos	601	658	1.259
Caboclos	442	-	442
	<u>8.093</u>	<u>1.138</u>	<u>9.231</u>

A porcentagem de 12,32% da população constituída por escravos, apesar de inferior àquelas encontradas nas áreas cafeeicultoras paulistas mais antigas onde o regime escravista foi dominante (4) nos mostra que nesse período, o lento desenvolvimento da cultura cafeeira no território de Jaú se apoiou no trabalho escravo; ou seja, com a expansão da cafeeicultura foram sendo reproduzidas relações de produção semelhantes àquelas que ocorriam na "Região Central" de onde o café vinha se deslocando, e de onde provinham parte considerável dos donos de escravos. A força de trabalho dominante - mente escrava utilizada nas primeiras tentativas de implantação da cultura cafeeira, é também confirmada por Ronaldo Marcos dos Santos, em sua pesquisa em andamento sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Jaú, durante 1870 e 1889.

Apesar dos obstáculos que a proibição do tráfico negreiro em 1850 trouxe para a aquisição do trabalho escravo, essa dificuldade para o território de Jaú pôde ser compensada pelo deslocamento de escravos, que vieram com seus proprietários, ou que foram posteriormente comprados de outras partes da província ou do país.

Um dos problemas que aqui se coloca para a época, é o da possibilidade do território de Jaú continuar se apoiando para o desenvolvimento de sua cultura cafeeira, no regime escravista, e o problema dos possíveis obstáculos que esse regime pudesse imprimir à expansão da própria cultura.

As dificuldades para a obtenção do trabalho escravo, já então generalizadas para toda a economia cafeeira do Estado de São Paulo, não ^{de} poderiam deixar de refletir no território em estudo.

Numa carta datada de 24 de outubro de 1881, o escrivão da Coletoria Provincial da Vila do Jahu, dirigida ao Presidente da Província de São Paulo, já afirmava que

"desde que passou na Assembléia Provincial a lei proibindo a entrada de escravos de uma província para outra província, cessou aqui a renda dessa collectoria" (5).

Essa nota se refere à Lei Provincial nº 1 de 2 de janeiro de 1881, que taxou em dois contos a transferência de escravos procedentes de outras Províncias (Viotti da Costa , 1966:209).

Além da impossibilidade de se obter escravos nos mercados tradicionais da África, via-se também barrada a própria possibilidade de se obtê-los de outras então províncias do Império, onde se encontravam significativos estoques de escravos. Assim, a única alternativa, nos anos de 1880, para a obtenção de mão de obra escrava, ficava restrita aos estoques de escravos localizados em outras partes da Província de São Paulo.

Pelo documento acima citado, temos de admitir que parte dos escravos existentes no território de Jaú explicava-se pela compra que, por exemplo, fazendeiros ali já instalados realizavam, quer na província de São Paulo, quer em outras províncias, nesse último caso, anterior à lei de 1881.

Contudo, é difícil afirmar qual a porcentagem de escravos então existentes no território de Jaú que teria vindo com seus proprietários do Sul de Minas ou da "Região Central", como já foi visto no capítulo anterior, e qual a porcentagem daqueles que tinham sua presença explicada como resultado de compras realizadas pelos fazendeiros já instalados

em Jaú.

Essa possibilidade de análise se nos configura como importante para caracterizar o possível processo de acumulação de capital no território de Jaú, que teria viabilizado a sua transformação em mercadoria escrava, e isso para os anos 70 e 80 do século passado.

A referida pesquisa realizada por Santos nos informa que a maior parte dos escravos existentes na década de 1870 e 1880 foram comprados por fazendeiros já instalados em Jaú, sendo muito pequena a porcentagem de escravos presentes que tinha sido deslocada para Jaú junto com seus proprietários, de suas áreas de origem. Viotti.(1966:204) faz referência, citando uma notícia do Diário Popular de 7 de fevereiro de 1887, de um cidadão de Dois Córregos que comprara cerca de 34 escravos, transportando-os num bonde especial, na cidade de São Paulo.

Na verdade essas compras refletiam um certo processo "interno" de acumulação de capital antes da expanção da cafeicultura no território de Jaú, e a viabilidade dos investimentos realizados na compra de escravos serem amortizados com as colheitas de café. Por outro lado, essas compras também refletiam as pressões exercidas pela expansão da cultura cafeeira, mesmo que lenta até então, ante a numerosa mão de obra que essa cultura exigia, tanto para o seu trato, como para sua colheita.

O censo de 1872 nos informa que a maior parte dos escravos e dos negros livres existentes no território de Jaú provinha de outras partes da própria Província de São Paulo, e também que Minas Gerais era a província de onde mais procediam quer os escravos, quer os negros livres.

Tabela nº. 11

Procedência de Escravos e Negros Livres no Território
de Jaú (Censo de 1872)

Procedência de Es- cravos (negros e pardos)	Dois Córregos	Jaú	Total
São Paulo	232	714	946
Minas Gerais	-	63	63
Bahia	10	32	42
Maranhão	-	24	24
Rio Grande do Sul	-	19	19
Pernambuco	-	16	16
Ceará	-	12	12
Rio de Janeiro	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>9</u>
	251	880	1.131
Procedência de Negros Livres			
São Paulo	352	182	534
Minas	15	22	37
Bahia	-	6	6
Pernambuco	-	6	6
Paraná	4	-	4
Maranhão	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>3</u>
	371	219	590

Além da proibição interprovincial do comércio de escravos, o seu elevado preço nas últimas décadas do século - XIX representava um obstáculo para encará-lo como solução para a força de trabalho na economia cafeeira, que se instalava no território de Jaú. O recenseamento de 1886 nos oferece dados sobre o preço dos escravos naquele ano, para os municípios de Dois Córregos e de Jaú.

No próprio recenseamento provincial de 1886, podemos encontrar alguns dados que podem servir de parâmetros para avaliar o preço médio de um escravo jovem (com menos de 30

anos), que na época era de 803\$005, sem levar em consideração a idade e o sexo. Queremos nos referir à Arrecadação das Rendas Municipais dos municípios de Dois Córregos e Jaú, os dois únicos então existentes no território, na época do referido recenseamento.

Tabela nº. 12

Preço dos Escravos em D.C. e Jaú- 1886 (em mil réis)

idade	número		preço		nº total	valor total	valor médio
	D.C.	Jaú	D.C.	Jaú			
- 30 a- nos	272	693	217:125\$	557:775\$	965	774:900\$	803\$005
30 a 40 "	202	415	147:200\$	303:800\$	617	451:000\$	730\$956
40 a 50 "	96	117	51:750\$	95:400\$	213	147:150\$	690:845
50 a 60 "	32	99	8:600\$	30:350\$	131	38:950\$	297:328

Tabela nº 13

Arrecadação das Rendas Municipais dos Municípios de Dois Córregos e Jaú - 1886

ano	Arrecadação das Rendas Municipais
1884-5	9:015\$485
1885-6	15:927\$790

Relacionando o período 1885-6 com o número de escravos existentes em 1886, a renda municipal correspondia apenas ao valor de 19,8 escravos com menos de 30 anos, o que reflete o elevado preço do escravo para a época.

Um outro exemplo comparativo, retirado de Viotti da Costa, (1966:216), apresenta uma relação de fazendas hipotecadas em 1883, mostrando que o preço do escravo em Jaú representava 63% do valor da fazenda; o que, apesar do elevado índice, era na verdade inferior ao de outras partes da província. De qualquer maneira, os escravos chegaram a representar

mais de 3/5 do patrimônio das fazendas hipotecadas.

Apesar dos exemplos apresentados sobre o elevado preço dos escravos às vésperas da abolição, convém encarar esse fato com certas reservas, já que nessa época esse valor era "institucional", ou seja, nas declarações sobre o preço dos escravos feitas pelos seus proprietários, esse preço era supervalorizado, em função da possível "indenização" que o Estado faria aos seus proprietários com a abolição, cada vez mais plausível. De qualquer maneira, achamos que esse tema merece ser melhor pesquisado, mesmo porque as compras realizadas pelos fazendeiros de Jaú foram grandes durante esse período em que o preço dos escravos, em princípio, era elevado.

Antes da proibição do tráfico negreiro em 1850, além das restrições ao tráfico interprovincial e do aumento progressivo do preço dos escravos, a existência, em 1886, de 971 filhos livres de mulheres escravas (ao que tudo indica como resultado da Lei do Ventre Livre de 1871), e a presença de 802 escravos alforriados só no município de Jaú, número que representava 50% dos escravos encontrados nesse município, demonstram que outros fatos paralelos à própria crise do sistema escravista ocorriam, impedindo que o território de Jaú encarasse o trabalho escravo como a solução para a força de trabalho necessária à grande expansão da cultura cafeeira. Era cada vez maior o número de "negros de ganho", que através do pecúlio acumulado, adquiriam sua carta de alforria.

Nos aproximadamente 15 anos que antecederam a abolição, a população livre aumentou num ritmo superior ao da população escrava; para um percentual de 12,32% em 1872, a população escrava apresentou no censo de 1886 uma diminuição para 7,46% sobre a população total, apesar de seu número absolu

to ter aumentado de 1.138 para 1.986 escravos.

Esse aumento cada vez maior da população livre resultava não só de movimentos migratórios internos, mas também do crescente número de escravos emancipados. Lembramos que já em 1872, conforme tabela nº. 10, a população livre constituída por pretos e pardos representava 35,36% (2.862 pessoas) de toda a população livre então existente.

O crescente aumento da população livre nacional durante esse período talvez permitisse encará-la como uma forma de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre apoiado na mão de obra estrangeira vinculada à imigração em massa. Mas essa mão de obra livre nacional não foi aproveitada como solução para a força de trabalho nas culturas cafeeiras no território de Jaú, apesar de delas participar de várias maneiras, antes da abolição. Além do trabalho urbano, a mão de obra livre nacional foi utilizada como "camaradas" e era utilizada por exemplo, na abertura de matas para a implantação da cafeicultura, ou como "moradores" e "agregados", via de regra trabalhadores sem remuneração em dinheiro, que podiam ser encontrados nas fazendas cafeicultoras, onde tinham a possibilidade de usufruir de uma porção de terra, ficando porém obrigados a fornecer gratuitamente para o proprietário, ou sua força de trabalho em certas épocas do ano, ou parte de sua produção alimentícia.

Ante as dificuldades que existiam para a incorporação do trabalhador livre nacional à cultura cafeeira (6) a solução definitiva para o problema da mão de obra no território de Jaú ocorreu através da imigração em massa européia, cuja entrada nos municípios do território, e na realidade em toda a Província, era pequena até meados da década de 1880: calcula-

-se que até 1886 existiam apenas 50.000 imigrantes, aproximadamente, na Província de São Paulo, que representavam mais ou menos 4% da população total (Viotti da Costa, 1966:211).

Nesse sentido, o censo de 1872 registrou apenas 73 estrangeiros no território de Jaú, que representavam tão somente 0,79% da sua população total; é evidente que esses imigrantes não estavam ainda vinculados com o grande movimento migratório, fenômeno que ocorreu apenas a partir de fins dos anos 80. Mesmo assim, o censo de 1890 já registrava a presença de 1526 estrangeiros (1096 em Dois Córregos, 393 em Jaú e 37 em Bariri), que correspondiam a 11,9% da população total, e que, comparados com os 19,69% de negros e pardos já livres (1 227 negros e 1 297 pardos), demonstravam uma forte tendência para a adoção do trabalho livre apoiado na mão de obra estrangeira.

Com a chegada da estrada de ferro em 1886-7 e com a elevação dos preços do café, que começaram a subir a partir de 1885, tornou-se premente a solução do problema da mão de obra para a cafeicultura, principalmente para as zonas "novas", onde a implantação de novas culturas de café, superado o problema dos transportes, teria, em princípio, sua expansão condicionada à existência de mão de obra abundante.

O grande aumento da imigração estrangeira para o conjunto do Estado de São Paulo a partir de 1888, e que se verificou também no território de Jaú, resultou da nova orientação da política imigratória por parte do governo do Estado, que a estimulou e até mesmo a subvencionou. Ante o fracasso do sistema de parceria, ante as dificuldades de incorporar o trabalhador nacional na cultura cafeeira, e ante o pequeno sucesso dos núcleos coloniais oficiais criados no Estado de São Paulo, quer visando utilizá-los como produtores de gêneros a

limentícios através do imigrante como pequeno proprietário, quer visando utilizá-los como "viveiros" de mão de obra para a lavoura cafeeira, o governo passou a orientar sua política imigratória no sentido de trazer grandes levas de imigrantes como força de trabalho para superar o problema da mão de obra na lavoura cafeeira.

"A solução vislumbrada, desde o início, foi a imigração. Como se tratasse de "colonizar para o capital" e não colonizar para povoar, para ocupar vazios territoriais, a introdução dos núcleos de colonização de nada valia, era puro desperdício" (Cardozo de Mello, 1975:83).

Esse mesmo autor apoiado em M. Hall, afirma mais adiante que

"a imigração que se financiava era para o café, pagando-se a passagem apenas e tão somente para os colonos que se dirigissem a estabelecimentos agrícolas (C. de Mello, 1975:87).

Dessa maneira, a chegada de grandes contingentes de imigrantes para o território de Jaú não pode, evidentemente, ser desvinculada da política imigratória que caracterizou o período em estudo, e que envolvia interesses ligados ao grande capital cafeeiro.

O imigrante representou nas fazendas cafeicultoras um tipo de trabalhador livre, que vendia a sua força de trabalho ao fazendeiro sob um regime específico de trabalho, chamado de "colonato" e sobre o qual falaremos mais adiante.

Diferentemente do que aconteceu nas zonas cafeeiras "velhas" e "maduras" nos fins do século XIX, onde antes da difusão do regime do "colonato" ocorreram tentativas de so

luções como a parceria e a criação de "núcleos coloniais", es as formas anteriores ao colonato representaram exceções no território de Jaú, e ocorreram numa fase anterior a grande ex pansão cafeeira. (7) Encontramos apenas um exemplo que representa uma evidência da aplicação dessa forma de transição, porém exemplo que deve ser melhor investigado.

Trata-se da "colônia" de São José de Pouso Alegre, no município de Jaú. Fernandes.(1955:24) faz referência à chegada de colonos portugueses no ano de 1854, e que foram encaminhados para essa "colônia" pelo seu proprietário, F. G o m e s B o t ã o, que mais tarde venderia suas terras para a família Almeida Prado.

Foi basicamente a partir da década de 1890 que a imigração estrangeira sofreu um aumento muito grande no território de Jaú, transformando rapidamente o imigrante na força de trabalho dominante nas culturas cafeeiras. Dados referentes ao número do pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas de 1898 e em 1900 nos informam muito bem sobre essa afirmativa.

Tabela nº 14

A presença de 18.966 imigrantes estrangeiros rotulados como "pessoal ocupado" na agricultura em 1900 em oposição aos 7.417 trabalhadores nacionais, constrata evidentemente com os reduzidos 1 526 estrangeiros arrolados dez anos an tes pelo censo de 1890, e que no caso eram encontrados tanto na zona rural como na zona urbana. Em apenas três anos(1893, 1898 e 1900), os únicos que pudemos obter para a última década do século XIX, entraram nos municípios do território de - Jaú 5 837 imigrantes, o que, pelo menos, ilustra o início do

Tabela nº. 14

Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agrícolas dos
Municípios do Território de Jaú em 1898 e 1900

Municípios	1 8 9 8			1 9 0 0		
	Nº Total	Nacio- nais	Estran- geiros	Nº Total	Nacio- nais	Estran- geiros
Bariri	-	-	*	4460	1390	3070
D.Córregos	2044	524	1520	2120	554	1566
Jaú	11090	3035	8055	17263	4953	12310
M.do Tietê	<u>6935</u>	<u>1800</u>	<u>5135</u>	<u>2540</u>	<u>520</u>	<u>2020</u>
Total	20069	5359	14710	26383	7417	18966
Porcentagem	100	26,70	73,30	100	28,11	71,89

Fonte: Anuário Estatístico de São Paulo, Repartição de Estatística e do Arquivo de São Paulo.

grande movimento imigratório.

Tabela nº. 15 (vide)

Pela tabela nº. 16 percebemos que a entrada de no vos contingentes imigratórios continuou intensa, apesar das oscilações verificadas nas duas primeiras décadas do século - XX, ou mais exatamente, até 1917. Até essa época, e considerando apenas os dados fornecidos pela Hospedaria dos Imigrantes nos quais se apoiaram os anuários estatísticos de onde retiramos os dados, a maior parte dos imigrantes encaminhados para o território de Jaú eram rotulados como "saída dos entrados", isto é, imigrantes estrangeiros que eram levados para as fazendas cafeeiras do território de Jaú, após terem chegado à Hospedaria dos Imigrantes de seus países de origem.

A necessidade de abundante mão de obra se colocava, evidentemente, como um dos fundamentos para o "primeiro momento" da expansão da cultura cafeeira no território de Jaú, que, como já vimos, teria se estendido até 1905; ou seja, a

grande expansão da cafeicultura nessa fase, esteve condicionada à entrada de um grande número de imigrantes durante esse período. Mas apesar do arrefecimento da expansão da cultura cafeeira verificado entre 1905 e o início dos anos da década de 1920 (tabela nº. 9), a chegada de imigrantes continuou alta no território de Jaú até meados da década de 1910; a década de 1910, no seu conjunto, foi aquela durante a qual a entrada de imigrantes atingiu o seu ponto mais alto, principalmente na sua primeira metade.

Esse fato - a crescente entrada de imigrantes nas duas primeiras décadas do século, época em que a expansão da cultura cafeeira perdeu o seu acelerado ritmo - sugere algumas observações referente à imigração em massa, que consideram que a mesma, além de visar o suprimento das necessidades de mão de obra para a cafeicultura, tinha também por objetivo fornecer mão de obra abundante, superior às necessidades da cultura cafeeira, para evitar a elevação do valor pago pelo trabalho dos colonos e, também, para suprir a alta taxa de instabilidade do colono nas fazendas, devido às difíceis condições sociais e econômicas propiciadas pelo regime do "colonato" (8).

"Manter baixos os salários por este método exigiu um elaborado sistema que fosse capaz de suprir um fluxo contínuo de mão de obra européia para os cafezais, considerando o grande número de trabalhadores que deixava as fazendas e a expansão das áreas cultivadas. Como admitiu um outro secretário da Agricultura, em 1907, "grandes levadas" de imigrantes tinham que ser importadas de tempos em tempos, por causa do que ele denominou "o desfalque de braços" nas fazendas" (Hall, 1971:90).

Tabela nº. 15

Imigrantes e Trabalhadores Nacionais saídos da Hospedaria dos
Imigrantes e Entrados nos Municípios do Território de Jaú

Municípios	Procedência	1893- 1898 1900 (1) (4)	1901 a 1910 (1)	1911 a 1920 (1)	1921 a 1929 (1)	1931 a 1940 (2)
Bariri	total	-	-	3.178	2.669	638
	estrangeiros			2.360	1.824	
	nacionais			818	845	
B.Bonita	total					455
Bocaina	total		10	2.690	536	132
	estrangeiros		10	2.386	468	
	nacionais		-	304	68	
D.Córregos	total	645	4.163	1.260	1.323	474
	estrangeiros		3.008	1.155	971	
	nacionais		155	105	352	
Itapuí	total			1.108	1.068	105
	estrangeiros			979	813	
	nacionais			129	255	
Jaú	total	4.755	12.302	13.642	7.159	951
	estrangeiros		11.885	12.019	5.871	
	nacionais		417	1.629	1.288	
M.do Tietê	total	437	287	535	452	47
	estrangeiros		270	455	446	
	nacionais		17	80	6	
<u>Total</u>	total	5.837	16.762	22.413	(3)13.207	2.802
	estrangeiros		16.173	19.354	(3)10.393	
	nacionais		589	3.059	(3) 2.814	

(1) Anuário Estatístico de São Paulo

(2) Camargo

(3) Série incompleta

(4) dados só para 3 anos (1893-1899 e 1900)

Tabela nº. 16

Entrada Anual de Imigrantes e Trabalhadores Nacionais nos Municípios da Atual Sub-Região Administrativa de Jau

ano	Total	saída dos entrados	saída dos reen- trados	Nacio- nais	estran- geiros	italia nos	espa- nhóis	outros
1893	3.056							
1898	1.649							
1900	1.132							
total	5.837							
1901	3.640	2.891	749	17	3.623	3.122	354	147
1902	1.350	1.276	74	3	1.347	1.207	56	84
3	479	301	178	1	469	388	60	21
4	954	758	196	98	858	303	533	22
5	2.269	2.110	159	47	2.222	458	1.681	83
6	2.001	1.674	327	156	1.845	628	1.133	84
7	1.086	802	284	53	1.033	489	469	75
8	1.137	888	249	64	1.073	290	655	128
9	1.562	1.218	344	75	1.487	410	943	134
10	2.284	1.788	496	75	2.209	537	559	1.113
total	16.762	13.706	3.056	589	16.166	7.832	6.443	1.891
1911	2.068	1.647	421	136	1.932	771	1.359	160
12	5.151	4.706	445	107	5.044	1.215	3.312	517
13	4.534	4.105	429	343	4.191	590	3.019	582
14	2.208	1.408	800	176	2.032	431	904	697
15	1.553	935	618	612	941	243	476	222
16	1.588	1.101	487	375	1.213	293	740	180
17	2.268	1.756	512	462	1.806	544	830	432
18	826	575	251	175	651	80	132	439
19	817	552	265	202	615	99	333	183
20	1.400	1.079	321	474	926	266	478	182
total	22.413	17.864	4.549	3.062	19.351	4.532	11.225	3.594
1921	1.303	918	385	168	1.135	128	675	332
22	939	716	223	(1)				
23	1.822	1.407	415	(1)				
24	1.989	1.728	261	(1)				
25	1.216	1.070	146	(1)				
26	1.264	699	565	(1)				
27	858	727	131	(1)				
28	1.873	967	906	997	873	66	301	506
29	1.943	796	1.147	1.060	883	43	284	556
30	(2)							
total	13.204	9.028	4.179					

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - vários anos

(1) o Anuário Estatístico não apresenta, para esses anos, a nacionalidade dos imigrantes.

(2) o Anuário Estatístico desse ano não apresenta dados sobre imigração.

A partir de fins da terceira década do século atual, aumentou percentualmente, o número de imigrantes saídos da Hospedaria dos Imigrantes em direção ao território de Jaú, rotulados como "saída dos reentrados", em relação aos rotulados como "saída dos entrados"; ou seja, de migrantes nacionais ou estrangeiros que, encaminhados à determinadas fazendas cafeicultores do Estado, voltaram para a Hospedaria para, a seguir, serem recambiados, no caso, para o território de Jaú. Esse fato sugere três situações novas: a diminuição no território de Jaú de imigrantes vindos diretamente da Europa, o aumento gradual dos migrantes nacionais, que também eram rotulados como "saída dos reentrados", e o retorno de migrantes, das áreas para onde tinham sido encaminhados, para a Hospedaria dos Imigrantes.

Quanto a procedência dos imigrantes estrangeiros, o domínio de italianos e espanhóis foi bastante acentuado até o início dos anos vinte, fato também semelhante para o conjunto do Estado de São Paulo; durante a primeira década, os imigrantes italianos e espanhóis representaram 88,3% de todos os imigrantes entrados durante esse mesmo período, enquanto que durante a segunda década essa porcentagem foi de 80,4% (Tabela nº. 16).

Os italianos foram os mais numerosos até 1903, quando foram superados pelos espanhóis, que passaram a dominar numericamente até os anos de 1920, como pode ser constatado pela tabela nº. 16.

A restrição ocorrida com a imigração italiana, e que explica a queda na entrada desse imigrante, deve-se à atitude tomada pelo governo italiano, já que

"em 1902, o comissário geral da immigra

ção, modernamente criado junto ao ministério dos negócios estrangeiros de Roma, proibiu a imigração gratuita para o Brasil. O decreto visava unicamente o estado de São Paulo, o único que continuava então subvencionando a imigração" (Denis, s/d:193-4).

Esse mesmo autor afirma que essa atitude do governo italiano se apoiou nas conclusões apresentadas pelos relatórios de Adolpho Rossi, delegado do governo italiano que levantou em São Paulo a situação em que se encontravam os imigrantes italianos (9). Apesar dessa proibição, Hall (1971: 116-41) nos mostra que a mesma foi burlada de várias maneiras, o que talvez explica a continuação da imigração italiana para o território de Jaú, a partir de 1903, e o que é significativo, de imigrantes rotulados na Hospedaria dos Imigrantes de "saída dos entrados". Mas de qualquer maneira os espanhóis serão os imigrantes que passaram a predominar numericamente: na segunda década do século atual contra 11.225 espanhóis entraram apenas 4.332 italianos.

Os anos da década de 1920 definiram uma tendência que já começava a se manifestar na década anterior: o progressivo aumento percentual, e no seu valor absoluto, do trabalhador nacional em relação aos imigrantes estrangeiros, levando-se em conta, como sempre, apenas aqueles que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes, o que evidentemente nos dá uma relativa margem de êrros. Esses trabalhadores nacionais tinham sua origem em outros estados da federação, que constituíam as antigas regiões leste e nordeste do Brasil: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, etc.

Assim os anos 20 marcaram dois acontecimentos paralelos no movimento migratório em direção do território de

Jaú; de um lado a desaceleração na entrada de imigrantes estrangeiros, e por outro lado a progressiva substituição do imigrante estrangeiro pelo trabalhador nacional, proveniente de outros estados. Os anuários estatísticos do Estado de São Paulo, para os anos da década de 1920, informam sobre a procedência dos imigrantes que se dirigiram para o território de Jaú apenas nos anos de 1921, 1928 e 1929; apoiando-nos nesses dois últimos anos, podemos ter uma idéia da tendência acima referida; para um total de 3.813 imigrantes que entraram no território de Jaú naqueles dois anos, o número de trabalhadores nacionais totalizou 2.057, contra apenas 1.756 imigrantes estrangeiros, ou seja, os imigrantes nacionais representaram 53,94% do total dos imigrantes entrados nos referidos dois anos.

Evidencia-se, no território de Jaú, pelo que vimos até aqui, a relação, por demais conhecida, que existiu entre a expansão da cultura cafeeira e a entrada de contingentes imigratórios estrangeiros: se de um lado a necessidade de força de trabalho para as atividades cafeeiras estimulou a política imigratória por parte do governo paulista e exerceu certo poder de atração sobre essas correntes migratórias, por outro lado a abundante mão de obra resultante dessa imigração tornou possível a grande expansão da cultura cafeeira.

Como nas outras áreas cafeeicultoras que se expandiram a partir de fins do século XIX, o imigrante no território de Jaú, como trabalhador livre, se integrou à economia cafeeira sob uma relação de produção específica baseada no regime de colonato, que foi substituindo, na verdade rapidamente, os regimes de trabalho ligados às primeiras tentativas de implantação dessa cultura no território em estudo, onde se destacava aquele ligado ao sistema escravista.

Apesar da existência de uma já significativa literatura sobre o regime de colonato nas fazendas de café, consideramos necessário retomar a análise de alguns de seus aspectos, ante a grande influência que ele exerceu na organização do território em estudo.

Relacionado com o aspecto capitalista que a economia cafeeira assumiu a partir de fins do século XIX, a adoção do regime de colonato visou, em última instância, e para as condições da época, tentar resolver da maneira mais coerente possível não só o problema da força de trabalho na cultura cafeeira, mas também a sua fixação na fazenda produtora.

Lembramos que a simples presença de contingentes imigratórios não implicava necessariamente a sua integração às atividades ligadas à cafeicultura. Mesmo no caso da imigração subvencionada, o fazendeiro poderia dispor com certeza dessa força de trabalho apenas durante o período de vigência do contrato do colono, já que, vencido esse contrato, o imigrante tinha, em princípio, a opção de não renová-lo.

É verdade que aqui se coloca, mais uma vez, o problema da relação entre o mercado de trabalho e a oferta de trabalho representada pelo imigrante, assim como a situação do imigrante sob o regime do colonato. Estando essas preocupações fora dos objetivos imediatos desse trabalho, encaminhamos o leitor para os trabalhos já citados na nota nº 8, que tratam dos referidos problemas.

Para a análise do regime do colonato e de sua influência na organização do território rural, iremos nos basear na transcrição da súmula de um contrato de colono, publicado em 1902 no Almanack de Jahu que "salvo pequenas modificações e exceções as condições de contrato são as mesmas para

os fazendeiros dessa zona" (Almanack do Jahu, 1902:135). Apesar de datar de 1902, suas características permaneceram mais ou menos inalteradas até os anos da década de 1920; contratos semelhantes foram transcritos nos trabalhos de Denis (s/d:179) e Viotti da Costa, (1966:22). Essa análise foi por anos complementada com entrevistas realizadas nos municípios em estudo.

Súmula dos contratos de colonos

1. O proprietário não faz adiantamentos, senão o necessário para os recémchegados.

2. O colono é obrigado a cuidar dos cafeeiros que lhe forem confiados, conservando-os limpos de ervas, replantar os inutilizados, cortar galhos seccos e quebrados, varrer um pequeno círculo em baixo dos cafeeiros antes da colheita e colher todo o café maduro, observando em tudo o maior cuidado e diligência.

3. Cuidando dos cafeeiros novos obriga-se mais a a brigá-los nos meses de abril e maio, para prôteger os cafeeiros das geadas, e descobri-los em setembro e outubro, até que tenham completado tres annos.

4. O proprietário obriga-se ao pagamento de - 100\$000 annuaes, pelo tratamento de 1.000 cáfeeiros e mais, na colheita, 500 réis por alqueire de 50 litros, colhido, isento de immundices e collocados no carreador.

5. O colono obriga-se a attender a serviços urgentes e imprevistos, percebendo então uma diária convencionada: quasi sempre 2\$000.

6. A desídia ou abstinência no serviço importa em multas e outros constrangimentos.

7. O colono, sem justa causa, nunca poderá se retirar da fazenda antes de terminar o anno rural, importando a sua retirada em perda de 50% dos seus vencimentos.

8. Justificam a retirada as seguintes causas: a falta de pagamento de qualquer quantia vencida; molestia; falta de consentimento para comprar ou vender generos e finalmente ser o colono maltratado pelo proprietário ou administrador, outrosim tentarem os mesmos contra a honra de sua mulher ou filhas.

9. O proprietário pagará 100% sobre os vencimentos ao colono que for despedido sem motivo plausivel.

10. São causas que justificam a recisão de contracto: moléstia longa que não permitta o colono trabalhar; preguisa ou negligencia constantes; embriaguez habitual; insubordinação ou não observancia do contracto e insultos proferidos contra o proprietário ou pessoa de sua família.

11. Trinta dias antes de terminar o anno o silencio de ambas as partes importa na acceitação do contracto por mais um anno.

12. O colono tem gratuitamente: pasto para um cavallo, uma vaca e duas porcas e licença ampla para criação de ovinos. Pode plantar no cafezal a seu cargo: milho, feijão, arroz, quiñombos, mangarito, amendoim, cará, rabanetes e batatas, uma vez que não prejudiquem o desenvolvimento e fecundação do cafeeiro.

13. O colono fará sem remuneração: limpeza de pastos e reparos em cercas e caminhos.

14. Os pagamentos são previamente combinados. A praxe seguida ordinariamente é a seguinte: para o contrato, em prestação de dois, tres ou seis mezes; mensalmente para

as diárias extraordinárias e imediatamente é remunerado o serviço de colheita.

15. Os jornaleiros sem contracto percebem 80\$000 mensalmente.

16. Nas fazendas não se trabalha aos domingos e dias santificados.

Esse contrato que tinha a duração de um ano, normalmente entrava em vigor no mês de outubro, após terem se encerrado as colheitas, que se fazia, aproximadamente, de julho a setembro, e os trabalhos paralelos ao ano agrícola anterior.

Limitando-nos ao aspecto formal dos itens componentes do contrato de colono acima transcrito, constatamos, inicialmente que os itens 2, 3, 5 e 13 estabelecem as atividades obrigatórias às quais os colonos deveriam se submeter. Os itens 6, 7, 8, 9, 10 e 11, por sua vez, estabelecem, dentro do formalismo acima referido, as condições de prorrogação, não renovação e rescisão do contrato. Porém, o que nos interessa aqui, é analisar as diferentes formas de remuneração do colono; pelo contrato acima transcrito é possível distinguir duas formas de rendimentos por parte dos colonos: em dinheiro e em espécie.

Os itens 4 e 5 estabelecem as três formas de rendimentos em dinheiro que o colono recebia em função de suas atividades ligadas à produção cafeeira.

A primeira, e a mais importante, não só em valor, mas também por ser o seu rendimento fixo, referia-se ao pagamento recebido (pelo colono) pelo "trato" de um determinado número

de pés de café durante o ano do contrato; o item dois exemplifica no que consistia esse cuidado que o colono deveria ter - com o "talhão" sob sua responsabilidade.

Como no colonato a unidade de trabalho, e também de pagamento, é a família, o número de pés recebidos estava em função do número de membros da família em condições de trabalho.

Dados retirados da "caderneta de colono" de uma fazenda de Jaú (Fazenda São José) para o ano de 1943, mas que para fins de ilustração são também válidos para o início do século atual, servem para caracterizar a idéia acima apresentada. Essa fazenda possuía 149.674 pés de café, distribuídos em 38 "talhões" de café, e eram distribuídos, para sua manutenção, por 21 famílias de colonos. Pela tabela nº 17 percebe-se claramente que o número de pés por família de colono estava bastante relacionada com o número de membros por família. O índice de relação não é maior pelo fato de o número de membros por família não significar necessariamente, pessoas em condições de trabalho; assim a família nº 17, com 10 membros cuidava apenas de 6.000 pés de café; é possível que esse fato reflita um elevado número de pessoas sem condições de trabalho, como recém-nascidos, incapazes, idosos, etc..

Uma segunda forma de rendimento em dinheiro estabelecida pelo item quatro, relacionava-se com a colheita de café, para a qual o fazendeiro pagava 500 réis por alqueire de 50 litros de café colhido. Nesta atividade, em que a unidade de trabalho é ainda a família, o rendimento percebido não só representava um montante inferior ao caso anterior, mas também sofria uma oscilação de ano para ano; dependia do número

Tabela nº. 17

Número de pés de Café por Família de Colonos;
Fazenda São José - Jauú - 1943

<u>Família Nº</u>	<u>Nº de pessoas por família</u>	<u>Nº de Cafeeiro por por família</u>
01	5	2.750
02	5	6.000
03	5	3.500
04	5	3.500
05	6	3.500
06	6	5.000
07	6	7.000
08	6	10.949
09	7	5.000
10	8	8.500
11	8	9.000
12	8	4.000
13	9	8.000
14	9	7.000
15	9	7.500
16	9	9.000
17	10	6.000
18	10	6.000
19	10	13.000
20	11	10.000
21	12	11.000

de pés de café que o colono e sua família se encarregavam de colher, já que esse número não coincidia necessariamente com o número de pés que estava sob seu cuidado; dependia da influência das condições naturais, como a geada, a seca, que poderiam comprometer a produção de um determinado ano, e, conseqüentemente, o rendimento percebido pelo colono, e dependia ainda da própria característica do cafeeiro que, após um ano de elevada produção, apresentava um ano de produção inferior.

Assim, uma família encarregada de 8.000 pés de café, deveria receber aproximadamente, 800\$000 réis por ano pe

lo seu trato, tomando-se por base o pagamento de 100\$000 réis por 1.000 pés de café. Baseado nos dados da Fazenda São José, a colheita de 144.000 litros, caso fosse, na melhor das hipóteses, distribuída apenas para as 21 famílias de colonos arroladas, cada uma colheria em média 6.857 litros, que a base de 500 réis por alqueire de 50 litros, totalizariam 68\$571 - réis por ano. Essa segunda forma de rendimento em dinheiro deveria ser mais alta no início do século, ante a maior produtividade dos cafezais novos. Mas de qualquer modo, o cálculo feito demonstra claramente que a principal fonte de renda em dinheiro era representada pela manutenção de um certo número de pés de café.

Essas duas atividades representavam a essência dos rendimentos monetários recebidas pelos colonos.

Mas o item cinco estipula uma terceira forma de rendimento monetário recebida pelos colonos, que se configurava como ocasional e pouco representativa na sua participação no rendimento em dinheiro global: representava um rendimento recebido em forma de "diária" e referente ao pagamento por serviços feitos na fazenda, desvinculados da produção do café propriamente dita: como reparos na fazenda, transportes e até serviços ligados ao beneficiamento do café; o valor pago pela "diária" era de, aproximadamente, 2\$000 réis. Correspondia a atividades que normalmente eram desenvolvidas por outra categoria de trabalhadores, os "camaradas" constituídos basicamente por nacionais.

O item 14 estabelecia os prazos de pagamentos para essas diferentes formas de rendimentos; o pagamento da parte fixa referente ao tratamento de um certo número de pés de café era feito em parcelas durante o ano, que poderia ser de

dois, três ou seis meses; para a parte variável correspondente à colheita do café, o pagamento era feito após a colheita, e para as diárias extraordinárias o pagamento era feito no fim do mês.

Além dessas três formas de rendimento em dinheiro, o contrato previa outras formas de rendimentos para o colono, que se configuravam como rendimento não monetário ou em espécie; o item 12 do contrato prevê duas delas.

A primeira, e a mais importante, se refere ao direito que o colono possuía de cultivar produtos basicamente alimentícios e criar aves e gado menor, em terras concedidas pelo fazendeiro para esse fim, e que constava do contrato. Para essas atividades o colono utilizava terras "vagas" que não eram absorvidas pela cultura cafeeira. A produção obtida pertencia integralmente ao colono, e tinha como objetivo primeiro o abastecimento de sua própria família. O milho se comportava como o principal produto plantado, já que era também utilizado para a alimentação de animais, como os porcos. Contudo, o excedente dessa produção podia ser comercializada pelo colono, disso resultando uma fonte de rendimento complementar; essa comercialização possuía um âmbito fundamentalmente regional, podendo comportar-se como seus consumidores, além do próprio produtor, o fazendeiro para abastecimento de sua família, outras categorias profissionais da fazenda e a população da cidade próxima.

Quanto à localização dessas áreas para culturas alimentícias existiam duas possibilidades. A primeira era representada pelas "ruas" dos cafezais em formação, que estavam sob a responsabilidade do colono. O seu condicionamento ao cafezal em formação devia-se ao fato de que após o quarto ano, em média, quando o cafeeiro torna-se produtivo, a altura já ele-

vada dos pés de café torna inviável essa cultura alimentícia temporária. Obtivemos informações de que algumas fazendas permitiam a cultura do milho apenas nos dois primeiros anos do cafezal, porque os pés de milho mais crescidos sombreavam o cafezal nascente, dificultando o seu desenvolvimento pleno. Um outro argumento utilizado pelos proprietários para impedirem a cultura de gêneros alimentícios nas "ruas" dos cafezais já em produção, esteve relacionado com o esgotamento dos solos que seria acelerado por aquelas culturas. Dessa forma a localização das culturas de milho e feijão nas "ruas" dos cafezais era característica das fazendas cafeicultoras em formação durante o período pioneiro e, também, dos cafezais novos instalados em áreas de mata dentro de uma fazenda com café já em produção.

A segunda possibilidade de localização, que no caso ocorria nas fazendas com cafeeiros já em produção, onde portanto o cultivo entre as "ruas" não era permitido, era representada por uma área a parte do cafezal, e que era dividida entre os colonos em proporção ao número de pés de café tratado por ele e sua família. A extensão global dessa área reservada para o cultivo de cereais pelos colonos estava, portanto, condicionada pelo número de pés de café e, conseqüentemente, de membros das famílias de colonos que a fazenda possuía. Normalmente essa área que o fazendeiro distribuía entre os colonos localizava-se relativamente próxima à "colônia"; apesar da tendência de se oferecer para essas culturas alimentícias solos de qualidade inferior, as exceções eram frequentes, refletindo as características pedológicas da própria fazenda.

Esses dois tipos de localização das áreas ocupadas pelas culturas alimentícias estavam, em princípio, relacionados a dois diferentes tipos de contrato de colonos, que por

sua vez estipulavam diferentes obrigações do colono em relação ao número de pés sob seu cuidado: o contrato para a formação do cafezal, onde a cultura de produtos alimentícios se localizava nas "ruas" dos cafezais, e o contrato para a manutenção do cafezal já em produção, onde o lote recebido pelo colono localizava-se à parte do cafezal. Esse último caso, por razões evidentes, teria sido o mais frequente ao longo do período cafeeiro que caracterizou o território de Jaú.

Com relação a esses dois tipos de contrato, a preferência por parte dos colonos esteve praticamente sempre voltada para o primeiro caso, o contrato para a formação do cafezal. A razão principal dessa preferência deve-se, ao que tudo indica, à possibilidade de se praticar as culturas alimentícias nas "ruas" dos cafezais, o que trazia para o colono pelo menos dois tipos de vantagens. Inicialmente a produção de cereais nas "ruas" apresentava um rendimento maior: as terras "novas", eram, em princípio, de maior fertilidade, além de se aproveitar do "adubo de curral" (esterco) ou "de mato" (folhas) que se colocava muitas vezes nos cafezais; constatamos casos em que se introduzia "adubos de curral" em sulcos abertos nas "ruas" dos cafezais, o que tornava ainda mais atraiente as "ruas" para a cultura de cereais. Em segundo lugar, as culturas nas "ruas" significavam economia de trabalho: de uma só vez o colono poderia realizar a carpa do cafezal e tratar de sua cultura alimentar; a separação da área de cultura alimentícia da área do cafezal praticamente duplicaria o trabalho do colono.

"O ciclo dessas plantas (alimentícias), nesse regime, está articulado com o próprio trato do café, tornando possível a realização simultânea de diferentes serviços. Por exemplo, quando se está efetuando uma das limpas pode ser a época certa

para o plantio de milho ou feijão. Em outra limpa pode ocorrer o momento de chegar terra às plantas de subsistência, etc." - (Martins, 1978:46).

Pierre Denis (s/d:184) faz referência a uma entrevista que realizou com um colono na primeira década desse século, onde a preferência pelo contrato de formação, em função da cultura alimentícia, é manifesta. Essas vantagens assumem significado à medida em que o excedente da produção era comercializado, permitindo uma acumulação maior de rendimento monetário por parte do colono.

Uma segunda parte de rendimento em espécie que o item 12 do contrato previa, era a utilização de um pasto em comum (coletivo) para os colonos; apesar desse item prever para cada colono apenas um cavalo, uma vaca e duas porcas, obtivemos informações orais de que houve caso de colono que chegou a ter várias cabeças de gado bovino. Essas pastagens coletivas estiveram quase sempre localizadas em áreas de terras fracas, freqüentemente associadas a fundo de vales.

Podemos ainda destacar um terceiro grupo de rendimento em espécie recebido pelo colono, que era representado pela moradia, uso da água, etc., a que o colono tinha direito.

Essas diferentes fontes de rendimentos que caracterizaram o regime de colonato, nos autorizam a não reconhecê-lo como um trabalho assalariado típico, como nos mostra Martins, quando afirma que o colonato não pode

"ser definido como um regime de trabalhos assalariado, como vem sendo feito por alguns autores. O seu advento caracteriza a transição para o trabalho livre, mas não necesariamente para o trabalho assalariado, ao menos para o trabalho caracteristicamente

assalariado. O regime de colonato combinou diferentes modalidades de relações de trabalho, constituindo-se num regime singular. O colonato combinou a produção direta dos meios de vida necessários à reprodução do próprio trabalhador e sua família" (Martins, 1978:46).

Um regime de trabalho em que convivem contraditariamente o aspecto do assalariado (ligado às atividades relacionadas à produção da mercadoria café) e o aspecto do pequeno produtor independente (ligado às atividades rurais para subsistência e comercialização do excedente). Nesse sentido, o colonato representou uma combinação de duas formas de atividades, necessárias e interdependentes, para a utilização do imigrante com força de trabalho na economia cafeeira por parte dos fazendeiros, o que permitia para esses últimos, um custo de mão-de-obra inferior (em relação ao regime escravista), um processo de reprodução do capital mais significativo, além de representar uma solução para manter o imigrante trabalhando na fazenda, pelo menos durante o período do contrato. Recordamos ainda que durante a imigração subvencionada a passagem do imigrante não era paga pelo fazendeiro, e sim pelo Estado, reduzindo mais ainda o custo de mão-de-obra para o fazendeiro.

Portanto, de um lado a compra dessa força de trabalho através de um pagamento monetário, no qual ocorria a "apropriação do excedente sob a forma da mais valia" (Fausto, 1975:199) e do outro lado uma aparente autonomia de um pequeno produtor autosuficiente, onde o desejo da posse da terra estaria quase sempre estimulado. Um regime de trabalho que impunha ao imigrante a condição de "trabalhador livre", vendendo sua força de trabalho, como meio necessário para poder tornar-se num possível produtor autônomo.

1.3. A Expansão da Cafeicultura e a Ferrovia

A inauguração do transporte ferroviário no território de Jaú, ao longo dos anos 1886-7, coincidiu com a década de maior expansão da rede ferroviária no Estado de São Paulo, quando sua quilometragem chegou a dobrar, atingindo 2.425 kms. (Mattos, 1974:72). A chegada dos trilhos a Jaú fez parte de um processo generalizado que ocorria em outras porções do Estado, vinculado à grande expansão cafeeira, como foi o caso da Mogiana, que atingiu Ribeirão Preto em 1883, e da Sorocabana, que atingiu Botucatu em 1889.

A chegada da ferrovia ao território de Jaú removeu, como já dissemos anteriormente, um dos grandes entraves para o intenso aproveitamento dos seus recursos naturais pela economia cafeeira, colaborando assim para transformá-lo numa nova "área de economia de exportação", agora diretamente integrada à economia mundial.

Enquanto os transportes que uniam o território de Jaú ao eixo São Paulo-Santos estiveram condicionados à força animal, o elevado custo desses transportes até o porto de Santos colaborava para restringir as condições de lucratividade da cultura cafeeira nessa porção do Estado, obstaculizando a sua expansão.

Mas mesmo antes do transporte ferroviário atingir Jaú em 1887, essas condições de lucratividade foram aumentando e, portanto, estimulando a produção cafeeira, à medida em que, de um lado com a progressiva expansão ferroviária, os trilhos chegavam cada vez mais perto de Jaú, e, de outro lado, era inaugurada pela Companhia Ituana uma linha de navegação a vapor nos rios Tietê e Piracicaba, entre a cidade desse último nome e o Porto Ribeiro, no município de Jaú, facilitando des

se modo o possível transporte do café.

Para o primeiro caso (expansão ferroviária) a chegada dos trilhos a Campinas no ano de 1872 e a Rio Claro no ano de 1876, reduziu em muito a distância a ser percorrida pelos antigos meios de transportes entre o território de Jaú e o porto exportador, no caso Santos, já que antes da era dos transportes ferroviários

"o serviço de transporte de mercadoria era feito em tropas de burro que iam d'aqui ao porto de Santos carregados com os produtos agrícolas exportáveis e regressavam conduzindo mercadorias, gastando nessa penosíssima viagem cêrca de 50 dias... Quando a Companhia Paulista chegou com seus trilhos ao Rio Claro, começaram-se a empregar no serviço de transportes carros de boi puxados por 10 ou mais desses animais" (Teixeira, 1900:116).

Ainda de acordo com essa fonte, a substituição das tropas de burro pelos carros de boi ampliou a capacidade de transporte, além de liberar mão de obra para a lavoura e muares para o trabalho nas fazendas. Alguns fazendeiros em Jaú chegaram a possuir tropas de burros para o transporte do seu café e de seus vizinhos (Fernandes, 1955:5).

Assim, a partir do momento que a ferrovia chegou a Rio Claro no ano de 1876, 11 anos antes de atingir a cidade de Jaú, a distância de mais de 230 quilômetros que separava Santos de Rio Claro, deixou de ser percorrida pelas tropas de burros, o que resultou em novos estímulos para a produção cafeeira.

Preocupado em demonstrar a importância da ferrovia para a expansão da cultura cafeeira, Taunay (1939: 405-6) calculou que o transporte ferroviário teria um preço seis ve

zes inferior ao das tropas de mula. Esse exemplo, aplicado ao território de Jaú, ilustra as melhores condições de lucratividade da cultura cafeeira propiciada pela chegada dos trilhos da ferrovia.

Esses estímulos, ligados à aproximação dos trilhos da ferrovia do território de Jaú, em parte explicam os dados referentes ao movimento de mercadorias em três estações ferroviárias no mesmo ano de sua inauguração em Dois Córregos e um ano antes da sua inauguração em Jaú, ou seja, em 1886.

Tabela nº. 18

Movimento, por Estação, em 1886, na Estrada de Ferro
Rio Claro - Ramal de Jaú

Mercadorias embarcadas e desembarcadas	Estações		
	Dois Córregos	Ventania	Brotas
café - quilos	1.521.823	40.560	2.135.660
toucinho - quilos	7.532	-	9.272
fumo - quilos	5.508	-	6.600
açúcar - quilos	52.720	900	9.582
sal - quilos	66.247	1.170	248.997
mercadorias diversas - quilos	236.057	1.197	1.069.145

Fonte: Censo Provincial de 1886

Apesar da fonte informativa não fazer distinção entre mercadorias embarcadas e desembarcadas, evidencia-se o fato de que café, toucinho, fumo e açúcar corresponderiam a mercadorias embarcadas, o que refletia muito bem as características de uma "frente em fase pré-pioneira". O caso do café corrobora as afirmativas também já feitas anteriormente, a respeito do desenvolvimento dessa cultura no território de Jaú, mesmo antes da chegada dos trilhos da estrada de ferro.

Frize-se ainda, que a ligação entre Jaú e Rio Cla

ro anterior à ferrovia, era feito por uma estrada provincial, que apesar de simples, facilitava, pela sua própria existência, o transporte entre essas duas cidades. No Relatório do Presidente da Província em 1871 há uma referência à conservação dessa estrada.

"a estrada do Rio Claro à Jahu, passando por Brotas, dispendeu 8:528\$760. Além das obras que se fizeram para melhoramento do leito da estrada, foi mudado em alguns pontos o antigo traçado, e construídos, uma ponte sôbre o Rio Corumbatay e dois pontilhões na várzea do Itaquery. Na secção compreendida entre Brotas e Jahu, ainda está por concluir o trabalho começado para melhorar a passagem da Serra"(10)

Para o segundo caso (transporte fluvial), em 1878, nove anos antes da chegada dos trilhos a Jaú, a Companhia Ituana, que explorava a navegação fluvial a vapor nos rios Piracicaba e Tietê, no trecho compreendido entre as cidades de Piracicaba e Lençóis Paulista, inaugurou no município de Jauas as instalações do Porto Ribeiros. Até então o uso do rio Tietê, no trecho compreendido por nossa área de estudo, para o transporte fluvial de mercadorias em escala comercial, sempre apresentou restrições muito grandes. Em resposta a uma circular do governo provincial, a Câmara de Jaú informava em 29 de novembro de 1866, entre outras coisas, que o rio Tietê

"que se presta à uma morosa navegação em batelões e canoas por causa desses canais não oferece muita facilidade para frequente navegação (11).

A Companhia Ituana, contudo, apresentava uma capacidade muito restrita para o transporte de mercadorias; de acordo com o censo provincial de 1886, essa Companhia possuía cinco vapores e vinte lanchas, e apresentou, para aquele ano,

um movimento de 382 passageiros e 3.848 toneladas de mercadorias. Mesmo não podendo se comportar como a solução definitiva para a implantação da economia cafeeira no território de Jaú, através dessa Companhia estabeleceu-se uma conexão entre o transporte fluvial e o ferroviário, na cidade de Piracicaba, facilitando o escoamento de uma certa quantidade, entre outras mercadorias, de café plantado nos municípios ribeirinhos ao Tietê, até a cidade de Lençós Paulista.

Já são bem conhecidas as vantagens e as consequências provocadas pelas ferrovias nas "frentes pioneiras" ligadas à economia cafeeira, tais como os fretes mais baratos que ofereciam, a sua maior rapidez, o abandono das tropas de burros e de carros de boi, a liberação de braços ligados ao transporte por animais para a agricultura, a valorização de terras próximas à ferrovia e a decadência das regiões mais afastadas, a facilidade na vinda de imigrantes, etc. (Viotti da Costa, 1966:176).

Queremos aqui nos fixar em dois aspectos: a expansão ferroviária e a sua relação com o capital cafeeiro; quanto ao seu papel na estruturação regional até as primeiras décadas do século atual, será estudado no capítulo seguinte.

A chegada dos trilhos ao território de Jaú esteve ligada à construção do chamado Ramal de Jaú, a partir de Rio Claro, realizada pela Estrada de Ferro Rio Claro. A construção desse ramal foi iniciada em 1882, e, progressivamente, à medida que a ferrovia penetrava para oeste, foram sendo inauguradas as estações de Brotas (1885), Torrinha (1886), Dois Córregos (1886), Mineiros do Tietê (1887) e Jaú (1887).

O traçado desse ramal foi, em grande parte, orien

tado pela localização dos principais núcleos populacionais então existentes, todos antigos patrimônios religiosos, na época em fase de grande crescimento devido à expansão da cultura cafeeira. Esse fato, que também ocorreu em outras porções do Estado de São Paulo, tem servido de apoio para a explicação do traçado de algumas ferrovias.

Apesar da possível atração que esses núcleos populacionais exerceram na direção da expansão ferroviária, acreditamos que essa explicação simplista mascara algumas realidades mais profundas ligadas ao traçado dessas ferrovias. Pierre Mombeig analisa com clareza os interesses econômicos envolvidos na expansão ferroviária nas "frentes pioneiras" que mais tarde caracterizaram as porções mais interiores do Estado. (Mombeig, 1952:156).

Para a nossa área de estudo, lembramos, inicialmente, que esses antigos patrimônios religiosos foram criados em locais sempre vinculados à existência de amplas manchas de solos férteis para a cultura cafeeira; as vezes esses patrimônios localizavam-se "dentro" de uma imensa "ilha" de terras roxas, como foi o caso de Jaú, outras vezes nos seus limites com solos mais pobres, como foi o caso de Dois Córregos, porém nunca numa área de solos pobres; essa afirmação pode ser constatada pela carta de solos, anexa a esse trabalho. A passagem dos trilhos da ferrovia por essas áreas justificaria os objetivos de sua própria construção, permitindo o amplo aproveitamento das terras mais favoráveis para a cultura cafeeira, justificando, conseqüentemente, a função da linha férrea para o escoamento da produção cafeeira.

Além do mais não se podem abstrair os interesses econômicos, por parte dos principais acionistas da companhia

ferroviária, envolvidos no traçado da ferrovia no sentido dos trilhos da ferrovia passar por suas terras previamente adquiridas. Para o caso da antiga Estrada de Ferro Rio Claro, os interesses do Barão do Pinhal, que mais adiante mostraremos, são nesse sentido muito significativos.

Dois anos após ter atingido Jaú, a ferrovia se expandiu para áreas mais interiores, em direção de Bauru, porém não a partir de Jaú, mas sim a partir de Dois Córregos: Saldanha Marinho (1889), Capim Fino (1889), Falcão Filho (1889), Campos Sales (1889), Iguatemi (1903), Pederneiras (1903), Agudos (1903) e Bauru (1906).

Na realidade, a construção dessa linha, que chamaremos de tronco, agora de Rio Claro a Bauru, via Dois Córregos, transformou o trecho Dois Córregos-Mineiros do Tietê - Jaú, num ramal, permanecendo assim Jaú como "ponta de trilho" por inúmeros anos. Nesse sentido, Dois Córregos transformou-se num ponto de baldeação, e estava destinada a ter importante função na rede ferroviária regional. (Perides, 1971:51).

Em 1941, esse traçado ferroviário foi transformado (figura nº 4); a linha, que estamos chamando de tronco, que de Rio Claro atingia Dois Córregos-Bauru, foi alterada: de Dois Córregos continuou por um novo traçado mais retificado até Jaú, agora com bitola larga, para daí prosseguir diretamente para Pederneiras e Bauru.

Conseqüentemente, Jaú, que era "ponta de trilho" de um ramal que partia de Dois Córregos, foi integrado na nova linha-tronco e, a antiga linha tronco, com algumas alterações em seu traçado, transformou-se em um ramal, agora terminando em Iguatemi e Barra Bonita. O trajeto do novo ramal passou a ser o seguinte: Dois Córregos (que continuou como ponto

de baldeação)-Mineiros do Tietê-Capim Fino-Falcão Filho - Campos Sales - de onde bifurcava para Iguatemi e Barra Bonita - (1929).

Enquanto o território de Jaú foi atingido em 1886-7 pelos trilhos da antiga Estrada de Ferro Rio Claro, que se comportaram como o seu principal eixo ferroviário, mais tarde ele foi também atingida pelos trilhos da Estrada de Ferro Douradense, "uma estrada tipicamente cafeeira" (Mattos, 1974:99), cuja construção teve por objetivo servir outro trecho de solo bastante fértil para o café, situado ao norte do Rio Jacaré-Pepira, a chamada região da "Douradense".

Essa ferrovia partiu de Ribeirão Bonito em 1894, cidade que era ponto terminal de um ramal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, dirigindo-se para Trabiçu e Dourados (1899); a partir de Trabiçu continuou para Boa Esperança do Sul (1903) em direção de Nova Europa; mais tarde, também a partir de Trabiçu, ela penetrou, no sentido norte-sul, na área hoje compreendida pela sub-região administrativa de Jaú, atingindo Bocaina (1910), Bariri (1910), Itapuí (1912) e Jaú, onde entrou em conexão com a Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

Considerando apenas o território de Jaú, essa ferrovia teve um papel secundário, comportando-se como uma ferrovia complementar, do eixo principal representado pela Paulista, com a qual se articulou na cidade de Jaú; na realidade, seu comportamento foi mais de uma estrada "cata-café".

Como no caso de muitas outras ferrovias construídas no Estado de São Paulo, o capital aplicado na construção do Ramal Jaú, da Estrada de Ferro Rio Claro, se originou no

próprio "complexo" cafeeiro paulista; a sua explicação exige um rápido retrospecto histórico da construção da ferrovia.

Em 1880, os irmãos Adolfo Augusto Pinto e Luiz Augusto, mais o capitalista Benedito Antônio da Silva venceram a concorrência aberta pelo governo imperial para a construção da linha Rio Claro-Araraquara, e de um ramal, a partir de Rio Claro, para Jaú, passando por Brotas e Dois Córregos, obtendo nesse mesmo ano a concessão necessária.

Um fato original dessa concessão foi a suspensão da garantia de juros por parte do governo, que tinha caracterizado a expansão ferroviária até então, e também a redução do prazo de exploração de 90 para 50 anos; contudo essas desvantagens eram na verdade aparentes, ante

"certas vantagens que não ocorreram em nenhum outro contrato até então assinado para a construção de ferrovias" (Adolfo Pinto, 1903:66).

como era o caso da suspensão do "limite de renda máxima", fixado noutros contratos em 12%.

Em 1882, Adolfo Augusto e Luiz Augusto Pinto transferiram a parte que possuíam na concessão para o Conde do Pinhal, Antônio Carlos Arruda Botelho, por 50 contos de réis, sendo assim organizada uma nova empresa, agora sob a liderança do Conde do Pinhal e do capitalista Benedito Antônio da Silva: a Estrada de Ferro Rio Claro.

Essa nova empresa iniciou a construção das linhas previstas no contrato em 1882, inaugurando, de um lado, o trecho Rio Claro-São Carlos em 1884, e o trecho São Carlos-Araraquara em 1885, e do outro lado, o ramal Rio Claro-Jaú em 1887. O custo aproximado dessas obras atingiu a cinco mil contos de

réis, e teve uma extensão total de 265 quilômetros. De acordo com Ferraz (1958:41) a integralização dessa capital foi praticamente realizado pelos dois principais acionistas e também por membros da família e amigos do Conde do Pinhal.

Em 1889, essa empresa foi vendida para a "The Rio Claro-São Paulo Railway Company", uma companhia inglesa, que por sua vez foi adquirida pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro em 1892. Referindo-se a essa transação, Richard Graham afirma que

"interesses financeiros britânicos liderados pelo English Bank of Rio de Janeiro, perceberam ser esta linha o início para maior expansão da vigorosa Estrada de Ferro Paulista. Eles organizaram uma empresa com um capital de 600.000 libras - logo aumentando para 850.000 - e não encontraram nenhuma dificuldade em comprar a estrada em 1889, talvez por causa dos rumores de iminente revolução para derrubar o império. Em 1892, depois de uma expansão, a linha foi vendida à estrada de Ferro Paulista em troca de ações preferenciais da Companhia Paulista avaliadas em 2.750.000 libras. Estradas de ferro transportadoras de café, poderiam evidentemente proporcionar fortuna aos espertos" - (Graham, 1973.42).

AS "algumas expansões" citadas pelo autor se referem, por exemplo, ao prolongamento dos trilhos, a partir de Dois Córregos, para Saldanha Marinho, Capim Fino, Falcão Filho e Campos Sales, todas inauguradas em 1889.

Além da razão citada pelo autor para a compra pela "The Rio Claro São Paulo Railway Company", Odilon se refere ainda à falta de condições da Companhia do Conde do Pinhal para levar avante o empreendimento, que visava atingir Mato Grosso (Mattos, 1974:81).

Interessa-nos aqui centralizar nossas preocupações no papel desempenhado pelo Conde do Pinhal para melhor caracterizar a origem do capital aplicado na construção da ferrovia (12).

Utilizando uma expressão de Pierre Mombeig, o Conde do Pinhal se comportou como um dos principais líderes da marcha pioneira do café, nos fins do século XIX, cuja atividade não se restringiu unicamente à agricultura cafeeira. Abastado fazendeiro em São Carlos, de onde não se desenraizou, dedicou-se a inúmeras outras atividades: como banqueiro (fundou o Banco União de São Carlos, o Banco de São Paulo, o Banco de Piracicaba), como comissário de café em Santos, como industrial, como político (foi deputado e presidente da Assembleia Provincial), como incentivador da imigração estrangeira (participou, com Martinho Prado Jr. da fundação da Sociedade de Imigração).

Como participante da grande burguesia cafeeira - dos fins do século XIX, teve interesses ligados às novas "frentes pioneiras" que então se elaboravam, como na zona de Ribeirão Preto (onde fundou a Companhia Agrícola de Ribeirão Preto, composta de cinco fazendas com cerca de dois milhões de cafeeiros) e em Jaú.

No caso específico do território de Jaú, o Conde do Pinhal possuía inúmeros interesses. Tornou-se importante proprietário rural, mesmo antes da chegada dos trilhos da ferrovia que construiu,

"descortinando posteriormente a zona jaúense ao trabalho agrícola, foi um dos maiores propagandistas dessa região fértilíssima. Ali formou as fazendas Maria Luiza, Carlota, Sant'Ana, Santo Antônio, Santa Sophia, São Carlos, São Joaquim e

Salto de Itu" (Ferraz, 1958:44).

Montou também, em 1887, nos arredores de Jaú uma moderna serraria movida a vapor, com desvio ferroviário próprio, que na época foi considerada uma das maiores do Estado e uma das duas maiores de Jaú (Teixeira, 1900:108); foi um dos primeiros introdutores da máquina de beneficiamento para café movida a vapor. Ainda mais: montou em Jaú no ano de 1889 a primeira agência bancária da cidade, uma agência do Banco de São Paulo, de sua propriedade.

Na realidade, os interesses do Conde do Pinhal em relação ao território de Jaú eram antigos; há mais de vinte a nos antes de ter construído o ramal de Jaú, com mais precisão em 1866, ano da criação do município de Jaú que foi desmembrado de Brotas, foi um dos assinantes de um memorial elaborado em Jaú, e que foi lido na Assembléia Provincial, onde se reclamava da não inclusão do então distrito de Dois Córregos no recente município criado e, conseqüentemente, da permanência desse distrito no município de Brotas (Teixeira, 1900:8).

Acreditamos ter sido o caso do Conde do Pinhal o mais expressivo e importante exemplo da participação da gran de burguesia cafeeira na "criação" da "frente pioneira" de Jaú, e do envolvimento, e até mesmo dependência, de uma "frente pioneira" ao grande capital cafeeiro, localizado, na sua origem, na retaguarda dessa "frente", e cujo proprietário era dela absenteísta.

1.4. O Processo de Povoamento

Paralela à grande expansão da cafeicultura, veri ficou-se também a aceleração do processo de povoamento no ter ritório de Jaú.

Esse processo apresentou um ritmo pouco intenso até 1890, o que quer dizer, antes da grande expansão da cafeicultura; entre 1872 a 1890 houve um acréscimo de 3.582 pessoas, o que implicou um aumento médio anual de apenas 199 pessoas. Apesar de pequeno, esse aumento demográfico já refletia a chegada da "frente pioneira" ao território de Jaú.

Tabela nº. 19
Evolução do Crescimento Demográfico nos Municípios
do Território de Jaú, 1872 até 1950

período	aumento demográfico	aumento médio anual	aumento percentual
1872 - 1890	3.582	199	38,8
1890 - 1900	47.205	4.700,5	368,4
1900 - 1910	51.852	5.185,2	86,4
1910 - 1920	18.408	1.840,4	16,4
1920 - 1934	4.399	314,2	3,4
1934 - 1940	- 5.251		
1940 - 1950	- 12.341		

Foi durante o período delimitado pelos anos de 1890 e 1910 que, se verificou o grande aumento demográfico no território de Jaú. Na última década do século XIX esse aumento atingiu a impressionante taxa de crescimento de 368,4% (contra 38,8% da década anterior), refletindo o acréscimo de 47.205 pessoas durante essa década, e o acréscimo anual de 4.720,5 pessoas. Durante a primeira década desse século, apesar de seu aumento percentual ter sido inferior, ante o já significativo contingente demográfico já existente, o aumento no seu valor absoluto foi superior ao da última década do século XIX: a população teve um aumento de 51.852 pessoas e, como decorrência, um aumento anual médio de 5.185,2 pessoas.

Esses dados caracterizam o verdadeiro "boom" demo

Tabela nº. 20

Evolução da População dos Municípios do Território de Jaú

Municípios Ano de criação	1872 (1)	1890 (2)	1900 (2)	1910 (3)	1920 (2)	1934 (4)	1940 (2)	1950 (2)
Bariri - 1891		3.657	10.040	16.353	28.830	25.398	24.967	22.030
Barra Bonita 1912					9.315	7.854	13.548	11.168
Bocaina- 1891			8.856	13.619	14.889	11.344	9.129	8.859
Boracéia 1953								
Dois Córregos 1874	2.825	4.154	8.977	15.000	19.590	17.577	15.996	13.041
I. do Tietê 1953								
Itajú - 1953								
Itapuí- 1913					12.145	12.316	15.057	12.771
Jaú - 1866	6.406	5.002	33.412	56.804	42.586	53.779	44.178	44.141
M. do Tietê 1898			4.733	10.094	7.923	6.409	6.551	5.075
Total	9.231	12.813	60.018	111.870	130.278	134.677	129.426	117.085

Fontes:

- (1) Recenseamento Imperial
- (2) Recenseamentos Federais
- (3) Anuário Estatístico do Brasil, 1916
- (4) Centro Demográfico, Escolas e Agrícola - Zootécnico do Estado de São Paulo realizado em 20.12.1934.

gráfico ocorrido entre 1890 e 1910, que ajuda melhor a definir o período em que o território de Jaú se comportou como uma "frente pioneira". Para Waibel (1958:265) o "boom", ou o "rush" demográfico e a rápida expansão da área cultivada são duas das características que servem de apoio para a definição do que ele chama de uma "zona pioneira". No caso específico do território de Jaú, já vimos que esse período correspondeu, aproximadamente, ao primeiro grande "momento" da expansão da cultura cafeeira.

A partir de 1910, apesar da imigração estrangeira ter continuado alta durante essa década, o aumento demográfico ligado ao processo de povoamento passou a sofrer uma progressiva diminuição em seu ritmo, refletindo o encerramento da "fase se pioneira". A tabela nº 19 nos mostra esse fenômeno para os períodos compreendidos entre os anos de 1910-1920 e 1920-1934, quando a cafeicultura ainda se comportava como a atividade central: para os dois períodos, o aumento percentual da população foi, respectivamente, de 16,4% e 3,4%.

Foi apenas com os anos da década de 1930, com a crise da cafeicultura, que a população considerada no seu todo, isto é, independentemente de sua qualificação de rural ou urbana, começou a diminuir progressivamente em termos numéricos, o que se deu, pelo menos, até 1950.

Desse processo de povoamento participaram, evidentemente, nacionais e estrangeiros. A importância do papel desempenhado nesse processo de povoamento pelo componente da imigração estrangeira, em comparação com o migrante nacional, pode ser avaliada pela tabela que se segue, que demonstra a sua participação no aumento global da população. Esses dados sugerem que, encarada nesse sentido, a imigração estrangeira

se confundiu com o processo de povoamento ocorrido.

Tabela nº. 21
Participação da Imigração no Aumento Demográfico nos
Municípios do Território de Jaú

período	aumento de- mográfico	Nº de imigrantes entrados		
		estrangei ros	nacionais	total
1900-10	51.852	16.173	1.589	16.762 (2)
1910-20	18.408	19.354	3.059	22.413 (2)
1920-34	4.399	-	-	13.762 (1)
1900-34	74.648	-	-	52.937

(1) Camargo

(2) Anuários Estatístico do Estado de São Paulo, vários anos

Os dados da tabela cima, referentes ao período de 1900-1910, nos mostram que, apesar do grande número de imigrantes estrangeiros que chegaram durante a primeira década do século ao território de Jaú, vindos da Hospedaria dos Imigrantes (16.666 imigrantes estrangeiros), o aumento global da população foi muito superior (51.841 pessoas), chegando a ser três vezes maior que o número de imigrantes entrados. Esses dados evidenciam, inicialmente, o papel de uma "área de atração" que uma "frente pioneira" pode desempenhar em função dos movimentos migratórios, onde o número de pessoas que entram é muito maior que o número daqueles que saem. Em segundo lugar, temos de admitir que o número de migrantes, nacionais ou estrangeiros, que entraram no território de Jaú durante a primeira década do século XX, teria sido muito superior àqueles 16.762 migrantes que saíram da Hospedaria dos Imigrantes, e que foram encaminhados para os municípios da atual sub-região administrativa de Jaú. Ou seja, muitos migrantes, nacionais ou estrangeiros, que nela se encontravam já na primeira década do século atual, teriam para lá se deslocado de

zonas de povoamento mais antigo por livre iniciativa, sem terem passado pela referida Hospedaria dos Imigrantes; essas zonas de povoamento mais antigo eram, predominantemente, aquelas relacionadas com zonas cafeeiras "velhas". Eram migrantes vinculados à elevada taxa de instabilidade e mobilidade do trabalho rural, em particular aquele das zonas cafeeiras; a instabilidade do regime de colonato já foi anteriormente explicada. A ausência de dados sobre a procedência do migrante nacional nos impede de distinguir a participação da migração inter e intra-regional nessa fase do povoamento.

Por outro lado, a mesma tabela acima nos informa que nos períodos de 1910-20 e de 1920-34, a entrada de imigrantes passou a representar um contingente demográfico numericamente superior ao próprio aumento global da população, sugerindo não só o fim do "boom" demográfico, mas também uma saída de pessoas em número superior ao de entrada. Para a explicação desse fato temos que novamente evocar a elevada instabilidade do trabalhador vinculado a uma "frente pioneira" cafeeira, que justificou o deslocamento de parcela da população então residente no território de Jaú para outras porções mais "novas" do território paulista. Lembramos apenas que essa mobilidade explica, em parte, a política imigratória do governo paulista, e dos fazendeiros, de continuar a estimular a vinda de imigrantes estrangeiros, mesmo em períodos de crise cafeeira, para permanecer elevada a oferta de mão de obra.

Infelizmente não tivemos condições de "medir" a participação percentual do imigrante nacional e estrangeiro no processo de povoamento do território de Jaú. Porém, quanto à participação do imigrante como força de trabalho nas atividades rurais, é bastante claro o predomínio do trabalha-

dor estrangeiro em relação ao nacional, pelo menos durante a fase pioneira. A tabela abaixo comprova essa afirmativa, já na última década do século passado.

Tabela nº 22

Trabalhadores Rurais Nacionais e Estrangeiros nas
nas Propriedades Rurais dos Municípios do Território
de Jaú em 1848 - 1904 e 1906

ano	Nº de trabalhadores rurais		
	total	nacionais	estrangeiros
1898	20.069	5.359	14.710
1904	22.928	5.207	17.719
1906	18.510	4.283	14.227

Fonte: Anuários Estatístico do Estado de São Paulo

2. O TERRITÓRIO RURAL

Uma vez implantada no território de Jaú, a cultura cafeeira nele se comportou como a atividade central durante o período de aproximadamente meio século e que terminou com a década de 1930.

Tentamos apreender a estruturação do território rural, para o período acima referido, através da análise de três de seus componentes: o processo de apropriação da terra pelo capital cafeeiro, a estrutura fundiária e as diferentes modalidades de uso da terra nas propriedades rurais.

Durante esse aproximadamente meio século, apesar do padrão geral da estruturação do território rural não ter se modificado profundamente, ele sofreu certas variações, cujo dinamismo ajuda a esclarecer o próprio comportamento do território de Jaú, por exemplo, durante a sua fase pioneira e na que se seguiu.

Por essa razão, na análise de alguns componentes da estrutura do território rural, será feita uma abordagem evolutiva, em termos cronológicos, quando tentaremos localizar as variações e os comportamentos regionais acima referidos.

2.1. A Terra e sua Apropriação

Durante o período que antecedeu a instalação da "frente pioneira" no território de Jaú, fato que ocorreu até meados da década de 1880, significativa parte das suas terras já se encontrava apropriada juridicamente. A luta, sangrenta muitas vezes, para o apossamento e a legalização jurídica das terras, apesar de ter ocorrido também durante sua fase

pioneira, foi uma das características mais marcantes de sua - fase pré-pioneira.

Utilizando Dois Córregos como exemplo para o conjunto do território, dados retirados do livro-ata "Lista dos Cidadãos para Qualificar os Votantes pela Junta Paroquial" de Dois Córregos, nos mostram que em 1878 existiam 357 lavradores nesse município, ou seja, 357 proprietários rurais em (1868 foram registrados 237 lavradores, em 1870, 285 e em 1880, 367 lavradores). Esse número de 357 proprietários rurais é bastante sugestivo para caracterizar a apropriação da terra antes da implantação da "frente pioneira", se compararmos com os dados de 1905, em plena fase pioneira, quando foram registradas em Dois Córregos 310 propriedades rurais, e em Mineiros do Tietê, que se desmembrou de Dois Córregos em 1898, 122 propriedades, dando um total de 432 propriedades rurais para o referido ano de 1905. (13)

Considerando o que já vimos no Capítulo I, podemos distinguir, quanto à sua posse e utilização, três tipos de terras no território de Jaú às vésperas da grande expansão da cultura cafeeira.

Inicialmente, e foi o caso dominante, as terras já apropriadas juridicamente, voltadas em sua grande parte para uma economia de excedentes e/ou para "tentativas" de culturas canavieira ou cafeeira, ligadas, em princípio, mais a uma economia de exportação. Eram propriedades de diferentes dimensões e com pequena porcentagem de aproveitamento das terras pelas atividades rurais, disso resultando o predomínio de áreas cobertas com vegetação natural.

Os dois outros tipos correspondiam às terras "aposadas" e às terras devolutas, que, às vésperas da grande ex

pansão da cafeicultura, representavam importante valor percentual sobre o total das áreas. Uma idéia aproximada desse valor percentual nos é fornecido pelo levantamento estatístico de 1905, a mais antiga fonte por nós localizada que fornece dados referentes às áreas das propriedades rurais. Nesse ano, quando a primeira grande expansão da cultura cafeeira no território de Jaú já se encerrava, as áreas ocupadas pelas propriedades rurais representavam, aproximadamente, 75% da área total dos municípios; os 25% restantes seriam representados, em sua maior parte, por terras devolutas e/ou terras apossadas. Evidentemente essa porcentagem deveria ser maior antes da primeira grande expansão da cafeicultura.

Ambos os tipos, terras apossadas e devolutas, eram mais freqüentes nas partes menos valorizadas pelas condições naturais (pelo menos para a cafeicultura), que muitas vezes coincidiam com áreas de difícil acesso, como aquelas localizadas nos "baixões" de serra. Muitos dos apossamentos realizados nesses "baixões" durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, se caracterizaram por suas pequenas dimensões. Tradicionalmente essas áreas estiveram ligadas a uma economia de auto-suficiência; o baixo valor das terras era um estímulo a essa forma de ocupação. Essas áreas na verdade nunca foram incorporadas pela cultura cafeeira; a sua definitiva interação ocorreu mais tarde, com a década de 1930, através da cultura do algodão e da pecuária.

Foi contudo, com a transformação do território de Jaú numa "frente pioneira", que o processo de incorporação das terras ao capital cafeeiro, processo já em elaboração na fase anterior, se definiu, ou seja, foi a partir de então que a terra passou a ter, definitivamente, valor de uso e de troca, valor de mercadoria.

A tabela nº 23 nos mostra que os 75% que as áreas das propriedades rurais representavam em 1905 em relação à área total dos municípios, aumentaram com o passar do tempo, atingindo em 1920, 87,21%, refletindo assim, a progressiva incorporação de terras devolutas e apossadas ao capital cafeeiro.

Tabela nº. 23

Relação entre a Área Ocupada pelas Propriedades Rurais e a Área Total dos Municípios na Sub-Região Administrativa de Jaú - em hectares

Ano	área dos municípios	área das propriedades rurais	% área prop. sobre a área dos municípios	nº de propriedades rurais
1905	275.900	204.821	74,23	1.783
1920	275.900	240.620	87,21	2.290
1930	275.900	234.524	85,00	2.657
1940	298.300 (1)	257.107	86,19	3.633
1950	298.300	270.372	90,63	2.689
1960	298.300	284.836	95,48	2.988

(1) - em 1938 Boracéia foi incorporada à Itapuí, desmembrada que foi de Pederneiras, o mesmo ocorrendo com Igaraçu do Tietê que foi incorporada à Barra Bonita, desmembrada de São Manuel.

Ante a ausência de dados referentes às áreas dos municípios para os diversos levantamentos estatísticos, nos apoiados, para a determinação das mesmas, nas áreas atuais dos referidos municípios, como nos mostra a tabela nº 24.

Coloca-se, agora, o problema da origem do capital aplicado na aquisição do imóvel rural, que ajudaria a explicar o mecanismo da incorporação das terras de Jaú ao capital cafeeiro, e também o processo de formação da burguesia agrária.

Tabela nº. 24

Área dos Municípios da Sub-Região Administrativa
de Jaú - em Km²

Município	área em Km ²
Jaú	718
Bocaina	387
Bariri	437
Itapuí	137
Mineiros do Tietê	168
Dois Córregos	597
Barra Bonita	139
Itaju	176
Igaraçu do Tietê	104
Boracéia	120
Total	2.983 Km²

Fonte: Diagnóstico 7ª Região Administrativa,
Secretaria do Planejamento, do Estado
de São Paulo, 1973.

Um primeiro caso está relacionado aos antigos proprietários rurais que já se encontravam nos municípios existentes antes da grande expansão cafeeira, ou então antes da implantação da "frente pioneira". Vimos no Capítulo I que importante parcela desses antigos proprietários rurais provieram do sul de Minas Gerais e de áreas cafeeicultoras paulistas mais antigas situadas na "Região Central", com um certo capital nelas acumulado, para fixarem-se numa zona "nova" onde o preço da terra ainda era baixo, ou nulo, no caso de apossamento, aguardando por sua valorização e possível integração à expansão da cultura cafeeira.

Esses antigos proprietários puderam realizar no território de Jaú uma acumulação de capital a partir de uma economia de excedente e/ou a partir das primeiras tentativas ligadas à cultura da cana de açúcar e do café, cujo capital

foi sendo gradativamente investido na expansão da cultura cafeeira. Foram favorecidos por terem realizado um pequeno, ou nulo, investimento no fator terra que, via de regra, como já dissemos foi apropriada através do apossamento ou da compra a baixo preço.

Esses antigos proprietários, ao participarem assim da transição ocorrida no território de Jaú, que, de uma economia de excedentes, transformou-se numa economia predominantemente cafeeira, acabaram sofrendo, eles mesmos um processo de transformação social que os transformou numa burguesia agrária cafeeira. Essa abordagem nos mostra que não houve necessariamente uma desvinculação entre a figura do antigo proprietário que estaria ligado simplesmente a uma economia de excedente, e a figura do proprietário ligado à economia cafeeira, o cafeeiro cujo capital ter-se-ia originado à parte daquele antigo proprietário. Percebe-se assim, mais claramente, certos mecanismos de incorporação de novas terras ao desenvolvimento do capital cafeeiro.

Comparando os nomes desses antigos proprietários rurais de origem mineira e paulista com os nomes dos fazendeiros de café arrolados na Estatística Agrícola e Zootécnica de 1905, constatamos que muitos deles estavam presentes nesse último censo. A relação é extensa, por isso deixamos de citá-la. Alguns deles estavam, no início do século, entre os mais importantes cafeeiros que foram com o tempo realizando uma concentração fundiária.

Evidentemente, dentro de todo esse processo, os antigos proprietários que não se integraram, ou não quiseram se integrar como produtores à economia cafeeira, tiveram como opção básica a venda de suas terras, ou continuar a desenvol-

ver uma economia de excedente.

Não podemos nos esquecer, nesse primeiro caso de origem do capital aplicado na cultura cafeeira, do papel que os comissários de café desempenharam como "banqueiros" dos fazendeiros de café. Esse tema de grande importância está tratado no item referente ao "fato urbano".

Numa visão mais ampla, podemos encarar esse processo de acumulação de capital realizado através dos antigos proprietários rurais, como componente do processo global do desenvolvimento do capital cafeeiro, ao qual ele foi se integrando. Nesse sentido, o primeiro processo acima apresentado corresponde apenas a um "prisma" do processo global de apropriação das terras pelo capital cafeeiro.

Durante sua fase de transição de uma "frente de expansão" para uma "frente pioneira", e até mesmo durante a sua fase inicial como "frente pioneira", podemos localizar no território de Jaú um segundo caso quanto à origem do capital aplicado na aquisição de um imóvel rural. Forçando a expressão, foi um capital exógeno, ligado ao grande capital cafeeiro, que foi nele investido em função da própria dinâmica da expansão da economia cafeeira, caracterizando um mecanismo bastante comum na expansão das "frentes pioneiras". Que remos nos referir ao capital aplicado por uma poderosa burguesia cafeeira já existente, e já instalada na retaguarda de Jaú no período acima referido, não apenas na apropriação de terras quer para fins produtivos, quer para fins especulativos, mas também em outros setores da economia cafeeira, como na construção de ferrovias, bancos, indústrias, comercialização do café, etc.. Ela não fixou necessariamente sua residência no território de Jaú, e se confundia com a alta camada da burguesia cafeeira paulista considerada como um todo.

À guisa de ilustração, citaremos alguns exemplos, apesar de parte deles já terem sido referidos anteriormente - nesse trabalho; Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, representa um dos exemplos mais significativos, proprietário que foi de oito fazendas em Jaú, além de ter investido nessa parte do Estado em ferrovias, bancos, indústrias. A companhia inglesa "San Paulo Coffee Estates Co. Id. possuía no início do século uma propriedade de 750 alqueires com 435.000 pés de café. Manuel Ferraz de Campos Salles, que foi presidente da República, possuía uma propriedade cafeicultora no município de Jaú de 170 alqueires e com 190.000 pés de café. O mesmo ocorreu com Leão Cerqueira, que além de ter sido um dos acionistas do Banco Melhoramento de Jaú, abriu mais tarde outras fazendas na Sorocabana. Toledo Piza, de Capivari, foi proprietário de duas fazendas que totalizavam 825 alqueires e 540.000 pés de café. José Estanislau do Amaral, um dos principais acionistas da Estrada de Ferro Mogiana, era o proprietário de quatro estabelecimentos rurais no município de Dois Córregos, que totalizavam 1.165 alqueires com 398.000 cafeeiros.

Um terceiro caso ligado à origem do capital aplicado na apropriação de terras esteve relacionado com a poupança realizada por trabalhadores rurais e que muitas vezes foi empregada na compra de um imóvel rural; o caso dominante foi representado pelo colono estrangeiro, principalmente o italiano, seguido do espanhol.

Em 1905 era de 34,32% (612) a porcentagem de estabelecimentos rurais no território de Jaú que já pertenciam a estrangeiros, o que reflete, em princípio, a rápida ascensão

Tabela nº. 25

Propriedades Rurais Pertencentes a Nacionais e Estrangeiros
no Território de Jaú - 1905-20-31/2-34/5

Nacionalidade dos Proprietários rurais	1905 (1)		1920 (2)		1931 (1)		1934-5 (1)	
	valor total	%						
Nº propriedades rurais pertencentes a nacionais e estrangeiros	1.783		2.290		2.657		3.029	
	1.171	65,68	1.204	52,58	1.246	46,90	1.442	47,60
	612	34,32	1.086	47,42	1.411	53,10	1.587	52,40
Área das Propr. rurais pertencentes a nacionais e estrangeiros	204.821		240.620		234.524		271.606	
	171.023	83,5	184.122	76,50	87.964	37,50	86.484	31,84
	33.798	16,5	56.498	23,50				

(1) Estatística Agrícola e Zootécnica

(2) Recenseamento Federal

como proprietários rurais por parte de alguns colonos, se considerarmos que a imigração em massa ocorreu praticamente a partir de 1890, e que até essa última data praticamente inexistiam estabelecimentos rurais pertencentes a estrangeiros.

De qualquer maneira, coloca-se o problema da ascensão de ex-colonos à condição de proprietários rurais, mesmo considerando as condições pouco favoráveis para tal, proporcionadas pelo regime de colonato.

Apesar das controvérsias existentes sobre esse tema, a ascensão de ex-colonos pode ser, inicialmente, utilizada como apoio à tese de que nas fazendas cafeicultoras que estavam sendo formadas nas zonas "novas", o regime de colonato "de formação" nelas utilizado teria representado não só um regime de trabalho mais favorável ao colono do que o regime de colonato de "trato" ou de "manutenção", mas também um regime que teria possibilitado uma ascensão maior por parte do colono.

Entre as vantagens propiciadas por esse regime de trabalho, e de que já tratamos anteriormente, recordamos aquelas que possibilitavam ao colono uma produtividade maior nas suas culturas alimentícias e, conseqüentemente, uma intensa comercialização dos excedentes dessa sua produção rural, através da qual ele poderia realizar uma poupança maior, que poderia ser aplicada na aquisição de um imóvel rural em plena fase de expansão cafeeira.

Outras vantagens poderiam ser acrescentadas ao colonato de "formação", viabilizando mais ainda a ascensão do colono. Uma das mais importantes, era o direito que o colono tinha na venda das primeiras colheitas. O prazo do contrato para a formação do cafezal tinha uma duração que podia ser de

quatro ou de seis anos, dependendo do pé de café ser plantado com sementes (contrato de quatro anos), ou com mudas (contrato de seis anos).

Para o primeiro caso, o colono de formação tinha direito de vender apenas uma primeira colheita, que ocorria no quarto e último ano do contrato, colheita que normalmente era pequena. Porém recebia do proprietário da terra uma certa importância por pé de café formado. Essa importância, mais o valor obtido com a primeira colheita, mais a venda dos produtos de excedente, possibilitavam-lhe a formação de uma importância monetária, suficiente para a aquisição de um imóvel rural.

Para o segundo caso, contrato de seis anos, o colono de formação nada recebia do proprietário da terra pela formação do cafezal, porém tinha o direito de vender as três primeiras colheitas de café o que também normalmente lhe fornecia um numerário suficiente para a compra de um lote de terra, após a vigência do contrato. (14)

Dessa forma, o rendimento obtido pela comercialização dos produtos alimentícios que produzia com elevada produtividade agrícola, acrescida do rendimento obtido pelo menos com a primeira colheita de café, capacitava o colono de "formação" realizar uma poupança maior, que poderia ser aplicada na compra de uma propriedade rural.

Para essa compra de terra haveria, teoricamente, duas opções: ou adquiri-la na própria área, onde o preço das terras já estava valorizado, ou adquiri-la em áreas situadas mais para o oeste do Estado, a ser ainda incorporada à expansão da economia de mercado, onde o preço das terras era ainda inferior ao da área onde o colono se encontrava.

Para o primeiro caso, a compra estaria mais condi

Para o primeiro caso, a compra estaria condicionada, inicialmente, à terras situadas em áreas à "margem" das principais zonas cafeicultoras que, freqüentemente, eram aquelas que apresentavam melhores condições para a cultura do café, quer em termos de condições naturais, quer em termos de posição geográfica. Foi o caso dos "baixões" de Serra localizados próximos aos rios Jacaré-Pepira e Tietê que, além de apresentarem solos pobres e de estarem muito sujeitos a geadas, apresentavam um difícil acesso aos principais eixos de transporte ferroviário; foi também o caso das áreas de solos férteis do município de Barra Bonita, que se integraram mais tarde à cultura cafeeira devido ao seu acesso mais difícil e à ocorrência de malária que infestava essa área. Para o primeiro caso, a aquisição de terras poderia ser ainda feita nos próprios trechos cafeicultores, o que teria sido facilitado pelas crises cafeeiras que ocorreram a partir de 1898, e que estimularam o fracionamento de propriedades maiores.

Para o segundo caso, o estímulo maior resultava, como já dissemos, dos preços inferiores das terras situadas mais para oeste, que tornavam mais viável a possível aquisição de terras pretendida pelos colonos de "formação". Nesse sentido, é importante a entrevista gravada pela geógrafa Claudete Barriguella Junqueira com um antigo morador de Campos Novos, próxima a Assis, na qual o entrevistado se refere à origem dos proprietários rurais italianos, que, chegando em levadas, compraram terras no referido município, durante a segunda década do século atual. Essas levadas de imigrantes italianos provinham em boa parte de Barra Bonita, Mineiros do Tietê, municípios pertencentes à sub-região administrativa de Jauú, onde trabalhavam como colonos de "formação" de café, e de onde vinham com dinheiro acumulado nessa atividade, suficiente para a compra de um lote de terra. Esses ex-colonos de "forma-

ção" se dirigiram para Campos Novos, atraídos pela propaganda de terras baratas, promovida pelos seus proprietários, que as loteavam em pequenos lotes de 10 a 20 alqueires, e que eram vendidos aos ex-colonos de "formação".

Mas torna-se difícil afirmar até que ponto esses novos proprietários estrangeiros eram representados pelos antigos colonos de café do próprio território de Jaú, cuja poupança tinha sido, portanto, nele realizado, e até que ponto eram representados por ex-colonos de zonas cafeicultoras mais antigas, que se deslocaram para o território de Jaú já com um certo capital, aqui adquirindo um lote de terra.

A ascensão do colono à condição de proprietário rural poderia ser ainda, complementada através de uma segunda tese, só que ligada ao colonato de "manutenção", que foi utilizado no território de Jaú ao longo do período em estudo.

Para ela, os efeitos negativos das crises que afetaram a cultura cafeeira, desde a primeira ocorrida em 1898, até a de 1929, teriam sido mais negativos sobre os fazendeiros do que sobre os colonos, permitindo que esses últimos, através dos recursos acumulados, pudessem se transformar em pequenos proprietários no próprio território de Jaú ou em zonas "novas" situadas, em princípio, mais para o oeste.

Para tanto, torna-se necessário considerar que os rendimentos não monetários ou em espécie, dos colonos, principalmente aqueles resultantes da produção alimentícia que ele mesmo realizava, conseguiam garantir sua sobrevivência mesmo durante os momentos de crise da cultura cafeeira, não sendo, nesse sentido, tão duramente atingidos, como em princípio se daria com os cafeicultores, que tinham no lucro obtido pela mercadoria café uma de suas principais fontes de renda. Além

do mais a comercialização que o colono realizava do excedente da sua produção alimentícia, mesmo durante os períodos de crise, permitia manter uma acumulação de recursos.

A possibilidade dessas economias duramente realizadas, na compra de um imóvel rural, teria sido favorecida pelas crises da cultura cafeeira, que promoveriam uma desvalorização temporária no preço das terras, viabilizando assim o possível sonho de ascensão do colono.

O decorrente desenvolvimento da pequena propriedade, no caso como resultado da aplicação das limitadas poupanças realizadas pelo colono, poderia se verificar quer através do fracionamento de propriedades cafeeicultoras maiores no próprio território de Jaú, quer através da compra de imóveis rurais efetuada pelos colonos nas zonas "novas" que estavam sendo abertas no oeste paulista, freqüentemente como empreendimentos imobiliários especulativos.

Essa tese, muito difundida em função da crise de 1930 para a explicação da proliferação da pequena propriedade no Estado de São Paulo a partir dessa última grande crise, (15) poderia ser aplicada, com as devidas adaptações, também em função de outras crises menores que antecederam a de 1930.

Mas qualquer que fosse o mecanismo, a ascensão do ex-colono à condição de proprietário rural se deu inicialmente através da aquisição de um pequeno imóvel rural. Os dados de 1905 nos mostram que os estabelecimentos rurais pertencentes a estrangeiros eram predominantemente pequenos. Apesar de representarem 34,32% do número total dos estabelecimentos rurais, a área por eles abrangida atingia apenas 16,5% da área total dos estabelecimentos rurais.

Tabela nº. 26

Classes de Área das Propriedades Rurais Pertencentes
à Estrangeiros no Território de Jauú - 1905

Classes de área Hect.	Nº total de propriedades	Nº de Pro - priedades - pertencentes à estrangei- ros	% de cada classe pertencente à estrangeiros sobre:	
			o total das propr. per- tencentes à estrangei- ros	o total de cada clas- se
-5	92	37	6,04	40,21
5 a 10	177	93	15,19	52,54
10 a 20	292	124	20,26	42,46
20 a 50	482	214	34,96	44,39
50 a 100	295	87	14,21	29,49
100 a 200	208	36	5,88	17,30
200 a 500	161	15	2,45	9,31
500 a 1000	49	4	0,65	8,16
1000 a 2000	22	2	0,32	9,09
2000 a 5000	5	-	-	-
Total	1.783	612	100,00	

Constatamos pela tabela nº 26 que mais de 76% das propriedades rurais pertencentes à estrangeiros possuíam uma área inferior a 50 hectares, e menos de 1% possuía área superior a 500 hectares, refletindo uma primeira fase da ascensão do colono estrangeiro, que, via de regra, ante a restrita poupança realizada, era limitado à aquisição de pequenas propriedades. Essa posição dos ex-colonos pode ainda ser caracterizada pela participação de cada classe de área pertencente a estrangeiro em comparação ao número total de propriedades por classe de área. A mesma tabela nº 26 nos mostra que para as propriedades com menos de 50 alqueires, aquelas que pertenciam a estrangeiros participavam com um percentual que oscilava de 40 a 52%, enquanto que para as classes de á

rea maiores a participação dos estrangeiros era muito pequena.

A existência de grandes propriedades rurais pertencentes a estrangeiros não chega a invalidar as observações acima feitas. Os seis maiores estabelecimentos rurais pertencentes a estrangeiros, com mais de 500 hectares, não se definiam claramente como pertencentes a ex-colonos. Apesar da inexistência de melhores informações sobre esses proprietários, tudo nos leva a crer, considerando apenas suas nacionalidades, que os mesmos teriam tido uma outra linha de origem que não a de ex-colonos ligados à imigração em massa: três delas pertenciam a portugueses, e as três restantes a francês, inglês (no caso à "San Paulo Coffee Estates Co.Ltd.") e italiano.

Como não poderia deixar de ser, o tamanho médio das propriedades rurais pertencentes a estrangeiros era inferior: atingia apenas 22,82 hectares contra 60,35 hectares pertencentes a nacionais.

Tabela nº. 27

Tamanho Médio das Propriedades Rurais Pertencentes a Nacionais e Estrangeiros no Território de Jaú

Ano	Pertencentes a Nacionais	Pertencentes a Estrangeiros
1905	60,35 hect.	22,82 hect.
1920	154,24	52,02
1931	117,90	62,56

Das 612 propriedades rurais que em 1905 pertenciam a estrangeiros, 489, ou seja 80%, dedicavam-se à cultura cafeeira, o que realmente valoriza essa origem do capital aplicado na economia cafeeira, e demonstra, ao mesmo tempo, o início da participação do ex-colono na burguesia agrária em e

laboração no território de Jaú.

Contudo, a existência em 1905 de 123 propriedades pertencentes a estrangeiros que não estavam voltadas para a cafeicultura(20%), e que possuíam um tamanho médio ainda inferior ao conjunto das propriedades pertencentes a estrangeiros, coloca o problema da adesão por parte de alguns ex-colonos estrangeiros a uma economia de excedentes. A tabela nº. 28 abaixo nos mostra que esse tipo de propriedade era constituído em sua maior parte por propriedades muito pequenas, já que 92% delas possuíam menos de 50 hectares, ou então 65,85% delas possuíam menos de 20 hectares.

Tabela nº. 28

Propriedades Rurais Não Cafeicultoras Pertencentes
Estrangeiros no Território de Jaú - 1905

Classe de Área (em hectares)	Propriedades Pertencentes a Estrangeiros		% acumuladas de propriedade de não cafeicult. sobre o total
	Nº Total	Propriedades não cafeicultoras	
-5	37	18	14,63
5 a 10	93	37	44,71
10 a 20	124	26	65,85
20 a 50	214	33	92,68
50 a 100	87	8	99,18
100 a 200	36	1	100.00
200 a 500	15	-	
500 a 1000	4	-	
1000 a 2000	2	-	
Total	612	123	

Por fim, a importância da origem desse capital aplicado a cultura cafeeira aumentou com o decorrer dos anos., definindo importante parcela da burguesia agrária que se constituiu no território de Jaú, ante a ascensão do ex-colono es

trangeiro. A tabela nº. 25 nos mostra que a participação de propriedades pertencentes a estrangeiros no número total das propriedades rurais aumentou de 34,32% em 1905, para 54,63% em 1920, enquanto que a sua participação na área total ocupada pelas propriedades rurais aumentou de 16,5% em 1905, para - 35,28% em 1920.

Ao mesmo tempo o tamanho médio das propriedades - pertencentes a estrangeiros aumentou num ritmo bem superior ao verificado com aquelas que pertenciam a nacionais. A tabela nº 27 nos informa que, enquanto que o tamanho médio das propriedades pertencentes a nacionais aumentou, entre 1905 a 1931, de 60,35 para 117,90 hectares, o tamanho médio das propriedades pertencentes a estrangeiros aumentou de 22,82 para 62,56 hectares, refletindo um processo de concentração fundiária superior ao ocorrido com as propriedades pertencentes a brasileiros.

2.2. A Estrutura Fundiária

A análise da apropriação do território de Jaú pelo capital cafeeiro envolve ainda o estudo da sua estrutura fundiária, para o qual utilizamos os dados fornecidos pela Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo, para o ano de 1905, e pelos censos federais de 1920 e 1940.

A dificuldade e até mesmo a impossibilidade em obter dados dessa natureza, anteriores a 1905, para todos os municípios da atual Sub-Região Administrativa do território de Jaú, fez com que a análise da estrutura fundiária fosse feita principalmente a partir daquele referido ano.

Como o levantamento estatístico de 1905 não fornece uma classificação das categorias dimensionais das proprie-

dades rurais, tivemos de elaborá-la, tendo por base o cadastramento das propriedades rurais que nele consta. Contudo, ante o fato do recenseamento de 1920 ter adotado categorias dimensionais diferentes daquelas adotadas pelos recenseamentos federais de 1940 e seguintes, vimo-nos obrigados a elaborar duas classificações de categorias dimensionais das propriedades rurais de 1905: uma de acordo com aquela adotada pelo censo de 1920, e outra de acordo com aquela adotada pelo censo de 1940; isso para que as comparações entre as diferentes épocas pudessem ser melhor caracterizadas. Ainda mais: considerando que os dados de 1905 são fornecidos em alqueires, e que os dados dos censos federais são fornecidos em hectares, tivemos que transformar os primeiros em hectares.

Nessa análise da estrutura fundiária, tentaremos, inicialmente, caracterizá-la em 1905, quando o território de Jaú se definia como uma "frente pioneira", para, a seguir, captar as transformações por ela sofrida a partir de 1905 até - 1940, perpassando pela grande crise cafeeira de 1929/30.

Assim sendo, tratando inicialmente da estrutura fundiária em 1905, a utilização dos dados desse ano nos permite afirmar que o território de Jaú já apresentava nesse primeiro "momento" da grande expansão da cultura cafeeira, características de um território apropriado pelas relações capitalistas vinculadas ao capital cafeeiro.

Lembramos, inicialmente, que boa parte da área abrangida pelos municípios então existentes já se encontrava apropriada pelo capital cafeeiro: dos 275.900 hectares que constituíam esses municípios, 204.821 hectares já correspondiam a propriedades rurais (16). Das 1 783 propriedades rurais registradas em 1905, 1 355 (76%) já se dedicava à cultu-

ra cafeeira; mais ainda; dos 204.821 hectares abrangidos por todas as propriedades rurais existentes, apenas 19.538 hectares (9,53%) correspondiam a propriedades não cafeeicultoras.

A tabela que elaboramos para o ano de 1905 nos revela uma forte concentração fundiária. A ilustração dessa afirmativa pode ser feita utilizando a participação das diferentes categorias dimensionais no conjunto da estrutura fundiária. Assim, as propriedades com mais de 400 hectares, que representavam apenas 6,83% do número total de propriedades existentes, ocupavam 48,04% da área total abrangida pelas propriedades rurais. Enquanto isso as propriedades com menos de 40 hectares representavam 51,76% das propriedades existentes, mas ocupavam apenas 8,20% da área total das propriedades rurais.

Tabela nº. 29

Número de cafeeiros por tamanho de propriedade
no território de Jaú - 1905

<u>Categorias dimensionais</u>	<u>% sobre a área total das propriedades</u>	<u>Nº de cafeeiros</u>	<u>% sobre o nº total de cafeeiros</u>
- 40 hect.	8,20	2.241.654	5,62
40 a 100	13,46	6.552.700	15,51
101 a 200	14,41	8.477.900	20,07
201 a 400	15,85	9.232.940	21,86
401 a 1000	26,56	9.948.000	23,55
1001 a 2000	15,64	5.151.500	11,91
+ de 2000	5,84	622.000	1,47

As maiores propriedades rurais encontravam-se, quase todas elas, voltadas ao plantio do café; das 27 maiores propriedades rurais que possuíam mais de 1000 hectares, apenas uma não estava voltada para essa cultura; nas outras 26 o café

era cultivado com diferentes intensidades, e grande parte de las se comportava como importantes produtoras de café. Nesse sentido, as maiores propriedades rurais se confundiam, generalizando, com as mais importantes propriedades cafeicultoras. Essas 27 maiores propriedades rurais possuíam 5.773.500 pés de café, o que representava 13,35% dos cafeeiros existentes, porcentagem que não estava em elevada discrepância com o número de cafeeiros que era encontrado nas 27 mais importantes propriedades cafeicultoras, que era de 7.773.500 pés, representando 17,96% dos cafeeiros existentes.

Pela tabela nº. 29, seria possível estabelecer uma ligeira relação entre a porcentagem das áreas abrangidas pelas diferentes categorias de tamanho das propriedades rurais e a porcentagem de cafeeiros encontrados em cada uma delas. Mesmo não havendo um forte desequilíbrio entre as áreas abrangidas pelas diferentes categorias de tamanho e a participação dessas categorias dimensionais na produção cafeeira, os dados nos mostram que as propriedades de 40 a 400 hectares se definiam como as mais voltadas a produção cafeeira; isso no sentido de que as áreas abrangidas por essas categorias de tamanho possuíam uma porcentagem inferior a sua participação, também percentual, em relação ao número total de cafeeiros.

Torna-se difícil afirmar até onde teria ocorrido, nesse período de implantação da economia cafeeira, em relação ao período anterior, um processo de concentração fundiária, ou então do seu fraccionamento, ante a ausência de dados comparativos sobre a estrutura fundiária referente à fase anterior.

A presença e o domínio da grande propriedade rural em 1905 estava, de um lado, vinculada às maneiras como se deu a apropriação da terra no período anterior à instalação

da "frente pioneira": apossamento, compra de grandes áreas a baixo preço, "grilagem". Por outro lado, e apoiado em algumas evidências fornecidas pela análise de casos particulares de alguns grandes proprietários rurais existentes em 1905, poderíamos afirmar que no período de passagem do território de Jaú de uma "frente de expansão" para uma "frente pioneira", ter-se-ia verificado um certo processo de concentração fundiária; foi o caso de antigos proprietários rurais que, com a expansão da cultura cafeeira, a ela se integraram, realizando uma progressiva acumulação de capital que, em parte, foi transferido na aquisição de novas propriedades no próprio território de Jaú; além dessas evidências, a já referida pesquisa em andamento, realizada por Reinaldo M. dos Santos no Cartório do Primeiro Ofício de Jaú, demonstra um importante processo de compra de pequenas propriedades rurais por parte de fazendeiros mais poderosos durante as décadas de 1870 e 1889.

Mas paralelamente ao processo de concentração fundiária, e apoiado ainda nas evidências acima referidas, teria ocorrido também no período de implantação da "frente pioneira" no território de Jaú, um significativo processo de fracionamento de propriedades rurais maiores, através principalmente dos mecanismos de compra-e-venda e de heranças, ou então dos dois em conjunto.

Nesse sentido, e considerando apenas propriedades maiores existentes antes da implantação da "frente pioneira", mais de um caso pode ser localizado. Foi muito freqüente a figura do antigo grande proprietário rural cujas extensas terras foram apropriadas pela posse ou não, que não se integrou ao espírito de uma típica burguesia cafeeira, o mesmo podendo ocorrer com seus descendentes; a venda dessas propriedades, no caso em lotes menores, foi um hábito bastante freqüente,

podendo o antigo grande proprietário permanecer apenas com uma parcela da antiga propriedade. Um outro caso refere-se à queelas grandes propriedades cujos donos a utilizavam como - meio de especulação, vendendo-as em lotes, à medida que se verificava a valorização das terras ante a expansão cafeeira, se assemelhava a "comerciantes" de terras que praticamente não realizavam aproveitamento algum das terras de suas propriedades; o cadastramento das propriedades rurais em 1905 ainda nos revela a existência de algumas poucas propriedades desse tipo. Um terceiro caso, representado pelo processo de fragmentação promovido através de herança, foi um dos mais importantes para a definição de propriedades rurais menores; o fato dos cafeicultores terem se comportado como uma burgue sia agrária bastante arraigada ao território de Jaú colabo - rou bastante para esse processo de fragmentação de propriedades maiores; esse fato chegou a atingir até mesmo importan - tes famílias de cafeicultores.

Nesse processo de fraccionamento de propriedades maiores, não podemos nos esquecer do papel representado pela ascensão à condição de proprietários rural por parte do ex-colono estrangeiro, principalmente aquele ligado ao colonato de "formação", anteriormente tratado. Os estrangeiros definiam-se basicamente, em 1905, como pequenos proprietários : das 612 propriedades rurais pertencentes a estrangeiros e no referido ano, 468 possuíam menos de 50 hectares, que repre - sentavam 44,87% do total das propriedades com menos de 50 hec tares existentes.

Além desses processos de fraccionamento de pro priedades rurais maiores, a presença de propriedades rurais menores pode ser também explicada pelo processo de apossamen to; a relação entre os apossamentos realizados após a Lei

das Terras de 1850 e a pequena propriedade tem sido defendida por vários autores. Como regra geral, esse tipo de apossamento foi mais frequente nos trechos menos valorizados pela cafeicultura.

Analisaremos agora a evolução, e possíveis transformações, da estrutura fundiária no território de Jaú, a partir de 1905 até 1940.

Como os recenseamentos federais de 1920 e de 1940 adotaram diferentes categorias de tamanho, vimo-nos forçados a adotar como critério de classificação os limites de categorias dimensionais que fossem coincidentes naqueles dois recenseamentos. Nesse sentido, as categorias dimensionais que estabelecemos são as seguintes:

- a. propriedades com menos de 100 hectares
- b. propriedades com 101 a 200 hectares
- c. propriedades com 201 a 1000 hectares
- d. propriedades com mais de 1001 hectares

Evidentemente essas amplas categorias não são as mais significativas para a análise da evolução da estrutura fundiária, uma vez que mascara realidades ocorridas dentro de cada uma dessas categorias com acentuada amplitude de tamanho; mas é aquela que nos permite estabelecer pelo menos uma primeira abordagem sobre a participação evolutiva das diferentes categorias de tamanho de propriedades rurais na estrutura fundiária entre 1905 e 1940.

Essa análise nos revela algumas tendências em termos de concentração e fragmentação das propriedades rurais, que acabaram por provocar algumas alterações no quadro geral da estrutura fundiária.

Antes de tratar dessas tendências convém inicialmente reforçar duas observações. A primeira refere-se ao progressivo aumento no número total de propriedades rurais no território de Jaú, como pode ser constatado na tabela nº. 30 abaixo. Esse aumento não muito intenso entre 1905 e 1920, quando foram acrescidas 489 novas propriedades, se acelerou bastante nas duas décadas seguintes, já que implicou o aparecimento de 1364 propriedades, refletindo, em parte, o papel que a crise de 1929/30 teve no desenvolvimento da pequena propriedade.

Tabela nº. 30

Número de Propriedades Rurais e Áreas por Elas Abrangidas em 1905-1920-1940 no território de Jaú

Ano	Nº de propriedades rurais	Área das propriedades rurais
1905	1.783	204.821 hectares
1920	2.272	240.620 "
1940	3.639	257.107 "

A segunda observação refere-se a área total abrangidas por essas propriedades rurais. É importante frisar que o aumento do número de propriedades rurais não se verificou dentro de uma mesma área considerada, já que essa última sofreu também um aumento progressivo, ao que tudo indica, como resultado da expansão de novas propriedades rurais sobre terras até então devolutas, ou então através da legalização jurídica de posses já realizadas. De qualquer forma, as novas áreas incorporadas pelas propriedades rurais representaram, entre 1905 e 1940, um total elevado, 52.360 hectares, que correspondia a 25% das áreas abrangidas pelas propriedades rurais em 1905. Como não poderia deixar de ser, esse aumento sofreu um processo de desaceleração ao longo do período: se

entre 1905 e 1920 o aumento foi de 35.889 hectares, entre 1920 e 1940 o aumento foi de apenas 16.487 hectares.

Quanto às transformações ocorridas na estrutura fundiária, a partir de 1905, as categorias dimensionais menores, no caso aquelas com menos de 100 hectares, foram as responsáveis pela maior parte do aumento ocorrido no número de propriedades rurais. O aumento do número de propriedades com menos de 100 hectares, bastante significativo entre 1905 e 1920, se acelerou entre 1920 e 1940, em parte, repetimos, como decorrência da crise de 1930: das 489 propriedades rurais que aumentaram entre 1905 e 1920, 428 possuía menos de 100 hectares, portanto, 87%; entre 1920 e 1940 o aumento de propriedades com menos de 100 hectares (1.300) quase chegou a ser igual ao número total de propriedades que aumentou nesse período (1.361).

Com relação às áreas abrangidas por essas propriedades rurais com menos de 100 hectares verificou-se também um grande aumento, cujo ritmo, ao longo das quatro primeiras décadas do século, se assemelhou muito àquele ocorrido no número de propriedades rurais. Esse aumento esteve relacionado não só ao processo de fragmentação de propriedades maiores, mas também à incorporação de áreas devolutas por parte das referidas propriedades rurais.

No interior dessas categorias dimensionais com menos de 100 hectares, foram nos grupos menores que o aumento foi mais acentuado, quer considerando o número de propriedades, quer considerando a área por eles abrangida. A compara

Estrutura Fundiária no Território de Jaú
1905 - 1920

1905

Categorias Dimensio - nais (em hectares)	Propriedades rurais		Área ocupada pelas Propriedades rurais	
	Nº	%	Valor ab soluta em hect.	%
menos 40	923	51,76	16.814	8,20
41 - 100	415	23,27	27.575	13,46
101 - 200	208	11,66	29.524	14,41
201 - 400	115	6,44	32.470	15,85
401 - 1000	95	5,32	54.414	26,56
1001 - 2000	22	1,23	32.045	15,64
2001 - 5000	5	0,28	11.979	5,84
mais 5001	-	-	-	-
total	1.783	100,00	204.821	114,87

1920

menos 40	1.276	56,16	23.499	9,76
41 - 100	490	21,39	31.503	13,09
101 - 200	246	10,74	35.598	14,79
201 - 400	142	6,20	39.630	16,46
401 - 1000	89	3,88	53.931	22,41
1001 - 2000	22	0,96	30.861	12,82
2001 a 5000	6	0,26	18.757	7,79
mais 5001	1	0,04	6.292	2,61
total	2.272	100,00	240.620	100,00

Estrutura Fundiária no Território de Jaú
1905 - 1940

1905

Categorias Dimensio - nais (em hectares)	Propriedades rurais		Área ocupada pelas Propriedades rurais	
	Nº	%	Valor ab soluta em hect.	%
menos de 5	92	5,15	361	0,17
5 a 10	177	9,92	1.427	0,69
11 a 20	292	16,37	4.341	2,11
21 a 50	482	27,03	16.256	7,93
51 a 100	295	16,54	22.004	10,74
101 a 200	208	11,66	29.524	14,41
201 a 500	161	9,02	53.684	26,21
501 a 1000	49	2,74	33.200	16,20
1001 a 2500	22	1,23	41.120	20,07
mais 2501	5	0,28	2.904	1,41
total	1.783	100,00	204.821	114,87

1940

menos de 5	412	11,33	1.379	0,52
5 a 10	510	14,80	4.110	1,59
11 a 20	756	20,82	11.315	4,40
21 a 50	932	25,67	30.143	11,72
51 a 100	447	12,31	32.194	12,44
101 a 200	296	8,15	42.082	16,36
201 a 500	209	5,75	67.270	26,16
501 a 1000	36	0,99	25.406	9,88
1001 a 2500	20	0,55	30.545	11,88
mais 2501	3	0,08	10.048	3,90
total	3.639	100,00	257.107	100,00

ção dos dados entre 1905 e 1920, com relação às propriedades com menos de 40 hectares, comprovam essa afirmativa, o mesmo se constatando com relação ao grupo com menos de 50 hectares, entre 1905 e 1940.

Retomando mais uma vez o papel do regime de colonato no desenvolvimento da pequena propriedade, e considerando como válidas as idéias anteriormente apresentadas sobre as possibilidades dos colonos integrados àquele regime de ascenderem à condição de pequenos proprietários rurais, uma outra observação se torna necessária. Enquanto ~~que~~ o colonato de "manutenção" teria criado essas condições favoráveis ao longo das quatro primeiras décadas do século atual, para o colonato de "formação" essas possibilidades teriam sido mais intensas nos dois grandes "momentos" da expansão da cultura cafeeira no território de Jaú: entre meados da década de 1880 e 1903 e entre 1923 e 1929/30, épocas em que esse regime de trabalho teria sido intensamente utilizado na implantação de novas culturas cafeeiras.

Esses dois principais "momentos" da expansão da cultura cafeeira, ao mesmo tempo que teria ^{est}estimulado o colonato de "formação", teria ^{também} também, paralelamente, criado as condições necessárias para o desenvolvimento da pequena propriedade, pertencente aos ex-colonos. Para o primeiro "momento", o grande número de ex-colonos encontrados na condição de proprietários rurais, apenas após 10 ou 15 anos de sua chegada em massa ao território de Jaú, é uma evidência clara do que afirmamos.

Para o segundo "momento", consideramos importante levar em conta o papel do colonato de "formação" ao longo dos anos de 1920, para a interpretação do muito conhecido fenômeno que ocorreu após a crise de 1929/30 nas zonas cafeeicultoras, - que foi o desenvolvimento da pequena propriedade. Os dados de

1940, em relação aos de 1920, demonstram realmente um avanço muito grande das propriedades com menos de 100 hectares, tanto em número de propriedade como em área. O que aqui se coloca é até que ponto o desenvolvimento dessas propriedades menores a partir de 1930 teria sido simples decorrência da crise cafeeira de 1929/30, que teria estimulado a fragmentação de propriedades maiores e possibilitado o acesso à propriedade - por parte do colono de "manutenção", e até que ponto esse desenvolvimento da pequena propriedade estaria também ligado à acumulação de recursos realizada pelo colonato de "formação" na década de 1920, tal como ocorreu no primeiro "momento" da expansão da cultura cafeeira.

Considerando agora o fato de que o número de propriedades rurais com menos de 100 hectares aumentou num ritmo superior ao verificado no aumento da área por ele abrangida, constatamos que o tamanho médio das propriedades dessa categoria sofreu uma constante diminuição, sugerindo, em princípio, uma certa "pulverização" da pequena propriedade.

Os dados até aqui apresentados nos autorizariam a falar no desenvolvimento da pequena propriedade ao longo do período em estudo, tendência que se acentuou com a crise de 1930; considerando as quatro amplas categorias de tamanho anteriormente apresentadas, aquela com menos de 100 hectares se comportou como a única que passou por um aumento no número de propriedades rurais e na área abrangida, tanto em seu valor absoluto como em seu valor percentual.

Mas essa constatação não implicou, necessariamente, uma desvalorização, ou se quisermos, uma diminuição de todas as outras categorias de tamanho, como veremos a seguir.

Considerando agora as amplas categorias dimensio

nais com mais de 101hectares, (17) constatamos que durante o período balizado pelos levantamentos estatísticos de 1905 e 1920, todas essas categorias sofreram um aumento, pelo menos em seus valores absolutos, tanto no número de propriedades como nas áreas por elas abrangidas. O aumento ocorrido nas áreas de todas as categorias com mais de 100 hectares pode ser compreendido ante a incorporação de novas terras devolutas pelas propriedades rurais, ou, se quisermos, pelo capital cafeeiro; assim poderemos entender que a ampliação das áreas abrangidas pelas categorias com menos de 100 hectares não tenha implicado a diminuição daquelas com mais de 101hectares.

Contudo, no interior dessas amplas categorias com mais de 101 hectares ocorreram diferentes tendências em termos de participação quantitativa.

Assim, enquanto que os grupos de 100 a 200, e de 200 a 400 hectares sofreram importantes taxas de aumento, tanto no número de propriedades, quanto na área abrangida, os grupos de 400 a 1000, e de 1000 a 2000 hectares, ao contrário, sofreram uma redução, ainda que pequena, naqueles dois aspectos referidos, tanto no seu valor absoluto como no seu valor percentual, sugerindo um processo de fragmentação de grandes propriedades, ou pelo menos, a não realização de um processo de concentração fundiária nessas categorias de tamanho.

~~diária nessas categorias de tamanho.~~

Essa constatação nos leva a induzir sobre a participação crescente que as propriedades de 100 a 400 hectares (além daquelas com menos de 100 hectares) tiveram na produção cafeeira no território de Jaú após a passagem da "frente pioneira", em detrimento das grandes propriedades de 400 a 2000 hectares, que passaram a sofrer um certo processo de fragmentação. Outras evidências nesse sentido serão apresentadas mais adiante.

Mas, considerando as maiores propriedades, no caso aquelas com áreas superiores a 2000 hectares, encontramos, entre 1905 e 1920, uma tendência relacionada com o processo de concentração fundiária. Nessa categoria, na verdade com poucas propriedades (cinco propriedades em 1905 e sete em 1920), também se verificou um aumento, quer em termos absolutos, quer em termos percentuais, do número de propriedades rurais e das áreas abrangidas pelas referidas propriedades. O aumento ocorrido na área total das propriedades rurais dessa categoria dimensional foi muito grande (18), permitindo um grande aumento no tamanho médio dessas propriedades, que de 2.395,8 hectares em 1905, passou para 3.578,4 em 1920. Infelizmente não pudemos obter informações sobre as propriedades dessa categoria de tamanho, que talvez nos permitissem melhor caracterizar essa sua maior participação na estrutura fundiária.

Em linhas gerais, essas tendências sobre a participação das diferentes categorias dimensionais com mais de 100 hectares, entre 1905 e 1920, continuaram presentes entre 1920 e 1940; as categorias de 100 a 400 hectares continuaram a ter uma participação significativa no conjunto da estrutura fundiária, chegando até mesmo a aumentar, o mesmo não ocorrendo com as grandes propriedades situadas nas categorias de 400 a 2000 hectares, que continuaram a ter seus valores diminuídos, sugerindo um progressivo processo de fragmentação, que teria sido estimulado pela crise de 1929/30.

A partir das constatações até aqui feitas sobre a participação das diferentes categorias dimensionais de propriedades rurais, entre 1905 e 1940, podemos tecer algumas considerações complementares a respeito da evolução da estrutura fundiária no território de Jaú durante esse período.

Uma primeira consideração: o período em que o território de Jaú se comportou como uma "frente pioneira" foi aquele em que a estrutura fundiária esteve mais apoiada em propriedades maiores; nunca, pelo menos até 1940, a participação de grandes propriedades foi tão acentuada como nessa época.

Já vimos que a participação das categorias dimensionais de 400 a 2000 hectares diminuiu progressivamente, entre 1905 e 1940, quer em termos de número de estabelecimentos, quer em termos de área, o oposto ocorrendo com aquelas categorias com menos de 400 hectares e, principalmente, com as de menos de 100 hectares, cuja participação na estrutura fundiária foi crescente.

Essas observações nos permitem induzir que a evolução da cultura cafeeira no território de Jaú, após a sua fase de "frente pioneira", não se apoiou no domínio crescente da grande unidade de produção, eventualmente ligada à burguesia cafeeira cada vez mais poderosa.

Uma segunda constatação, que complementa a anterior, é sobre a participação das mais importantes propriedades cafeicultoras na produção total do café nos municípios em estudo. Para tanto, utilizaremos duas fontes de dados.

A primeira refere-se ainda à Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo de 1905, de onde foram retirados os dados para a elaboração da tabela nº. 33.

A tabela nº 33 nos informa que as 10 ou 20 principais fazendas cafeicultoras de cada município controlavam - significativa parcela do número de pés de café existentes em 1905, refletindo uma certa concentração da produção.

Tabela nº. 33

Participação das 10 e 20 Principais Fazendas Cafeicultoras nos Municípios do Território de Jaú - 1905

Município	Nº total de cafeeiros	Nº de cafeeiros nas 10 principais fazendas cafeicultoras		Nº de cafeeiros nas 20 principais fazendas cafeicultoras	
		valor total	%	valor total	%
Bariri	5.310.200	1.121.000	21,11	1.857.000	34,97
D.Córregos	6.018.500	1.784.000	29,64	2.694.000	44,76
Jaú	22.749.494	3.583.000	15,75	5.752.000	25,28
Mineiros do Tietê	3.005.500	1.812.000	60,29	2.172.000	71,09
Bocaina	6.183.000	1.885.000	30,48	3.054.000	49,39
Total	43.266.694	10.185.000	23,54	15.529.000	35,89

Constata-se, nesse sentido, uma grande variação por município, onde os casos de Mineiros do Tietê e Jaú se encontram nos dois extremos: ao lado da forte concentração da produção nas principais fazendas cafeicultoras no pequeno município de Mineiros do Tietê, onde o número de cafeeiros existentes em apenas 10 fazendas atingia a 60% de todo o município, no município de Jaú, que participava com mais da metade do número de pés de café existentes no território de Jaú, (de cujas terras, posteriormente, se desmembraram os municípios de Itapuí, Barra Bonita e Itaju), o grau de concentração era bem inferior.

Portanto, seria possível estabelecer uma certa relação, durante o período pioneiro, entre o predomínio das categorias dimensionais maiores e a concentração da produção cafeeira, relativamente alta, em propriedades com grandes áreas. Recordamos, como já vimos anteriormente, que as 27 maiores propriedades rurais cafeicultoras ou não, com mais de 1000 hectares, eram as responsáveis por 13,35% dos cafeeiros existentes no conjunto do território de Jaú, ou seja, nelas se en

contravam 5.773.500 pés de café.

Interessa a seguir, para a comprovação das idéias a cima apresentadas, saber como evoluiu, a partir de 1905, a participação das mais importantes fazendas cafeicultoras no conjunto da produção de café. Ante a ausência desses tipos de dados nos censos federais, os únicos que pudemos obter se restringem ao município de Dois Córregos, e por essa razão iremos usá-los como exemplo padrão do que teria ocorrido nos demais municípios. Esses dados foram retirados do "Livro de Lançamento de Impostos sobre o Café", encontrado na Prefeitura desse município, e abrange um período que se estende de 1905 até 1934.

Contudo, os dados extraídos do referido Livro de Lançamento de Impostos não coincidem com os dados retirados da Estatística Agrícola e Zootécnica de 1905, tanto com relação ao número de pés de café existente como ao número de propriedades rurais. Esse fato explica os diferentes resultados que obtivemos no cálculo da participação percentual das principais fazendas na produção do café para o ano de 1905: enquanto que, de acordo com a Estatística Agrícola e Zootécnica, as 10 mais importantes fazendas produtoras de café participavam com 29,64% sobre o número total de cafeeiros existentes no município de Dois Córregos, essa porcentagem pelo "Livro de Lançamento de Imposto Sobre o Café" atingia uma ~~porcentagem superior~~ a 54%.

Utilizamos os dados retirados do citado Livro de Lançamento de Impostos porque ele abrange um período bastante longo, de 1905 até 1934, nos fornecendo assim, uma idéia da evolução que pretendemos estabelecer. Além do mais, a margem de erros que esses dados podem apresentar, está, em princípio, presente em todos os anos tratados, permitindo assim que

a idéia sobre a evolução seja mais ou menos coerente.

Tabela nº. 34

Participação dos 10 e 20 maiores Proprietários Cafeicultores na Produção Cafeeira, entre 1907 e 1933

Ano	Nº T.de ca- feeiros nos municípios	Nº de câfeeiros per - tencentes aos 10 maio res cafeicultores		Nº de cafeeiros per - tencentes aos 20 maio res cafeicultores	
		Nº total	%	Nº total	%
1907	3.581.510	1.956.600	54,63	2.909.600	81,23
1908	5.543.083	2.063.600	37,22	2.974.600	53,66
1931	8.306.000	2.577.000	31,02	3.522.000	42,40
1933	8.887.500	2.697.000	30,34	3.586.000	40,34

Percebe-se pela tabela acima, que a participação dos 10 ou 20 principais cafeicultores na produção cafeeira do município de Dois Córregos sofreu uma queda constante a partir do período em que a "frente pioneira" estava nele instalada. O que quer dizer que o número de pés de café pertencente aos principais proprietários cafeicultores não aumentou no mesmo ritmo que o número total de pés de café, sugerindo que a produção de café ao longo desse período cresceu mais em função de proprietários menores, cujo número, como já vimos, aumentou progressivamente. Assim como a evolução da estrutura fundiária ao longo do período cafeeiro se apoiou mais na ampliação das categorias dimensionais menores, digamos assim pequenas e médias, da mesma forma o aumento da produção cafeeira teria se apoiado também nessas mesmas categorias dimensionais de propriedades rurais.

Considerando apenas o nível regional, as tendências acima apresentadas sugerem que o desenvolvimento da cultura cafeeira não teria se apoiado num forte processo de concentração fundiária e da produção do café, apesar dos índices

de concentração terem permanecido significativos durante o referido período; foram as propriedades menores, em princípio ligadas a uma pequena e média burguesia agrária, que teria tido uma participação cada vez maior não só na propriedade da terra, como na produção da ~~cultura~~ cafeeira.

Por fim uma terceira constatação sobre a evolução da estrutura fundiária refere-se ao desenvolvimento da pequena propriedade ao longo da fase cafeeira, e, em particular, após a crise de 1930. Apesar do seu real desenvolvimento, como já vimos anteriormente, não houve transformação profunda no quadro da estrutura fundiária após a referida crise. Além das análises que até aqui fizemos, outras observações devem ser feitas para melhor apreender o processo do desenvolvimento da pequena propriedade.

Uma primeira observação visa reforçar a idéia de que o desenvolvimento da pequena propriedade entre 1905 e 1940 não se verificou num mesmo quadro territorial, em termos de volume de área; se em 1905 a área total dos estabelecimentos rurais correspondia a 204.821 hectares, em 1940 essa área tinha aumentado para 257.107 hectares; isso quer dizer, como já vimos anteriormente, que o desenvolvimento da pequena propriedade não implicou necessariamente a diminuição de outras categorias dimensionais maiores, já que o seu desenvolvimento não se deu necessariamente em detrimento dessas últimas. Essa observação ajuda a compreender porque o padrão da estrutura fundiária não sofreu transformações mais profundas com a crise de 1930.

Uma segunda observação refere-se ao papel representado pelo desenvolvimento do sistema de parceria e, principalmente, de arrendamento no desenvolvimento da pequena propriedade. Os dados referentes a essas modalidades de exploração in

direta da terra não foram recenseados em 1920 e 1905; o censo de 1940 foi o primeiro a apresentar dados nesse sentido. De qualquer maneira, essas modalidades de exploração indireta da terra teria^o sido muito pouco utilizada até a crise de 1930, quando sua utilização passou a ser mais generalizada, principalmente sob a forma de arrendamento. Tudo leva a crer que antes de 1930, essas formas de exploração indireta da terra tomava^o vulto nas épocas da crise cafeeira, para diminuir, a seguir, nas épocas favoráveis à cultura cafeeira.

Pelos dados de 1940 percebemos que essas modalidades de exploração indireta da terra já atingia^o o significativo valor de 13% de todos os estabelecimentos rurais então existentes; mas a área por eles abrangida atingia apenas 5,15% da área total das propriedades rurais, caracterizando assim a pequena dimensão dessas unidades de produção; o seu tamanho médio em 1940 era de apenas 28 hectares.

Tabela nº. 35

Qualidade do Responsável pela Exploração dos Estabelecimentos Rurais - 1940

Responsável pela exploração	Número de estabelecimentos		Área total dos estabelecimentos	
	nº total	porcentagem	área <small>unidade: hectares</small>	porcentagem
proprietário	2.502	68,9	138.812	54,0
administrador	659	18,1	105.041	40,85
arrendatário	467			
ocupante e outras formas	5	13,0	13.254	5,15
total	3.633	100,0	257.107	100,00

O fato das unidades produtoras ligadas a essas modalidades de exploração indireta da terra terem sido classificadas no censo de 1940 como "estabelecimentos rurais", contri

buiu para maximizar a idéia sobre o desenvolvimento da pequena propriedade a partir da crise de 1930; caso excluíssemos essas formas de exploração indireta da terra, o aumento da pequena propriedade teria sido muito mais modesto. Esses "estabelecimentos rurais" não resultaram de um real processo de fragmentação de propriedades maiores, no qual teria ocorrido um processo de transferência jurídica de propriedade, mas representaram apenas uma transferência provisória da posse da terra, ou se quisermos, uma transferência provisória da exploração da terra. Muitos desses arrendatários dedicaram-se à cultura "cíclica" do algodão, sendo também freqüentes aqueles que desenvolveram culturas alimentícias mais de consumo regional; registramos também casos de arrendamento para engorda de gado bovino.

Por fim, uma terceira observação se torna necessária quanto ao desenvolvimento da pequena propriedade, principalmente a partir de 1930. Os dados fornecidos pelos levantamentos estatísticos de 1905, 1920 e 1940 referem-se apenas ao número de "estabelecimentos rurais", e não ao número de proprietários desses estabelecimentos; para o caso dos dados de 1905, a Estatística Agrícola e Zootécnica usa a expressão "propriedade rural", não estabelecendo distinções entre propriedades e estabelecimentos rurais, como fazem os censos mais recentes. Na realidade, essa terceira observação relativiza qualquer afirmativa feita no sentido do desenvolvimento da pequena propriedade, e também do processo de concentração fundiária, isso a partir daquelas fontes censitárias; apenas um único proprietário pode possuir um, ou mais de um estabelecimentos e/ou propriedades rurais, o que não fica demonstrado pelos censos daqueles anos.

Como não pudemos estabelecer distinções entre o nú

mero de estabelecimentos e o número de proprietários, tivemos que trabalhar apenas com a noção de "estabelecimento", admitindo como válido o pressuposto de que cada estabelecimento corresponde a um único proprietário.

2.3. As Formas de Utilização da Terra

Nessa parte do trabalho temos por objetivo caracterizar a organização do território rural através das diferentes formas de utilização das terras das propriedades rurais. Para tanto iremos tentar essa caracterização também em duas etapas, como o fizemos no estudo da estrutura fundiária: a primeira em 1905, quando o território de Jaú se comportava como uma "frente pioneira"; a seguir tentaremos apreender as transformações que ocorreram nas modalidades de exploração das terras das propriedades rurais a partir de 1905 até a crise de 1930.

2.3.1. As formas de uso das terras em 1905

Tratando inicialmente do período em que o território de Jaú se comportou como uma "frente pioneira", o território rural apresentava diferentes formas de utilização da terra, que poderíamos assim esquematizar: 1) terras ocupadas pela lavoura cafeeira; 2) terras ocupadas por outras culturas; 3) terras ocupadas por pastos e campos; 4) terras ocupadas por matas; 5) terras ocupadas por capoeiras, cerrados, etc.; 6) terras ocupadas por brejos e terras imprestáveis.

Convém recordar que em 1905 grande parte das terras da atual Sub-Região Administrativa de Jaú, já se encontra

Tabela nº. 36
Formas de Utilização das Terras das Propriedades
Rurais em 1905

Modalidades de uso da Terra	Área em alqueires	% sobre a área total
Área total das propr. rurais	84.637
Áreas cultivadas	26.631,25	31,46
cultivadas com café 21.947.00 (25,93%)		
cultivadas com outros produtos (1) 4.684,25 (5,53%)		
Áreas com matas	23.952,75	28,30
Áreas com pasto e campos	18.774	22,18
Áreas com capoeira, cerrados, etc.	15.044,75	17,78
Área com brejo e terras im - prestáveis	234,25	0,28

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo - 1904/5.

(1) caso considerarmos as culturas de milho e feijão plantadas nas "ruas" dos cafezais, área com "outras culturas" atingirá 7.440 alqueires; a diferença de 2.755,75 alqueires já está incluída nas áreas cultivadas com café.

va apropriada pelo capital, basicamente cafeeiro: a área total das propriedades rurais absorvia 75% da área total dos municípios então existentes, que era de 275.900 hectares. A diferença era representada, em sua grande parte, por terras devolutas ou por terras apossadas ainda sem reconhecimento jurídico.

A importância da atividade agrícola durante a fase pioneira está registrada na significativa porcentagem de 31,46% que as áreas com culturas ocupavam em relação à área total das propriedades rurais. Essa porcentagem se elevará para 34,7% caso considerarmos os 2.755,75 alqueires ocupados pelas culturas de milho e feijão localizadas nas "ruas" dos cafezais em formação, que em 1905 era de aproximadamente 8.000.000 de pés. Essa área ocupada pelas culturas de milho e feijão nas "ruas" dos cafezais já se encontrava incluída nas áreas ocupadas pela cul

tura cafeeira.

Apenas a cultura cafeeira ocupava 1/4 das áreas das propriedades rurais, o que definia o acentuado domínio dessa atividade nuclear; esses 21.947 alqueires ocupados pela cafeicultura representavam 82,41% das terras ocupadas por todos os produtos agrícolas, definindo o elevado grau de especialização da cultura cafeeira e o seu aspecto monocultor durante a fase pioneira.

Esses dados também ajudam a comprovar, indiretamente, a rápida expansão da atividade agrícola apoiada na cafeicultura durante a fase pioneira, que teria se iniciado, aproximadamente, duas décadas antes, tomando-se o ano de 1905 como ponto de referência; isso se considerarmos que os 82,41% das áreas agrícolas em 1905 ocupadas pela cafeicultura eram praticamente inexistentes antes da referida fase.

A porcentagem das terras ocupadas pela cultura cafeeira oscilava em função do tamanho das propriedades rurais. A tabela nº 37 nos dá uma idéia da relação acima estabelecida. Considerando as diferentes categorias de tamanho das propriedades rurais ligadas à produção do café, e dividindo o número de pés de café existentes em cada categoria dimensional pela área correspondente a cada uma dessas categorias, obtemos, em média, o número de pés de café por hectare, não plantados, mas por hectare correspondente à área total das propriedades rurais cafeicultoras de uma determinada categoria dimensional.

Através desse artifício constatamos que as propriedades rurais com 40 a 400 hectares eram aquelas em que as áreas ocupadas pela cultura cafeeira atingiam seus mais eleva-

Tabela nº. 37

Número de Pés de Café por Tamanho de Propriedade Rural
Ligada a Produção de Café em 1905

<u>Categoria dimen</u> <u>sional em hecta</u> <u>re</u>	<u>Área em</u> <u>hectare</u>	<u>Nº de pés</u> <u>de café</u>	<u>Nº de pés</u> <u>de café por</u> <u>hectare</u>
menos 40	16.814	2.241.654	133
40 - 100	27.575	6.552.700	237
100 - 200	29.524	8.477.900	287
200 - 400	32.470	9.232.940	284
400 - 1000	54.414	9.948.000	182
1000 - 2000	32.045	5.151.500	160
mais 2000	11.979	622.000	51
total	204.821	42.226.694	206

dos índices, principalmente aquelas enquadradas entre 100 a 200 hectares. As propriedades rurais com áreas superiores e inferiores àqueles limites apresentavam índices bem inferiores, principalmente as grandes propriedades com mais de 2000 hectares. A tabela nº 37 confirma a de nº 29, pois a comparação de ambas nos leva a concluir que as categorias dimensionais de 40 a 400 hectares eram aquelas que tinham não só maior participação percentual sobre o número de cafeeiros existentes, como também eram aquelas cujas terras eram utilizadas mais intensamente pela cultura cafeeira.

A pequena área ocupada por outras culturas, que não a cafeeira, que representava apenas 17,59% do total das áreas cultivadas (19), era encontrada tanto nas propriedades rurais cafeeicultoras, como naquelas não cafeeicultoras.

Essas áreas agrícolas, onde se cultivavam basicamente produtos alimentícios, eram encontradas predominantemente nas próprias propriedades cafeeicultoras; nelas localizavam-se 87% de todas as áreas ocupadas pelos demais produtos agrícolas que não o café, ficando o restante 13% com as propriedades não ca

feicultoras. Tudo leva a crer que nas propriedades rurais ca feicultoras, esses outros produtos agrícolas eram cultivados em sua grande parte pelos próprios colonos que nelas trabalhavam, e representavam, como já vimos anteriormente, uma fonte de rendimento não monetário a que os colonos tinham direito; além de serem consumidos pelo próprio produtor, o seu excedente podia ser por ele comercializado.

Tabela nº. 38

Área Cultivada por Produtos Agrícolas com Exceção do
Café nas Propriedades Cafeicultoras e Não Cafeicul -
toras - 1905 - em alqueires

	Área to - tal	Nas propr. cafeicult.	% s/a área total	Nas pro- pr.não - cafeicult.	% s/a área total
área cult.c/outras culturas	4.684,74	3.727,75		956,5	
idem nas "ruas"	2.755,75	2.755,75		---	
área total cultiva da	7.440,00	6.483,50	87,14	956,5	12,86
área cultivada com					
milho	5.265	4.715		550	
feijão	891	780		111	
arroz	729,75	589,75		140	
cana de açúcar	402,25	259		143,25	
maniçoba	60,5	60,5		---	
fumo	38	25,75		12,25	
algodão	15	15		---	
mandioca	13,75	13,75		---	
fruticultura	13,25	13,25		---	
videira	5	5		---	
alfafa	4	4		---	
batata	0,5	0,5		---	
outras culturas	2,0	2,0		---	

A tabela nº 38 acima nos informa ainda dos aspectos diversificados que essas culturas apresentavam nas propriedades cafeicultoras. Entre elas dominavam as culturas alimentícias, com destaque para o milho, feijão e arroz. O grande

domínio representado pela cultura do milho se explicava pelo seu importante papel na alimentação do colono, e da população de um modo geral, e também pelo fato de grande parte de sua produção ser destinada para as atividades criatórias desenvolvidas pelos colonos, entre as quais se destacava a suína. Alguns produtos agrícolas eram transformados e consumidos localmente, como foi o caso do fumo e da cana de açúcar; ~~este~~ esta última era destinada a uma produção artesanal de aguardente e também para o consumo de animais, principalmente quando os pastos tornavam-se escassos.

As áreas ocupadas com pastos e campos representavam mais de 1/5 (22,18%) da área total das propriedades rurais, e correspondiam basicamente a pastos naturais localizados, via de regra, nos terrenos mais pobres das propriedades rurais.

As áreas ocupadas com pastos e campos eram utilizadas tanto para "animais para criação", o que no caso se referia à criação de gado para alimentação de consumo regional, como por "animais para trabalho"; essa distinção era válida para os gados bovino, cavalar e mular, já que os gados suíno, caprino e lanígero eram destinados unicamente para criação.

Assim como acontecia com as culturas alimentícias, a criação de gado, quer em número de cabeças, quer em área de pastagem, predominava nas propriedades rurais cafeeiras, em relação as não cafeeiras.

Os "animais para criação" pertenciam, em parte, aos colonos, que utilizavam coletivamente as pastagens franqueadas aos seus animais. Essa criação de gado representava uma

Tabela nº. 39Animais Existentes nas Propriedades Rurais - 1905

tipo de gado	Total	nas propr. ca- feicultoras	nas propr. não cafeicultoras
bovino	20.984 cab.	18.363 cab.	2.621 cab.
suíno	68.606 "	63.536 "	5.070 "
equino, muar, ca- prino e lanígero	27.357 "	25.274 "	2.083 "
área c/pastagem	18.744 alq.	16.098 alq.	2.716 alq.

outra forma de rendimento não monetário ligado ao regime de colonato; além da carne, dele também se obtinha leite, manteiga, queijo para o consumo do próprio colono, ou para ser por ele comercializado; o elevado número de aves domésticas então existentes, é um outro exemplo da importante produção de alimentos que era realizada na própria área. Ocasionalmente o colono possuía um cavalo para uso individual.

Tabela nº. 40Derivados Obtidos da Criação de Gado e
Produção de Aves Domésticas-1905

Produtos	Produção
leite	3.694.940 litros
manteiga	1.068 quilos
queijo	38.500 quilos
toucinho	105.973 arrobas
carne	50.746 arrobas
aves domésticas	230.131 unidades

Parte dos "animais para criação" pertencia aos proprietários rurais; infelizmente não nos foi possível obter a sua participação percentual. De qualquer modo, freqüentemente os animais que pertenciam aos proprietários das fazendas utilizavam pastos separados daqueles utilizados pelos gados dos

colonos; enquanto esses últimos eram "fixos" e delimitados, a queles pastos utilizados pelos animais dos proprietários poderiam, dependendo do caso, sofrer um processo de "rotação".

As áreas com pastos e campos eram também utilizadas pelos "animais para trabalho", ou seja, animais que eram usados como instrumentos de trabalho nas diferentes tarefas rurais, tais como na aragem da terra, no transporte, etc.; nesse sentido esses animais pertenciam aos proprietários rurais. Pela tabela nº 41 abaixo notamos que quase todo o gado mular, grande parte do gado eqüino e metade do gado bovino eram utilizados como instrumento de trabalho, refletindo não só a importância desses animais como tal, mas também as condições tecnológicas da época.

Tabela nº. 41

Animais para Criação e para Trabalho - 1905

Gado	Nº total	Animais p/ criação	Animais p/ trabalho
bovino	20.984	10.916	10.068
eqüino	8.437	1.564	6.873
mular	5.530	12	5.518
suíno	68.606		
caprino	12.807		
lanígero	586		

Com relação às outras formas de utilização da terra das propriedades rurais em 1905, resta ainda citar as áreas com matas e as áreas com capoeiras, cerrados, etc., que ocupavam, respectivamente, 28,36% e 17,77% da área total das propriedades rurais. Quanto às primeiras, elas eram constituídas, em princípio, por matas naturais e desempenhavam o papel de "reservas de solo", ou "fronteiras internas" que as propriedades rurais possuíam para as futuras implantações de no

vos cafezais.

Em função das colocações até então feitas é-nos - possível tirar algumas conclusões a respeito das diferentes modalidades do uso da terra durante a "fase pioneira".

1. Torna-se necessário considerar as terras ocupadas com outras culturas e com pastos como partes do território rural que foram organizadas em função da atividade central. Definiam-se como formas dependentes de utilização da terra, e as atividades sobre elas realizadas não tinham características de atividades voltadas diretamente ao mercado, mas, repetimos, de atividades com característica dominante de uma economia de excedente. Comportavam-se muito mais como "áreas de economia de sustentação" localizadas "internamente", no território de Jaú, para as "áreas de economia de exportação", no caso representada pelas áreas cafeicultoras.

Mesmo nessa época de acentuada especialização da cultura cafeeira, enquanto essa cultura ocupava 25,93% da área total das propriedades rurais, as atividades dela dependentes, no caso a criação de gado e as culturas predominantemente alimentícias, ocupavam conjuntamente 37,15%, o que ajuda a compreender o importante papel dessas duas atividades dentro da chamada monocultura cafeeira, como também na organização do território rural.

2. A organização do território rural, no geral, e da própria unidade de produção rural, em particular, não pode ser coerentemente explicada sem considerar as relações de produção na qual se apoiou a cultura cafeeira. É basicamente o regime de trabalho apoiado no colonato e, conseqüentemente, as diferentes formas de remuneração do colono, que nos fornecem

as pistas para entender não só a existência, mas também a localização de grande parte das diferentes formas de utilização da terra. As terras das propriedades cafeicultoras ocupadas com culturas alimentícias e com animais para a criação é uma prova dessa afirmativa.

3. Uma terceira dedução é sobre o elevado grau de autosuficiência alimentar que a população do território de Jaú apresentava durante o período em que ela se comportou como uma "frente pioneira". Queremos com isso dizer que parte significativa da população, tanto rural como urbana, era abastecida por alimentos produzidos na própria área.

Esse fato estava relacionado com as relações de produção dominantes na cultura cafeeira. O regime de colonato ao permitir a produção de gêneros alimentícios por parte do colono, ~~de~~ garantia não só a alimentação do trabalhador rural, e conseqüentemente, a reprodução de sua força de trabalho, mas também possibilitava, através da comercialização do excedente feita pelo próprio colono, que parte desses alimentos abastecessem boa parte da população regional, particularmente a urbana. Essa produção alimentícia de consumo regional, era complementada pela produção realizada pelas propriedades não cafeicultoras.

A tabela nº. 42 nos informa sobre esse elevado índice de autosuficiência alimentar durante a "fase pioneira", em relação aos períodos posteriores. Para tanto temos de admitir como pressuposto que as culturas alimentícias, os "animais para criação", as aves domésticas (galinhas, patos, perús, gansos, etc.), os derivados do leite, etc., tinham um consumo restrito ao âmbito regional, como de fato deveria ocorrer. Para a elaboração da referida tabela selecionamos al-

guns desses produtos e calculamos a sua produção, ou se qui sermos, o seu consumo "percapita"; para tanto dividimos a produção de cada mercadoria nos anos de 1905, 1920, 1930 e 1940, pela população existente nos municípios que então constituíam a atual sub-região administrativa de Jaú nos respectivos anos.

Tabela nº. 42

Consumo "Percapita" da População da Atual Sub-Região
Administrativa de Jaú em 1905, 1920, 1930 e 1940

	1905	1920	1930	1940
população	60.018(1)	130.278	156.729(2)	129.426
consumo "percapita" de				
milho-feijão-ar- roz (ton./hab.)	0,84	0,43	0,21	0,31
açúcar (quilo/hab)	3,14	2,13	0,07	0,16
aguardante (Hl/ hab.)	0,26	0,04	0,002	0,04
suíno(cabeça/hab.)	1,14	0,92	0,50	0,48
caprino (cabeça/ hab.)	0,21	0,10	0,02	0,03
ave doméstica(idem)	3,83	2,38	1,68	1,74
leite(litro/hab.)	61,56	2,69	- -	32,76

(1) o dado se refere ao ano de 1900

(2) o dado se refere ao ano de 1929

Através desse artifício constatamos que os índices mais elevados de autosuficiência alimentar ocorreram em 1905, quando o território de Jaú se comportou como uma "frente pioneira", para, a partir de então, sofrerem uma progressiva diminuição, tendência essa registrada nos anos de 1920, 1930 e 1940.

Essa tabela, levando-se em conta os dados que lhe serviram de base, deve apresentar uma certa margem de imprecição, mas mesmo assim deve também refletir uma certa realida -

de. É o caso de certos produtos, que pelas suas características de produção, comercialização e consumo são mais ou então menos "substituíveis" pelos "importados"; para o primeiro caso temos o exemplo do açúcar, cuja queda na auto-suficiência regional foi muito grande, o oposto ocorrendo com cereais e os animais de pequeno porte. Evidentemente essa tendência foi paralela ao aumento do comércio inter-regional de produtos alimentícios: o território de Jaú passou a ser cada vez mais abastecido em gêneros alimentícios produzidos em outras partes do estado ou do País.

Para todos os efeitos essa constatação nos fornece uma outra característica de uma "frente pioneira" cafeeira no início do século.

Para a explicação dessa diminuição do índice de auto-suficiência alimentar lembramos dois fatos. O primeiro refere-se às proibições para a plantação de certos cereais nas "ruas" dos cafezais já em produção, o que provocava limitações na produção de certos produtos agrícolas alimentícios. Como a produção de alimentos nas "ruas" só era permitida nos cafezais em formação, foi, em princípio, durante a fase pioneira que essa produção teve condições de ser grande, ante o elevado número de cafezais em formação então existentes. Além do mais, a produção nas "ruas" dos cafezais apresentava um rendimento bastante elevado, já que se beneficiava dos solos mais férteis, além de "virgens", das propriedades rurais onde normalmente o cafezal era instalado; o mesmo não acontecia com as culturas alimentícias, localizadas à parte do cafezal, o que se verificava nas propriedades rurais onde os pés de café já estavam em fase de produção; muitas vezes localizavam-se em áreas de solos mais pobres.

O segundo fato refere-se ao progressivo aumentoda

população urbana, pelo menos até o início dos anos 30, para cujo abastecimento em gêneros alimentícios a produção realizada pelos colonos e pelas propriedades não cafeeiras não fora suficiente, o que estimulou a "importação" desses produtos. A final de contas o território de Jaú não tinha por objetivo - principal a produção de gêneros alimentícios; esses existiam basicamente em função das relações de produção que presidiram a expansão cafeeira, daí suas limitadas condições de desenvolvimento.

Concluindo essa análise sobre as diferentes modalidades do uso da terra rural em 1905, cabe ainda algumas observações sobre as propriedades rurais não cafeeicultoras. Como pouco, ou quase nada se tem escrito a respeito desse tipo de propriedade rural nas "frentes pioneiras" e nas zonas cafeeiras existentes até 1930, resolvemos, nessa parte do trabalho, nos alongarmos um pouco mais na sua caracterização, não nos atendo unicamente no seu aspecto relativo ao uso do solo.

A Estatística Agrícola e Zootécnica de 1905 nos informa que das 1 783 propriedades rurais então existentes, 428 não se dedicavam à cultura cafeeira, o que representava 25,76% do número total de propriedades rurais. Por outro lado, as áreas abrangidas por esse tipo de propriedade rural era muito pequeno: seus 8.073,75 alqueires representavam apenas 9,53% da área total das propriedades existentes.

Eram representadas em sua grande parte por pequenas unidades de produção, vinculadas a uma economia de excedente de consumo regional, cumprindo uma função específica dentro da economia cafeeira: complementar o abastecimento em produtos alimentícios que, na sua maior parte, eram produzidos - nas propriedades cafeeiras.

Em seu conjunto essas propriedades não cafeicultoras eram pouco aproveitadas em termos agrícolas; apenas 11,84% de suas terras eram ocupadas com culturas, enquanto que nas propriedades cafeicultoras essa porcentagem se elevava para 33,53%. Os produtos agrícolas mais produzidos eram o milho, arroz e feijão, além do tabaco e da cana de açúcar, esta última para a produção de aguardente ou rapadura; o tabaco e a cana de açúcar se destacavam dos demais produtos no sentido de ocuparem, aproximadamente, 1/3 da área total cultivada com esses dois produtos agrícolas em todas as propriedades rurais, cafeicultoras ou não.

Tabela nº. 43

Modalidades de Uso do Solo nas Propriedades Cafeicultoras e Não Cafeicultoras - 1905

Modalidade de Uso	Propr. não cafeicult.		Propr. cafeicultoras	
	Área ocupa- da - Alq.	% s/área total	Área ocupa- da - Alq.	% s/ área total
área total das pro- priedades	8.073,75		76.563,25	
área c/culturas	956,5	11,84	25.674,75	33,53
área c/pasto e cam- po	2.681,5	33,21	12.803,75	21,01
área c/ matas	2.160,25	26,75	21.792,50	26,75
área com cerrados capoeira etc.	2.241,0	27,75	16.092,50	16,72
área c/brejo e im- prestáveis	34,5	0,42	199,75	0,36
áreas c/outras cul- turas	955,5	11,84	3.727,75	4,86 (1)
área c/cultura cafe- eira	—	—	21.947,0	28,66
área cultivada c/ca- na	143,25		259	
área cultivada com arroz	140,0		589,75	
área cultivada com milho	550,0		4.715,0	
área cultivada com feijão	111,0		780,0	
área cultivada com fumo	12,25		25,75	

(1) incluindo os produtos plantados nas "ruas" essa porcentagem atingia 8,46%, e a área cultivada 6.483,5 alqueires

Essa pequena porcentagem de áreas ocupadas pelas culturas predominantemente alimentícias nas propriedades não cafeeicultoras, pode dar uma idéia imprópria com relação ao seu papel na produção. A discrepância percentual acima constatada reflete diretamente a influência das áreas ocupadas pela cultura cafeeira; isso porque, caso calcularmos as áreas ocupadas pelas culturas, que não a do café, nas propriedades cafeeicultoras, constataremos que elas representavam apenas 4,86% da área total desse tipo de propriedade rural; incluindo as áreas cultivadas nas "ruas" dos cafezais essa porcentagem se elevaria para 8,46%, porcentagem bem inferior àquela referente às propriedades não cafeeicultoras.

Mais uma observação deve ser feita em favor da importância, pelo menos relativa, das propriedades não cafeeiras na sua produção alimentícia. Considerando o seu aspecto de economia de excedente, é evidente que parte dessa produção era consumida pelo próprio produtor, enquanto que a parte comercializada era representada pelo excedente; fato semelhante ocorria com a produção alimentícia efetuada pelo colono. Nesse sentido é importante considerar uma outra variável, que é o número de produtores, uma vez que eles se comportavam como um dos consumidores da produção alimentícia.

Ora, enquanto que nas propriedades não cafeeicultoras existiam apenas 859 trabalhadores rurais para os 956,5 alqueires cultivados, nas propriedades cafeeicultoras existiam 17.861 trabalhadores para os 6.483,5 alqueires cultivados com produtos alimentícios, dando, respectivamente, um coeficiente de 0,89 trabalhadores por alqueire cultivado para o primeiro caso, e de 2,75 para o segundo caso. Isso quer dizer que o grande número de produtores, e portanto de consumidores, por alqueire cultivado com gêneros alimentícios nas propriedades

cafeicultoras, tornava a parte da produção comercializada bem menor do que nas propriedades não cafeicultoras, onde esse índice era bem menor; ou seja, enquanto que um alqueire plantado numa propriedade cafeicultora deveria alimentar 2,75 trabalhadores rurais, numa propriedade não cafeicultora ele deveria alimentar apenas 0,89 trabalhadores, permitindo assim u'a maior parte comercializável para esse último caso.

Ao que tudo indica, essa diferença de índice explica-se pelo fato da força de trabalho nas propriedades não cafeicultoras ser utilizada de modo muito mais intenso na produção de gêneros alimentícios, o que não ocorria nas propriedades cafeicultoras, onde o colono teria que dispensar a maior parte do tempo de seu trabalho no trato dos cafezais.

Quanto às áreas ocupadas com pastos e campos, constatamos nas propriedades não cafeicultoras um valor percentual bem mais elevado do que nas propriedades cafeicultoras : os 33,21% para as primeiras, e os 21,01% para as segundas sugerem, mais uma vez, a importância relativa das propriedades não cafeicultoras na produção de alimentos, no caso desenvolvendo atividades criatórias, como a do bovino, ovino, caprino, etc..

A elevada porcentagem de terras ocupadas por caçoeiras, cerrados, etc. (27,75%) em relação às propriedades cafeicultoras (16,72%) é um indício da localização de parte das propriedades não cafeicultoras em áreas de solos mais pobres. Muitas vezes essas áreas com solos mais pobres estavam à margem das principais áreas ocupadas pela cultura cafeeira, em áreas de acesso mais difícil, como certos trechos ao longo dos rios Tietê e Jacaré-Pepira, onde a valorização das terras ainda não era muito acentuada.

Não podemos também nos esquecer da influência que o sistema de rotação de terras, bastante comum nesses trechos do território de Jaú, teria tido na formação dessas capoeiras: normalmente praticado em áreas de matas, o uso desse sistema agrícola teria implicado uma substituição de áreas de matas por áreas de capoeiras, cerrados, etc..

Essas características sobre as diferentes modalidades do uso do solo nas propriedades rurais não cafeicultoras apresentavam-se bastante alteradas nas propriedades maiores, o que desde já demonstra que esse tipo de propriedade não se constituía num conjunto homogêneo.

Tabela nº 44
Uso do Solo nas 13 Maiores Propriedades
Não Cafeicultoras - 1905

Modalidades de Uso do Solo	área ocupa- da em alquei- res	% sobre área total
área total das 13 propriedades	2.647,5	
área com culturas	25,0	0,94
área com matas	1.041,0	39,32
área com pastos e campos	885,0	33,42
área com capoeira, cerrados	694,5	26,47
área com brejos e imprestáveis	2,0	0,07
nº de trabalhadores	43	
nº de bovinos	62	
nº de suínos	96	
outros animais	50	

Para tanto selecionamos as 13 maiores propriedades não cafeicultoras com área superior a 100 alqueires. De início evidencia-se o subaproveitamento de suas terras: as terras com culturas não atingiam nem 1% das terras dessas propriedades, e o número de trabalhadores registrado foi de apenas 42; a agricultura era praticada em ape-

nas 5 dessas 13 propriedades. A elevada porcentagem de áreas ocupadas com campos e pastos (33,42%), que poderia sugerir uma importante atividade pastoril, é enganosa; foram registradas apenas 62 cabeças de gado bovino, 96 de suínos e 50 outras espécies, como a caprina, eqüina, etc.. Na verdade a fazenda pastoril esteve praticamente ausente na fase pioneira do território de Jaú. Encontramos apenas uma propriedade rural não cafeeira que possuía em 1905 um elevado número de gado bovino, mas que não se encontrava entre as 13 maiores; essa propriedade possuía 195 cabeças de gado bovino. A elevadíssima porcentagem de terras ocupadas com matas, que atingia a quase 40% da área total dessas 13 propriedades não cafeeiras, demonstra que elas se comportavam mais como "fronteiras internas" para a expansão da cultura cafeeira.

A estrutura fundiária das propriedades não cafeeiras se diferenciava bastante daquela referente às propriedades cafeeiras.

Inicialmente destaca-se o forte predomínio das pequenas propriedades rurais. Enquanto existiam apenas 9 propriedades não cafeeiras situadas na categoria dimensional de 200 a 400 hectares, e 10 com áreas superiores a 400 hectares, 91,11% das propriedades rurais não cafeeiras, ou seja, 390, se encontravam em categorias dimensionais com menos de 100 hectares. A concentração de terras por parte das propriedades maiores apresentava índices bem inferiores em comparação com as propriedades cafeeiras; considerando as propriedades com mais de 400 hectares, enquanto que as não cafeeiras incorporavam apenas 28% das áreas de todas as propriedades que não cultivavam café, as propriedades cafeeiras tinha essa porcentagem elevada para aproximadamente 50%.

Por outro lado, considerando-se as propriedades

nores, com menos de 40 hectares, enquanto que no grupo das propriedades não cafeicultoras essa categoria dimensional representava 76,16% das propriedades e abrangia 28,03% das áreas pretendidas por esse tipo de propriedade, no grupo das propriedades cafeicultoras essas porcentagens eram, respectivamente, de 44,05% e de 6,1%.

Tabela nº. 45

Estrutura Fundiária das Propriedades não Cafeicultoras e Cafeicultoras em 1905

a. propriedades cafeicultoras				
Categorias em Hectares	Nº de propr.	% sobre o total	área das propriedades	% sobre a área total
< 40	597	44,05	11.336,94	6,11
40 a 100	351	25,90	23.640,08	12,75
100 a 200	189	13,94	27.187,49	14,67
200 a 400	106	7,82	30.275,06	16,33
400 a 1000	86	6,34	50.270,96	27,13
mais 1000	26	1,91	42.572,00	22,97
total	1.355	100,00	185.282,53	100,00
b. propriedades não cafeicultoras				
< 40	326	76,16	5.477,06	28,03
40 a 100	64	14,95	3.934,92	20,13
100 a 200	19	4,43	2.336,51	11,95
200 a 400	9	2,10	2.194,94	11,23
400 a 1000	9	2,10	4.143,04	21,20
1000	1	0,23	1.452,00	7,43
total	428	100,00	19.538,47	100,00

Nunca é demais frisar que a maior parte dessas propriedades não cafeicultoras estiveram ligadas a uma economia de excedentes, o que demonstra que as propriedades maiores não devem ser encaradas como resultado de um processo de concentração fundiária ligado diretamente à acumulação do capital cafeeiro, encarado no nível da produção regional.

Mas já vimos que as poucas propriedades não cafeicultoras maiores não estavam, na realidade, vinculadas a uma economia de excedentes, já que elas eram praticamente inproveitadas em 1905. Encaradas nesse sentido, é bem possível que algumas delas fossem utilizadas para fins especulativos e/ou como um tipo de "reserva" para as futuras expansões da cultura cafeeira; nesse caso a sua integração ao capital cafeeiro seria mais nítida.

O fracionamento maior das propriedades não cafeicultoras assumia aspectos de uma "pulverização" fundiária, o que pode ser percebido pelo tamanho médio dessas propriedades, índice obtido pela divisão da área total sobre o número de propriedades rurais. O tamanho médio das propriedades cafeicultoras era de apenas 18,86 hectares, em oposição aos 136,73 hectares das propriedades cafeicultoras.

As características apresentadas pelas propriedades não cafeicultoras nos mostram que elas constituíram um conjunto bastante diferente daquele constituído pelas propriedades cafeicultoras; dois conjuntos com suas próprias características, mas que não se rejeitavam, ao contrário. Mesmo considerando, em princípio, que as chamadas propriedades não cafeicultoras datassem de uma época anterior à implantação da cultura cafeeira, não devemos deixar de considerar que aquelas propriedades não cafeeiras presentes durante a fase cafeeira representaram uma realidade completamente diferente daquelas anteriores à expansão da cafeicultura. Evidencia-se, assim, que o conjunto formado pelas propriedades não cafeicultoras no início do século atual não deve ser encarado como um conjunto "marginal" à economia cafeeira, mas sim a ela integrado, se comportando, portanto, como um seu componente, desempenhando funções específicas; as próprias características das

Formas de Utilização das Terras das Propriedades Rurais em 1905-1920-1930/1-1940

Formas de uso	1905		1920		1930/1		1940	
	Área-Hect.	% sobre área total das propr. rurais	Área-Hect.	% sobre área total das propr.	Área-Hect.	% sobre área total das propr.	Área-Hect.	% sobre área total das propr.
Nº de Propriedades Rurais	1.783		2.290		2.657		3.633	
Área Total das Propriedades	204.821		240.620		234.524		257.207	
Área com culturas	(1) 64.448	31,46	104.558	43,45	(2) 128.394	54,75	114.496	44,53
" " matas	57.965	28,30	56.855	23,62	(2) 24.390	10,40	22.656	8,51
" " pastos/campos	45.433	22,18			(3) 81.740	34,85	87.619	34,08
" inaproveitadas	36.975	18,06					32.336	12,58
Área cultivada com café	53.111		63.339		96.066		72.993	
% sobre área cultivada		82,41		60,58		74,82		63,75
% sobre área das propriedades		25,93		26,32		40,96		28,39
Área c/outras culturas	(4) 11.335		41.219		(2) 32.328		41.503	
% área cultivada		17,59		39,42		25,18		36,25
% s/área das propriedades		5,53		17,13		13,78		16,14

Tabela nº. 47 Área (Hect.) Ocupada por Produtos Agrícolas - 1905-1920-1930/1-1940

Produtos Agrícolas	1905	1920	1930/1	1940
Milho-área de cultura	(5) 12.741	25.495	20.453,52	
Produção-Ton.	44.152,5	51.129,5	26.261	35.994
Feijão-área de cultura	2.156,2	4.529		
Produção-Ton.	3.712,9	5.435,5	3.030,3	1.691
Arroz-área de cultura	1.766	2.433	3.613,30	
Produção-Ton.	2.712,5	4.007	4.328	3.256
Batata-área de cultura		55	34	
Produção-Ton.		207,6	112,8	27
Mandioca-área de cultura	33,27	31,44		
Produção-Ton.	13,5	1.076,6		1.680
Algodão-área de cultura	36,3	6.734	79,25	
Produção-Ton.		4.325,2	56,6	11.837
Fumo-área de cultura	92	108		
Produção-Ton.	35,6	55,4	25,7	
Cana de açúcar-área de cultura	973,44	297		
Produção-Ton.		13.812,6		44.187
Açúcar-Ton.	205	278,6	12	22
Mamonca-área de cultura		6.102		
Produção-Ton.		4.853,5	377,9	3.218
Fruti-cultura-área de cultura	41,16			
laranja-cento				142.150
banana - cacho				263.305

Tabela nº. 48 Nº de Cabeças de Gado, Avicultura e Derivados do Leite - 1905-1920-1930/1-1940

	1905	1920	1930/1	1940
Bovino-Nº Total cabeças	20.984	50.725	42.356	46.672
para criação	10.916		41.871	
para trabalho	10.068		.485	
Equino-Nº Total de cabeças	8.437	9.613	7.478	7.437
para criação	1.564		1.614	
para trabalho	6.873		5.864	
Muar-Nº Total cabeças	5.530	12.333	12.828	11.997
para criação	12		23	
para trabalho	5.518		12.805	
Suíno-Nº Total cabeças	68.606	120.305	78.389	63.333
Caprino-Nº Total de cabeças	12.807	13.788	3.576	4.935
Lezígero-Nº Total cabeças	586	1.722	1.014	1.159
Nº Total de Gado	115.113	208.486	145.644	135.533
Íves	230.131	310.348	264.402	225.614

(1) incluindo as áreas de cultura localizadas nas "ruas" dos cafezais essa área se eleva para 71.116 hectares

(2) área aproximada

(3) essa área de pastos e campos deve também incluir as terras inaproveitadas

(4) incluindo as áreas de cultura localizadas nas "ruas" dos cafezais essa área se eleva para 18.004,8 hectares

(5) já incluídas as áreas de cultura localizadas nas "ruas" dos cafezais

propriedades não cafeeiras no início do século XIX que já apresentamos, refletiam sua participação na referida cafeeira.

2.3.2. As transformações ocorridas nas diferentes modalidades de uso da terra a partir de 1905

Tentaremos inicialmente captar as transformações ocorridas durante o período balizado pelos dados estatísticos de 1905 e 1920.

Durante esse período verificou-se um aumento da área cultivada tanto no seu valor absoluto, como no seu valor percentual em relação à área total dos estabelecimentos rurais, o que demonstra um contínuo avanço das atividades agrícolas durante esse período. Em 1905 as áreas cultivadas ocupavam 64.447,65 hectares, e representavam 31,46% da área total das propriedades rurais; em 1920 esses valores tinham aumentado para 104.558 hectares, e 43,45%, respectivamente. É significativo frisar que o aumento percentual das terras cultivadas se deu, apesar do aumento verificado na área total abrangida pelos estabelecimentos rurais, a qual aumentou de 204.821 para 240.621 hectares entre 1905 e 1920.

Esse aumento ocorrido nas áreas com culturas foi resultado não tanto da expansão da cultura cafeeira, mas sim de grande aumento verificado nas áreas ocupadas por outras culturas, que não a cafeeira; dos novos 40.112 hectares que foram acrescidos às áreas cultivadas, 10.222 hectares foram ocupados por culturas cafeeiras, e 29.884 hectares o foram por outras culturas. É por essa razão que, apesar do aumento verificado nas áreas com cultura cafeeira, a sua participação percentual, em relação ao total das áreas cultivadas, diminuiu de 82,41% em 1905 para 60,57% em 1920; em contrapartida às á

reas ocupadas com outras culturas aumentaram de 17,58% para 39,42%.

O pequeno aumento das áreas ocupadas pela cultura cafeeira esteve relacionado com a desaceleração no ritmo de expansão dessa cultura, ocorrido entre o início do século XX e o início da década de 1920. Essa desaceleração marcou, como já vimos, o encerramento do primeiro grande "momento" de expansão da cultura cafeeira no território de Jaú, fato que aconteceu entre meados da década de 1880 e os primeiros anos do século XX.

Podemos, desta maneira, estabelecer durante esse período, uma forte correlação entre a diminuição no ritmo de expansão da cultura cafeeira e o aumento das atividades rurais dependentes do café.

O aumento dessas últimas pode ser inicialmente caracterizado através de atividades agrícolas. O aumento das áreas ocupadas pelo que temos chamado de "outros produtos agrícolas", que se deu tanto no seu valor percentual como no seu valor absoluto, implicou, evidentemente, um aumento generalizado na produção de alimentos "tradicionais" como o milho, feijão, arroz; mas, além desses produtos, outros passaram a ter papel de destaque em 1920, o que não se dava em 1905, como o significativo aumento na área cultivada com a mamona e com o algodão, provocando um processo de diversificação na agricultura regional. (Tabela nº. 47).

O aumento das atividades dependentes do café pode, a seguir, ser caracterizado através das atividades ligadas à criação de gado. Apesar da ausência de dados referentes às áreas ocupadas com pastagens no censo de 1920, o desenvolvimento da atividade criatória pode ser comprovado pelo número

de cabeças de animais. Todas as raças de gado, bovina, mular, eqüina, suína, caprina, lanígera, aumentaram em número de cabeças entre 1905 e 1920, e no seu total esse aumento foi de quase 100%: as 121.113 cabeças de gado existentes em 1905, aumentaram para 208.486 cabeças em 1920. Esses dados evidenciam que as áreas ocupadas com pastagens devem ter também aumentado durante esse período. (Tabela nº. 48).

Assim, após a virada do século, quando os estímulos para a expansão acelerada da cultura cafeeira diminuíram no território de Jaú, por razões de ordem "externa", teriam sido liberados por essa cultura fatores da produção, tais como terra, mão de obra, capital, que em parte foram sendo absorvidos por aquelas outras atividades rurais, agrícolas ou criatórias, e eventualmente por setores urbanos, colaborando para o processo de urbanização no nível regional.

Coloca-se aqui o problema de considerarmos ou não essa diversificação da produção agrícola e o desenvolvimento criatório durante esse período, como um processo contínuo e crescente de independência dessas atividades rurais em relação a atividade nuclear, o café. Alguns autores (20) têm concordado com essa tese, aplicada no nível do Estado de São Paulo, relacionando em parte o processo de diversificação agrícola com a ampliação do mercado consumidor interno, propiciado, entre outros, pelo processo de urbanização, em andamento no Estado.

Ao contrário, acreditamos que de um modo geral, pelo menos no nível regional do território de Jaú, esse aumento e diversificação das atividades rurais durante 1905 e 1920, - continuou em boa parte a refletir o comportamento dependente dessas atividades em relação à atividade cafeeira, já que te

ria representado, na realidade, um processo de "compensação" para a manutenção da estrutura da economia cafeeira, tal como ela tinha se estabelecido.

Caso considerarmos essas atividades rurais como componentes necessários ao funcionamento da economia cafeeira, o mecanismo desse seu funcionamento nos mostra que quando se acelera o ritmo de expansão da atividade básica, o café, ocorre uma retração percentual das atividades dele dependentes, o oposto ocorrendo quando a cultura cafeeira diminui seu ritmo de expansão em épocas de crise.

Nesse sentido a diversificação das atividades rurais verificadas entre 1905 e 1920 estiveram mais vinculadas à ampliação do setor representado pela economia de excedentes praticada pelos colonos e pelas pequenas propriedades rurais não cafeeicultoras, do que necessariamente às atividades autônomas e independentes da cultura cafeeira, e que representasem um setor de mercado, onde o centro das preocupações do produtor fosse a transformação da produção de alimentos em mercadorias.

Numa situação como essa, tudo leva a crer que o aumento e diversificação das atividades rurais tinham grande parte de sua produção garantida pelo consumo regional, no qual o processo de urbanização desempenhava importante papel, o que teria provocado uma diminuição na "importação" de alimentos por parte do território de Jaú. No caso de alguns produtos agrícolas, como o algodão e a mamona, cujas produções aumentaram bastante entre 1905 e 1920, seus principais mercados consumidores deveriam se localizar "externamente" ao território.

Assim, considerando o território de Jaú como uma "á

rea de economia de exportação", a retração ocorrida no setor cafeeiro teria estimulado, através do citado movimento de "compensação", "áreas de economia de sustentação" situadas no próprio território de Jaú e representadas basicamente pelas propriedades não cafeeiras e pela produção realizada pelos colonos nas propriedades cafeeicultoras.

A ampliação dessas "áreas de economia de sustentação", ou então do setor de excedentes, pode ser ainda apreendida pelo comportamento das propriedades não cafeeicultoras durante o período compreendido entre 1905 e 1920. A tabela nº. 49 abaixo nos mostra que, apesar do aumento ocorrido no número de propriedades rurais durante esse período, as propriedades que se dedicavam a culturas cafeeiras diminuíram tanto no seu valor absoluto, como no seu valor relativo: elas que representavam 76% das propriedades rurais existentes em 1905, tiveram a sua participação percentual diminuída para 55,54% em 1920; enquanto isso as propriedades não cafeeicultoras, em grande parte voltadas para a produção de gêneros alimentícios, sofreram um grande aumento em seu número.

Tabela nº. 49

Número de Propriedades Rurais Cafeicultoras e Não Cafeicultoras em 1905 e 1920 e 1940

	1905		1920		1940	
	Número	% s/ total	Nº	% s/ total	Nº	% s/ total
total propr.rurais	1.783		2.290		3.633	
propr.cafeicultoras	1.355	76	1.272	55,54	2.418	66,20
propr.não cafeeicultoras	428	24	1.018	44,46	1.215	33,80

O aumento numérico das propriedades não cafeeicultoras pode ser explicado por diferentes mecanismos como por frag

mentação de propriedades maiores através do mecanismo de compra e venda, ou por herança; terras devolutas ou apossamentos incorporados como propriedade rurais, etc.. Um deles foi o abandono da cultura cafeeira por parte de pequenos produtores, que passaram a se restringir a uma economia de excedentes. Explicando melhor.

Ao lado das propriedades cafeeicultoras que, pelo seu tamanho ou importância na produção cafeeira, permitiam a presença do colono e até mesmo a existência de uma significativa divisão técnica do trabalho, coexistiu um grande número de pequenos produtores de café, cuja produção se apoiava essencialmente no trabalho familiar; o trato do pequeno cafezal poderia ser feito pelo próprio proprietário, esposa e demais membros da família, dispensando, portanto, o trabalho do colono. O número de pés de café que pertencia à esses pequenos produtores podia ser delimitado aproximadamente, entre 5.000 a 10.000 pés, dependendo do número de membros da família. Esses pequenos produtores de café também praticavam culturas alimentícias e certa atividade criatória, com as quais garantiam pelo menos parte de sua subsistência alimentar.

Esses produtores sempre estiveram muito sujeitos ao abandono de suas pequenas culturas de café, ante problemas ligados, por exemplo, à queda dos preços, à seca, geadas, etc. Mesmo ante a ausência de dados, admitimos a hipótese de que muitos deles possuíam cafezais em formação, o que propiciava mais ainda o abandono das culturas cafeeiras nos momentos de crise.

Considerando que em 1905 as propriedades cafeeicultoras com menos de 10.000 pés de café representavam 50% de todas as propriedades que produziam café, temos aqui um dos me-

canismo que explicam a diminuição desse tipo de propriedade e, conseqüentemente, a ampliação da "área de economia de sustentação".

Tabela nº. 50

Propriedades com menos de 10.000 pés de Café
em 1905

	Número	% acumulativa
Propriedades com menos de 2000 pés de café	141	10,39
" " " 5000 " " "	383	28,24
" " " 6000 " " "	471	34,73
" " " 10000 " " "	678	50,00

Analizando agora as transformações nas diferentes modalidades de uso da terra entre 1920 e 1930, algumas observações ajudam a confirmar as idéias até aqui apresentadas, mesmo considerando as limitadas informações fornecidas pela Estatística Agrícola e Zootécnica de 1930/1 para o Estado de São Paulo.

Lembramos que esse período representou o segundo grande "momento" da expansão da cultura cafeeira no território de Jaú, ocorrido, como já vimos anteriormente, entre 1923 até a crise de 1930.

As condições favoráveis existentes no início dos anos de 1920 para a retomada do desenvolvimento da cultura cafeeira, provocaram no território de Jaú uma aceleração na expansão dessa cultura, que se traduziu não só num rápido e grande aumento no número de cafeeiros, como também em termos de área cultivada: a área com cultura cafeeira, que em 1920 era de 63.333 hectares, atingiu, em 1930, 96.066 hectares, o que implicou a incorporação de 32.727 novos hectares a essa cultura.

A incorporação de novas terras pela cultura cafeeira tornou-se possível, pela existência, ainda em 1920, de grandes áreas ocupadas com matas, que funcionavam até então como verdadeiras "fronteiras internas".

Um dos reflexos dessa segunda grande fase da expansão da cultura cafeeira está na acentuada redução das áreas ocupadas com matas, que de 56.855 hectares em 1920, caiu para 24.390 hectares em 1930.

O grande acréscimo de áreas ocupadas pela cultura cafeeira foi paralelo à diminuição que foi ocorrendo nas áreas cultivadas com "outros produtos", que de 41.219 hectares em 1920, caíram para aproximadamente 32.000 em 1930. Novamente, acentuou-se a especialização da cultura cafeeira, semelhante àquela ocorrida no início do século: 74,82% das áreas cultivadas em 1930 eram ocupadas pela cultura cafeeira, em oposição aos 60,57% de 1920. (Tabela nº. 46)

A diminuição das áreas ocupadas com "outras culturas" resultou principalmente de uma diminuição generalizada de produtos que tinham se valorizado entre 1905 e 1920, como o algodão e a mamona; a produção de produtos alimentícios, no seu conjunto, também diminuiu, apesar de algumas exceções. Curiosamente, a chamada diversificação agrícola ocorrida nesse período desaparecera. (Tabela nº. 47).

Processo semelhante ocorreu com as atividades criatórias; o número de cabeças de gado em 1930 era bem menor do que em 1920.

Essas colocações nos mostram que a partir do início dos anos de 1920, a cultura cafeeira voltou a absorver com mais intensidade os fatores de produção disponíveis, provocan

do a ampliação da área de cultura desse produto, e reduzindo, pelo menos em termos percentuais, o setor relacionado com a economia de excedente, ou se quisermos, das "áreas de economia de sustentação". As demais atividades rurais, confirmando o seu aspecto dependente da atividade central, se retraíram, de acordo com o mecanismo de "compensação". Nessas condições, teria aumentado durante essa década a "importação" de alimentos para o abastecimento do território de Jaú.

Portanto, a diversificação das atividades rurais verificada a partir de 1905, teria representado mais uma tentativa de independência, ou de autonomia dessas atividades em relação à cultura cafeeira, o que ocorria nos períodos de crise do café; porém uma tentativa em grande parte frustrada pelo próprio mecanismo da economia cafeeira considerado como um todo, mesmo porque a estrutura básica dessa economia fora mantida.

Foi apenas com os anos 30 que as diversas atividades rurais foram realmente se desvinculando da atividade central representada pelo café, ante o início da "desagregação" do complexo cafeeiro; assim, as modalidades de uso do solo rural sofreram novas transformações.

A comparação dos dados de 1920 com os de 1940 nos mostra, à primeira vista, uma aparente semelhança entre o período de 1930 e 1940 e aquele balizado pelos levantamentos estatísticos de 1905 e 1920.

Com a crise de 1930, tal como ocorrera no início do século, verificou-se uma retração da cultura cafeeira, o que implicou uma diminuição percentual das áreas ocupadas por essa cultura em relação à área total cultivada nas propriedades rurais: esse percentual caiu de 74,82% em 1930, para 63,75%

em 1940. Ao mesmo tempo aumentaram as áreas ocupadas com pastagens e outras culturas, e, conseqüentemente, teria sido retomado o processo de diversificação da produção rural, sugerindo assim, um novo movimento de "compensação" entre essas atividades rurais e a cultura cafeeira, tal como ocorreria entre 1905 e 1920.

Mas uma análise mais detalhada dos anos trinta nos mostra a existência de uma situação completamente nova, que marcou o encerramento da fase cafeeira no território de Jaú.

Pela primeira vez, desde o início da implantação da cultura cafeeira, a área cultivada com café diminuiu em termos de hectares e, evidentemente, em termos de pés de café plantados, tendência que continuou progressivamente nas décadas seguintes.

Com a progressiva decadência da cultura cafeeira, as atividades rurais dela dependentes foram, em princípio, perdendo sua razão de ser. Poder-se-ia aventar a possibilidade, já muito discutida, dessas atividades dependentes entrarem numa acentuada decadência, colaborando para um certo esvaziamento econômico e demográfico do território.

Mas houve, a partir de 1930, um aumento das áreas ocupadas com as "outras culturas", o que continuou pela década seguinte; mas esse aumento não se deveu tanto ao aumento da produção de alimentos "tradicionais". Como o censo de 1940 não fornece dados relativos às áreas cultivadas por produtos, mas apenas a sua produção em peso, podemos apenas constatar que houve uma queda na produção de arroz, feijão, batata, tendo ocorrido aumento apenas para o caso do milho, mas cuja produção cairá a partir de 1940.

Esse fato mostra não só o início da progressiva diminuição da população rural no território de Jaú ante a grande crise do café, mas também as limitações relativas ao regime de colonato, uma vez que o número de pessoas ligadas à esse sistema de trabalho começou também a diminuir. Os produtos alimentícios continuaram, como antes de 1930, a ter a sua produção consumida no âmbito regional, porém agora insuficiente para o abastecimento de toda a população, justificando a permanência do território de Jaú como "importadora" de gêneros alimentícios.

O aumento verificado nas terras cultivadas com "outras culturas" esteve, na realidade, mais condicionado ao crescimento da produção por parte de outros produtos que não os alimentícios; foram mercadorias como o algodão, cana de açúcar, mamona, laranja, banana, que sofreram um grande aumento nos anos trinta, verificando-se assim um novo processo de diversificação da produção agrícola, só que não apoiada na produção de "alimentos tradicionais".

Esse tipo de diversificação agrícola, assim como o aumento das áreas ocupadas por "outras culturas" a partir de 1930, não mais representou simples "fluxos" entre a cultura cafeeira e as "outras culturas", mas sim um processo crescente de independência dessas outras culturas em relação ao café. Ou seja, refletiu um processo agora ligado à nova divisão interna do trabalho, na qual o território de Jaú foi integrado, nela desenvolvendo funções específicas, como a de produzir algodão e outros produtos para o mercado interno brasileiro.

~~Foi~~ sob essas novas condições que também ocorreu o aumento das áreas ocupadas pelas pastagens; a atividade

de criatória, com a desagregação da economia cafeeira, também foi se definindo como atividade independente da cultura cafeeira, e evoluiu no sentido de uma atividade pastoril, cada vez mais especializada na produção de bovinos para o mercado interno nacional. A importância que essa atividade passou a ter se traduziu no censo de 1940 pela existência de 173 propriedades rurais que se dedicavam exclusivamente à pecuária. Essas 173 propriedades rurais abrangiam uma área de 32.198 hectares, que representavam 36,78% de todas as áreas ocupadas com pastagens.

O aumento ocorrido entre 1930 e 1940 nas áreas ocupadas com pastagens e com "outras culturas" se verificou ou em antigas áreas cafeeiras, onde os pés de café eram erradicados, ou em áreas até então não ocupadas pela cultura cafeeira. Com relação a essas últimas, repetiu-se no território de Jaú o que se verificara em outras áreas cafeicultoras do Estado de São Paulo, em fase de decadência: a ocupação das partes baixas dos principais vales, muitas vezes com solos impróprios para a cultura cafeeira, pela criação de gado e pela cultura do algodão. No território de Jaú esses trechos foram representados pelos "baixões de serra", tanto da vertente do Rio Tietê como do Rio Jacaré-Pepira.

Com a crise de 1930 o território de Jaú foi aos poucos perdendo seu aspecto de uma "área de economia de exportação", na qual também se encontravam certas "áreas de economia de sustentação"; também aos poucos foi se definindo como uma nova área integrada à divisão interna do trabalho, na qual desempenhava funções específicas.

Assim, a diversificação de suas atividades rurais resultou em parte de estímulos "externos" ao território;

os produtos rurais responsáveis por essa diversificação caracterizaram-se por serem "exportados", principalmente para São Paulo, ante o processo de urbanização e de industrialização em desenvolvimento. Portanto, essa diversificação não se apoiou necessariamente no mercado interno intra-regional, que na verdade se empobreceu com os anos trinta: além da diminuição da população rural, as cidades perderam seu ritmo de crescimento ante a diminuição quantitativa da população de suas áreas de influência; algumas cidades chegaram a entrar numa fase de estagnação, ou até mesmo de decadência, onde a própria atividade industrial entrou em crise. Esse tema será melhor estudado na parte seguinte.

A liberação dos fatores da produção propiciada pela cultura cafeeira em crise, teve limitadas condições de serem absorvidas localmente. As terras tornaram-se cada vez mais subaproveitadas até 1950; as áreas com culturas diminuíram progressivamente de 128.393 hectares em 1930, para 96.658 hectares em 1950. A mão de obra liberada pela cultura cafeeira em crise, sem condições de ser toda ela absorvida pelas "outras culturas" e pela pecuária, deslocou-se para as cidades próximas e/ou, em sua maior parte, para outras porções do Estado, principalmente aquelas situadas na sua parte oeste. O capital acumulado no nível de produção do café não se reproduziu localmente; apesar de parte dele ter sido aplicada em outros setores do próprio território de Jaú, quer seja em setores urbanos, quer seja em setores rurais, em sua maior parte ele "extravasou" do território de Jaú, sendo transferido tanto para os grandes centros urbanos, como para as áreas em povoamento no oeste do Estado.

3.0 O FATO URBANO

3.1. A Cidade Antes da Grande Expansão Cafeeira

A análise das origens das atuais cidades da sub-região administrativa de Jaú nos revela que todas elas participaram de um mesmo processo genético: resultaram da criação de antigos patrimônios religiosos.

A prática de doação feita por um determinado proprietário rural, ou, conforme o caso, por um grupo deles, de uma porção de suas terras para a constituição de um "patrimônio" de uma igreja a ser construída, via de regra pelo próprio doador, foi dominante na área em estudo, e também bastante freqüente no povoamento do estado de São Paulo durante o século XIX e início do século XX.

Torna-se necessário considerar esses patrimônios religiosos como importante componente do processo de povoamento e valorização da área, onde a distinção rígida entre povoamento rural e urbano nos parece um tanto arbitrária e dualista, já que ambos são facetas de um fenômeno mais amplo, ligado à implantação da economia cafeeira. A prática de doações de terras para a constituição de um patrimônio religioso justifica-se pelas próprias características do mecanismo de povoamento e de apropriação de terras que ocorreu, e fundamentava-se em um, ou num conjunto de interesses por parte dos primeiros donos de terras. (21)

Mesmo considerando que a fundação de qualquer patrimônio religioso estivesse destinada a fornecer ao povoamento rural, e principalmente aos pequenos plantadores, seus quadros urbanos (Mombeig, 1952:309), é possível destacar além

dessa razão genérica, outras que foram mais frequentes, para a doação de um patrimônio religioso; nessas doações esteve quase sempre caracterizado o interesse individual do doador:

- alguns doadores visavam ao reconhecimento de posses realizadas, fato freqüente entre os primeiros doadores (como foi o caso de Dois Córregos, Bariri, Mineiros do Tietê);

- outros visavam à valorização das terras apossadas ou compradas, em função da presença de um pequeno povoado criado nas terras do patrimônio (como foi o caso de Barra Bonita, Itapuí, Igarapu do Tietê, Itaju, Bariri, Dois Córregos). A venda de lotes feita pelo proprietário rural, após a doação do patrimônio, foi bastante frequente, como constatamos em Itapuí, Igarapu do Tietê, Itaju e Bariri;

- a criação de um centro comunitário e de comércio que atendesse aos interesses de um grande número de proprietários rurais, numa área desprovida de centros urbanos, pode também se comportar como motivo dominante da doação das terras do patrimônio que, no caso, assumiu características coletivas, como foi o caso de Jaú e, talvez o de Bocaina;

- outras vezes, o interesse da doação esteve ligado à criação de um centro que funcionasse também como "reserva de mão de obra", como em parte ocorreu em Barra Bonita, onde o fazendeiro

"José Salles Leme lembrou-se de criar uma povoação a certa distância de sua propriedade rural",

nela fixando imigrantes espanhóis e italianos que trouxera para suas terras e,

"imediatamente mandou construir no local escolhido uma casa de comércio de gêneros -

ros, e um edifício, no alto da colina, para a capela, onde o colono, naquela, pudesse abastecer-se de mercadorias, e nesta, consolar seu espírito religioso e conformar sua alma saudosa de seus parentes deixados além mar" (22)

Esses interesses para a doação de um patrimônio religioso poderiam não só se combinar de diferentes maneiras, já que nem sempre existiu apenas um único motivo, mas também a importância de um deles podia se alterar em função da época em que o patrimônio fosse criado.

Percebe-se pelo quadro abaixo que os patrimônios religiosos foram criados basicamente em dois diferentes momentos históricos no processo de ocupação e valorização da área.

Tabela nº. 51

Origens das Cidades do Território de Jaú

Cidade	Origem	Data da criação	Data da Elevação à cidade	Ano da chegada da ferrovia
Jaú	Patr. Religioso	1853	1866	1887
Dois Córregos	" "	1856	1874	1886
Bariri	" "	1858	1891	1910
Mineiros do Tietê	" "	1874	1898	1887
Bocaina	" "	1880-90?	1891	1910
Barra Bonita	" "	1883	1912	1920
Itapuí	" "	1890	1913	1912
Boracéia	? ?	1895	1953	não há
Itaju	" "	1898	1953	não há
Igaraçu do Tietê	" "	1890	1953	não há

obs. 1 - não foi possível localizar a data de doação de Bocaina; em 1890 já era Distrito Policial.

2.- não conseguimos constatar se Boracéia foi um patrimônio religioso.

Um primeiro período correspondeu à fase que antecedeu à grande expansão cafeeira, quando o território ter-se-ia comportado como uma "frente de expansão". Dessa época data a criação de apenas três patrimônios religiosos: Jauú, Dois Córregos e Bariri. As razões dessas doações estiveram mais relacionadas com o reconhecimento e, conseqüentemente, com a valorização das terras apossadas (caso de Dois Córregos e Bariri), e com a criação de um núcleo comunitário, como foi o caso de Jauú; um dos motivos para a criação desse último patrimônio religioso foi

"a dificuldade de comunicação com a povoação mais próxima... aliada à grande distância que della os separava, incutiu no espírito dos primitivos jahuenses a vantagem ou, antes, a necessidade de estabelecerem um núcleo de população mais próximo, aqui mesmo, que servisse-lhes como centro commercial como ponto onde podessem mais commodamente exercitar os indispensáveis actos civicos e religiosos.... Para esse nobre fim reuniram-se em determinado dia do anno de 1853, em casa do estimado Lucio de Arruda Leme..., quasi todos os habitantes do Jahú" (Teixeira, 1900:13),

Um segundo período ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX, quando se verificou o início da primeira grande expansão da cultura cafeeira no território, portanto durante a fase em que ele passou a se comportar como uma "frente pioneira". Num curto espaço de tempo, inferior a 20 anos, foram praticamente "fundadas" as demais cidades do território, através da criação de sete patrimônios religiosos, refletindo a forte relação entre a implantação da economia cafeeira e as origens desses patrimônios religiosos. Normalmente foram criados em áreas cujas propriedades rurais já tinham passado por mais de um dono, sendo a valorização das terras a causa que

se pode configurar como a mais importante para a sua criação, à qual podemos acrescentar a sua função como "reserva de mão de obra" para a lavoura cafeeira.

As terras doadas para a constituição de um patrimônio religioso tinham sua localização quase sempre relacionada com áreas de solos férteis para a cultura cafeeira, havendo casos em que sua localização se avizinhava de manchas de solos mais impróprios para a cultura desse produto, mas em ambos os casos estavam sempre vinculadas, por motivos óbvios, à presença de um rio. Esses fatos salientam os aspectos especulativos que envolveram a criação dos patrimônios religiosos.

Quanto às condições topográficas as terras doadas eram representadas por "vertentes convexizadas de chapadões tabuleiformes de topo aplainado" (Palheta, 1972:2), ou por pequenos interflúvios também de topo plano, que irão representar o sítio inicial das futuras cidades.

Sobre a terra doada para a constituição de um patrimônio religioso, será traçado um plano em forma de "tabuleiro de xadrez", típico dos patrimônios criados durante essa época, o que se repetiu em todas as cidades do território; esse tipo de plano se explicaria pela simplicidade com que poderia ser realizado e pelo seu baixo custo, o que não excluía o seu aspecto especulativo.

Assim, as ruas dessas futuras cidades, cujo traçado inicial resultou desse processo de loteamento, serão estreitas, retílineas, cruzando-se perpendicularmente, representando um quadro rígido a partir do qual a cidade terá que se desenvolver e se expandir. A suavidade do relevo não irá nunca representar obstáculos maiores para a expansão da cidade, que se prolongará através de ruas retas, a partir do loteamento i

nicial, sobre novas áreas loteadas, em detrimento de áreas rurais limítrofes.

A ocupação do patrimônio religioso foi feita por pessoas que aos poucos foram se fixando nas "datas" resultantes do loteamento realizado, o que era feito com a devida autorização da Igreja, a proprietária do patrimônio, que condicionava o uso do solo para a construção de imóveis, ao pagamento de um foro. No caso de Dois Córregos, esse foro, em 1887, era de "200 réis anuais por cada braça de frente de terreno destinado à edificação das casas" (23).

A passagem de foreiros à condição de proprietários de lotes urbanos representa um tema que deve ser melhor investigado. Em termos normais, essa passagem ter-se-ia dado por uma simples transação comercial do imóvel, já que a Fábrica da Matriz tinha o direito de aforar, arrendar ou vender os terrenos do patrimônio, o que freqüentemente não deve ter ocorrido. O documento acima referido, publicado pelo padre fabricante da Paróquia de Dois Córregos reclama para a Igreja o "pedido de aforamento ou de indenização" correspondente aos terrenos de propriedade da Matriz, naquela época já em mãos de proprietários particulares ou então do próprio poder municipal. Apenas à guisa de contribuição, achamos importante transcrever as respostas dadas pelo Conselheiro Senador Dr. M. A. Duarte de Azevedo, à consulta feita pelo referido padre fabricante, e que constam na publicação citada. Declara o Conselheiro:

"1) o pagamento do fóro não é apenas até enquanto durasse a construção da nova Matriz; 2) necessário indenizar a Matriz pelos terrenos ocupados se a construção de edifícios não foi concedida por aforamento; 3) paga-se a indenização sem o direito de reivindicar os terrenos; 4) a Fá

brica pode arrendar, forar, vender pelos preços que lhe aprouverem, com autoridade do Superior Canônico, os terrenos de seu patrimônio".

Dos três patrimônios religiosos criados durante o período que antecedeu à grande expansão cafeeira no território, apenas dois conseguiram ser elevados à categoria de cidade, durante esse mesmo período: Jaú em 1866 e Dois Córregos em 1874, esse último já às vésperas da grande expansão cafeeira.

É difícil aferir o real significado numérico e funcional desses dois novos núcleos urbanos para o período em questão. Sabemos que foi com o censo estadual de 1934 que pela primeira vez foi feita a distinção entre o urbano e o rural. Contudo, apoiado em algumas evidências e informações, nos é possível apresentar uma certa aproximação dos significados acima referidos.

Duas diferentes fontes nos informam sobre a população urbana dessas duas cidades na época da passagem do século: para Dois Córregos um levantamento estatístico encontrado na antiga agência do IBGE local; para Jaú, Sebastião Teixeira, Jaú em 1900; em 1900 Jaú contava com uma população urbana de 5.304 pessoas, que representavam 20,69% da população total do atual município, enquanto que Dois Córregos contava em 1898 - com 1.229 habitantes na sua zona urbana, o que representava - 13,67% da população total do município. Utilizando, como recurso, essas mesmas porcentagens para os anos anteriores, maximizando portanto a população urbana, é possível realizar uma aproximação para a população urbana de Jaú e Dois Córregos para os censos de 1872 e de 1890.

Tabela nº. 52
Crescimento urbano de Jaú e Dois Córregos
de 1872 até 1900

	1872	1890	1898	1900
Jaú - população total	6.406(1)	8.659(2)	--	32.738(
população aproximada refe- rente a área atual do muni- cípio (4)	4.805	5.002		25.800
população urbana (20,69% em 1900)	993	1.035		5.340
Dois Córregos - população total	2.852	4.154	8.985	
população urba- na (13,67% em 1900)	389	567	1.229	

- Obs. (1) essa população total inclui também aquela que vivia nos atuais municípios de Bariri, Bocaina, Barra Bonita, Itapui, e Itajú, mas que em 1872 faziam parte do município de Jaú
- (2) para 1890 descontamos dos 8.659 hab., apenas os 3.657 que viviam em Bariri
- (3) a diferença entre 32.738 e 25.800 hab., refere-se à população de Barra Bonita e Itapuí, em 1900 eram ainda - distritos de Jaú.
- (4) cálculo aproximado da população que a área atual do município de Jaú teria nos referidos anos censitários.

Através desse artifício, a cidade de Dois Córregos teria em 1872 apenas 389 habitantes, e em 1890 apenas 567, isso, repetimos, calculando para esses anos uma população urbana de 13,67%, porcentagem comprovadamente existente em 1898.

Esse mesmo tipo de cálculo aplicado para a cidade de Jaú nos revela que a população dessa cidade em 1872 seria de 993 habitantes, e de 1.035 em 1890, ou seja, 20,69% sobre a população aproximada referente à área atual do município, porcentagem essa constatada em 1900. Para o caso de Jaú tivemos que fazer outros cálculos paralelos, em virtude desse municí-

pio ter sofrido sucessivas fragmentações que deram origem à outros municípios. Assim, para o ano de 1900 descontamos os 6.938 habitantes que comprovadamente viviam no então distritos de Barra Bonita e Bica de Pedra (depois Itapuí): portanto a população total do município de Jaú foi reduzida de 32.737 habitantes para 25.800. Para o ano de 1890 descontamos apenas os 3.657 habitantes que viviam no então distrito de Bariri, o que quer dizer que não realizamos descontos da população que vivia em outros distritos. Para o ano de 1872 descontamos 25% da população total do município que, aproximadamente, deveriam viver em áreas que posteriormente se desmembraram de Jaú: a população total de 6.406 habitantes foi assim reduzida para 4.805.

Mesmo considerando as margens de erro que os dados calculados para 1872 e 1890 possam apresentar, eles conseguem dar uma idéia, mesmo que pálida, da importância numérica desses dois núcleos urbanos antes da expansão cafeeira. Numa época em que grande parte da população da área estava ligada a uma economia de excedente, com elevado índice de auto-suficiência por parte da população rural, e também às primeiras tentativas da cultura cafeeira, utilizando, ainda que de modo decrescente, a força de trabalho escrava, esses núcleos urbanos se viam limitados no seu crescimento. Pela tabela nº 52 nota-se o pequeno ritmo de crescimento urbano, o que é corroborado pela afirmação de um contemporâneo que afirmava que até 1887 o crescimento da cidade de Jaú era praticamente nulo (Teixeira, 1900:115).

Esses núcleos se comportavam como o foco inicial de uma precária vida de relações com as zonas rurais mais próximas. À função religiosa ligada à origem do próprio núcleo, assim como à de residência de alguns lavradores, acrescentou-

-se a função político-administrativa relacionada com a elevação do núcleo a condição de sede municipal e, relacionada com todas elas, a função de um precário centro de comércio e serviços. As próprias atividades industrial-artesanais não apresentavam uma elevada concentração urbana. Nesse sentido o censo imperial de 1872 é significativo. Ele nos apresenta uma elevadíssima porcentagem de pessoas envolvidas em atividades industrial-artesanais, muitas das quais se localizavam na zona rural. Considerando inicialmente o caso de Jaú, esse censo registrou a presença de 149 "artistas", 96 "manufatureiros e fabricantes" e de 394 pessoas arroladas como "profissões manuais e mecânicas", totalizando 639 pessoas, número que não se coaduna com a população de aproximadamente 993 pessoas que calculamos para a cidade de Jaú para esse ano. Para o caso de Dois Córregos, essa idéia pode ser corroborada através da compração das atividades profissionais ligadas aos setores secundário e terciário em 1872, e válidas para todo o município, com as atividades profissionais dos cidadãos votantes da cidade de Dois Córregos em 1878. (24)

No ano de 1878, seis após o censo imperial, a relação dos profissionais votantes residentes na cidade (62 profissionais) era bastante inferior àquela de 1872, válida para todo o município, e que estava relacionada com os setores secundário e terciário da economia (321 profissionais); o que confirma a acentuada dispersão das atividades secundárias e, até mesmo, das atividades terciárias na zona rural do município.

Por fim, essas cidades não apresentavam características reais de um núcleo urbano. Ainda em 1877, os imóveis urbanos eram bastante rústicos, construídos, em sua maioria, de madeira ou de barro; a primeira casa de alvenaria da cidade de Jaú data de 1881. Os imóveis urbanos ainda estavam

Tabela nº. 53

Relação das Atividades Profissionais dos Cidadãos
Votantes na Cidade de Dois Córregos
(Primeiro Quarteirão) - 1878

<u>Atividades Profissionais</u>	<u>Nº</u>
negociantes	26
lavradores	15
artesões	15
capitalistas	2
oficial de justiça	1
farmaceutico	1
professor	1
empregado público	1
total	62

Fonte: "Livro para Qualificar os Cidadãos Votantes da Paróquia de Dois Córregos".

restritos à área inicial dos patrimônios religiosos doados, - que era ocupada de modo rarefeito, já que eles guardavam entre si grandes distâncias (Teixeira, 1900:115). Em Dois Córregos era comum, na área do patrimônio religioso, a existência de "chacaras" que ocupavam mais de uma data. A iluminação pública em Jaú era feita por apenas 18 lampeões de querosene quando da chegada da ferrovia em 1887.

3.2. A Cidade e a Implantação da Economia Cafeeira

3.2.1. O Processo de Urbanização

Podemos definir, aproximadamente, a última década do século XIX e a primeira década do século atual, como aquele período durante o qual o ritmo de crescimento urbano se deu de modo mais acelerado no território de Jaú; esse intenso processo de urbanização se deu em função da implantação da economia cafeeira. Esse forte crescimento urbano, que ajuda a ca

racterizar, durante essas duas décadas, o comportamento de Jaú como uma "frente pioneira", se apoiou não só nas duas únicas cidades já existentes antes da grande expansão cafeeira (Jaú e Dois Córregos), como também na criação de novas cidades.

Para o caso das duas cidades já existentes, o acelerado ritmo de crescimento urbano pode ser inicialmente caracterizado pela tabela que organizamos para caracterizar a evolução da população urbana dessas duas cidades até 1900 (vide tabela nº 12)⁵²: entre 1890 e 1900 a população da cidade de Jaú teria aumentado de 1.035 habitantes para 5.340 habitantes (515,9% de aumento em 10 anos) e a população da cidade de Dois Córregos, de 567 para 1.229 habitantes (216,8% de aumento em 10 anos). Esse acelerado crescimento urbano na última década do século XIX pode ser evidenciado, para o caso da cidade de Jaú, pelos fartos exemplos apresentados pelo seu mais importante cronista da época, Sebastião Teixeira e também por outras fontes como Fernandes (1955), Arlanch (1977) e Almanack do Jahú (1902) de onde retiramos os exemplos que se seguem.

A cidade de Jaú, que contava em 1883 com apenas sete ruas e três largos, passou a ter, 17 anos depois, 33 ruas e oito largos. O número de prédios que eram, aproximadamente, 400 em 1887, aumentou para 915 em 1900, e para 1.068 em 1902. No ano de 1891, em apenas uma rua estavam sendo construídos 30 prédios. A cidade de Jaú, que até 1890 estava regida à área do primitivo patrimônio religioso, teve nesse ano um novo traçado no seu perímetro urbano que, no prazo de apenas nove anos, em 1899, teve de ser novamente ampliado: em ambos os casos implicando novos loteamentos, em detrimento das áreas rurais vizinhas.

Além dos exemplos acima citados, os inúmeros me-

lhoramentos urbanos realizados a partir de 1890 evidenciam - também o rápido e acelerado crescimento urbano, ocorrido a partir da última década do século XIX na cidade de Jaú, praticamente inexistente até então. Em 1891 foi terminada a construção do edifício da Prefeitura e da cadeia pública; em 1894 foram inaugurados o matadouro e o jardim público; em 1897 foi instalada a rede telefônica, que contava em 1900 com 150 assinantes; em 1898 foi concluída a construção da rede de água; em 1899 foi iniciada a construção da rede de esgoto; em 1897 foi aprovada lei que autorizava a construção de guias e sarjetas nas ruas da cidade; em 1899 foi inaugurado o mercado municipal; em 1900 estava em construção a nova Matriz, assim como a construção de uma usina hidroelétrica de uso local pela Empresa de Força e Luz de Jahu, com sede no Rio de Janeiro, e que foi inaugurada logo a seguir; pela Lei municipal nº 73 de março de 1900 foram criados o arquivo e a biblioteca municipal; em 1905 foi iniciado o calçamento das ruas centrais da cidade. Chama ainda a atenção o grande número de "sociedades recreativas" e de associações diversas, criadas num espaço de tempo bastante curto. Diferentes "sociedades recreativas" foram criadas nos anos de 1890, 1891, 1892, 1895 e outra no fim do século. Uma loja maçônica foi criada em 1894 e quatro sociedades italianas de "socorro mútuo" foram criadas entre 1894 e 1900. Em 1893 foi criada a Irmandade de Misericórdia de Jaú.

Enfim, todos esses exemplos não só evidenciam o rápido crescimento da cidade de Jaú, entre fins do século XIX e início do século XX, mas também caracterizam, ao mesmo tempo, o seu aspecto de "cidade pioneira" durante esse período. Apesar da ausência de dados sobre a população urbana até o censo estadual de 1934, esse acelerado ritmo de crescimento urbano deve ter continuado ao longo da primeira década do sécu-

lo atual, isso se considerarmos, novamente, certas evidências e informações que dizem respeito a esse processo de urbanização. Acreditamos que já na segunda década do século atual teria ocorrido um processo de desaceleração no ritmo de crescimento urbano.

Para tanto, temos de considerar a estreita relação e interdependência que existiram entre os processos de expansão da cultura cafeeira-povoamento-urbanização: três processos interdependentes que ocorreram de maneira bastante intensa entre 1890 e 1910.

Já tratamos em partes anteriores desse trabalho, sobre o "boom" demográfico e cafeeiro que ocorreu durante esses vinte anos. A interdependência do processo de urbanização com esses dois outros processos será melhor explicada nas páginas seguintes.

Tratando agora do processo de urbanização apoiado na criação de novas cidades, a tabela nº 51 nos mostra que, com exceção de Jaú, Dois Córregos e Bariri, quase todas as de mais cidades da atual sub-região administrativa de Jaú surgiram nas duas décadas do século XIX, através da criação de novos patrimônios religiosos; a única exceção foi Mineiros do Tietê: a doação do patrimônio data de 1874.

Como já explicamos anteriormente, a criação, durante esse período, desses novos patrimônios religiosos representou mais um instrumento utilizado pelos novos grandes proprietários de terras para promover, entre outras coisas, a valorização das suas terras, o que já estava ocorrendo devido à própria expansão da cultura cafeeira.

Em poucos anos, muitos desses patrimônios religio

os foram elevados à categoria de cidade, e isso num prazo que oscilou entre 10 a 23 anos, ou seja, desde a criação do patrimônio religioso até a sua elevação à categoria de cidade. Temos aqui uma outra faceta do rápido processo de urbanização ocorrido no território de Jaú durante o período referido.

Além de refletir o forte papel urbanizador que a economia cafeeira teve, e que iremos analisar mais adiante, esse fato também demonstra a rápida e ampla ocupação do território pela cultura cafeeira. Mais ainda, fornece subsídio importante para a caracterização de uma frente pioneira.

3.2.2. A cidade como componente territorial da economia cafeeira

Para melhor compreensão da relação evidente que existiu entre o processo de urbanização e a expansão cafeeira, torna-se necessário, inicialmente, considerarmos que o desenvolvimento da economia cafeeira estimulou no território de Jaú, além das atividades ligadas à própria cultura do café, outras atividades, necessárias para o próprio mecanismo da economia cafeeira, tais como variados tipos de atividades comerciais, atividades financeiras, de transportes, industriais, além de uma série de outras atividades terciárias, que irão ajudar a definir o segmento urbano da economia cafeeira. Entre todas essas atividades, a mais importante, evidentemente, foi aquela ligada à própria produção do café, já que, como atividade "central", foi a principal fonte geradora de renda, a atividade que possibilitou o processo de acumulação de capital na economia cafeeira, além de ter sido a atividade responsável pelo processo de povoamento no território de Jaú.

Em segundo lugar, para apreender a relação acima

apresentada, torna-se ainda necessário considerar essa diversidade de atividades econômicas que caracterizaram o desenvolvimento da economia cafeeira, em função das novas relações capitalistas de produção que passaram a presidir a expansão da cultura cafeeira no território de Jaú. Essas novas relações de produção implicaram numa significativa divisão do trabalho, tanto numa divisão técnica do trabalho, como ocorreu por exemplo na propriedade cafeicultora, como numa divisão da produção social que ocorreu para o conjunto da economia cafeeira, às quais estiveram relacionadas determinadas classes, ou frações de classes sociais, como a burguesia agrária e urbana, os trabalhadores rurais, o proletariado urbano, etc..

Uma terceira consideração se faz necessária. Constatar que para sua realização essas atividades utilizaram os quadros naturais, pouco modificados até a última década do século XIX, para fins econômicos. Antes suas peculiaridades e as relações capitalistas que as presidiram, essas atividades econômicas apresentaram formas de distribuição específicas, sobre as quais os elementos naturais exerceram influências maiores ou menores.

Para a sua realização, o conjunto de atividades econômicas, e na verdade também não econômicas, integrado à economia cafeeira, utilizou, entre outros, dois componentes básicos: além dos quadros naturais pouco modificados que dominavam até o início da grande expansão cafeeira, um contingente populacional (força de trabalho ou não); admitindo a grande relação que existe entre a localização produtiva e a concentração da população, a distribuição desta última foi determinada pela distribuição das referidas atividades, o que colaborou para formação do segmento urbano e rural do território de Jaú.

Essas observações nos servirão de base para a análise do processo de urbanização no território de Jaú, nas suas relações com a expansão da cultura cafeeira.

Na análise das inter-relações entre as atividades econômicas no território de Jaú, é possível distinguir inicialmente aquelas atividades ligadas ao grande capital cafeeiro, cujo desenvolvimento foi o responsável direto pela própria implantação da lavoura cafeeira no citado território; que remos nos referir às atividades ligadas à comercialização, circulação (transporte ferroviário), financiamento e, em escala menor, à própria atividade ligada à produção do café.

Para tanto, torna-se necessário considerar que os principais líderes da marcha pioneira não eram simples cafeicultores, mas uma classe de grandes fazendeiros

"que também dirigia grandes sociedades bancárias e ferroviárias e tinha em suas mãos a administração pública" (Momborg, 1952:121).

Esses mesmos líderes diversificaram suas atividades, desenvolvendo funções ligadas à comercialização do café, por exemplo, como comissários; ao transporte do café, por exemplo, como acionistas das companhias ferroviárias; ao financiamento da produção, por exemplo, como banqueiros e comissários.

Constituíram-se na grande burguesia cafeeira definida como a proprietária do grande capital cafeeiro. É considerando esse grande capital cafeeiro que podemos afirmar que

"o capital cafeeiro tinha, portanto, di -

versos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos, correspondem a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas e frações de classes particulares... Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco do desenvolvimento capitalista, essas diferentes frações são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos diretamente) frações de classes relativamente autônomas" (Silva, 1976: 60).

Essa grande burguesia cafeeira já tinha sua existência definida quando a economia cafeeira se implantou no território de Jaú, e foi elaborada a partir do desenvolvimento da cultura cafeeira em zonas mais antigas, situadas, por exemplo, na "região central".

Foi esse grande capital cafeeiro que esteve na base da expansão da cultura cafeeira no território de Jaú, através, não tanto da apropriação de terras, mas através da construção de linhas férreas, do domínio na comercialização e do financiamento da produção cafeeira, etc..

Define-se assim um "núcleo" de atividades que criaram, em grande parte, as condições necessárias para o aproveitamento dos recursos naturais do território de Jaú pela cultura cafeeira; eram atividades cujo controle, em princípio, não foi realizado pelo território de Jaú, mas sim pelos

centros de decisões externos, representados, a nível nacional, pelo eixo São Paulo-Santos. Além do mais o território de Jaú pouco participou da apropriação dos excedentes realizados por essas atividades ligadas ao grande capital cafeeiro, cuja acumulação era também realizada externamente, definindo assim uma das grandes características da economia cafeeira no território de Jaú. Enfim, eram atividades diretamente vinculadas aos centros hegemônicos "externos" quer fossem eles nacionais ou internacionais. Seria principalmente através delas que os estímulos externos ao desenvolvimento da cultura cafeeira teriam sido efetivados no nível econômico.

Portanto, a participação da grande burguesia cafeeira, digamos assim "exógena" à "área de Jaú, não chegou a ser significativa na produção do café propriamente dita. Não foi necessariamente no nível da produção que ela se fez presente de maneira dominante.

Em contrapartida, a expansão da lavoura cafeeira no território gerou um processo de elaboração de uma burguesia cafeeira local, menos poderosa, que não deve ser encarada à parte do processo global da formação da burguesia cafeeira considerada no seu todo, mas integrando um mesmo processo de desenvolvimento do capital cafeeiro, sob o domínio do grande capital cafeeiro.

De um lado, essa burguesia menos poderosa se comportou, em sua maior parte, como uma pequena e média burguesia agrária, cujas atividades ficaram praticamente restritas a simples produtores de café; ligada a um capital de importância bem mais reduzida, essa pequena e média burguesia agrária não conseguiu diversificar suas atividades econômicas, relacionadas à comercialização, financiamento e transporte (ferroviário) de café, ficando, portanto, nesse sentido, submetida ao grande capital cafeeiro. Quando muito, adquiriram novas propriedades rurais na própria área ou em novas "frentes pioneiras" em elaboração para além de Bauru, como no caso da Noroeste

te.

Por outro lado, definiu-se também uma burguesia a grária local mais poderosa, que às vezes chegava a se confundir com a burguesia cafeeira, cujos novos componentes foram - -se constituindo ao longo da marcha pioneira. No caso específico dessa burguesia local mais poderosa, o seu processo de e laboração iniciou-se, via de regra, na "região central" ou no sul de Minas Gerais, de onde seus representantes se originaram, e de onde migraram para o território de Jaú, providos de um determinado capital (vide Capítulo I). O maior acúmulo de capital realizado por essa burguesia local no território de Jaú possibilitou uma certa diversificação de suas atividades, saindo assim para fora dos limites de suas propriedades rurais. O nosso nível de informação sobre essa burguesia mais poderosa localmente nos permite apenas afirmar que ela "extra vasou" basicamente para duas outras atividades, além de parti cipar da abertura de novas fazendas localizadas na porção oes te do Estado e no Paraná: realizou algumas experiências nem sempre bem sucedidas, na comercialização do café através da criação de casas comissárias com atuação restrita ao território, e participou da criação de alguns bancos, ou casas bancá rias, também de ação local. Esse último caso foi o mais sig nificativo.

Já no ano de 1891 foi instalado na cidade de Jaú o Banco Melhoramentos de Jahu, que se comportou como o mais importante banco regional. Seus fundadores estão entre os principais fazendeiros do antigo município de Jaú, destacando -se aqueles ligados à família Almeida Prado; entre outros im portantes acionistas encontram-se alguns ligados por laços de parentesco à família citada, além de Joaquim Toledo Piza, so bre o qual falaremos logo mais adiante (25) O capital de 500:000\$000 do ano de sua instalação foi elevado quatro anos após, em 1895, para 1.000:000\$000. Os dados referentes às o perações de descontos na última década do século passado de - monstrem o acentuado crescimento do movimento bancário; as

quedas ocorridas nos dois últimos anos da década devem estar relacionadas com a crise do café que então se verificava.

Tabela nº. 54
Valor das Operações de Descontos
Banco Melhoramentos de Jahu

1891-2	2.866:386\$250
1892-3	4.739:605\$500
1893-4	3.902:255\$970
1894-5	5.725:361\$770
5-6	6.623:725\$300
6-7	8.109:555\$530
7-8	9.724:448\$450
8-9	7.450:314\$090
9-900	6.843:513\$090

Fonte: Teixeira, 1900:110.

Em 1900 já existiam na cidade de Jaú casas de câmbio que realizavam operações bancárias e comércio de compra e venda de moedas, além de um outro banco local de propriedade de João Ribeiro de Barros Jr., tradicional cafeicultor no município, neto do Capitão Ribeiro de Barros, um dos fundadores de Jaú.

Outros bancos locais foram criados no território de Jaú nos anos seguintes, principalmente na década de 1920. O Banco da Lavoura e Comércio da cidade de Dois Córregos foi criado pelo mais importante fazendeiro de café do município enraizado na cidade, o Coronel Francisco Simões (26). O Banco Paulista, com sede em Bocaina, teve agências em várias cidades da área: Bariri, Itapuí, Jaú e Pederneiras; apesar de ter sua sede na cidade de Bocaina, pertenceu a Amaral de Carvalho, residente na cidade de Jaú, mas com importantes fazendas cafeicultoras no município de Bocaina. Cabe ainda destacar o Banco Comercial de Jahu, na cidade do mesmo nome, fundado por Almeida Campos, mas de curta duração.

A situação dessa burguesia cafeeira local, mais restrita ao próprio território de Jauú, em outras atividades e conômicas, principalmente a bancária e a ligada à comercialização do café, parece ter se caracterizado mais por preencher certas necessidades locais relacionadas com a economia cafeeira, ou certos "espaços vazios" que o grande capital cafeeiro não ocupara. Não encontramos nenhuma referência sobre a sua participação em atividades industriais de grande vulto, o contrário ocorrendo sobre o seu desempenho na vida política, principalmente local, além de estarem freqüentemente representados na administração do estado.

Com relação à sua participação em atividades financeiras do território, a observação feita em 1900 por um perspicaz observador da época, quanto à importância para a economia local da fundação do Banco Melhoramentos de Jauú, é significativa:

"era sensível no Jahu a falta de um estabelecimento que explorasse o comércio de desconto e cambio, facilitando as transações entre comitentes e comissários, principalmente, e prestando-se secundariamente a outros negócios bancários, de modo a desenvolver o crédito local, cujo resultado seria a expansão do comércio, da lavoura, da indústria e em geral de todas as profissões liberais; à lavoura, sobretudo, causava embaraços sérios o facto de não conseguir prompta e commodamente a passagem dos líquidos das vendas de seus produtos exportados, sendo obrigada a mandar buscar-os pessoalmente nos mercados ou a recorrer ao comércio solicitando descontos de ordens sobre os seus comissários, descontos que communmente se faziam por obséquio, mas ... mediante elevadas taxas... (Teixeira, 1900:110).

De qualquer maneira se coloca o problema de se definir até que ponto essa mais importante burguesia agrária do território ter-se-ia integrado ao grande capital cafeeiro paulista.

O caso mais representativo é o da família Almeida Prado, que se definiu como importante burguesia agrária no próprio território de Jaú, apesar de ela ter migrado de Itu com determinado volume de capital. Como regra geral, os membros dessa família, que na verdade nunca se comportaram como grandes cafeicultores como os da região de Ribeirão Preto, se enraizaram no próprio território de Jaú, onde os mais importantes dedicaram-se às outras atividades acima referidas. A sua participação na abertura de novas fazendas no oeste paulista e no Paraná, contudo, foi freqüente.

Um segundo exemplo nos é dado por Joaquim de Toledo Piza, originário de Capivari, e que esteve presente na fase "pré-pioneira" e "pioneira" do território de Jaú, assemelhando-se a um verdadeiro "líder na marcha pioneira" proposto por P. Mombeig. Presente em Jaú no ano de 1879,

"mas não satisfeito com as terras já parcialmente ocupadas, parte em 1891 para o "sertão dos Coroados", na nascente do Rio Feio, se tornando comprador. Acompanhado do suíço Luiz Wolf, aqui plantou os primeiros cafezais nas fazendas Faca e Bella Vista. Logo equipou essas fazendas, construiu terreiros para secagem, abriu uma estrada além da estação ferroviária mais próxima (distante a 20 léguas!) e transportou as máquinas para despolar o café em carros de boi. Mais tarde, após a construção da ferrovia de Bauru até Mato Grosso, ele contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Pirajui e criou Albuquerque Lins. Em 1923 possuía um milhão de pés de café. Seu filho Salvador lançou-se em direção de Agudos, onde abriu uma fazenda em plena floresta, em 1897, antes de se reunir com o pai na Noroeste, em Presidente Alves. Para completar suas plantações, Toledo Piza fundou uma casa de exportação em Santos e, para tirar partido de sua imensa propriedade no vale do Rio Aguapeí, ele a vendeu em pequenas fazendas. Já munido de uma sólida fortuna ante essa conquista do sertão, os Toledo Piza tornaram-se uma das mais possantes famílias paulistas, participando da vida política do país (dirigiram várias vezes a Secretaria da Agricultura. (Mombeig, 1952:122).

Essa transcrição nos mostra que Toledo Piza se confunde com a grande burguesia cafeeira, mas diferentemente do caso da família Almeida Prado, ele não se enraizou no território de Jaú, perdendo assim o aspecto de uma típica burguesia local. Parece muito mais representar a grande burguesia cafeeira que foi se elaborando ao longo da marcha pioneira, e a que acima nos referimos.

Além do conjunto de atividades vinculadas ao grande capital cafeeiro, representadas basicamente pela comercialização, financiamento e transporte (ferroviário) da produção cafeeira, e que em escala bem menor foram também exercidas pelas camadas da burguesia agrária mais importantes do próprio território de Jaú, podemos também distinguir (na análise das inter-relações entre as atividades componentes da economia cafeeira), para efeito didático, um segundo conjunto de atividades, representadas por aquelas necessárias ao funcionamento da economia cafeeira no nível regional, o que, em princípio, define o âmbito regional de sua atuação.

Queremos nos referir às mais variadas formas de comércio, serviços e atividades industriais que, ao mesmo tempo em que foram sendo dinamizadas pela cultura cafeeira, e, conseqüentemente, pelas atividades ligadas basicamente ao grande capital cafeeiro, foram tornando-se delas dependentes, pelo menos numa primeira fase da expansão da economia cafeeira.

Essas atividades não representaram "facetas" do grande capital cafeeiro, ou funções por ele integradas, pois constituíram-se independentemente dele. Essas diferentes atividades foram representadas pela pequena e média burguesia urbana (comercial, industrial, etc.) que se definiam como frações de classes relativamente autônomas do grande capital cafeeiro. Contudo essas atividades eram componentes do capital cafeeiro considerado como um todo.

A tendência à concentração territorial que essas atividades apresentaram (que em última análise refletia a tendência da concentração territorial do capital), teve a sua localização fortemente influenciada pela existência dos patrimônios religiosos, anteriormente citados. As áreas desses antigos patrimônios religiosos foram se comportando como importante componente urbano integrado à economia cafeeira, na medida em que foram sendo progressivamente utilizadas, quer para a produção industrial, quer por uma variada gama de atividades comerciais e de serviços. Paralelamente à localização dessas atividades nas áreas dos antigos patrimônios religio - sos, nelas também verificou-se a concentração de u'a massa de mão de obra a elas vinculados, acentuando o processo de urbanização no território de Jaú.

Essas colocações já evidenciam que consideramos esse segundo conjunto de atividades como o responsável direto pelo processo de urbanização durante a fase pioneira da expansão cafeeira, papel que as atividades ligadas ao grande capi - tal cafeeiro não conseguiram desempenhar diretamente de modo tão intenso. O que quer dizer que foram as atividades de nível regional que se comportaram como os agentes diretos da urbanização, e não tanto aquelas de âmbito extra-regional, re - presentadas pela comercialização, financiamento e transporte do café, ainda que fundamentais para o desempenho das de ní - vel regional.

A utilização dos conceitos de "função básica" e "função não básica" (Alexander, 1968:34) com relação às funções urbanas, representa um útil instrumento para comprovar a afirmativa feita acima, mesmo considerando as limitações e criticas feitas à esses conceitos (Carrierre e Pinchemel, 1963 : 250).

De acordo com Alexander, toda a cidade desempenha uma dupla função: inicialmente, aquelas desenvolvidas pela cidade para atender às necessidades de uma clientela externa a ela; corresponde ao que ele chama de "função básica" (ou espe

cífica), isto é, aquela que "constitui a base econômica da cidade... É quem traz dinheiro para a cidade e é por isso denominada de básica". Em outras palavras, são aquelas funções da cidade que explicam a sua existência, e que, voltadas para o exterior, trazem recursos necessários à vida urbana, caracterizando a sua vida de relações, já que cidade alguma pode viver por si mesma. O desenvolvimento dessas funções específicas cria evidentemente um mercado de trabalho, colaborando para o aumento da população urbana.

Em segundo lugar, todas as cidades desempenham funções que visam satisfazer as necessidades da sua própria população urbana; essas funções correspondem ao que ele chama de "função não básica" (ou banal), que manteriam relações com as "funções básicas": pelo menos numa fase inicial do crescimento urbano, um maior desenvolvimento das "funções básicas" implicaria uma ampliação das "funções não básicas", e assim vice-versa.

A própria população ativa da cidade se decomporia também em dois conjuntos, em função das noções acima apresentadas: a população ativa básica (ou específica) e a população ativa não básica (ou banal). Dessa forma, o desenvolvimento das funções básicas ampliaria, em virtude do aumento do número de empregos urbanos, numericamente a população ativa básica e, conseqüentemente, da população ativa banal, colaborando assim para o progressivo crescimento urbano.

Tendo em vista esses conceitos, o levantamento e análise das funções básicas desenvolvidas pelas cidades do território de Jaú, durante a economia cafeeira, nos forneceriam os elementos necessários para comprovar, ou não, a idéia acima apresentada a respeito do papel dominante das atividades de âmbito regional no processo de urbanização. Quanto às mais importantes funções básicas desenvolvidas pelas cidades do território de Jaú durante a fase da expansão da cafeicultura, podemos destacar as seguintes:

1. as funções comerciais ligadas à distribuição - de mercadorias para o consumo individual dos trabalhadores rurais (necessário à sua reprodução), das famílias dos proprietários rurais, e de outras categorias como os arrendatários, por exemplo; ou seja, corresponde ao consumo direto de valores de uso pelos elementos da sociedade;

2. as funções comerciais que visavam atender às necessidades do consumo produtivo por parte de proprietários rurais, arrendatários, parceiros, etc. em determinadas mercadorias, ou seja, o consumo de valores de uso como meio de produção. No desempenho dessas duas funções comerciais, as cidades se comportaram como centros redistribuidores de mercadorias produzidas externamente ao território de Jaú;

3. as funções industriais, freqüentemente de âmbito restrito ao próprio território, eram as responsáveis pela produção de determinadas mercadorias, onde umas estavam mais ligadas ao consumo individual, e outras mais ligadas ao consumo produtivo: seleiros, fábricas de veículos (carroças, "troleys"), ferreiros, etc.;

4. as funções relacionadas com a prestação de serviços voltadas para a sua clientela rural (colonos, arrendatários, proprietários rurais, etc.) e que representavam - tanto o nível ideológico (função religiosa, escolar, imprensa, cinema, etc.) como o nível jurídico-político (administração municipal, cartórios, segurança pública, sede de comarca, advogados etc.) e econômico (função ferroviária, bancária, etc.) da sociedade que se elaborava na área;

5. a função comercial relacionada com a comercialização da produção rural, onde se destacava o do café;

6. a função ligada aos meios de transportes, onde se destacava a função ferroviária.

A análise desse conjunto de funções básicas acima esquematizadas (e que explicaremos mais adiante) nos leva a perceber que a maior parte delas, principalmente as quatro

primeiras, as cidades desenvolveram visando atender às diferentes necessidades da população rural de suas respectivas áreas de influência. Essa constatação evidencia o papel dominante dessas funções básicas de consumo regional no processo de urbanização, em comparação com as funções extra-regionais das cidades.

O desenvolvimento dessas funções básicas pelas cidades, ao mesmo tempo que ampliava um mercado de trabalho urbano e, conseqüentemente, a população urbana, foi também estimulando outras atividades demandadas pela própria população urbana: comércio varejista, padarias, barbearias, construções urbanas, energia elétrica, etc., ampliando ainda mais o número de emprego ligados agora às funções básicas.

Nota-se assim que, numa primeira fase do processo de urbanização, o crescimento maior ou menor de uma cidade ficou em grande parte na dependência da importância de sua função básica, o que quer dizer, da importância de sua clientela rural: quanto maiores e mais importantes fossem as atividades básicas, mais se desenvolviam as funções não básicas que a cidade iria desenvolver, aumentando assim, progressivamente, o seu contingente populacional.

De qualquer maneira, o processo de urbanização accentuou a divisão da produção social, que ocorria na própria cultura cafeeira, porém de modo menos intenso.

Essa abordagem serviria para explicar, como esquema geral, o crescimento diferenciado das cidades do território de Jauú, na fase do desenvolvimento da cultura cafeeira. Os três fatores apresentados por P. Mombeig para explicar o crescimento diferenciado entre as cidades da franja pioneira — as condições naturais, o papel da pequena exploração rural e a ação das vias de comunicações (Mombeig, 1952:313-23) — podem ser sintetizados por esse esquema teórico. Porém esse tema iremos desenvolver mais adiante.

3.3. As Funções Extra-regionais das Cidades

3.3.1. a. A comercialização do café

Considerando inicialmente a comercialização do café e o beneficiamento a ela necessário, constata-se que desde o início do desenvolvimento dessa cultura no território de Jaú, o comissário de café esteve sempre presente no sistema de comercialização desse produto.

Desde as últimas décadas do século passado, a comercialização do café era feita diretamente entre o produtor e uma casa comissária de Santos: o café era encaminhado para o comissário, que o classificava de acordo com os tipos de exportação e posteriormente era vendido ao exportador pelos corretores das casas comissárias ou por corretores independentes. O comissário cobrava por essa função a taxa tradicional de 3% e, em princípio, o fazendeiro receberia o dinheiro após a venda de sua mercadoria.

Esse sistema caracterizou-se pela grande dependência que se estabeleceu entre o fazendeiro e o comissário. A complexidade do comércio cafeeiro, as dificuldades de comunicações, o desconhecimento das condições do mercado, da classificação dos tipos de café e das alterações do câmbio eram algumas das razões que estimulavam o fazendeiro a encaminhar o seu produto ao comissário, confiando na venda do seu café por um bom preço.

Foi freqüente em Jaú, em fins do século XIX e início do atual, o papel do comissário como "financiador" do fazendeiro para a abertura e instalação de novas fazendas. Ante a dificuldade do fazendeiro em obter crédito bancário, às vezes, pela própria inexistência desse serviço em algumas cidades do território — ou pelos juros abusivos cobrados —, as

casas comissárias forneciam aos fazendeiros numerários para os custeios anuais de suas propriedades, com a promessa do fazendeiro enviar para a casa comissária o produto de sua colheita, ou mediante contrato de penhor agrícola, hipoteca, ca sos raros em Jaú (27). Dessa forma, os comissários desempenharam também o papel de verdadeiros banqueiros da lavoura cafeeira em Jaú, ou então de intermediários entre o fazendeiro e os importantes bancos sediados em São Paulo e Santos, onde os comissários possuíam facilidades maiores em obter créditos. A sua participação na comercialização e financiamento do café representou, como já vimos, uma das origens do capital na economia cafeeira no território de Jaú. À guisa de informação, as três casas comissárias que em 1900 possuíam as melhores contas entre os fazendeiros de Jaú eram J. Cordeiro, Malta & Cerquinho e Lawrence & Comp., todas com sede em Santos (28).

Contudo, um grande número de pequenos produtores não mantinha contatos diretos com as casas comissárias. Para melhor apreensão desse fato torna-se necessário considerar também o beneficiamento do café no processo de comercialização. Lembramos que a utilização de máquinas mais modernas, para a época, movidas a vapor, para atender ao crescente aumento da produção cafeeira que ocorreu a partir de fins do século XIX, superou rapidamente as primeiras e antigas máquinas movidas à água: já em 1900 a maior parte das máquinas de beneficiamento de café no território de Jaú eram movidas a vapor (28).

Apesar da proliferação de cafeicultores verificada com a transformação do território de Jaú ^{em} como "frente pioneira", a aquisição das máquinas de beneficiamento ficou restrita a um pequeno número de produtores, normalmente os mais importantes, ante o volume de capital necessário para a aquisição das mesmas: em 1900, apenas 43 cafeicultores possuíam máquinas de beneficiamento no município de Jaú, enquanto que o número de estabelecimentos rurais cafeicultores em 1904 chegava a 544: a relação entre o número de máquinas de bene-

ficiamento e o número de estabelecimentos rurais cafeicultores, era, assim, muito baixa.

Das 49 máquinas de beneficiamento que existiam no município de Jaú em 1900, 43 pertenciam à fazendeiros de café, e localizavam-se nas próprias fazendas, enquanto que apenas seis máquinas pertenciam a não fazendeiros; dessas, três localizavam-se na cidade de Jaú, duas no bairro de Pouso Alegre de Baixo e uma no povoado Bica de Pedra, futura cidade de Itapuí (Teixeira, 1900:107). O beneficiamento de café para terceiros não era realizado unicamente pelas seis máquinas dos não fazendeiros, já que era prática bastante freqüente no território de Jaú, o beneficiamento do café para terceiros realizado pelos cafeicultores donos de máquinas. Pelo menos dois deles chegaram a ter projeção nessa atividade complementar, pois suas máquinas, além de beneficiarem o café de seus próprios estabelecimentos rurais, beneficiavam também café de outros cafeicultores em grande quantidade. Esses dois fazendeiros eram Carlos Augusto de Arruda Botelho e Berger & Cia. (Teixeira, 1900:108).

A inviabilidade do pequeno produtor adquirir máquinas de beneficiamento (além do custo das mesmas e da elevada imobilização do capital que não podiam suportar, a sua pequena produção não justificava a sua compra), a sua dificuldade de como pequeno produtor em manter relações diretas com as casas comissárias, criaram certas relações de dependência entre ele e os proprietários das máquinas, cafeicultores ou não. Assim, além de poder beneficiar o seu café em troca de uma taxa, e de, teoricamente, comercializar o seu próprio café beneficiado com uma casa comissária, o pequeno produtor freqüentemente tinha o seu pequeno lote de café comercializado juntamente com o lote maior do fazendeiro proprietário da máquina e que beneficiara o seu café, já que o seu contato com as casas comissárias era mais fácil. Essas "relações de favor" fortaleciam evidentemente as condições de dependência. Além das possibilidades acima referidas, acreditamos que o caso dominante, apesar de não termos condições de "medi-lo", a não ser

com bases em informações, para a comercialização da produção do pequeno produtor, foi a venda do café colhido ao proprietário das máquinas, mesmo antes de beneficiá-lo, o qual, numa segunda instância irá comercializar esse café com o comissário, após o seu beneficiamento. Essa última hipótese era menos interessante ao pequeno produtor, o contrário ocorrendo para o proprietário das máquinas: em 1908, enquanto ~~que~~ o café sem beneficiamento era cotado em 5\$200 a arroba, o café já beneficiado era comercializado a 8\$700 a arroba (Lima, 1977:33).

Esse processo de beneficiamento e de comercialização do café nos permitiria estabelecer dois níveis de dependência: o do pequeno produtor em relação ao proprietário das máquinas, fazendeiro ou não, e o do fazendeiro mais importante em relação às casas comissárias.

Percebe-se que tanto nesses dois níveis de dependência, como nos processos de beneficiamento e de comercialização, a participação das atividades urbanas era muito pequena. O beneficiamento se fazia predominantemente nos estabelecimentos rurais, e a comercialização era feita diretamente, ou entre o pequeno e o grande fazendeiro ou entre o fazendeiro e as casas comissárias de Santos, dela pouco participando as cidades. Os centros urbanos

"não são, nem foram nunca, mercados cafeeiros. Os únicos mercados de café são São Paulo e Santos, e os negociantes de São Paulo e os comissários da praça de Santos estão em relação direta com os fazendeiros" (Denis, s/d:144).

A forte dependência do fazendeiro em relação ao comissário, acentuada com a crise do café em fins do século XIX e que se prolongou pela primeira década do século atual — quando com o baixo preço pago pelo café quase todos os fazendeiros tornaram-se devedores da praça de Santos —, permaneceu até o início da segunda década do século. Dois fatos colaboraram para a alteração dessa situação.

O primeiro foi a alta dos preços que ocorreu a proximadamente em 1911, que libertou muitos fazendeiros de seus encargos e da tutela do comissário. Com uma alta duradoura dos preços e safras normais, a dívida de muitos fazendeiros em pouco tempo extinguiu-se.

Um segundo fato foi a criação da Bolsa do Café de Santos em 1911, quando as operações de café a termo, que já eram praticados assistematicamente, foram oficialmente re conhecidas e instituídas. Até então

"todos os negócios de café eram feitos à vista, isto é, diante do produto e do pagamento imediato. Com a criação da Bolsa do Café em Santos, passou-se então a negociar o café a termo, negociá-lo no futuro, ou seja, comprar no mercado santista ou no interior, lotes de café ~~no mercado santista ou no interior, lotes de café~~, que só seis meses depois seriam entregues" (Araujo Filho, 1956:124).

Para evitar especulações, em 1923 o prazo foi reduzido para três meses.

A alta dos preços do café e a oficialização das operações a termo colaboraram para a ocorrência de certas alterações no sistema de comercialização do café, a partir do início da segunda década do século. Além do mais, tornou-se freqüente no território de Jaú a presença de representantes das casas comissárias e, em escala bem menor, dos "compradores" de café das casas exportadoras de Santos. Praticamente quase todos os representantes das casas comissárias eram pessoas que há tempo já residiam nos municípios do território de Jaú.

A partir de então, o cafeicultor livre da forte tutela do comissário, teve duas alternativas para comercializar o seu produto: ou remeter o seu café beneficiado para Santos, agora sob as condições das operações a termo, ou vendê-lo no seu próprio estabelecimento, ante um preço que teoricamente lhe agrada, evitando assim a demora na liquidação

do negócio ou então evitando os riscos de mercado. Nos dois casos a comercialização era feita, repetimos, através dos representantes das casas comissárias ou, em escala menor, conforme informações obtidas, através dos "compradores" de café (29).

Um fato importante a depreender desse novo sistema de comercialização, que se ampliou a partir do início dos anos de 1910, foi a transferência do mecanismo de compra-venda do café da praça de Santos para a própria área produtora de Jaú, envolvendo uma pouco mais as cidades do território no processo de comercialização do café: a função das cidades na comercialização da produção cafeeira se viu valorizada. O representante das casas comissárias tornou-se uma figura peculiar nas cidades de então. Esse processo de comercialização do café até 1930 apresentou-se bastante disperso, no sentido de não ter se concentrado na principal cidade do território, no caso a cidade de Jaú: os representantes das casas comissárias tinham residências fixadas nas várias cidades, a partir de onde comercializavam o café das áreas municipais.

Uma variação no sistema de comercialização do café, que ocorreu também a partir de 1910-11, foi representada por alguns poucos importantes cafeicultores que diversificaram suas atividades para a de comissário, constituindo assim suas próprias casas comissárias. Além de comercializar sua própria produção, o faziam também com o café de outros fazendeiros, principalmente do município onde estavam enraizados.

De qualquer maneira, apesar das alterações ocorridas a partir de 1910, quando diminuiu a grande dependência do fazendeiro ao comissário, e o mecanismo de compra e venda do café foi transferido para a própria área produtora - valorizando conseqüentemente a função das cidades como centro de comercialização da produção rural — a comercialização do café continuou a ser orientada por centros de decisões exter -

nos do território de Jaú; sua influência no crescimento urbano não foi significativa e a própria acumulação do capital realizada no nível da comercialização continuou a ser operada externamente.

3.3.2. A função ferroviária

Estudamos anteriormente a relação que ocorreu entre o desenvolvimento da cultura cafeeira e a expansão ferroviária no território de Jaú. Cabe agora complementar essa análise, estabelecendo uma relação com o processo de urbanização.

Em princípio, é evidente que a função ferroviária praticada por determinadas aglomerações humanas exerceu uma influência no seu desenvolvimento. Nesse sentido é significativa a constatação de que os três únicos patrimônios religiosos, e futuras cidades, do território de Jaú não atingidos pela ferrovia, foram aqueles que menos cresceram, e que conseguiram se elevar a categoria de cidade apenas em 1953, em condições históricas completamente diferentes da época cafeeira: Itajú, Boracéia e Igarapu do Tietê. Naturalmente a ausência da ferrovia não pode ser considerada como a única razão para explicar o pequeno desenvolvimento dessas cidades.

Frise-se, desde já, que não foi pelo seu papel de escoamento da produção cafeeira que a ferrovia mais influenciou o desenvolvimento das cidades. Pela tabela nº 55 referente ao embarque de café nas estações da Cia. Paulista de Estrada de Ferro para os anos de 1900-1901-1902-1903, constata-se que havia estações que embarcavam quantidades maiores de café do que as estações das próprias cidades, demonstrando de modo definitivo que não é simplesmente o volume de café embarcado que vai provocar um impulso maior ou menor no desenvolvimento de uma cidade. Isso também quer dizer que aquelas estações que tiveram suas funções restringidas basicamente ao escoamento da produção do café das fazendas de mais fácil aces-

so a elas, continuaram a se comportar como simples estações de embarque, como Campos Sales, Capim Fino, Saldanha Marinho, etc..

Tabela nº. 55

Embarque de Café nas Estações da "Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais - 1900-1-2-3

Ramal de Jaú

Estação de Embarque	1900	1901	1902	1903
Dois Córregos	2.043.287	3.682.030	2.468.599	2.429.452
M. do Tietê	319.223	597.207	325.964	541.229
Jaú	16.949.908	33.995.140	25.415.578	16.592.861
Banharão (Jaú)	1.116.260	2.082.280	1.394.057	1.187.255
Total	18.385.391	36.674.627	27.135.599	18.321.345

Ramal de Agudos

Dois Córregos

Saldanha Marinho (DC)	412.327	1.195.137	1.017.771	1.327.434
Capim Fino (MT)	1.450.764	2.530.014	1.906.317	2.328.191
Falcão Filho	639.672	1.821.280	2.032.458	1.600.272
Campos Sales	1.552.067	3.796.305	14.286.575	7.532.393
Iguatemi (Jaú)	—	—	—	761.513
Total	4.054.830	9.342.736	19.243.121	13.549.803

Fonte: Estatística do Café, Associação Comercial de Santos

Para melhor apreender a correlação entre a expansão ferroviária e desenvolvimento urbano, torna-se necessário considerar que as cidades do território de Jaú antecederam a chegada dos trilhos da ferrovia, ou mais precisamente, que a fundação dos patrimônios religiosos sempre antecederam a ferrovia, e mais ainda, que com exceção de Mineiros do Tietê, a própria elevação do antigo patrimônio à categoria de cidade também antecedeu a chegada dos trilhos, como nos mostra a tabela nº 51 c.

Dessa maneira, quando a ferrovia chegou ao território-

rio e com ela a grande expansão cafeeira, já existiam núcleos urbanos que desempenhavam papel de centros funcionais, que estabeleciam relações várias com a população de sua área de influência e com outros centros urbanos externos ao território, localizados, via de regra, à sua retaguarda.

Isso nos mostra que essas cidades já possuíam de terminada infra-estrutura montada, quer em termos de espaço urbano, quer em termos de relações com as áreas rurais vizinhas, como por exemplo meios de transportes e de comunicações.

A chegada da ferrovia atuou no sentido de valorizar essa situação geográfica já existente, revitalizando-a com a expansão cafeeira e criando melhores condições para o desenvolvimento desses núcleos urbanos, isso como um setor fundamental para o desenvolvimento do conjunto das atividades urbanas, com as quais esteve, evidentemente, integrado.

As estações de embarque criadas pela companhia ferroviária, localizadas entre as estações das cidades, normalmente espaçadas entre 10 a 20 quilômetros, não se apoiaram em nenhum patrimônio religioso ou núcleo demográfico anteriormente já existente. Sua criação representou mais um problema técnico das ferrovias, como nos mostra P. Mombeig (1952:319): a necessidade de abastecimento das máquinas em água, lenha, além de outras necessidades como a localização das "turmas de conservação" das ferrovias, o atendimento de uma clientela disposta ao longo das ferrovias, principalmente no tocante ao embarque de café, etc. Essas características das estações ferroviárias não eram suficientes para o desenvolvimento de um núcleo urbano, daí terem se limitado ao seu papel mais importante de estação de embarque de café.

A importância da função ferroviária sobre o crescimento urbano não se fez por igual entre as cidades do território de Jaú por ela servida. Alguns exemplos nesse sentido

são ilustrativos.

O caso de Dois Córregos é um deles. De todas as cidades do território Dois Córregos foi aquela que desenvolveu as mais importantes funções dentro da rede ferroviária no seu nível regional. Vimos que a ferrovia chegou a Dois Córregos no ano de 1886 e atingiu Mineiros do Tietê e Jaú no ano seguinte. Mais tarde a Companhia Paulista de Estrada de Ferro estendeu seus trilhos, a partir de Dois Córregos, em direção de Baurú, através das estações de Saldanha Marinho (1889), Capim Fino (1889), Falcão Filho (1889), Campos Sales (1889), Iguatemi (1903), Airósa Galvão (1903), Agudos (1903), atingindo Bauru em 1906.

A construção dessa linha-tronco, a partir de Dois Córregos-Campos Sales-Bauru, transformou a linha Dois Córregos-Mineiros do Tietê-Jaú em ramal, no caso de Dois Córregos; permanecendo Jaú como "ponta de trilho" até aproximadamente 1941, quando ocorreu a alteração do traçado da Companhia Paulista.

Dois Córregos transformou-se, assim, em ponto de baldeação, e estava destinada a ter importante função dentro da rede ferroviária. Vários fatos evidenciam as intenções dos então diretores da Companhia Paulista em relação a essa importante função ferroviária que Dois Córregos deveria realizar.

Em primeiro lugar, a instalação da Cooperativa de Consumo da Companhia Paulista em Dois Córregos, para atender aos funcionários da Companhia que residiam, desde Itirapina até Aimorés, próxima de Bauru. O raio de ação dessa Cooperativa atingia funcionários de oito cidades e quinze estações. (30).

Em segundo lugar, Dois Córregos foi até 1941 sede da Quarta Divisão da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que abrangia o longo trecho compreendido entre Itirapina e Tupã. (31) No ano de 1941, a sede da Quarta Divisão foi transferida.

para Bauru. A presença dessa sede na cidade de Dois Córregos implicou a existência de vários serviços ferroviários, o que explicava o grande número de funcionários na cidade, e a consequente influência que essa classe profissional de trabalhadores exercia sobre a vida urbana da época. Apesar de adquirirem muitos dos produtos de que necessitavam na Cooperativa de classe, o que limitaria sua participação no comércio da época, a sua presença nos demais serviços urbanos intensificava em muito a vida da cidade. O imponente prédio da estação, o maior de todas as cidades do território e inclusive da antiga estação de Jaú, somente superado, para oeste, pelo de Baurú, talvez seja o reflexo das importantes funções ferroviárias que Dois Córregos deveria realizar.

Os fatos acima apresentados justificavam a existência de mais de 600 empregados da Companhia Paulista em Dois Córregos às vésperas de 1941, e a existência de amplas "colônias" da Companhia para seus funcionários. Caso considerarmos esses 600 empregados como 600 famílias, elas deveriam totalizar, aproximadamente, 2000 pessoas, isso se admitirmos como média, três a quatro membros por família. Para uma cidade que em 1940 registrou um total de 5.946 habitantes, pode-se deduzir que aproximadamente 1/3 de sua população estava diretamente ligado à função ferroviária, fato inexistente em qualquer outra cidade do território. (32)

Um segundo caso é o de Jaú. Por muito tempo sua posição na rede ferroviária lhe foi altamente favorável. A linha-tronco da Companhia Paulista no território, vinda de Rio Claro, Itirapina, Brotas, Torrinhã, passava por Dois Córregos continuava por Pederneiras, Agudos e Bauru. Assim sendo, Jaú permaneceu, como já vimos, como "ponta de trilho" do ramal que partia de Dois Córregos, desde a chegada da ferrovia, em 1887, até aproximadamente em 1941, quando foram realizadas alterações no trajeto ferroviário, que retiraram de Jaú esse papel de "ponta de trilho": Jaú foi então integrado ao novo traçado da linha tronco, agora de bitola larga, que de Dois Córre-

gos atingia Jaú, para, a seguir, continuar diretamente para Fedeirneiras e Bauru.

Durante esse período de mais de cinquenta anos, a produção de uma vasta e rica área, localizada na parte norte do espigão entre os rios Jacaré-Pepira e Tietê, ou então localizada a oeste e norte da cidade de Jaú, e que corresponde aos municípios de Itapuí, Bocaina, Bariri, etc. será por ela drenada e, o que é muito mais importante, sua influência sobre essa área, por sua vez, será sempre marcante. A Companhia Dou radense cortou essa área apenas na segunda década do século atual, vindo de São Carlos, e passando por Bocaina (1910), Bariri (1910), Itapuí (1912) e Jaú, onde então se articulava com a Companhia Paulista (33).

Novamente frisamos que não foi o simples papel de "ponta de trilho" de uma rede ferroviária que determinou, por si só, o crescimento urbano. A estação de Campos Sales também se comportou, de 1889 até 1903, como "ponta de trilho", só que da primitiva linha-tronco da Companhia Paulista; no ano de 1903 foi inaugurado o trecho de Campos Sales até Agudos. Pela tabela nº 55: constatamos a grande quantidade de café embarcada na estação de Campos Sales: de todas as estações da Companhia Paulista, ela é superada apenas pela de Jaú. Essa grande produção que se escoava por Campos Sales é explicada pelos então novos cafezais plantados na importante mancha de "terra roxa estruturada" centralizada por Barra Bonita, e onde a ferrovia só chegou em 1929. Apesar de "ponta de trilho" da rede ferroviária e apesar das grandes quantidades de café embarcadas, Campos Sales continuou a se comportar como simples estação de embarque, o mesmo não ocorrendo com a cidade de Jaú. Essa comparação comprova as observações que fizemos acima sobre o papel da ferrovia no escoamento da produção cafeeira.

Portanto, a influência da função ferroviária no crescimento de Jaú, no caso como ponta da rede ferroviária na área, foi específica em relação às outras cidades. Mas sua posição como "ponta de trilho" deve ser encarada como um aspec

to positivo a mais que a cidade de Jau somou às outras condições favoráveis com que ela contava para o seu crescimento.. O que não ocorreu com Campos Sales.

Encerrando, o papel das ferrovias, encarado como instrumento de circulação da produção mais importante do território, teve um comportamento para o crescimento urbano, que se assemelha, em muitos sentidos, ao papel exercido pela comercialização do café. Como escoamento da produção cafeeira, teve pequena influência direta para o crescimento do conjunto das cidades do território, com exceção de Dois Córregos, que possuía funções mais complexas e mais importantes dentro da rede ferroviária. Assim, como a comercialização, o capital necessário para a sua realização (no caso da ferrovia, para a sua construção), se originou externamente e foi ditado também por interesses externos. Ainda mais, a própria acumulação do capital ferroviário é realizada também externamente. Porém, diferentemente da comercialização, a função ferroviária envolveu um número maior de trabalhadores nas cidades, colaborando nesse sentido mais para o crescimento urbano.

3.4. As funções regionais das cidades

A exigência de u'a mão-de-obra numerosa foi uma das características da cultura cafeeira. A sua expansão implicava a existência de um grande número de trabalhadores rurais, não apenas para a abertura de novas fazendas e a implantação de novos cafezais, mas também para a própria manutenção dessa cultura permanente. Não é de estranhar, portanto, o forte povoamento rural nas áreas cafeeiras, principalmente quando as "terras roxas" se apresentavam em amplas áreas contínuas, como foi o caso do território de Jaú. Em 1935 o município de Jaú se comportava como o quinto município do estado em densidade demográfica; o que não era, evidentemente, reflexo de uma população bastante numerosa fixada nos seus quadros urbanos, mas, principalmente, de uma elevada taxa de densidade de

mográfica rural. (Pisani, 1937.1040).

A rápida expansão da cultura cafeeira no território de Jaú, sob novas relações capitalistas de produção, se apoiou também numa significativa divisão técnica do trabalho. Apesar de caber ao colono grande parte das tarefas ligadas à lavoura cafeeira, tanto no caso do colono de "formação" como no de "manutenção", a cultura cafeeira, principalmente nas unidades produtivas maiores, envolveu também outras categorias profissionais, umas ligadas à própria produção cafeeira (camarada de terreiro, maquinista, etc.), e outras ligadas a diferentes atividades mais ou menos paralelas à cultura do café, e que eram freqüentes nas fazendas cafeicultoras da época, como serrarias, moinhos de fubá, olarias, fábricas de veículos, máquinas de beneficiamento de café e de arroz, destilação de aguardentes, etc., e outras ainda ligadas à aquisição, por parte dos trabalhadores rurais, de bens e serviços bastante elementares, como armazéns, barbeiros, sapateiros, farmacêuticos, etc..

Assim, além dos colonos, que eram os dominantes numericamente, inúmeras eram as atividades profissionais encontradas nas fazendas cafeicultoras: camaradas, cocheiros, auxiliares de administração, empregados diaristas, camaradas de terreiro, maquinistas, carroceiros, cozinheiros, camaradas diaristas, barbeiros, artesãos vários, comerciários, etc..

Essa grande massa de trabalhadores rurais, portadores de determinadas formas específicas de remuneração, foi dando origem a um mercado consumidor para bens não produtivos e serviços, cujas necessidades, mesmo sendo modestas, não poderiam ser, na sua grande parte, satisfeitas na própria fazenda. Recordamos que no território de Jaú não ocorreu o predomínio, ou mesmo, a freqüência de fazendas cafeicultoras muito grandes, o que evidencia a incapacidade das fazendas médias e pequenas em abastecer, nelas mesmas, sua força de trabalho em mercadorias e serviços.

A análise das 26 maiores fazendas cafeicultoras do então município de Jaú, em 1900, nos mostra que raríssimas eram aquelas que possuíam em sua sede vendas de secos e molhados, armarinhos, farmácia, etc., para o abastecimento de seus empregados. No caso do município de Dois Córregos existia apenas uma. É bem verdade que a venda rural, popularmente conhecida com o nome de "negócio", situada freqüentemente num "bairro" rural, muitas vezes supria esse papel de abastecimento em mercadorias aos trabalhadores rurais. Mas, apesar do importante papel que esses "negócios" desempenharam, foram as cidades os centros mais procurados pela população rural. Está até hoje bem viva na memória dos moradores mais antigos das cidades, o grande movimento que elas apresentavam nos fins de semana, com a chegada dos trabalhadores rurais, que iam à cidade não só se abastecer de mercadorias, mas também para satisfazer suas necessidades de serviços e em termos de vida comunitária.

Os trabalhadores rurais, qualquer que fosse o regime de trabalho, recorriam em sua maior parte às cidades para adquirirem produtos vários de que necessitavam, definindo assim o papel das cidades como centro distribuidor de produtos externos e de serviços. Na época, essas necessidades eram bastante limitadas ante as características de consumo dos trabalhadores rurais: querosene, farinha de trigo e açúcar dominavam o ramo de secos e molhados, já que as lavouras de excedentes que praticavam nas propriedades cafeicultoras forneciam a eles uma certa variedade de produtos alimentícios; tecidos e armarinhos no ramo de vestuário: compravam freqüentemente tecidos em peças para a feitura de roupas para toda a família. Esse limitado mercado de consumo justificava na época, o predomínio do comércio varejista e a não especialização dos estabelecimentos comerciais.

Assim, o processo de urbanização que ocorreu no território de Jaú esteve, em grande parte, relacionado com o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços vários, que tinham por objetivo atender a esse importante mercado -

Tabela nº 56
Relação dos Contribuintes de Jaú e Bocaina em 1900

Ramo de Negócio	Jaú	Bocaina
Secos e molhados	86	51
Negociantes (fazendas, armarinhos, fer- ragens, louças, chapéus, etc.)	34	16
Sapatarias	20	8
advogados	18	
boteguins	15	1
casa de pasto	15	4
açougue	16	15
modistas	13	
alfaiatarias	10	6
médicos	9	2
cocheiras (trolys, carros de passeios)	7	6
barbeiros	7	5
comissários	8	
farmácia	8	2
bancos e casas bancárias (1.	7	
engenheiros	5	1
loterias	5	
provisionados	4	
fotógrafos	4	1
construtores	4	
relojoarias e jóias	3	3
bilhares	2	1
confeitarias	2	
hotéis	3	2
material para construção	2	
parteiras	2	
quadros e molduras	2	
tintureiro	1	
agentes de negócio	1	
dentista	2	2
capitalistas		7
pasto de aluguel		2
livraria e papelaria	1	
louças e cristais	1	
solicitador		2
amoladores		2
gravador		1
padarias	12	5
fábrica de bebidas	7	4 (cerveja)
marceneiros	7	2
ferreiros e serralheiros	6	4
seleiros	5	3
máquinas de beneficiamento de café	5	
ferradores	4	
clarificas	1	
fábricas de massas	3	
construtores de veículos (trolys-carroças)	5	2
tanceiros	2	
fábrica de fogos	2	
marmoraria	2	
torrefação de café	1	
refinação de açúcar	1	
tipografia	1	
fábrica de sabão	1	
móveis e colchoarias	1	
encadernação e douração	1	
jacazeiro		1
cortume		2
ourives		2
trançador		1

consumidor de trabalhadores rurais que foi se constituindo à medida que se desenvolvia a cultura cafeeira apoiada no trabalho livre.

Acreditamos que as atividades para o atendimento dessa força de trabalho rural tenham sido as mais importantes funções básicas que as cidades do território desenvolveram durante a expansão da economia cafeeira e, conseqüentemente, as principais responsáveis pelo processo de urbanização ocorrido. Apesar das dificuldades em "medir" essa função básica, há algumas evidências que comprovam essa afirmativa: o crescimento maior ou menor da cidade se deu mais em função do número de trabalhadores rurais que estavam sob a área de influência das respectivas cidades, e não em função do número de fazendas; a futura estagnação urbana, relacionada à desagregação e decadência da economia cafeeira, refletiu basicamente o menor número de trabalhadores rurais, e não necessariamente um menor número de fazendas. Pelo contrário, esse número aumentou.

Acrescentem-se a essa clientela de trabalhadores rurais as famílias dos proprietários rurais, cafeicultores ou não, e dos arrendatários e parceiros, que também recorriam às cidades para o consumo direto dos valores de uso e de serviços vários. Frise-se que quanto mais importante a fazenda cafeeicultora mais se verificava a tendência da família do fazendeiro em se abastecer menos nas cidades do território, recorrendo preferencialmente a cidade de São Paulo.

Como centro distribuidor de produtos externos, as cidades desenvolveram, ao mesmo tempo, funções comerciais básicas voltadas ao consumo produtivo por parte, basicamente, dos proprietários rurais. Era no comércio das cidades do território que os proprietários, pelo menos os pequenos e médios, adquiriam uma grande variedade de bens utilizados como meio de produção em seus estabelecimentos rurais. Entre outras, adquiriam nas cidades mercadorias tais como enxada, lona, arame, materiais de selaria, arados, etc. Os fazendeiros mais impor

tantes tinham alternativas mais amplas para a aquisição desses insumos, que poderia ser feita nos centros urbanos mais importantes, como São Paulo, e até mesmo através do próprio comissário de café, com o qual o fazendeiro mantinha fortes relações.

Quanto à função comercial relacionada com a comercialização da produção rural, vimos anteriormente que as cidades tiveram uma pequena participação na comercialização da produção cafeeira, o que dito de outra maneira, quer dizer que a comercialização do café exerceu fraca influência no processo de urbanização do território. A comercialização de outros produtos rurais, que não o café, esteve mais restrita ao consumo, por parte da população das cidades, dos excedentes alimentícios produzidos pelos colonos nas fazendas cafeeiras, ou então da produção alimentícia realizada pelos inúmeros pequenos estabelecimentos não cafeeiros. Deve-se incluir nessa comercialização realizada pela cidade de uma produção alimentícia regional, para consumo regional, o gado, não só o bovino mas também o suíno, caprino, ovino, etc.. Em todos esses casos a comercialização não assumia uma forma capitalista bem definida, sendo muitas vezes feita diretamente entre o produtor e o consumidor "na porta" desse último.

Uma função específica desenvolvida pelas cidades do território de Jaú, e que teve relação com o consumo individual por parte das famílias dos fazendeiros, foi a de residência de famílias de fazendeiros; essa função esteve presente na fase embrionária das cidades do território; mas, com o processo de urbanização propiciado pelo café, as cidades contaram com novos residentes de origem rural, cujo número assumiu proporções elevadas. Utilizando como exemplo a cidade de Dois Córregos, dados encontrados na antiga agência do I.B.G.E. dessa cidade, referentes ao ano de 1898, nos mostram que dos 326 profissionais que existiam na cidade, 139 (42,63%) eram proprietários rurais.

Foram, inicialmente (não em ordem cronológica), os primeiros cafeicultores importantes, todos eles pertencentes às famílias mais antigas, "tradicionais", ou de origem mineira, ou que vieram das zonas "velhas" da "região central" de São Paulo. Permaneceram, porém, sempre ligados às atividades rurais; foram, a seguir, os proprietários rurais estrangeiros, principalmente italianos, que conseguiram certo sucesso econômico como cafeicultores.

A razão desse deslocamento está para ser melhor estudada. Algumas delas, contudo, se evidenciam; aliás, puderam ser confirmadas por informações obtidas na própria área: o desejo de dar aos filhos uma educação escolar, mais conforto, melhores condições para o desempenho na vida social e política por parte dos fazendeiros.

De qualquer maneira, essa função que as cidades desempenharam como residência de uma parcela relativamente grande de fazendeiros assumiu proporções significativas; ao passo que o número de fazendeiros que tinha a cidade de São Paulo como a segunda residência, foi muito pequeno. Acreditamos que esse fato deve-se em grande parte à pequena representatividade da grande burguesia cafeeira local. Considerando que a burguesia cafeeira elaborada no território de Jaú se comportou, generalizando, como uma pequena e média burguesia agrária, com interesses voltados basicamente para o próprio território, não teve ela condições ou estímulos de transferir suas residências para a Capital do estado, fenômeno bastante frequente que ocorreu com a grande burguesia cafeeira, cujos interesses econômicos e políticos na cidade de São Paulo eram muito grandes.

Nesse sentido, o deslocamento do local de residência por parte das famílias de fazendeiros para as cidades, assumiu fortes características regionais: foi para as cidades do território de Jaú que parcela significativa da burguesia agrária deslocou a sua residência, onde continuaram a ter como atividade profissional básica a rural, independentemente dos

motivos que justificaram esse deslocamento; permaneceram a testa de seus negócios; o que se deslocou foi apenas o local de sua residência, que poderia, evidentemente, ser duplo: na fazenda e na cidade.

Essa função residencial teve papel importante para o processo de urbanização e para a vida das cidades da época. Como possuíam um poder aquisitivo mais alto, com comparação com a média geral da cidade, além de serem numerosas, as famílias de fazendeiros residentes nas cidades colaboraram para a dinamização de atividades comerciais e de serviços vários, algumas vezes de consumo não muito freqüente para a época, como escolas, médicos, sociedades recreativas, etc. Esses proprietários tiveram, assim, papel proeminente na vida social e na direção política das cidades; dos doze prefeitos que o município de Dois Córregos teve, de 1905 a 1945, oito foram fazendeiros, com residência nessa cidade.

Por fim, os laços entre a população rural de suas fazendas e a cidade que os fazendeiros escolheram para residência de suas famílias, foram reforçados, com efeitos positivos para as funções básicas das respectivas cidades.

A atividade industrial se comportou também, pelo menos numa primeira fase do processo de urbanização, como uma outra função de características predominantemente regional.

Ela não se instalou como uma atividade organizada nos moldes capitalistas; esse é um aspecto, aparentemente contraditório: a economia cafeeira, de bases capitalistas, gerou formas não capitalistas de produção, onde a atividade industrial é um exemplo. Essa atividade esteve também desvinculada do grande capital cafeeiro e/ou do grande capital comercial, e se constituiu, como já afirmamos anteriormente, numa função dele independente, gerando uma fração de classe representada pela pequena burguesia industrial; o que não quer dizer que estivesse desintegrado do capital cafeeiro considerado como um todo.

A origem do capital industrial, ainda que gerado dentro da própria economia cafeeira, foi predominantemente regional; a existência de capital de origem "externa" representou exceção, como foi o caso da serraria do Conde do Pinhal já citada. Assim, esse capital resultou de economias acumuladas por certas camadas sociais, de origem rural ou urbana, e onde o imigrante, principalmente o italiano, foi o elemento mais representativo. Para o primeiro caso — acumulação de capital de origem rural — seleiros, ourives, marceneiros, ferreiros, etc., que se estabeleceram nas cidades a partir de fins do século passado, eram predominantemente imigrantes que inicialmente foram trabalhar na zona rural do território, mas já dotados de uma certa técnica artesanal. As pequenas economias — realizadas na zona rural, como colono ou não, foram suficientes para o início de suas novas e modestas atividades industriais nas cidades.

Para o segundo caso, o capital resultou de economias acumuladas em atividades urbanas, realizadas nas cidades do território ou não; resultou de economias acumuladas no próprio setor secundário, como antigos empregados de indústrias do mesmo ramo ao qual se dedicariam, ou de economias acumuladas no setor terciário, ocorrendo no caso transferência de atividade. Para esse segundo caso, temos novamente como principal representante o imigrante que, ao chegar se fixou diretamente numa das cidades.

A não organização da atividade industrial em moldes capitalistas, que caracterizou essa atividade nos casos que pudemos localizar, pode ser apreendida pela ausência de grandes unidades de produção, a fábrica, durante o período em estudo. O predomínio da pequena unidade de produção, com um número de trabalhadores quase sempre reduzido, com pequeno volume de capital empregado e, conseqüentemente, com baixo nível de mecanização, refletia o aspecto artesanal ou manufatureiro da atividade industrial.

A análise das relações entre o desenvolvimento da

cultura cafeeira e da indústria no nível regional, não pode ser encarada sob o prisma macro-regional, onde o processo nascente da industrialização do país poderia ser detectado.

No nível regional, a atividade industrial se comportou como um componente, ou subsistema dependente da economia cafeeira considerada como um todo, com funções em princípio restritas ao mercado regional; cabia a ela, inicialmente, desempenhar funções específicas, ou necessárias, no funcionamento da economia cafeeira no nível regional. A análise dos ramos industriais ajuda a esclarecer essa idéia.

Um primeiro grupo de indústrias correspondia àquelas vinculadas à produção rural que necessitava de um tratamento inicial para a sua comercialização. Localizado em sua maior parte na zona rural, era representado basicamente pelas máquinas de beneficiamento de café, as quais na verdade estiveram muito mais ligadas à divisão técnica do trabalho que caracterizou as propriedades cafeicultoras mais importantes, mesmo porque o número dessas máquinas na cidade foi irrisório nas primeiras décadas do século, conforme já foi visto anteriormente; esse foi o caso também dos moinhos de fubá e das máquinas de beneficiamento de arroz, cuja produção, com características de uma economia excedente, era vendida nas cidades do território.

Muito semelhantes a esse primeiro grupo eram as indústrias, localizadas também na zona rural, apoiadas no consumo de matérias primas rurais, como as olarias, as destilarias de pinga e rústicos engenhos açucareiros. De âmbito puramente regional, essas atividades muitas vezes eram praticadas nas próprias fazendas cafeicultoras, como ocorria com as máquinas de beneficiamento.

Um segundo grupo era representado por aquelas indústrias já urbanas, e cujo mercado consumidor era representado predominantemente pela própria população urbana, apresentando-se um tanto refratárias à concorrência da moderna indús

trias: padarias, fábricas de massa, de gelo, de doces, biscoitos, etc.; estas assumiam assim, características de funções não básicas, cujo crescimento era condicionado pelo próprio crescimento urbano.

Um terceiro grupo de indústrias, mais diferenciadas, envolvia tanto indústrias de bens de consumo duráveis, como as indústrias de bens não duráveis, de consumo urbano e/ou regional, embora algumas pudessem ter, eventualmente, uma área de venda mais ampla; tratava-se de indústrias que, ante as características do mercado, eram técnica e economicamente viáveis não só de sobreviverem dentro de uma produção artesanal ou manufatureira, mas também de sobreviverem em pequenas cidades. Como as mais representativas podemos destacar as fábricas de bebidas (cerveja, refrigerantes, licores), de móveis, de sabão, de sapatos, de chapéus, de vestuários, de colchão, de fogos, curtumes, marmorarias, etc..

O baixo nível técnico, o pequeno volume de capital exigido mais o aumento da demanda local, permitiam a proliferação dessas indústrias, que ocupavam, digamos assim, espaços não preenchidos pela mercadoria "importada". Algumas dessas atividades industriais se apoiavam ainda numa matéria-prima relativamente abundante em termos regionais, como as indústrias de móveis e curtumes.

Um quarto grupo era definido pelo seu aspecto de indústrias correlatas, isto é, de indústrias mais ligadas ao consumo produtivo; abrangia as indústrias de máquinas agrícolas, fabricantes de veículos (troles, carroças), seleiros, ferreiros, serralheiros, tanceiros, oficinas de reparação de veículos, etc. Algumas delas, muitas vezes, não se definiam claramente como indústrias correlatas, mas possuíam características de "serviços". Eram também, como as demais, indústrias de consumo tipicamente regional.

Com exclusão do primeiro grupo de indústrias, as demais abriam novas perspectivas para a economia local, com a

possibilidade de romper os limites regionais e partir para um real processo de industrialização. Essa possibilidade, ou projeto, parece não ter se realizado durante a fase em estudo.

A dimensão regional dessas indústrias durante as três primeiras décadas do século, o seu aspecto dependente e complementar em relação à economia cafeeira, e o seu diferente significado do real processo de industrialização que ocorria na cidade de São Paulo, ajudariam a explicar, de início, a decadência da atividade industrial no território de Jaú, que se que paralela à decadência da atividade cafeeira. Não é difícil deduzir que a crise na produção cafeeira teve efeitos diretos na decadência das indústrias do grupo um e quatro, enquanto que o decréscimo da população rural, ante a crise da cafeicultura, exerceu, por sua vez, forte influência na decadência das indústrias do grupo dois e três.

A utilização dos dados fornecidos pelos recenseamentos federais de 1920-1940-1950 referentes à população ativa empregada no setor secundário, nos mostra uma grande diminuição no valor percentual, e o que é mais significativo, no valor absoluto da população secundária entre 1920 e 1940.

É bem verdade que esses dados não esclarecem a respeito dos setores industriais, pois seria possível explicar essa decadência numérica entre 1920 e 1940 como uma transformação qualitativa na atividade industrial, que refletisse a queda das indústrias do grupo um, mais ligado ao beneficiamento de produtos rurais. Esse possibilidade apresenta pouca consistência, já que as máquinas de beneficiamento de café que se localizavam nas próprias fazendas, envolviam trabalhadores que eram catalogados como pertencentes ao setor primário.

Dessa maneira, a correlação entre a decadência da economia cafeeira e a decadência da atividade industrial deve

Tabela nº. 57
População Secundária com mais de 10 anos, nos municípios
da Sub-Região Administrativa de Jauá em
1920-1940-1950

Municípios	1920		1940		1950	
	número absoluto	%	número absoluto	%	número absoluto	%
Bariri	383	7,18	256	2,91	386	4,94
Barra Bonita	238	9,28	369	7,38	820	18,87
Bocaina	344	9,69	134	4,16	212	6,45
D. Corrêgos	400	8,39	201	3,88	480	10,41
Itapuí	163	5,94	100	1,77	154	3,21
Jauá	1.106	11,21	1.298	8,36	2.126	12,56
M. do Tietê	193	11,36	73	3,08	98	4,93
Total	2.826	9,19	2.431	5,32	4.276	9,77

refletir o aspecto dependente e complementar dessa última a t v i d a d a d e em relação à economia cafeeira, e a sua pequena pos s i b i l i d a d e desenvolver efeitos e dinamismos próprios, ca p a z e s e efetivar uma real afirmativa econômica ante as cri ses cafeeiras.

Além do mais, a crescente concorrência das merca d o r i a s produzidas em outros centros, principalmente na cida d e de São Paulo, onde efetivamente se verificava o processo de "substituição das importações", e a concentração territo ri al das atividades industriais, limitava ainda mais o "pro je t o " de desenvolvimento industrial das cidades do territó ri o de Jauá.

Essas limitações implicaram, além da modéstia da indústria, a sua pequena duração; raríssimas conseguiram so breviver ao seu proprietário fundador.

3.5. As cidades e a vida de relações

Pelo que vimos até aqui, podemos depreender que durante a fase da expansão da cultura cafeeira no território de Jaú, as atividades urbanas de nível regional foram gradativamente elaborando áreas de influência urbana, que estavam praticamente restritas a uma zona rural próxima de maior acessibilidade a um determinado centro urbano. A vida de relações que foi se estabelecendo se caracterizou por fluxos de pequena amplitude, definindo, conseqüentemente, zonas de influência de pequena extensão; para isso colaborou de início, o elevado número de cidades e a distribuição das mesmas em relação às áreas cafeeicultoras.

Além do mais, os laços que uniam cada cidade e sua zona de influência eram bastante estreitos, ou seja, o domínio da cidade sob sua área de influência se fazia de modo bastante intenso; o que se dava, evidentemente, através das funções básicas de nível regional que as cidades desenvolviam.

Conseqüentemente, o processo de criação de novos centros urbanos, que foi relativamente intenso, possibilitou que as áreas produtoras rurais fossem sendo decompostas em áreas de influência dominadas por esses mesmos centros urbanos, localizados ao longo dos eixos ferroviários, definindo assim, um embrionário espaço funcional.

Durante as três primeiras décadas do século XX - ainda não havia se definido uma nítida hierarquia urbana regional, o que em parte estava relacionado com o fato das cidades exercerem um domínio bastante acentuado sobre suas respectivas áreas de influência. A própria cidade de Jaú, apesar de já ser a cidade de maior expressão do território, não apresentava ainda características de um centro regional; o papel que desempenhava na vida regional era bastante semelhante ao das outras cidades do território, e o fato de ser a

maior das cidades não refletia o seu desempenho em funções - hierarquicamente superiores, através de relações funcionais verdadeiras com cidades hierarquicamente inferiores

As duas observações acima feitas, o forte domínio que cada cidade exercia sobre a sua área de influência e o não estabelecimento de uma nítida hierarquização entre as cidades, ajudam a compreender o papel do componente urbano na economia cafeeira e, conseqüentemente, os tipos de relações que estabeleceram entre as cidades e as respectivas áreas de influência. O grau de desenvolvimento capitalista que presidiu a expansão da cultura cafeeira no território de Jaú justificava o processo de urbanização ocorrido. As atividades regionais relacionadas à frações de classes urbanas desvinculadas do grande capital cafeeiro, mas dele dependentes, se comportaram como necessárias ao funcionamento da economia cafeeira no âmbito regional. Além do mais, essas atividades urbanas, e conseqüentemente a própria cidade, passaram gradativamente a representar a instância econômica, ideológica e jurídica da formação social que foi se expandindo ao próprio território de Jaú. O domínio dos centros urbanos, maiores ou menores, em relação às suas respectivas áreas de influência, demonstrava a viabilidade desses centros urbanos em atender a grande parte das necessidades de consumo de suas respectivas clientelas rurais.

Dessa forma as funções urbanas de nível regional estavam basicamente vinculadas com as relações do tipo cidade-campo, onde cada cidade tentava centralizar em si mesma aquelas relações necessárias às áreas rurais próximas, que se organizavam em áreas cafeicultoras.

A ausência de uma nítida hierarquia e rede urbanas no nível regional demonstravam um crescimento relativamente autônomo por parte de cada cidade, em relação às outras do território, cujas relações de dependência, portanto hierárquicas, se estabeleciam diretamente, em termos nacionais, com o centro São Paulo-Santos.

Definiam-se assim laços regionais que não se desenvolviam basicamente de um centro urbano organizador, isto é, de "cima para baixo", característica de uma fase de desenvolvimento capitalista mais avançado, mas de vinculações que foram estabelecidas principalmente de "baixo para cima", caracterizando o papel das cidades como um componente básico da economia cafeeira que se estabeleceu na área em estudo.

Essas duas observações fundamentam a forte relação que existiu entre o tamanho (importância numérica) de cada cidade e a importância da clientela da área de influência direta das respectivas cidades.

Partindo do pressuposto de que a área de influência de cada cidade estivesse restrita à zona rural do respectivo município, os dados do censo estadual de 1934, o primeiro que estabeleceu a distinção entre população urbana e rural, nos mostram a forte relação acima referida; isto é, entre os sete municípios então existentes, os mais populosos eram justamente aqueles que possuíam maior população urbana, o que refletia em 1934 uma situação que teria ocorrido nas décadas anteriores, mas que irá desaparecer a partir de 1940.

Tabela nº. 58

População Rural e Urbana dos Municípios do
Território de Jaú - 1934

Municípios	Pop.Munic.	Pop.Rural	Pop.Urbana
Jaú	53.779	35.710	18.069
Bariri	25.398	20.042	5.356
Dois Córregos	17.577	12.917	4.660
Itapuí	12.306	9.433	2.873
Bocaina	11.344	8.571	2.773
Barra Bonita	7.854	6.098	1.756
Mineiros do Tietê	6.409	4.961	1.448

Admitindo ainda o pressuposto acima como válido, a série de dados extraídos do censo de 1934 é muito sugestiva para a interpretação do crescimento diferenciado entre as vá

rias cidades do território de Jaú durante as primeiras décadas do século, ante a relação entre tamanho da cidade e importância da clientela da área de influência.

A importância da clientela regional refletia a ação combinada de um conjunto de fatos que, conseqüentemente, eram também os responsáveis pelo crescimento diferenciado das cidades. Entre esses fatos destacamos os que se seguem.

1. a área do município pode ser tomada como ponto de partida, considerando que a área de influência de cada cidade correspondeu, em boa parte, aos limites administrativos do próprio município. Concordamos que essa afirmação apresenta uma significativa margem de imprecisão, mas existem argumentos que justificam, até um certo ponto, esse pressuposto como válido. A influência dos limites administrativos municipais foi de grande importância na delimitação das áreas de influências de pequenos centros urbanos, mesmo durante o período cafeeiro; essas áreas de influência envolviam serviços públicos, que, pela sua própria natureza, estavam restritos aos limites do município, como cartórios, serviços municipais, etc.. Além da relativa densa rede de estradas vicinais e municipais, que facilitavam as relações da população rural com a sede do município em que o estabelecimento rural se encontrava, convém lembrar que o equipamento urbano das cidades era o suficiente, como vimos anteriormente, para atender a boa parte das necessidades da clientela rural. Desse modo os municípios maiores teriam, em princípio, maiores potenciais para a implantação de uma cafeicultura mais pujante, influenciando no crescimento mais intenso da cidade-centro. Nesse sentido, um município com área restrita, como Mineiros do Tietê, dificilmente poderia ter uma cafeicultura semelhante à do município de Bariri ou a de Jaú; apenas nesse último município a área cultivada ocupada pelo café era quase o dobro da área total do município de Mineiros do Tietê. Evidentemente que apenas a área do município era insuficiente para explicar a importância da cultura cafeeira e, conseqüentemente, da clientela rural.

2. A influência das condições naturais, quer em termos de morfologia do relevo, e/ou em termos pedológico e/ou em termos climáticos, criava possibilidades maiores ou menores para o desenvolvimento da cultura cafeeira. O município de Jaú, além de uma grande área municipal, contou também com condições naturais bastante favoráveis para o desenvolvimento da cultura cafeeira, entre as quais se destacava uma imensa mancha de solos de Terra Roxa Legítima associada a condições topográficas bastante favoráveis em sua grande parte. Mas para o caso do município de Barra Bonita a presença de importante mancha do fertilíssimo solo para a cafeicultura, a Terra Roxa Estruturada, a sua valorização se viu obstaculada pelas frequentes geadas e pela endemia da malária que ocorriam nas terras baixas desse município ribeirinho ao Tietê. O caso do município de Dois Córregos é bastante significativo. As áreas cafeeicultoras correspondiam, via de regra, às áreas de solos mais férteis que se localizavam, "grosso modo", numa larga faixa de terras que se estende pela parte centro-norte do município, no sentido leste-oeste por onde passa também, nesse sentido, os trilhos da ferrovia. De um modo geral, corresponde às partes mais altas do município, comportando-se como um interflúvio que possui ao norte o vale do Jacaré-Pepira e, ao sul, o vale do Tietê e do Piracicaba; esses dois vales conhecidos localmente como os "baixões de serra" são separados da parte central mais elevada do município por escarpas de acentuado desnível, dificultando assim o seu acesso. Apesar da grande área ocupada pelo município de Dois Córregos, a área ocupada pelo café e povoada mais intensamente se restringia aquela faixa de terras mais elevadas que corta o município no sentido leste-oeste. Até as três primeiras décadas do século representava a área que estava realmente integrada à cidade de Dois Córregos, a qual se ligava por caminhos rurais e estradas municipais, por onde transitavam veículos de tração animal, inclusive carro-de-boi, que transportavam o café das fazendas à sede municipal, ou até uma estação de embarque. A distância entre a mata derrubada pela cultura cafeeira e as estações ferroviárias raramente ultrapassavam os 20 quilômetros. Os "baixões de ser

ra" que representam significativa parcela do município de Dois Córregos, não foram valorizados e ocupados pela cultura cafeeira devido a distância e dificuldade de acesso, pela pobreza dos solos e/ou por estarem sujeitas à frequentes geadas. Foram áreas que até aproximadamente 1930 sofreram uma ocupação bastante rarefeita, basicamente por culturas de excedentes e que depois dessa época transformaram-se em áreas de pastagem e onde se desenvolveu a cultura cíclica do algodão (1939-46). Semelhante ao caso de Dois Córregos é o de Bocaina, que apresenta quase 50% de seu território ocupado por terras impróprias à cultura cafeeira, representadas por terras baixas sujeitas à geada e por solos hidromorfos.

3. Um terceiro fato foi, naturalmente, a importância da produção cafeeira, que pode ser medida pelo número de cafeeiros, já que quanto maior for o seu número, maior, em princípio, seria a força de trabalho necessária e, conseqüentemente, de maior valor seria a clientela regional de uma determinada cidade, e mais importante seriam as funções básicas de nível regional por ela desenvolvida, justificando assim o seu maior crescimento urbano. Um dos exemplos mais significativos é dado pelo município de Jaú, que com 18.062.970 pés de café em 1920 exigia uma numerosa força de trabalho rural, justificando assim, em grande parte, a posição da cidade de Jaú como a mais importante área; o oposto ocorria com Mineiros do Tietê que possuía em 1920, apenas 3.233.900 pés de café.

4. A estrutura fundiária desempenhou por sua vez um papel de significativa importância, considerando que aqueles municípios com maior frequência de propriedades cafeeicultoras menores criavam condições para uma clientela rural mais numerosa e de maior potencial do que aqueles onde as propriedades cafeeicultoras maiores eram mais frequentes justificando assim um maior crescimento urbano para o primeiro caso. A comparação entre os municípios de Bariri e de Bocaina ilustra muito bem o papel da estrutura fundiária (vide tabela nº 59). Em 1920 o número de cafeeiros e a área ocupada pela cafeeicul-

tura em Bocaina era ligeiramente superior ao de Bariri, enquanto que esse município possuía quase o dobro de habitantes em relação a Bocaina. A resposta para essa aparente discrepância pode ser dada em grande parte pela estrutura fundiária dos municípios, já que Bariri possuía 316 propriedades cafeicultoras contra apenas 112 de Bocaina; enquanto que a área média dos estabelecimentos rurais em todo o município de Bariri era de 82 hectares, em Bocaina era de 162 hectares. Esse fato refletia, evidentemente, na maior concentração da produção cafeeira nos grandes estabelecimentos cafeicultores do município de Bocaina, o contrário ocorrendo com Bariri. Dados de 1913/4 (34) nos mostram que enquanto os 20 maiores estabelecimentos cafeicultores de Bariri eram responsáveis por 35,53% da produção de todo o município, em Bocaina essa porcentagem atingia a 51,42%. Não é de se estranhar, portanto, que Bariri tivesse um contingente urbano bem superior ao de Bocaina ante a maior importância de sua clientela rural propiciada pela frequência maior da pequena propriedade.

Tabela nº 59

Cafeicultura, Propriedades Rurais e População nos Municípios de Bariri e Bocaina - 1920

	Bariri	Bocaina
número de pés de café	6.699.093	7.423.510
área cultivada com café	8.374 hect.	9.279 hect.
nº estabelecimento cafeicultor	316	112
área média dos estabelecimentos do município	82 hect.	162
população do município	23.830	14.889

5. Um outro condicionante foram as condições de transportes, que no caso se traduziam pela posição geográfica mais ou menos favorável das áreas de um determinado município em relação aos eixos ferroviários, o que implicava uma valorização e ocupação maior ou menor dos recursos naturais da área, ou então numa ocupação mais precoce ou mais tardia pela cultura

ra cafeeira e, paralelamente, pela posição que cada cidade ocupava em relação à rede ferroviária. Para esse último caso já vimos, quando tratamos da correlação entre a expansão ferroviária e o crescimento urbano, o caso de Jaú como ponta de trilho, o caso de Dois Córregos como ponto de baldeação e o caso de Barra Bonita onde a ferrovia chegou apenas em 1929. Acreditamos que esses três exemplos são o suficiente para ilustrar o que aqui pretendemos, o que nos dispensa de novos comentários.

Pelos cinco fatos acima apresentados, constata-se a posição privilegiada ocupada pela cidade de Jaú; eles fundamentam o seu destaque como a maior cidade do território. Sua grande produção cafeeira colocava os demais municípios em situação de acentuada inferioridade. Essa grande produção se tornou possível não só pela grande área que o município possuía, mas também pela elevada porcentagem e continuidade de terras próprias para a cultura cafeeira, quer em termos de solos, climáticos e de relevo. Essas condições favoráveis, mais sua posição geográfica favorável com relação ao transporte ferroviário, possibilitaram um grande número de cafeeiros e, ao mesmo tempo, uma numerosa população rural que estimulou um maior crescimento da cidade de Jaú através da dinamização de suas funções básicas de nível regional.

Queremos com isso dizer que o seu papel como principal cidade do território durante as primeiras décadas desse século, não foi tanto resultado de sua liderança dentro de uma rede urbana regional, mas sim, da importância de sua clientela rural. O maior crescimento da cidade de Jaú, que era paralelo à maior concentração de capital e à elaboração de frações de classes urbana de maior significado regional que nela ocorria, foi criando lentamente as condições para a sua transformação num centro sub-regional, o que começou a se definir mais claramente só a partir da crise da cultura cafeeira de 1930.

ANEXIA Nº. 00
População Rural dos Municípios do Território de
Jau - 1934, 1940 e 1950

.271.

Municípios	1934		1940		1950	
	Nº Hab.	%	Nº Hab.	%	Nº Hab.	%
Bariri						
população total	25.398		24.967		22.030	
população rural	20.042	78,9	19.106	76,5	16.458	74,7
população urbana	5.356	21,1	5.861	23,5	5.572	25,3
Barra Bonita						
população total	7.854		13.548		11.168	
população rural	6.098	77,6	10.859	80,2	8.262	74,0
população urbana	1.756	22,4	2.689	19,8	2.906	26,0
Bocaina						
população total	11.344		9.129		8.859	
população rural	8.571	75,6	6.895	75,5	6.472	73,1
população urbana	2.773	24,4	2.234	24,5	2.386	26,9
Boracéia						
população total					4.049(1)	
população rural					3.841	
população urbana					208	
Dois Córregos						
população total	17.577		15.996		13.041	
população rural	12.917	73,5	10.050	62,8	7.271	55,8
população urbana	4.660	26,5	5.946	37,2	5.770	44,2
Iguaçu do Tietê						
população total	-	-	-	-	-	-(1)
população rural						
população urbana						
Itajú						
população total					5.635	(1)
população rural					5.208	92,4
população urbana					427	7,6
Itapui						
população total	12.306		15.057		12.771	
população rural	9.433	76,7	11.788	78,3	9.689	75,9
população urbana	2.873	23,3	3.269	21,7	3.082	24,1
Jau						
população total	53.779		44.178		44.141	
população rural	35.710	66,4	25.572	57,9	25.113	56,9
população urbana	18.069	33,6	18.606	42,1	19.028	43,1
Mineiros do Tietê						
população total	0.409		0.551		5.075	
população rural	4.961	77,4	5.179	79,1	3.731	73,4
população urbana	1.448	22,6	1.372	20,9	1.344	26,6
TOTAL						
população total	134.667		129.426		117.085	
população rural	97.732	72,6	89.449	69,0	76.997	65,8
população urbana	36.935	27,4	39.977	31,0	40.088	34,2

(1) Os municípios de Boracéia, Igaraçu do Tietê e Itajú foram criados em 1953. A população de Boracéia e Itajú, para o ano de 1950, já está incluída nos municípios de Itapui e Bariri, dos quais se desmembraram em 1953.

A decadência da cultura cafeeira, e consequentemente da população rural que ocorreu a partir dos anos 1930, implicou a limitação das funções básicas de nível regional das cidades em relação às suas respectivas áreas de influência, o que provocou a redução no ritmo de crescimento urbano, havendo casos de cidades que diminuíram numericamente. Como, em princípio, o efetivo da população ligado às funções não básicas é determinado pelo efetivo da população básica, diminuindo esta, aquela também diminui. Temos, assim, a estagnação, e até mesmo a decadência numérica, da população urbana das cidades durante os anos 30 e 40.

É principalmente a partir dessa crise urbana, ligada a desarticulação da economia cafeeira no território, que a cidade de Jaú começa a se comportar cada vez mais como centro sub-regional, o que tentaremos explicar a seguir.

As funções básicas urbanas que entraram em decadência foram, evidentemente, aquelas ligadas à economia cafeeira considerada como um todo. A atividade industrial pode ser utilizada como um primeiro exemplo. Utilizando como critério a população ativa vinculada ao setor secundário da economia, e admitindo como pressuposto que toda essa população fosse urbana, os censos de 1920, 1940 e 1950 nos mostram uma decadência generalizada da atividade industrial, evidenciando a diminuição dessa atividade que ocorreu com a decadência da cultura cafeeira. Essa atividade industrial, como já vimos anteriormente, era de características artesanais e de consumo regional, quer para fins produtivos, quer para fins não produtivos. Essa decadência demonstra o aspecto complementar que a atividade industrial teve na economia cafeeira e a sua incapacidade de continuar, a partir das bases já estabelecidas, a desenvolver um progressivo crescimento industrial. A crescente concorrência das indústrias paulistas, onde realmente ocorria o processo da "substituição dos manufaturados", o que não se dava nas indústrias da área cafeeira de Jaú, ajuda também a compreender a decadência da atividade industrial acima referida.

Tabela nº. 61
População Secundária dos Municípios em Relação à
População Secundária total do Território de Jaú

Municípios	1920		1940		1950	
	Valor total	Valor perc.	Valor total	Valor perc.	Valor total	Valor perc.
Bariri	338	13,55	256	10,53	386	9,02
B. Bonita	238	8,42	369	15,17	820	19,17
Bocaina	344	12,17	134	5,12	212	4,96
Dois Córregos	400	14,15	201	8,26	480	11,22
Itapuí	163	5,76	100	4,11	154	3,60
Jaú	1.106	39,13	1.298	53,39	2.126	49,71
Mineiros do Tietê	192	6,79	73	3,00	98	2,29
Total	2.826	99,97	2.431	99,58	4.276	99,96

Percebe-se pelo quadro acima que quase todos os municípios sofreram uma diminuição percentual de sua população secundária em relação à população secundária total da área, quando não uma diminuição no próprio valor absoluto da população secundária. A grande exceção foi o município de Jaú, onde ocorreu um crescente aumento da atividade industrial, algumas já de características extra-regionais. O caso de Barra Bonita é específico pois o aumento da população secundária refletiu o grande número de olarias que foram sendo construídas durante esse período. Mesmo considerando que a indústria não possui características de atuação regional, quanto ao mercado consumidor, a concentração da atividade industrial em Jaú já reflete o processo de hierarquização a que nos referimos antes. As indústrias se desvincularam progressivamente da economia cafeeira, deixando de ser dela um complemento, assumindo novas características. Os ramos ligados à tecelagem, sapatos, móveis e metalurgia serão os mais importantes.

O comportamento das atividades terciárias pode ser utilizado como um segundo exemplo. Usando como critério a população ativa vinculada ao setor terciário da economia, e admitindo como pressuposto que toda essa população fosse urbana, os dados retirados dos censos de 1920, 1940 e 1950 já nos mos

tram uma tendência para um aumento generalizado desse setor da população, em seu valor absoluto, para todas as cidades do território de Jaú; e isso, apesar da progressiva diminuição da população rural das áreas de influência dos diferentes centros urbanos. Isso quer dizer que, nas primeiras décadas do século, um pequeno setor terciário atendia a uma população rural grande, ocorrendo com o tempo, um aumento das atividades terciárias atendendo, além da população urbana, a uma população rural cada vez menor.

Essa aparente contradição refletiria de início o limitado e pouco diversificado consumo da população, rural e urbana, do começo do século em comparação com as épocas posteriores; em segundo lugar, com o empobrecimento quantitativo da população de suas áreas de influência, as atividades terciárias básicas das cidades teriam sofrido uma retração, o que implicaria uma diminuição do ritmo de crescimento urbano. Mas ao mesmo tempo essas atividades terciárias básicas foram se apoiando cada vez mais na própria população urbana, o que implicaria uma valorização das funções terciárias não básicas; esse fenômeno teria sido paralelo à diversificação do consumo, principalmente da população urbana, em termos de comércio varejista, comunicações, administração pública, ensino, etc., o que teria colaborado para evitar um esvaziamento maior por das cidades.

Uma complementação que se poderia fazer às colocações que estamos apresentando, seria a valorização do terciário em função do desenvolvimento da atividade industrial por parte das cidades da área, teoricamente mais ligadas às funções básicas. Não é isso, contudo, o que os dados referentes à população secundária demonstram.

Porém, se a atividade terciária sofreu um aumento generalizado, em seu valor absoluto, em quase todas as cidades do território, caso considerarmos a participação percentual da população terciária de cada cidade em relação ao terciário total dos municípios entre 1920-40-50, percebemos que a

cidade de Jaú teve nesse sentido, uma participação cada vez maior. A população terciária de Jaú, que representava em 1920, 39,93% de toda a população terciária do território, teve esse percentual elevado para 45,37% em 1940 e para 52,14 em 1950, demonstrando um progressivo processo de centralização de serviços de nível sub-regional na cidade de Jaú. Em contrapartida, a participação percentual das demais cidades sofreu uma diminuição generalizada, demonstrando a dependência, também progressiva, desses centros urbanos menores em relação à cidade de Jaú.

Tabela nº. 62

População Terciária dos Municípios em Relação à População Terciária total 1920-40-50

Municípios	1920		1940		1950	
	valor total	valor perc.	valor total	valor perc.	valor total	valor perc.
Bariri	692	13,92	1.024	12,98	1.157	12,75
Barra Bonita	288	5,78	542	6,87	596	6,57
Bocaina	576	11,57	461	5,84	600	6,61
Dois Córregos	863	17,33	1.514	19,20	1.291	14,23
Itapuí	286	5,74	479	6,07	446	4,91
Jaú	1.988	39,93	3.577	45,37	4.730	52,14
Mineiros do Tietê	285	5,72	286	3,28	250	2,75
Total	4.978	100,00	7.883	99,61	9.070	99,96

Essa crescente centralização das atividades terciárias na cidade de Jaú, paralela à desagregação da economia cafeeira pode ser correlacionada com o aparecimento de novos fatos.

A crescente concentração de atividades terciárias na cidade de Jaú deve ser interpretada a partir das "vantagens iniciais" que essa cidade teve em relação às demais durante a expansão da cultura cafeeira, e que lhe permitiram um maior crescimento urbano, como já ficou anteriormente demonstrado. Dois fatos colaboraram para a definição da cidade de Jaú como capital sub-regional a partir dos anos trinta.

O primeiro foi o desenvolvimento dos transportes rodoviários e dos sistemas de comunicações. Foi nas décadas de 1930/40 que o transporte rodoviário foi intensificado no território de Jaú; lembramos que o "ford" foi introduzido nas zonas pioneiras em 1924. (Mombieg, 1952:176). Mais maleável e ramificante do que a ferrovia, o transporte rodoviário teve, através do automóvel, do caminhão e da "jardineira", importante papel nas ligações intermunicipais e regionais.

Na região, já bem servida pelo transporte ferroviário, os veículos motorizados não funcionaram de início como concorrentes, mas sim como complemento da ferrovia: facilitou o transporte do café da fazenda até as cidades, e possibilitou a valorização de áreas mais distantes das cidades.

Porém, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da rede rodoviária caracterizou-se pela convergência em direção de Jaú, refletindo a sua posição de mais importante centro urbano da área em estudo em virtude basicamente das referidas "vantagens iniciais". Assim, se de um lado ela foi "selecionada" por sua importância para ser um futuro entroncamento rodoviário, por outro lado a sua definição como um nó regional rodoviário passou a ser um importante fator do seu crescimento urbano.

O desenvolvimento do transporte rodoviário acentuou um segundo fato, que se processou de modo progressivo: a concentração de certos serviços e comércio considerados de consumo menos frequentes na cidade de Jaú; esses serviços possuem nítidas características regionais e se comportavam mais como funções básicas da cidade de Jaú. Alguns deles foram implantados na cidade, vindos de fora, podendo corresponder tanto a iniciativas públicas (agência do Banco do Brasil e do Estado, do I.B.C., do Centro Regional da Companhia Telefônica, da Delegacia Regional de Ensino Elementar, etc.) como particulares, no geral mais recentes, como filiais, representantes, concessionários de importantes empresas, como foi o caso de representantes de firmas exportadoras de café e outros produ

tos agrícolas, demonstrando a concentração do próprio comércio regional do café em Jaú. A concentração desses serviços e comércio em Jaú mais uma vez refletia a sua posição de mais importante centro urbano do território e a sua vocação de futuro centro sub-regional.

Outros serviços e comércio foram sendo criados pelo próprio dinamismo urbano, não só devido ao aumento interno da população, mas também, e, principalmente, pela definição da cidade como centro regional: atacadista, hospitais, comércio varejista especializado, escolas e muitos outros. Como já dissemos anteriormente, a criação desses serviços e comércio foi paralelo à maior concentração de capital e à elaboração de frações de classes urbanas na cidade de Jaú.

Dessa forma, além da própria desagregação da economia cafeeira e da decorrente crise urbana que afetou as cidades do território, os dois fatos acima apresentados foram importantes para se entender as alterações funcionais ocorridas entre as cidades menores e suas respectivas áreas de influência, assim como aquelas ocorridas entre as próprias cidades.

Possibilitaram que parte da população rural, e também urbana, dos vários municípios e cidades da atual sub-região administrativa de Jaú, se deslocassem para a cidade de Jaú para a aquisição de determinadas mercadorias e serviços de consumo menos frequentes.

Aos poucos o domínio das várias cidades sobre suas respectivas áreas de influência foi deixando de ser absoluto; foi ocorrendo um relaxamento e uma rarefação nos laços que uniam cada cidade e sua área de influência. Ao mesmo tempo - foi-se acentuando a dependência das cidades em relação à cidade de Jaú, que se equipava em mercadorias e serviços típicos

de um centro sub-regional.

Considerando as seis funções básicas desenvolvidas pelas cidades durante a fase de expansão da cultura cafeeira, que apresentamos de modo esquemático na página 236, é-nos possível depreender que a partir dos anos trinta as mais importantes funções básicas das cidades menores ficaram restritas basicamente às (1) funções comerciais ligadas à distribuição de mercadorias para consumo individual e às (4) funções relacionadas com a prestação de serviços voltadas para a sua clientela rural. Mas mesmo nesses dois casos, essas funções ficaram mais restritas ao fornecimento de mercadorias e serviços de consumo elementar, que em grande parte estiveram vinculados aos trabalhadores rurais, que, por sua vez, diminuía numericamente; Jaú surgia como a melhor alternativa para a aquisição de serviços e mercadorias de consumo individual, com características de consumo menos freqüente.

As funções básicas das cidades menores, mais afetadas a partir dos anos trinta foram as (2) funções comerciais que visavam atender às necessidades do consumo produtivo por parte de proprietários rurais, as (3) funções industriais e as (5) funções comerciais relacionadas com a comercialização da produção rural. Além da decadência da atividade industrial, que analisamos anteriormente, as funções 2 e 5 tenderam a se concentrar em grande parte na cidade de Jaú, em detrimento das cidades menores.

NOTAS DO CAPÍTULO II

1. Nesse ano (1877) o município de Jaú abrangia os atuais municípios de Bocaina, Bariri, Itaju e Barra Bonita.
2. Esses dados foram retirados do Anuário Estatístico do café, 1942/45, Departamento Nacional do Café, Secção de Estatística, Rio de Janeiro, 1946.
3. Esse sucinto relato, que apresentamos à guisa de ilustração, teve por base o trabalho de Cano (Cano, 1977:43).
4. Essa porcentagem era de 19,3% no Vale do Paraíba, e de 22,9% na "Zona Central", conforme Eisemberg, 1977:160).
5. Ofícios Diversos, Jaú, Ordem nº 1083, lata 288, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
6. Sobre esse assunto ver Michael Haal, 1919:93, P.Eisemberg, 1969:61-110.
7. Sobre os núcleos coloniais e sua transição para o regime de colonato vide Martins, 1973:54 e seguintes.
8. Sobre a situação do colono ver Hall, 1971:116-41, Denis, s/d:155:204, Viotti da Costa, 1966:145-202, Holloway, 1972:145-80).
9. Hall (1969), apresenta ainda outros depoimentos e relatórios que caracterizavam a difícil situação do imigrante italiano nas fazendas de café até o início do século XX.
10. Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, pelo Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Jr., Presidente da Província, 1871, S.Paulo, pg. 51; citado por Flávia Arlanch, 1977:51).
11. Arquivo Municipal, Ofícios Diversos, Jaú (1857-1891), or

dem 1083, lata 288).

12. Entre os trabalhos que tratam do Conde do Pinhal podemos citar: *Archivo Nobiliarquico Brasileiro*, organizado pelo Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos, Imprimerie La Concorde, Lausanne, 1918; *Almachach de São Carlos para 1915*, Organizador: Sebastião Camargo, S. Carlos, 1915; *Maria Cecília B. Ferraz*, São Carlos do Pinhal, São Paulo, 1958. *O Jornal*, Edição Comemorativa do Bicentenário do Governo no Brasil, 1.ª secção, pg. 10, Rio de Janeiro, - 1927.
13. Em 1905 as 432 propriedades correspondiam 418 proprietários.
14. Além das informações que obtivemos através de entrevistas por nós realizadas, outras nos foram fornecidas por Claudete B. Junqueira resultante da entrevista por ela feita em Assis.
15. Essa tese, por exemplo, é defendida por Millet, em seu trabalho "Roteiro do Café e outros Ensaios".
16. A área dos municípios foi calculada tendo por base a área atual desses municípios.
17. Lembramos que essas amplas categorias dimensionais são as seguintes: menos de 100 hectares; 101 a 200 hectares; 201 a 1.000 hectares, mais de 1.000 hectares.
18. Os 11.979 hectares que pertenciam à essa categoria em 1905, foram ampliados para 25.049 em 1920.
19. Essa porcentagem se eleva para 27,93% se incluirmos as plantações de milho e feijão localizadas nas "ruas" dos cafezais, área essa já incluída naquela ocupada pela cultura cafeeira.

20. Entre esses autores destacamos Cano (1977:17) e Ianni, -
(1976:18).
21. Os dados históricos sobre as origens dos municípios do ter-
ritório de Jaú, foram retirados dos seguintes trabalhos:
Afonso A. de Freitas, Geografia do Estado de São Paulo ,
1906
Alfredo Madeira Pinto, A Província de São Paulo, 1884
D.P.Muller, Ensaio de um quadro Estatístico da Província -
de São Paulo, "O Estado de São Paulo", SP., 1923.
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, R.de Janei-
ro, Volumes, XXVIII, XXIX e XXX, 1957
Eugenio Egas, Os Municípios Paulistas, dois volumes, Seção
de Obras D'O Estado de São Paulo, São Paulo, 1925
Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, Apontamentos Históri-
cos, Geográfico, Estatístico da Província de São Paulo -
(1876), Livraria Martins, 1952.
Marcelino Piza, Os Municípios Paulistas, Secretaria da A-
gricultura, 1933
Roberto Capri, Os Municípios do Estado de São Paulo de 1913
a 1922, São Paulo, 1922.
Além desses livros, baseamo-nos também em publicações es-
parsas, via de regra, tratando-se de um único município.
22. Trecho retirado do Almanack de Jahu, 1902:18.
23. Padre Francisco Xavier Costabile - Patrimônio de Dois Cór-
regos, Typografia Siqueira, São Paulo, 1911.
24. Os dados de 1878 foram retirados do "Livro para Qualificar
os Cidadãos votantes na Paróquia de Dois Córregos"; as con-
dições para um cidadão ser votante eram: 1. saber ler e es-
crever; 2. ter filiação conhecida; 3. possuir renda supe-
rior a 300\$000. Consideramos como cidadãos que moravam na
cidade, aqueles que residiam no então primeiro quarteirão".

25. Relação das pessoas que participaram da fundação do banco: João Lourenço de Almeida Prado, Edgard Ferraz do Amaral, Joaquim de Toledo Piza e Almeida Junior, Francisco de Paula Almeida Prado Filho, José Emydio Ferraz do Amaral, Virgílio Vitor de Carvalho, Leão Cerqueira, Lourenço de Almeida Prado, João Leite Sampaio Ferraz e José Lúcio de Carvalho - Sebastião Teixeira, (1900:110).
26. Esse banco permaneceu até 1973 nas mãos dos descendentes - de seu fundador, quando foi adquirido por um grupo estrangeiro ao território, em função da política de concentração bancária em desenvolvimento pelo governo federal.
27. Queiroz Telles (1927) faz referências a esse fato, dando como exemplo o caso específico de Jaú.
28. Essa afirmativa pode ser comprovada, pelo menos para as principais fazendas, pelo maquinário das fazendas arroladas pelo Almanack de Jahu de 1902.
29. Os "compradores" de café das casas exportadoras, tiveram sua origem na época da crise do café (1897-1911) quando certas casas exportadoras desejando libertar-se dos comissários de Santos, estabeleceram empregados próprios no interior para estabelecer relações diretas com o produtor, o que causou certo mal estar entre os comissários, mesmo porque alguns fazendeiros comprometidos com o comissário, venderiam sua produção ao "comprador" de café, fugindo de seus compromissos com o comissário, do qual eram devedor. Sobre esse assunto ver Araujo Filho, 1956.
30. À guisa de informação, para demonstrar a importância estratégica de Dois Córregos, as outras cooperativas foram instaladas em Campinas, Rio Claro, São Carlos, Bebedouro e Bauru.

31. Os trilhos da Companhia Paulista chegaram em Tupã em 1941, após ter atingido Pompéia em 1935 e Marília em 1928.
32. A transferência da sede da Quarta Divisão para Bauru em 1941, no prazo de aproximadamente um ano, provocou a saída, nesse mesmo espaço de tempo, de mais ou menos 400 famílias, com reflexos seríssimos para a cidade de Dois Córregos. Com essa transferência, Dois Córregos deixou de ter os seguintes serviços: posto de consertos e revisão, furação de dormentes e, em escala menor, depósito de engenharia civil, via permanente, posto de exame, estação e sub-estação da linha elétrica, vagão-trole; informações obtidas na chefia da estação de Dois Córregos.
33. De acordo com Odilon Nogueira de Mattos um dos motivos do prolongamento dos trilhos da Companhia Paulista até Pederneiras, Agudos e Bauru, foi o fato de também esses municípios embarcarem seus produtos, inclusive o café, em Jauá; Mattos, 1944:156-68.
34. O Café - Estatística de Produção e Exportação - 1914, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, São Paulo, 1914.

CAPÍTULO III

O COMPORTAMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO SOB O DOMÍNIO
DA ECONOMIA CAFEIRA

Durante o período estudado no capítulo anterior, - que se iniciou com a grande expansão cafeeira ocorrida em meados da década de 1880, e que terminou com a desestruturação da economia cafeeira verificada ao longo dos anos da década de 1930, podemos distinguir, de início, dois diferentes períodos do comportamento regional do território de Jaú.

O primeiro deles se refere àquele em que ele se comportou como "frente pioneira" da expansão espacial da economia e da sociedade cafeeira, e o segundo foi aquele posterior à essa fase de "frente", que se alongou até os anos 30.

1. O TERRITÓRIO DE JAÚ COMO "FRENTE PIONEIRA" DA EXPANSÃO CAFFEEIRA.

O comportamento como "frente pioneira", a partir das duas últimas décadas do século passado, não foi privativo do território de Jaú, já que esse fenômeno interessou também, durante essa mesma época, a outras porções do Estado de São Paulo, que desempenharam funções semelhantes.

P. Mombeig (1952:149-154) fez o levantamento da situação da "franja" pioneira nos primeiros anos do século XX, mais precisamente entre 1900-1905. O referido autor distingue inicialmente três antigas zonas cafeeiras, que correspondem ao Vale do Paraíba, aos contrafortes ocidentais da Mantiqueira e à depressão periférica paulista. É a quarta zona por ele citada que abrange as "frentes pioneiras" cafeeiras localizadas no Estado de São Paulo, contemporâneas, portanto, do território de Jaú. Essas "frentes pioneiras" representavam os grandes centros produtores responsáveis pela superprodução cafeeira de 1900-5, que ocupavam grandes extensões de

terra roxa localizadas no Planalto Ocidental.

O citado autor localiza quatro "blocos" produtores de café que possuíam então comportamento pioneiro:

- o bloco de Ribeirão Preto, localizado à margem direita do Rio Mogi-Guaçu, que representava o mais importante bloco produtor com aproximadamente, 110 milhões de pés de café; abrangia municípios situados ao sul do Rio Pardo, como Ribeirão Preto, Sertãozinho, São Simão, Cravinhos, Santa Rita do Passa Quatro, e aqueles situados ao norte do referido rio, como Batatais, Jardinópolis, Nuporanga;

- o bloco de Araraquara, situado na margem esquerda do Rio Mogi-Guaçu - ao que tudo indica, entre o Mogi-Guaçu e o Rio Jacaré-Guaçu - que possuía pouco menos de 100 milhões de pés de café, abrangia importantes municípios cafeicultores como São Carlos, Descalvado, Bebedouro, Pitangueiras, Jaboticabal. Como os demais "blocos" produtores situados na "frente pioneira", os cafezais iam diminuindo em direção do oeste do Estado;

- o terceiro bloco apresentado por Mombeig, que ele localizou entre a zona de Araraquara e a "perceé" do Tietê, corresponde ao objeto desse estudo, o território de Jaú. Com aproximadamente 70 milhões de cafeeiros, esse "bloco" - constituía, ainda de acordo com Mombeig, uma unidade regional centrada nas cidades de Jaú e Brotas, então as mais importantes cidades;

- o "bloco" Botucatu-São Manuel, localizado à margem esquerda do Tietê, com 45 milhões de cafeeiros, se apresentava como o menos importante de todas as "frentes pioneiras" então existentes.

Mombeig admite que esses quatro "blocos" constituí

ram regiões econômicas distintas, separados que eram pelos vales dos grandes rios,

O estudo referente a esse período em que o território de Jaú se comportou como uma "frente pioneira" faz parte de uma temática mais ampla, que tem sido objeto de preocupação por parte de vários autores, quer sejam eles geógrafos, sociólogos, antropólogos... Pela literatura existente a respeito, e que podemos consultar, constatamos, entre esses vários autores, uma certa variedade terminológica para se referir a essas "frentes", e até mesmo uma certa divergência do ponto de vista teórico para caracterizá-las.

Friedmann (1966:42) usa a expressão "região de fronteira de recurso contínua" para se referir ao que estamos chamando de "frente pioneira". Esse autor distingue dois tipos de "região de fronteira de recurso": a "região de fronteira de recurso contínua", que tem sempre base agrícola daí se confundir com as "frentes pioneiras" ligadas à cafeicultura; e a "região de fronteira de recurso não contínua", esta normalmente associada com investimentos em larga escala aplicados em esquemas de desenvolvimento mineral e vegetal; o "não contínuo" deve-se ao fato de tais regiões tenderem a ocorrer como bolsões isolados de desenvolvimento (1).

Uma das mais importantes contribuições para o estudo do pioneirismo foi, em nossa opinião, aquela feita por Waibel (1958:263 a 307), que usa a expressão "zona pioneira"; para ele a "zona pioneira" corresponde ao significado econômico da expressão "frontiers" nos Estados Unidos, ou seja, uma zona mais ou menos larga, que se extende entre a mata virgem e o que ele chama de região civilizada, e onde a fronteira econômica coincide com a fronteira demográfica. É ao longo da

"frontiers" que os pioneiros se deslocam; ou seja, é ao longo da "frontiers" que ocorre o fenômeno do pioneirismo. Para Waibel as "zonas pioneiras" apresentam quatro características básicas:

- a primeira é a já referida coincidência espacial das fronteiras econômicas e demográfica;

- a segunda é sobre o pioneiro, o homem da formação de uma "zona pioneira", cuja capacidade inovativa é destacada por Waibel;

- uma terceira característica refere-se à atividade econômica dominante: o autor considera que só a agricultura e o agricultor estão aptos a constituir uma "zona pioneira", a criar uma paisagem cultural a partir da transformação da mata virgem. A "zona pioneira" sempre ocorreria em áreas de mata, mesmo porque "a verdadeira atividade pioneira é a derrubada de mata" (Waibel, 1958:275). Essa afirmativa é feita na medida em que, para o autor, o pioneirismo ocorreria apenas em áreas de mata;

- outra característica proposta por Waibel é sobre o que ele chama de "boom" ou "rush" pioneiro, sobre o qual voltaremos a falar mais adiante.

Mombeig (1953:147), cuja posição teórica não difere muito da de Waibel, ao tratar da marcha pioneira em São Paulo, acha melhor utilizar a expressão "franja pioneira", proposta por Isaiah Bowman, para se referir às "zonas pioneiras"; justifica sua proposição afirmando que o avanço da marcha pioneira não tem o aspecto de um "front" contínuo; é uma marcha de fronteira que progride irregularmente e em direções confusas.

Velho (1972:11) inclui as "frentes pioneiras" como

um dos tipos de "frente de expansão" dentro da tipologia por ele elaborada. Afirma nesse sentido que certas "frentes de expansão" conseguem absorver, por razões várias, durante período mais ou menos longo, grandes contingentes populacionais, reservando para esse tipo de caso, o que Waibel chamou de "zona pioneira".

Em um seu importante trabalho, Martins (1975:43) propõe a utilização da expressão "frente pioneira" com conotação de mobilidade espacial, alertando que o "novo" implícito no conceito de uma "frente pioneira", não o é no sentido da estrutura social, mas simplesmente no sentido do que ele chama de espaço geográfico, isto é, na ocupação de determinados quadros naturais. Esse trabalho representa um importante marco no estudo e na definição das "fronteiras". A partir da conceituação de "frente de expansão" o autor afirma que a característica imediata de uma "frente pioneira" é a sua implantação como empreendimento econômico, passando-se de uma produção de excedente que fundamenta uma "frente de expansão", para uma produção de mercadoria; o ponto chave da implantação de uma "frente pioneira" seria a propriedade privada da terra, ou seja, quando a mesma não é ocupada e sim comprada.

Outros autores têm tratado nos últimos anos, do mesmo tema, como Osório (1978), Lopes (1978), Goodman (1978), Sawyer (s/d), Marin (s/d).

Entre esses trabalhos salientamos o de Osório, que usa a expressão "fronteira de expansão" para se referir às fronteiras de um modo geral; esse autor vê as "fronteiras de expansão" como resultado da intensificação das relações capitalistas no campo, e estabelece uma tipologia para essas frentes: a "frente camponesa", como expressão de um modo de produção que ele chama de pré-capitalista, e a "frente de expansão

capitalista", por sua vez subdividida em "competitiva" e "monopolista".

Com relação ao caso específico do território de Jaú, partimos do princípio de que a interpretação da nova fase de sua vida regional deve ser feita a partir das considerações que apresentamos no capítulo I sobre o seu comportamento regional anterior à grande expansão cafeeira. Mesmo porque é em função dessas considerações que podemos melhor apreender as transformações que ocorreram no seu comportamento regional que de uma "frente de expansão" transformou-se numa "frente cafeeira em fase pré-pioneira, e, posteriormente definindo-se como uma "frente" em fase pioneira. Assim, estamos usando, como já o fizemos no capítulo anterior, a expressão "frente pioneira" para nos referirmos, em princípio, ao momento em que o território de Jaú se comportou como "frente" espacial da expansão da cafeicultura, integrada a uma economia de mercado.

O que vale dizer que a referida evolução do comportamento regional do território de Jaú, quer como "frente de expansão", quer na sua fase pré-pioneira, e também como uma "frente pioneira", esteve sempre vinculada, ainda que de diferentes maneiras, ao desenvolvimento do capital cafeeiro. Assim, a sua fase de "frente pioneira" representou o momento de sua definitiva absorção pelo desenvolvimento do capital cafeeiro; portanto, aquele momento em que teria representado o papel de "frente" territorial da economia e sociedade cafeeiras, em seu contínuo deslocamento.

A partir dessas considerações apresentadas, podemos apreender as novas características da fase pioneira do território de Jaú, algumas delas na verdade já tratadas pelos vários autores anteriormente citados. Assim, a sua transformação ^{em} como ~~uma~~ "frente pioneira" esteve relacionada com o a

vanço da fronteira econômica ligada à cafeicultura, que a integrou definitivamente numa economia de mercado. Isso quer dizer que ela passou de uma produção de excedente ("frente de expansão") para uma produção de mercadoria, isto é, de uma produção que adquire valor de troca no mercado, no caso o café; assim, como "frente pioneira", o território de Jaú organizou sua economia a partir das relações que estabeleceu com uma economia de mercado.

Uma outra sua característica como "frente pioneira" refere-se, evidentemente, à presença da agricultura, no caso a cafeicultura, como a atividade econômica dominante. O condicionamento do predomínio da atividade agrícola para caracterizar uma "frente pioneira", já o vimos, tem sido defendido por vários autores como Friedmann e Waibel.

A apropriação jurídica da terra cada vez mais restrita pelo processo de compra, demonstrando que a terra também foi adquirindo o valor de mercadoria, passando a ser equivalente a capital, também caracterizou a fase pioneira do território de Jaú; o que quer dizer que o uso privado das terras devolutas, ou então o usufruto da terra sem sua propriedade jurídica, características de sua fase como uma "frente de expansão", passou a ter papel cada vez menor. Lembramos que para o caso específico do território de Jaú, ainda que válida como característica de uma "frente pioneira", a propriedade particular da terra já era bastante intensa durante a sua fase pré-pioneira; a freqüente luta pela posse da terra durante essa fase seria uma evidência dessa afirmativa. De qualquer modo a propriedade privada da terra se define com a fase pioneira.

Uma das características que consideramos como mui

to importante para definir o território de Jaú como uma "frente pioneira", e sobre a qual nos alongaremos mais, refere-se àquela ligada ao "rush", ou ao "boom" tratado por Waibel, e praticamente ignorada nos trabalhos recentes sobre "frentes" ou "fronteiras". Mesmo porque ela consegue nos fornecer elementos para delimitar no tempo a fase pioneira, uma vez que as outras características até aqui apresentadas apenas conseguem defini-la em função das características da etapa anterior de sua vida regional, no caso de sua fase como uma "frente de expansão" da economia cafeeira, mas que não consegue diferenciá-la de uma etapa posterior ao pioneirismo.

Waibel afirma que não é toda a ampliação da área povoada pela expansão agrícola que corresponde a uma "zona pioneira"; quando o povoamento for lento e contínuo, tem-se um caso que ele considera como normal, tendo sido talvez a regra no povoamento da Terra; o que quer dizer que a simples incorporação de uma área a uma economia de mercado não seria o suficiente para caracterizar uma "frente pioneira". Assim o pioneirismo só ocorreria quando na ampliação da fronteira agrícola ocorresse o "boom", ou seja,

"quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas, e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um "boom" ou "rush". Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população" (Waibel, 1958:266).

Ao longo do capítulo anterior já tratamos de alguns aspectos ligados ao "boom" pioneiro. Recordaremos três aspectos do referido "boom", que evidentemente encontram-se interligados: o "boom" econômico, demográfico e urbano.

O "boom" econômico correspondeu ao "primeiro momento" da grande expansão da cafeicultura no território de Jaú, quando a limitada produção da fase pré-pioneira "explodiu" ao longo da década de 1880, principalmente após 1886-7. Essa "explosão" na expansão da cafeicultura estendeu-se até aproximadamente 1905, quando em quase 17 anos foram plantados mais de 40 milhões de pés de café, com uma média superior a 2.300.000 pés por ano. A partir dessa data o ritmo de expansão caiu bastante, o que está registrado na tabela nº 9.

No item referente ao "O Processo de Povoamento", vimos que o "boom" demográfico ocorreu de modo mais ou menos paralelo ao "boom" econômico, mantendo com ele um forte índice de relação. O pequeno crescimento demográfico que se verificava até 1890, sofreu um forte incremento durante a década de 1890, que se comportou como aquela de maior índice de crescimento demográfico de toda a história do território de Jaú; pela tabela nº 19 vimos que o incremento populacional na referida década foi de 368,4% entre 1890 a 1900, em oposição aos 38,8% entre 1872-1890, e aos 86,4% entre 1900 e 1910, e aos 16,4% verificados entre 1910 e 1920. Essa mesma tabela nos mostra que em termos de valor absoluto foram os panos compreendidos entre 1890 e 1910 aqueles que representaram a fase do grande "boom" demográfico: entre 1890 e 1900 o acréscimo demográfico nos municípios do território de Jaú foi de 47.205 pessoas, atingindo na década seguinte 51.852 pessoas, contra apenas 3.582 pessoas entre 1872 e 1890, e de 18.404 pessoas entre 1910 e 1920. Dessa forma, o "boom" demo

gráfico, assim delimitado, a grosso modo, entre 1890 e o início da década de 1910, apresenta uma certa relação com a época do já referido "boom" cafeeiro. Não podemos nos esquecer, pelas implicações nele contidas, e já tratadas no capítulo anterior, que esse "rush" demográfico se apoiou na chamada imigração subvencionada, que explica em grande parte o predomínio do imigrante estrangeiro nesse processo de povoamento.

Um outro aspecto ligado ao "boom" pioneiro foi o do acelerado processo de urbanização, que esteve não só relacionado com o "boom" cafeeiro e demográfico, mas que também ocorreu durante o mesmo período, ou seja, entre 1890 a 1910, aproximadamente. Vimos no capítulo referente ao fato urbano que esse intenso processo de urbanização pode ser apreendido através de certos mecanismos inter-relacionados.

A criação de novos patrimônios religiosos foi um desses mecanismos; a tabela nº 51 nos mostra que grande parte das cidades da atual sub-região administrativa de Jaú surgiu durante o período pioneiro, através da criação de um patrimônio religioso, como foi o caso de Bocaina, Barra Bonita, Itapuí, Itaju, Igarapu do Tietê, Boracéia, além de Mineiros do Tietê, criado em 1874. A criação de novas cidades representou um segundo aspecto do intenso processo de urbanização ocorrido, sendo que algumas delas foram elevadas à categoria de sedes municipais poucos anos após a criação do patrimônio, como nos mostra a referida tabela nº 51: Mineiros do Tietê, Bocaina, Barra Bonita, Itapuí, Bariri são os exemplos de cidades criadas durante a fase pioneira.

A elevada taxa de crescimento da população urbana e o acelerado ritmo de crescimento das cidades (2) representam dois outros mecanismos ligados ao processo de urbanização.

O "boom" urbano deve ser também relacionado com o acelerado desenvolvimento das várias atividades urbanas ligadas direta ou indiretamente à cafeicultura, cujo ritmo de crescimento assumiu também o aspecto de uma "explosão".

Considerando as observações acima feitas a respeito do "boom" cafeeiro, demográfico e urbano, somos tentados a delimitar o período em que o território de Jaú se comportou como uma "frente pioneira", levando-se em conta o início e o fim do referido "boom", entre meados da década de 1880, mais precisamente a partir de 1886/7 com a chegada da ferrovia, até, aproximadamente, 1905, quando o "boom" se arrefeceu, refletindo o fim da fase pioneira. Esse período do "boom" foi, aproximadamente, aquele em que se definiram as características que já apresentamos sobre as "frentes pioneiras".

Definida em princípio, a época da fase pioneira no território de Jaú, pensamos que sua interpretação, e também a do próprio "boom", deve ser feita à luz do processo de acumulação e expansão do capital na cafeicultura, o que demonstra desde já que a análise do território de Jaú como uma "frente pioneira" deve ser encarada como um caso particular de "frente pioneira": uma "frente" ligada ao desenvolvimento da economia cafeeira. É em função dessa constatação que sua interpretação poderá ser melhor encaminhada.

Assim sendo, considerando que a economia cafeeira esteve ligada não só ao desenvolvimento da economia capitalista no nível mundial, como também à nova Divisão Internacional do Trabalho a ele ligada, a expansão da cafeicultura, e de suas "frentes", refletiu, de um lado, as oscilações das pressões da demanda externa do café e também dos elevados lucros que essa cultura permitia. Além do mais, a disponibilidade de abundantes terras em condições naturais favoráveis criava amplas possibilidades para a expansão da referida cultura; que

remos nos referir às amplas manchas de solos de "terra roxa" no reverso da "cuesta" e no Planalto Ocidental paulista e, para o nosso caso, no território de Jaú. Torna-se necessário considerar a abundância de terra, como fator da expansão cafeeira, também como algo relativo, ou seja, que ela teria sido abundante para o capital cafeeiro e não para a população trabalhadora (S.Silva, 1976:70). É através de sua apropriação pelo capital cafeeiro que a terra torna-se um meio de produção, fazendo com que os trabalhadores ficassem dele separados, se constituindo assim num mercado de trabalho livre. A não abundância de terras, considerando-a em termos relativos, para u'a massa de trabalhadores, datava, na realidade, desde a Lei das Terras de 1850, regulamentada em 1854; essa lei obstaculizou a ocupação das terras por parte do homem livre e pobre naquelas áreas que se valorizavam em função da expansão cafeeira, o que quer dizer, naquelas terras que eram abundantes para o capital cafeeiro. Mas o homem livre e pobre teve à sua disposição terras mais longínquas, que não interessavam ao capital cafeeiro, onde ele pôde realizar seus apossamentos. Poderíamos ainda admitir que a Lei das Terras, na medida em que ela dificultava a posse da terra pelos trabalhadores, teria se tornado um meio de controle, por parte das camadas dominantes, da ocupação do território de Jaú. De qualquer maneira, a disponibilidade de grandes manchas de solos férteis possibilitou o deslocamento da cultura cafeeira, permitindo os sucessivos avanços de sua "frente" territorial.

Os fatos acima apresentados - demanda externa, lucros elevados na cafeicultura, disponibilidade de terras - permitiram, por outro lado, uma elevada acumulação do capital na cafeicultura, o que por sua vez estimulava a sua expansão através das "frentes pioneiras". Poderíamos ainda incluir um outro fato: o aumento da produtividade da cultura cafeeira

nas zonas "novas" provocado pela generalização das máquinas de beneficiamento, que aumentava as referidas margens de lucro.

O Trabalho escravo e os precários transportes com base na energia animal e escrava representavam, como já vimos anteriormente, dois grandes freios para uma ampla realização das condições acima apresentadas limitando, em última análise, o processo de acumulação.

Assim, esses freios serão removidos pela própria necessidade de ampliar a acumulação do capital cafeeiro, e é sob esse prisma que a introdução do trabalho livre e do desenvolvimento do transporte ferroviário devem ser encarados. Portanto, a superação dos dois obstáculos ocorreu sob novas relações de produção que permitiram uma forte ampliação no processo de acumulação do capital, o que provocou conseqüentemente, uma rápida ocupação de terras disponíveis, definindo assim o rápido processo de ocupação que ocorria numa "frente pioneira".

Torna-se assim difícil desvincular a rápida expansão da cafeicultura, ou melhor, a ocorrência da própria fase pioneira no território de Jauú, das mudanças que ocorreram no nível das relações de produção.

A grande expansão da cafeicultura que ocorreu entre 1876 e 1883 foi, nesse sentido, sugestiva. O Estado de São Paulo que participava apenas com 16% da produção cafeeira nacional em 1870, teve essa porcentagem aumentada para 40% em 1885; entre 1876 e 1883 foram plantados mais de 105 milhões de pés de café no Estado de São Paulo, dobrando sua capacidade produtiva. (Cano, 1977:31 e 41)

Esses dados demonstram que durante esse período em particular, e noutros futuros de um modo geral como entre 1886 e 1898, dificilmente a "frente pioneira" da fronteira agrícola cafeeira poderia ser "criada" dissociada do "boom" pioneiro; a acelerada expansão do plantio é uma evidência dessa afirmativa.

Foi a partir desse período, localizado entre os a nos de 1876 e 1883, que o capital cafeeiro, investido e reproduzido na cafeicultura, passou efetivamente a conduzir e dominar o processo de acumulação do complexo cafeeiro (Cano, 1977: 85).

Dessa forma, o "boom" pioneiro que caracterizou o território de Jaú durante fins do século XIX e o início do século XX - e que interessou durante esse período a outras porções do Estado de São Paulo - poderia ser explicado em função da acelerada ampliação na acumulação do capital na cafeicultura que então ocorria e, conseqüentemente, da rápida expansão dessa cultura ante as pressões exercidas pela demanda externa, para o que a existência de amplas áreas propícias para o capital cafeeiro não representaram obstáculos.

Portanto, o "boom" pioneiro se comportou como uma necessidade de próprio mecanismo de acumulação e expansão do capital cafeeiro, que ocorreu a partir dos anos 70, e principalmente dos anos 80 do século passado. De acordo com a periodização proposta por Cardozo de Mello (1975:Primeiro Capítulo), essa época representou a passagem da "economia mercantil escravista cafeeira" para a "economia exportadora capitalista", tendo essa última se extendido até 1929-32.

A necessidade acima referida pode ser ainda apreendida através de um outro aspecto da participação do capital cafeeiro na "criação" da "frente pioneira" de Jaú, cuja análise foi feita no capítulo anterior: foi o grande capital cafeeiro o responsável direto pela implantação da cafeicultura no território de Jaú.

Esse grande capital cafeeiro pertencia à grande burguesia cafeeira, formada em áreas cafeeiras mais antigas,

que já tinha portanto a sua existência definida antes da implantação da cafeicultura no território de Jaú.

Porque a grande burguesia cafeeira se comportava como uma burguesia ligada a diferentes atividades, como a agrária, comercial, industrial, bancária, etc., o grande capital cafeeiro a ela pertencente possuía ao mesmo tempo diferentes aspectos ou "facetas" (capital agrário, capital comercial, capital industrial, etc.) (Silva, 1976:60); dessa forma o grande capital cafeeiro não se limitou ao restrito nível da produção do café, sendo também aplicado em outros setores da economia cafeeira, como o bancário, comercial, industrial, etc. Na realidade os diferentes aspectos do grande capital cafeeiro representavam suas diferentes funções dentro da economia cafeeira considerada como um conjunto altamente integrado em suas partes; funções que ele desenvolvia através de determinadas atividades econômicas. Essas diferentes funções do grande capital cafeeiro, durante o período em estudo, refletiam o mecanismo do capital cafeeiro como um todo, ante o nível de desenvolvimento capitalista que caracterizou a economia cafeeira em fins do século XIX e início do século XX.

Foi esse grande capital cafeeiro através de seus vários aspectos que esteve na base da "criação" da "frente pioneira do território de Jaú. Entre as atividades econômicas integradas à economia cafeeira nele implantadas, foram aquelas vinculadas ao grande capital cafeeiro "exógeno" que criaram em grande parte as condições necessárias para o aproveitamento dos recursos naturais do território de Jaú pela cafeicultura: essas atividades corresponderam basicamente à comercialização do café, ao transporte ferroviário, ao financiamento de produção cafeeira por bancos ou por comissários de café (3).

Além da participação do grande capital cafeeiro , torna-se importante acrescentar a participação do governo, federal (ou imperial) e estadual (ou municipal), na criação da "frente pioneira" do território de Jaú. Representando ou não os interesses da burguesia cafeeira, o governo teve uma participação decisiva no processo de acumulação, o que quer dizer na grande expansão da cafeicultura paulista e, conseqüentemente, também na criação das "frentes pioneiras". Essa participação pode ser encarada em termos de aplicação de recursos do estado na cafeicultura.

Os estímulos e subsídios para a imigração estrangeira a partir de fins da década de 1880, e a garantia de juros para a construção de novas ferrovias por empresas particulares, são dois exemplos que demonstram claramente a participação do governo paulista na remoção dos freios que obstaculavam o processo de acumulação. Outros exemplos podem ser citados como a sua participação na política de valorização do café, na distribuição de terras, na construção de armazéns, etc. (Cano, 1977:77).

Por fim, a interpretação da fase pioneira do território de Jaú, e do próprio "boom" cafeeiro, pode ser ainda - feita através de um outro processo ligado à dinâmica do capital cafeeiro.

Essa fase teria representado o período durante o qual praticamente se definiu o processo de "produção" da "formação territorial" da atual sub-região administrativa de Jaú, expressão essa usada no sentido de uma "segunda natureza". A elaboração dessa "formação territorial" se deu a partir da absorção dos quadros naturais da sub-região de Jaú, pouco modificado, ou absorvido durante o seu comportamento como "fren

te de expansão" pelo capital cafeeiro.

Apesar de já ter sido objeto de ocupação mesmo antes de seu período pioneiro, o uso definitivo de seus quadros naturais pelo capital cafeeiro se deu apenas durante a sua fase pioneira. Foi esse uso definitivo que nos permite relacionar a fase de "frente pioneira" com o período de elaboração da "formação territorial". Teria sido o período da real produção do "território" urbano e rural de Jaú.

Como o desenvolvimento do capital cafeeiro foi também o desenvolvimento da economia cafeeira, os quadros naturais de Jaú foram absorvidos, na realidade, ao mesmo tempo pelo capital e pela economia, agora capitalista cafeeira, em sua expansão. A "produção" da "formação territorial" de Jaú confunde-se, assim, com a produção das condições necessárias para a integração dessa área pela economia cafeeira.

2. O TERRITÓRIO DE JAÚ E A "FASE CAFEIRA"

Passada a "onda" pioneira que ocorreu até, aproximadamente, 1905, definiu-se no território de Jaú uma economia cujos componentes, ou atividades, mantiveram entre si um forte grau de inter-relacionamento, ao mesmo tempo que se comportaram de modo bastante dependente, direta ou indiretamente, da atividade central representada pela produção de café.

Isso quer dizer que as inúmeras atividades econômicas que se desenvolveram durante esse período no território de Jaú, tiveram sua gênese e existência explicadas basicamente em função do seu papel ou desempenho no conjunto global da economia regional baseada na cafeicultura. A estrutura e o mecanismo dessa economia, ainda no nível regional, permaneceram, em princípio, relativamente estáveis até o início dos anos da década de 1930.

A própria formação territorial de Jaú conservou também suas características básicas ao longo desse período, tanto quanto à sua organização interna, quanto às suas relações externas. Assim, se de um lado o conjunto territorial, quer interessando ao setor urbano ou ao rural, não sofreu transformações radicais em sua organização interna, por outro lado não se alterou o seu comportamento regional dentro de um sistema territorial mais amplo, do qual fazia parte, isso no sentido de ter-se comportado durante esse período como uma "área de economia de exportação".

A manutenção dessas características da formação territorial de Jaú pode ser utilizada como critério para a definição de um novo período de sua vida regional. Da mesma forma a economia cafeeira apresentou durante esse período, em o

posição ao período pioneiro, uma certa "estabilidade" por parte de seus componentes.

A partir das observações acima, vamos chamar esse período, daí para frente, de "fase cafeeira".

Ao longo deste trabalho, basicamente no Capítulo - II, tentamos analisar vários desses componentes do território de Jaú; foi o caso da estrutura fundiária, das diferentes formas do uso do solo (envolvendo a cafeicultura, a agricultura alimentícia e as atividades criatórias), da atividade industrial, da comercialização do café, do transporte ferroviário, da atividade bancária, de uma série de atividades terciárias, predominantemente urbanas e fundamentais para o funcionamento da economia cafeeira, etc. A seguir tentaremos demonstrar alguns aspectos da manutenção da estrutura e funcionamento da economia cafeeira acima referida, durante a "fase cafeeira".

As várias crises, independentemente de suas causas, que afetaram a cultura do café ao longo das três primeiras décadas do século atual não conseguiram, em princípio, alterar de modo substancial o mecanismo que existia entre as atividades ligadas à economia cafeeira no nível regional; essas crises poderiam restringir o ritmo de expansão da cafeicultura. - no próprio território de Jaú, porém, mais tarde, numa época mais favorável, o ritmo de expansão da cafeicultura seria retomado.

Já analisamos, na parte referente às modalidades do uso do solo, que ante as crises que atingiam a cafeicultura, ocorriam efeitos que praticamente se generalizavam entre todos os componentes da economia cafeeira; desenvolviam-se, por exemplo, certos "mecanismos de compensação" que se traduziam na transferência de certos fatores da produção da cultura cá

feeira para outros setores regionais da economia, como para a produção agrícola de alimentos, de matérias primas, e eventualmente para determinadas atividades urbanas, acentuando, no caso, o processo de urbanização; esses fatores da produção podiam também, evidentemente, ser transferidos para determinados setores extra-regionais ao território de Jaú. A transferência desses fatores de produção alterava o ritmo de produção das atividades componentes da economia cafeeira regional.

Ao tratarmos, no capítulo acima referido, do uso da terra entre 1905 e 1920, vimos que a diminuição no ritmo de expansão da cafeicultura provocada pelas crises cafeeiras, foi compensada por um processo de diversificação da produção rural: aumentou a produção de gêneros alimentícios, de certas matérias-primas como o algodão, e também das atividades criatórias. Esse "movimento de compensação" se traduziu, de um lado, na diminuição percentual tanto da área cultivada pelo café, como no número de propriedades cafeeiras (vide tabelas nº 46 e 48), e, do outro lado, no aumento nas áreas de pastagem e nas áreas cultivadas por outros produtos agrícolas que não o café, assim como no aumento percentual das propriedades não cafeeiras.

Em contraposição, vimos também que, com o aumento da demanda externa do produto-base nos anos da década de 1920, verificou-se uma nova e grande aceleração no ritmo de expansão da cafeicultura, que implicou um aumento no número de cafeeiros plantados e, conseqüentemente, na área ocupada pelo café, que aproveitou as áreas "reservas", ainda com matas que existiam no território de Jaú; as propriedades cafeeiras sofreram, por sua vez, um aumento percentual em relação àquelas não cafeeiras.

Considerando o referido movimento de compensação, o

correu uma diminuição das atividades rurais dependentes da cultura cafeeira, tanto agrícolas como criatórias (vide tabelas nº 46, 47 e 48), sugerindo uma transferência dos fatores da produção agora dessas atividades para a cafeicultura. Esses rearranjos digamos assim, "internos", não alteraram o mecanismo básico da economia cafeeira no nível regional; ao contrário, seriam rearranjos que no fundo ajudavam a manter a estrutura da referida economia.

Portanto, não teria ocorrido, até aproximadamente 1930, um real processo, contínuo e progressivo, de diversificação da agricultura, ou então, um real processo de desenvolvimento industrial, isso considerando sempre o âmbito regional abrangido pelo território de Jaú. A valorização temporária de certas atividades rurais, e eventualmente até mesmo urbanas, refletiam épocas de crises da cultura cafeeira, e devem ser entendidas como exemplos do funcionamento da economia cafeeira.

A idéia da diversificação econômica que o censo de 1920 pode sugerir, em relação aos dados dos anos anteriores, desaparece se os compararmos com os dados de 1930, que nos mostram um novo e forte revigoramento na expansão da cafeicultura, acentuando mais ainda o seu aspecto monocultor. Enfim, tudo leva a crer que, durante esse período as atividades ligadas à economia cafeeira não conseguiram se desenvolver de modo autônomo, ou então, independente da economia cafeeira.

Uma diversificação da atividade rural indepen-dente da economia cafeeira, quer em termos de produção de alimentos, quer em termos de produção de matéria-prima, estava na dependência de um significativo processo de desenvolvimento urbano e industrial, que nos limites do território de Jaú

se apresentava como insuficiente. Durante a "fase cafeeira" os novos rumos para o desenvolvimento de uma agricultura diversificada apenas poderiam ser estabelecidos a partir de um processo de urbanização e industrialização extra-regional, no caso ligado a uma certa divisão interna da produção.

Concretamente esse possível processo estava em e laboração, em função da criação de um novo centro dinâmico de nossa economia representado basicamente pelo desenvolvimento industrial e urbano da cidade de São Paulo, processo que se teria definido com a crise cafeeira de 1930 (Furtado, 1959: 227),

Mas nada nos autoriza a afirmar que a diversificação da produção rural do território de Jaú anterior a década de 1920, fosse basicamente consequência direta da referida divisão interna da produção, na qual o território de Jaú se integraria progressivamente, abastecendo o novo centro dinâmico-econômico com produtos alimentícios e/ou matérias primas. Isso implicaria admitir que essa diversificação rural se desenvolvia independentemente da economia cafeeira. A referida diversificação rural, que realmente se apoiava no setor de mercado interno, não resultou, na sua essência, de estímulos externos ao território de Jaú, mas se comportou, antes de tudo, como um mecanismo de defesa da própria economia cafeeira.

A diversificação da economia através do desenvolvimento autônomo de atividade industrial durante a "fase cafeeira" do território de Jaú se configurou como inviável; vimos que a atividade industrial nesse período sempre se comportou como um sub-sistema dependente da economia cafeeira, e que foi incapaz de se desenvolver de modo independente; tanto assim que esse sub-sistema entrou em decadência com a desagregação da economia cafeeira regional. Se para o conjunto da econo

nia paulista houve uma transferência, ou "vazamento" (João Manuel, 1975:132-72), de capital monetário do complexo exportador cafeeiro para a atividade industrial, esse "vazamento", contudo, não se dava de modo nítido no nível regional do território de Jaú; teria se deslocado para "fora", por exemplo para a capital paulista, onde o processo de crescimento industrial era patente.

Se durante a "fase cafeeira" as relações entre os componentes da economia cafeeira não sofreram transformações radicais, ocorreu por outro lado uma certa "intensificação", ou "ampliação", no uso do território de Jaú.

Esse fato se traduziu, por exemplo, ao longo desse período, numa progressiva ampliação da área total cultivada, pelo café ou não, e da área total de pastagem; a ampliação da área cultivada se verificou através da ocupação de áreas de matas que ainda existiam dentro dos próprios estabelecimentos cafeeiros, ou então de áreas de matas até então "marginais", não integradas à economia regional, como foi o caso das terras férteis de Barra Bonita, não ocupadas durante a fase pioneira. Ao mesmo tempo verificou-se um aumento no número de estabelecimentos rurais, e na área total por eles abrangida.

Um outro exemplo ligado à "intensificação" do uso do território de Jaú refere-se ao crescimento demográfico; apesar do seu ritmo ter diminuído após a fase pioneira, a população da atual sub-região administrativa de Jaú continuou a aumentar até o início da década de 1930, demonstrando assim uma ampliação generalizada das atividades rurais e/ou urbanas.

Um terceiro exemplo refere-se ao progressivo aumento das atividades urbanas, o que implicou o crescimento da

população urbana, a ampliação do território urbano, o aumento no número de cidades e a intensificação da vida de relações intra-regionais. O aumento no número de cidades esteve por sua vez ligado a um processo de divisão administrativa, no qual vilas eram elevadas à categoria de cidade e antigos municípios eram subdivididos, refletindo conjuntamente o crescimento demográfico, o aumento da população das vilas rurais, o aumento da produção rural e urbana, a intensificação na vida de relações etc..

Uma outra característica marcante da "fase" cafeeira do território de Jaú foi a da estabilização de um mercado consumidor regional, que apresentava um relativo grau de auto-suficiência; vimos que durante a fase pioneira esse mercado regional apresentava um grau de auto-suficiência maior, porém se comportava como um mercado mais modesto que aquele da fase cafeeira.

A elaboração de um mercado consumidor regional ligado ao consumo individual, no caso não produtivo, resultou em grande parte das relações de produção que presidiram a expansão da cafeicultura, no caso o regime de colonato; acrescenta-se a esse fato o regime assalariado que vigorou no segmento urbano da economia cafeeira; queremos nos referir ao consumo de alimentos e manufaturados vários, que se comportavam como necessários para a reprodução da força de trabalho, tanto na produção do café, como nas atividades mais definitivamente tidas como urbanas.

A solução para esse problema poderia, esquematicamente, ser encontrada ou na sua "importação", ou na sua produção no próprio território de Jaú. Como já analisamos anteriormente, a maneira como a economia cafeeira capitalista se organizou sob o trabalho livre, tentou, pelo menos em parte, re

resolver localmente esse problema.

Quanto à produção de alimentos de consumo regional, a análise que já realizamos sobre o regime de colonato e sobre as propriedades não cafeeiras é significativa: conseguia, ou até mesmo tinha por função, abastecer parte significativa do consumo individual não produtivo tanto do produtor rural como do trabalhador urbano. Essa maneira de produzir alimentos, através do regime de colonato e das propriedades - não cafeeiras ligadas a uma economia de excedente, permitia que a auto-suficiência regional na produção de alimentos fosse maior nas épocas de crise cafeeira, e menor nas fases de grande expansão da cultura do café; nesse último caso a "importação" de alimentos aumentava, complementando as necessidades alimentares da população.

Fato bastante semelhante aconteceu com a produção industrial, especificamente àquela relacionada com o segundo e terceiro grupo de indústrias que apresentamos na pág. 236 - as indústrias de bens de consumo, duráveis ou não, que, refratárias à concorrência da moderna indústria, viáveis de técnicas economicamente sobreviveram em pequenas cidades, garantiam - parte significativa do consumo de manufaturados simples por parte da população trabalhadora. Não podemos nos esquecer de que a atividade industrial durante a "fase cafeeira" também se destacou pela produção ligada ao consumo produtivo, como máquinas agrícolas, fábricas de veículos, etc..

O próprio consumo de serviços básicos pela população era assegurado pelas atividades terciárias relacionadas - com o processo de urbanização então em vigor.

3. A UNIDADE TERRITORIAL DURANTE A "FASE CAFEIRA"

Na introdução desse trabalho dissemos, entre outras coisas, que iríamos utilizar a expressão "território de Jaú" para nos referir a área ocupada pela atual sub-região administrativa de Jaú, que representa hoje uma unidade territorial, resultante de um processo de regionalização apoiado na elaboração de regiões funcionais urbanas no Estado de São Paulo.

Cabe discutir agora o problema de sua possível unidade territorial durante a "fase cafeeira". Teria ela existido? No caso positivo, o que lhe conferia tal unidade? Quais eram seus limites? Coincidiam ou não com os limites da atual sub-região administrativa de Jaú?

Podemos adiantar, em princípio, que durante a "fase cafeeira" foi elaborada uma certa unidade regional, cuja base foi representada, a grosso modo, pela atual sub-região administrativa de Jaú, apesar de seus limites não coincidirem.

Essa unidade fora percebida por Mombeig quando afirmou que entre a zona produtora de café de Araraquara e a "perceé" do Tietê encontrava-se a zona produtora onde

"O conjunto constituía portanto uma unidade regional, centrada em cidades, onde - Brotas e Jaú eram as mais importantes" - (Mombeig, 1952:153).

Podemos admitir que essa unidade, durante a "fase cafeeira" do território de Jaú, adveio em parte do fato de ter sido uma zona cafeicultora, a semelhança de outras muitas do Estado de São Paulo. Ou, se quisermos, essa unidade teria resultado da "produção" de um território, "rural" ou "urba-

no" pelas atividades ligadas à economia cafeeira, apoiadas nas novas relações capitalistas de produção que presidiram a expansão da cafeicultura; atividades essas que para sua realização utilizaram dois componentes fundamentais: os quadros naturais pouco modificados do território de Jaú que existiam antes de sua "fase pioneira", e um contingente demográfico, cuja distribuição no território foi determinada pela distribuição daquelas atividades. Apesar da área delimitada pelos rios Tietê e Jacaré-Pepira terem representado o "pano de fundo" onde se delineou a elaboração do território de Jaú, na verdade a sua unidade durante a sua "fase cafeeira" deve ser procurada numa certa vida de relações que deu início a um processo de integração de diferentes partes do território.

Contudo, durante a "fase cafeeira" essa unidade funcional do território de Jaú não estava fortemente estruturada e individualizada: representou uma unidade funcional em elaboração. Foi apenas com a "desagregação" da economia cafeeira que se definiu mais claramente no território de Jaú uma unidade funcional, centrada agora na cidade de Jaú.

Para explicar a elaboração dessa unidade territorial, no fundo resultado da ação combinada de vários elementos, vamos nos apoiar além das variáveis já apresentadas, na ação de três fatos inter-relacionados e ligados à vida de relações: a gênese e evolução político-administrativa do território de Jaú, a vida de relações que caracterizou o território de Jaú, e o papel das ferrovias.

Quanto à gênese e evolução político-administrativa do território de Jaú, coube a Brotas o papel de "ponto de partida" nessa evolução político-administrativa regional: foi a "célula mater" de quase todos os municípios que hoje consti-

tuem a sub-região administrativa de Jaú. Brotas foi não só o primeiro povoado, mas também o primeiro distrito, ou "freguesia" pela antiga divisão administrativa (1846), e o primeiro município (1859) criado logo após a escarpa da "cuesta", já no Planalto Arenito-Basáltico, no trecho compreendido entre os rios Jacaré-Guaçu, que nasce no reverso da "cuesta", e o Tietê.

Esse trecho é cortado, a "grosso modo" no sentido leste-oeste, pelo Rio Jacaré-Pepira, que nasce também no reverso da "cuesta", e que corre, generalizando, entre os dois rios anteriormente citados, definindo assim dois grandes chapadões: aquele situado na porção norte, no caso entre os rios Jacaré-Guaçu e o Jacaré-Pepira, e aquele situado na porção - sul, entre os rios Jacaré-Pepira e o Tietê.

Na realidade o primitivo município de Brotas abrangia não só todo o trecho compreendido entre os rios Jacaré-Pepira e Tietê, mas também os atuais municípios de Ribeirão Bonito e Dourado, situados entre os rios Jacaré-Pepira e o Jacaré-Guaçu. Conseqüentemente, o trecho que estamos estudando já pertenceu administrativamente a Brotas, que corresponde a "grosso modo", ao chapadão situado entre os rios Jacaré-Pepira e o Tietê. Nesse interflúvio o núcleo de Brotas localiza-se na sua porção extremo leste, no início do reverso da "cuesta", nas margens do alto curso do Jacaré-Pepira.

Foi ao longo desse interflúvio que se deu o início do povoamento na década de 1830, por correntes de povoamento que se deslocavam em direção do oeste do Estado.

Contudo, foi apenas ao longo da década de 1850 que surgiram os primeiros núcleos humanos, além do de Brotas, nessa porção do Estado, através da criação de três patrimô-

nios religiosos; nessa década foram criados os patrimônios religiosos de Jaú (1853), de Dois Córregos (1856) e o de Bariri (1858), todos eles, portanto, localizados na antiga freguesia, ou distrito, de Brotas.

Foi principalmente a partir do patrimônio de Jaú, e em menor escala do patrimônio de Dois Córregos, que se definiu uma nova etapa na evolução do processo político-administrativo; foram os dois primeiros distritos, e mais tarde os dois primeiros municípios, criados em terras desmembradas do município de Brotas. Esses dois municípios datam da fase pré-pioneira da expansão cafeeira, criados que foram, respectivamente, em 1866 e 1877.

Quando da criação do município de Jaú e, consequentemente, com a definição de seus limites municipais, sua área abrangia também os atuais municípios de Bocaina, Bariri, Itapui, Barra Bonita e Itajú, os quais, ao que tudo indica, pertenceram anteriormente ao município de Brotas. Esses outros municípios se originaram também, só que mais tarde, de patrimônios religiosos que foram sendo criados dentro da área municipal de Jaú.

Da mesma forma, quando da criação do município de Dois Córregos, desmembrado também de Brotas, sua área original abrangia o atual município de Mineiros do Tietê, cuja origem esteve também ligada a um patrimônio religioso criado na área municipal de Dois Córregos.

Tudo isso nos mostra que boa parte dos municípios da atual sub-região administrativa de Jaú já pertencem diretamente ao município de Jaú, sugerindo que participavam com ele de uma mesma unidade, pelo menos administrativa.

Pelo visto até aqui, foi o município de Jaú e, em menor escala, o de Dois Córregos que representaram as bases administrativas sobre as quais ocorreu a fase pioneira do café.

Foi quando se criaram, dentro das áreas desses dois municípios, novos patrimônios religiosos que mais tarde serão transformados em novas categorias administrativas, até serem elevados a sedes municipais: suas áreas municipais serão desmembradas dos primitivos municípios de Jaú e de Dois Córregos. Foi o caso de Mineiros do Tietê, que se desmembrou de Dois Córregos em 1898; foi ainda o caso dos municípios de Bocaina (1891), Bariri (1891), Barra Bonita (1912), e Itapui (1918), que se desmembraram de Jaú.

Além de provocarem uma progressiva fragmentação das antigas áreas municipais, esses novos municípios também representaram uma outra fase da evolução político-administrativa: representaram uma terceira geração de municípios; a primeira geração seria representada por Brotas, a "célula mater" dos municípios; a segunda geração seria representada por Jaú e Dois Córregos, que se desmembraram de Brotas; a terceira geração corresponderia aos municípios citados acima, que se desmembraram de Jaú e/ou Dois Córregos. Enquanto que a elevação de Jaú e Dois Córregos à condição de sede municipal estiveram relacionados com a fase pré-pioneira, os municípios da terceira geração tiveram sua criação relacionada com a fase pioneira do café, que ocorreu durante fins do século XIX e início do século XX.

Mas a evolução político-administrativa não terminou no que temos chamado de terceira geração de municípios; houve uma quarta e última geração que ocorreu após a fase cafeeira do território de Jaú, e que implicou a criação de mais três municípios: Itaju, Igarapu do Tietê e Boracéia, todos em 1953.

A ausência de cidades criadas durante a "fase cafeeira" representaria um exemplo da "estabilidade" a que nos referimos anteriormente para caracterizar a referida fase. Segue um quadro das quatro "gerações" de municípios da sub-região administrativa de Jaú.

Tabela nº. 63

Quadro das Quatro "Gerações" de Municípios
da Sub-Região Administrativa de Jaú

<u>Geração</u>	<u>Município</u>	<u>Ano de Criação do Município</u>	<u>Fase</u>	<u>Município de onde se desmembrou</u>
Primeira	Brotas	1859		Rio Claro
Segunda	Jaú	1866	Frente de Exp.	Brotas
	D.Córregos	1877	Frente de Exp.	Brotas
Terceira	Bariri	1891	Pioneira	Jaú
	Bocaina	1891	Pioneira	Jaú
	B.Bonita	1912	Pioneira	Jaú
	Itapuí	1913	Pioneira	Jaú
	M.do Tietê	1898	Pioneira	Dois Córregos
Quarta	Itaju	1953	Pós-Cafeeira	Bariri
	Boracéia	1953	Pós-Cafeeira	Itapuí
	I.do Tietê	1953	Pós-Cafeeira	Barra Bonita

O caso de Itaju foi uma repetição do mecanismo de formação de todos os municípios até então criados, só que de uma geração; originou-se também da criação de um patrimônio religioso em 1898 na área municipal de Bariri, dela se desmembrando em 1953, quando da sua elevação à categoria de sede municipal.

O caso de Boracéia e de Igarapu do Tietê é significativo e original: são os dois únicos municípios atuais que estão fora do interflúvio delimitado pelos rios Tietê e Jacaré-Pepira, onde, como já vimos, se situam os demais municípios da sub-região administrativa de Jaú. E são justamente

os dois únicos municípios que tiveram uma outra linha de origem administrativa que não essa que estamos analisando, a partir do município de Brotas. Pertenceram na sua origem, - respectivamente, a Pederneiras e São Manuel, e foram incorporados como distritos, na reforma administrativa de 1938, o primeiro por Itapuí, e o segundo por Barra Bonita. Essas incorporações atenderam a uma situação de fato, pois em 1938 a vida de relações entre aqueles dois pequenos núcleos era maior com as sedes municipais às quais foram incorporados e das quais estavam mais próximos, do que com aquelas das quais foram desmembrados. Contudo, apesar da grande proximidade em quilômetros entre Boracéia-Itapuí e Igarapu do Tietê- Barra Bonita, o fato de estarem separadas pelo Rio Tietê fez com que o isolamento entre elas fosse muito grande desde sua criação, além, repetimos, de Boracéia e Igarapu terem tido uma outra linha de origem. A maior integração entre aqueles dois conjuntos de cidades através da vida de relações só passou a ocorrer após o obstáculo de Rio Tietê ter sido vencido: para o primeiro caso, através da criação de um serviço de balsa, e para o segundo caso através da construção da Ponte "Campos Sales", em 1915, unindo diretamente Barra Bonita a Igarapu do Tietê.

De qualquer maneira esse fato evidencia a importância que certos rios tiveram na delimitação e na evolução administrativa de certas áreas do Estado de São Paulo, principalmente em sua fase inicial de povoamento. Esses rios, e a própria escarpa da "cuesta" de Brotas, desempenharam por muito tempo o papel de verdadeiros "limites naturais", e ao mesmo tempo que influenciaram na delimitação administrativo-municipal, colaboraram também para a delimitação de uma unidade territorial que aos poucos foi se estruturando.

O que objetivamos mostrar até aqui foi a consti-

tuição do território de Jaú, durante sua "fase pioneira", por municípios que, generalizando, tiveram uma mesma gênese administrativa, e que nesse sentido teria tido uma certa influência na elaboração da unidade territorial então existente; a existência dessa unidade territorial teria sido reforçada pela ação de determinados "limites naturais". Sem pretendermos maximizar o papel da gênese e da evolução político-administrativa na definição de uma unidade territorial, não podemos deixar de reconhecer que o seu papel não pode ser descartado simplesmente.

O limite administrativo, no caso municipal, pode criar laços de integração territorial com base, por exemplo, em certas funções político-administrativas que se verificam a partir de uma cidade-sede, laços que, em princípio, se estendem até os limites municipais; alguns laços integradores podem permanecer, após a separação de uma parte da área municipal, em virtude da elevação de uma vila à categoria de cidade. Na parte referente ao "fato urbano" analisamos o papel dos limites administrativos na área de influência de uma cidade.

Esse esquema teórico apresentado nos mostra a possibilidade de manutenção, maior ou menor, da unidade territorial a partir da permanência de uma vida de relações entre áreas que pertenciam a um mesmo município e que foram posteriormente desmembradas.

É bem verdade que, durante a fase em que se comportou como uma "frente de expansão", a definição e a estruturação dessa unidade territorial de Jaú ainda se encontra numa fase embrionária, praticamente inexistindo como tal. Mas o interflúvio delimitado pelos dois rios acima citados e pela escarpa da "cuesta" a leste, se comportava como um "quadro" que representaria a base onde se definiria, durante a "fase cafeeira

ra, uma unidade territorial.

Para tanto temos de considerar outros elementos, ligados mais à "fase cafeeira", que colaboraram para a elaboração da referida unidade: um deles foi o papel das cidades e da vida de relações.

Esse tema já foi analisado no capítulo II, onde apresentamos os fundamentos da organização funcional do território de Jaú durante sua "fase cafeeira", e as alterações ocorridas, nesse sentido, com a "desagregação" da economia cafeeira.

Agora simplesmente retomaremos, de modo genérico, alguns dos aspectos já tratados no referido capítulo e que possuem importância para explicar o papel das cidades na elaboração da referida unidade territorial.

Um primeiro aspecto importante a recordar prende-se ao fato de terem sido as funções básicas de nível regional desenvolvidas pelas cidades que elaboraram áreas de influência urbanas. Essas funções apresentavam fluxo de pequena amplitude, mostrando que estavam basicamente vinculadas às relações do tipo cidade-campo. Os laços que uniam cada cidade à sua pequena área de influência eram bastante estreitos, refletindo o forte domínio que cada cidade exercia sobre sua área de influência.

Um segundo aspecto refere-se à não definição de uma nítida hierarquia urbana durante a fase em estudo. A importância que a cidade de Jaú já apresentava na época não era, basicamente, resultado de possíveis funções hierarquizadas que essa cidade pudesse desenvolver, mas sim era fruto de outras razões que analisamos no referido capítulo. A ausência de uma nítida hierarquia urbana demonstrava, por um lado, a existên -

cia de uma rede urbana embrionária, onde as cidades se compo^uram mais como resultado das necessidades de uma economia rural do que como centros urbanos realmente organizadores do território; por outro lado demonstrava que as relações de dependência dos centros urbanos eram estabelecidas praticamente com as cidades "cabeça" da rede, no caso São Paulo, e não com centros urbanos regionais, hierarquicamente superiores. Evidentemente não pretendemos sugerir que existisse um total isolamento entre os centros urbanos do território de Jaú. As relações entre eles existiam e eram muitas; apenas afirmamos que não havia uma vida de relação urbana fortemente centralizada por Jaú.

O esquema acima apresentado sugere a existência do território de Jaú decomposto em várias áreas de influência urbana, dominadas pelos seus respectivos centros urbanos. Apenas esse esquema não consegue ainda demonstrar uma possível unidade territorial, ao contrário, sugere mais uma idéia de fragmentação, de isolamento entre as diferentes áreas de influência urbana.

Para complementar essa idéia, convém lembrar que na época todas as cidades do território de Jaú estavam então localizadas ao longo dos eixos ferroviários. Temos aqui um terceiro papel da elaboração da unidade territorial de Jaú: o papel das ferrovias.

Esse papel, durante a "fase cafeeira" do território de Jaú, foi desempenhado tanto pela antiga Estrada de Ferro Rio Claro, depois Companhia Paulista de Estrada de Ferro, como pela Douradense.

Já dissemos anteriormente que os trilhos da anti

ga Estrada de Ferro Rio Claro, após terem vencido as escarpas da "cuesta" de Brotas, vindo de Rio Claro, cortaram o chapadão situado entre os rios Tietê e Jacaré-Pepira, passando pelas suas partes mais elevadas, indo em direção do oeste paulista.

A porção localizada ao norte do rio Jacaré-Pepira, onde se encontra uma outra rica mancha de terra-roxa, foi cortada um pouco mais tarde por outra ferrovia, a Douradense.

Por sua vez, ao sul do interflúvio delimitado pelos rios Tietê e Jacaré-Pepira, ou seja, nas terras situadas à margem esquerda do Rio Tietê, onde se encontra uma área menor de solos de terra-roxa centrada em São Manuel, verificou-se a expansão de uma outra ferrovia, a Estrada de Ferro Sorocabana, que vindo de Botucatu, atingiu São Manuel, Lençóis Paulista e Agudos, onde se encontrou com os trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

A expansão dessas três linhas ferroviárias, com seus traçados relativamente paralelos, conseguiram criar, ou reforçar, unidades territoriais, dispostas a "grosso modo" ao longo dessas mesmas ferrovias, numa época em que o transporte rodoviário era praticamente inexistente. Não se pode desprezar, pelo menos para o período em estudo, o papel das ferrovias na elaboração de unidades territoriais relativamente bem definidas, muitas vezes consagradas pelo uso popular.

O conjunto da área localizada entre os rios Tietê e Jacaré-Pepira, que apresentou numa primeira fase do povoamento uma certa unidade administrativa, pertencente que era ao município de Brotas e depois aos municípios de Jaú ou Dois Córregos, teve sua unidade territorial reforçada pela ação das duas ferrovias citadas.

No caso específico da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que sucedeu a Estrada de Ferro Rio Claro, seus trilhos realmente criaram, ao longo de seu trajeto no território de Jaú o tipo de unidade territorial acima referido. Essa unidade se apoiava na vida de relações que foi se estabelecendo entre as cidades, localizadas todas ao longo da Ferrovia, e que se processava basicamente através do transporte ferroviário. Se, entre cada cidade e a zona rural que estava sob sua influência, a integração se dava através de estradas ou caminhos municipais, a relação entre as cidades se verificava fundamentalmente através da estrada de ferro. Relações, no caso regional, de vários níveis: econômicas, sociais, políticas, etc., que ajudaram a definir na formação econômico-social que se elaborou nas zonas cafeeiras, a unidade referida. Essa unidade foi favorecida pela pequena distância que separava as estações ferroviárias e as cidades do território de Jaú, a qual nunca superava 20 quilômetros.

Para o caso da "Douradense", a sua expansão ajudou, na realidade, a criar uma outra unidade territorial: a chamada "região da Douradense", localizada ao norte do Rio Jacaré-Pepira. A primeira fase de sua expansão reforçou o deslocamento das zonas de Dourado, Ribeirão Bonito e Boa Esperança do Sul para a área de influência de São Carlos, não só pela sua maior proximidade de tempo propiciada pela ferrovia, como pelo importante centro de serviços que São Carlos representava (4). Mas numa segunda etapa de sua expansão, já nos fins da primeira década do século atual, um ramal da Douradense, cujo entrocamento era em Trabijú, tomando "a grosso modo" a direção sul, atravessou o Rio Jacaré-Pepira, penetrou no interflúvio delimitado por esse rio e o Tietê, encontrando-se com a Companhia Paulista de Estrada de Ferro em Jaú, após ter passado por Bocaina, Bariri e Itapui. A Douradense não conse

guiu colocar essas cidades sob a influência de São Carlos, agora devido à maior proximidade delas em relação a Jaú, além de serem cidades bastante ligadas a Jaú pela própria gênese administrativa. De qualquer modo, a articulação da Douradense com a Companhia Paulista de Estrada de Ferro na cidade de Jaú, colaborou para o reforçamento da unidade territorial em elaboração.

Por fim, a porção situada à margem esquerda do Rio Tietê, isolada do território de Jaú, como já vimos pela gênese administrativa, viu-se de vez dela separada pelos trilhos da Sorocabana, que não tiveram no território de Jaú relação alguma com os trilhos da Companhia Paulista. Pederneiras e Agudos, situadas à margem esquerda do Tietê, foram integradas ao "eixo" da Companhia Paulista através dos trilhos dessa Companhia. Mas com a chegada dos trilhos da Sorocabana a Agudos, essa cidade se viu deslocada para a zona de influência de Lençóis Paulista e São Manuel, principalmente depois das alterações introduzidas na rede ferroviária da Companhia Paulista em 1941, que transformaram Agudos em simples ramal de bitola estreita de Pederneiras (vide mapa nº 5).

Temos assim, no início do século XX, o esboço de uma estruturação regional do território de Jaú resultante, em boa parte, do componente ferrovia. A unidade territorial foi estruturada basicamente ao longo de dois eixos ferroviários - que se encontravam em Jaú: Paulista e Douradense; as cidades distribuídas ao longo desses dois eixos ferroviários possuíam pequenas áreas de influência, sobre as quais exerciam forte domínio; as relações estabelecidas entre essas cidades criaram uma certa unidade territorial, que não foi, contudo, resultado de uma nítida ação polarizadora por parte da cidade de Jaú.

Tomando-se como base as áreas municipais, os limites dessa unidade territorial em elaboração abrangiam, aproximadamente, os mesmos municípios da atual sub-região administrativa de Jaú. Além de Jaú, Dois Córregos, Barra Bonita, tentamos explicar ao longo desse capítulo a participação nessa unidade territorial de Igarapé do Tietê e Boracéia, localizadas à margem esquerda do Tietê e com outra origem administrativa, de Bariri (e Itajú), Bocaina e Itapuí, localizadas ao longo da Douradense.

Tornam-se necessárias algumas observações complementares com relação a alguns municípios que fizeram parte da unidade territorial então existente, mas que hoje não mais fazem parte, pelo menos da sub-região administrativa de Jaú. Essas observações referem-se principalmente a Torrinhã e Pederneiras, e, em menor escala, a Brotas. Essas cidades estão situadas ao longo dos trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, digamos assim, nas "extremidades" do território de Jaú: Torrinhã e Brotas a leste de Dois Córregos, e Pederneiras a oeste de Jaú, após o Rio Tietê. Portanto, tendo por base os núcleos urbanos então existentes, os limites dessa unidade territorial, tão somente ao longo dos trilhos da Companhia Paulista, poderiam ser estabelecidos para leste até Torrinhã com certeza e eventualmente Brotas, e para oeste até Pederneiras. Para além daquelas pontos extremos, a unidade se diluía, o que quer dizer que as relações integradoras se rarefaziam.

Uma observação que ajuda a explicar a integração desses dois municípios, e eventualmente três com o caso de Brotas, na unidade territorial então existente: foi a participação desses municípios na mesma unidade econômica de produção cafeeira, centralizada na fértil e ampla "ilha" de terra

roxa existente, e que desaparece para oeste de Pederneiras, onde dominam solos arenosos resultantes das alterações no arenito Bauru, e para leste de Torrinhã e Brotas, onde dominam solos arenosos oriundos das alterações do arenito Botucatu e Pirambóia, provocando assim a interrupção da cultura cafeeira. Além do mais a elaboração dessa unidade territorial, incluindo Brotas, Torrinhã e Pederneiras, se efetivou praticamente durante uma mesma época, sob semelhantes condições históricas, quer referentes às correntes de povoamento e força de trabalho, quer referente às relações de produção, o que colaborou para a realização da referida unidade.

Acrescente-se às observações acima a inexistência de importantes centros urbanos próximos que pudessem, porventura, deslocar principalmente Torrinhã e Pederneiras para suas áreas de influência. Para o caso de Pederneiras, essa cidade seria Bauru, mas que estava ainda, no período em estudo, numa fase embrionária de crescimento; para o caso de Torrinhã, a cidade mais importante, Rio Claro, estava bastante distante; apenas como ponto de referência, e utilizando dados atuais, o tempo de viagem entre Torrinhã e Rio Claro é praticamente o dobro daquele necessário entre Torrinhã e Jaú: para o primeiro caso, uma hora e trinta; para o segundo caso, cinquenta minutos.

O deslocamento desses municípios para áreas de influência de outras cidades esteve relacionado com as transformações que ocorreram, após a "desagregação" da economia cafeeira, no território de Jaú, quando se definiu mais claramente um processo de hierarquização urbana (5); hoje Pederneiras faz parte da sub-região administrativa de Bauru, Torrinhã da de Piracicaba, e Brotas de Rio Claro. Lembramos que as atuais sub-regiões administrativas e as próprias regiões administrativas foram elaboradas com base no espaço funcional.

4. O FIM DA "FASE CAFEIEIRA"

Os anos trinta do século atual definiram a "desestruturação" da economia cafeeira verificada no nível regional do território de Jaú; a cafeicultura foi deixando de se comportar como a atividade central de uma economia integrada, e as demais atividades econômicas foram dela se desvinculando, marcando assim o encerramento da "fase cafeeira" do território de Jaú. A constatação dessa afirmativa pode ser aferida pelos dados apresentados nas tabelas nº 46, 47 e 48, além da análise sobre as transformações no uso do solo entre 1930 e 1940 que realizamos no capítulo II.

Para a explicação da "desestruturação" da economia cafeeira acima referida, tentaremos detectar a ação de certas variáveis que influíram sobre ela, sem contudo distinguir aquelas "internas" ou "externas" ao território de Jaú, por reconhecermos que esses dois possíveis grupos de variáveis são indissociáveis, contem-se mutuamente, e devem ser encarados integradamente, participantes que são de um mesmo e único processo.

Ante as considerações acima apresentadas, uma primeira variável que colaborou para a "desagregação" da economia cafeeira no território de Jaú, e conseqüentemente para o fim da sua "fase cafeeira", teria sido, num primeiro nível de abordagem, a crise do café de 1930; certos autores têm exagerado sua influência no sentido de encarar a decadência de territórios como o de Jaú, como simples "reflexo" da referida crise.

Não foi a crise cafeeira de 1930 em si, apesar de

la ter sido a mais importante e a mais longa até então ocorrida, a causa única da "desagregação" da economia cafeeira de Jaú. Na verdade a crise de 1930 não representou simplesmente mais uma crise que atingira o complexo exportador cafeeiro, como acontecia desde os últimos anos do século XIX. Ela diferenciou-se das crises anteriores no sentido de não ter representado uma simples retração no ritmo de expansão da cafeicultura, expansão que, em princípio, poderia ser mais tarde, num momento mais propício, novamente retomada, como acontecera até então. Afinal de contas, ao longo das décadas anteriores, várias crises atingiram a economia cafeeira sem desestruturá-la.

Assim sendo, a crise de 1930 representou a desorganização do próprio complexo cafeeiro paulista considerado no seu conjunto, e é nesse sentido, num segundo nível de abordagem, que ela teria influenciado o fim da "fase cafeeira" de Jaú: o caso do Jaú teria sido um exemplo regional localizado de uma crise maior que teria atingido todo o complexo exportador cafeeiro.

Consideramos as duas abordagens apresentadas como insuficientes, uma vez que, acreditamos, a dinâmica da desorganização da economia cafeeira paulista considerada no seu conjunto não pode ser confundida com a dinâmica de desorganização da economia cafeeira considerada no nível regional do território de Jaú, apesar dessas duas dinâmicas estarem integradas num único movimento.

Para tanto consideramos importante ressaltar que, de acordo com a periodização proposta por Cardozo de Mello, a crise do complexo exportador cafeeiro, considerado no seu conjunto, teria marcado a passagem da acumulação sob o comando

do capital mercantil, que fundamentou a "economia exportadora capitalista", dominante desde fins do século XIX, em direção à acumulação sob o comando do capital industrial, dando assim origem a uma nova fase em que ocorreu um processo de "industrialização restringida".

"Ha industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer a diante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (Cardozo de Mello, 1975:116).

Dessa maneira, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro às vésperas da crise de 1930 já apresentava condições para que a reprodução do capital industrial se fizesse independentemente do capital mercantil-exportador, o que permitiria admitir que a "desestruturação" do complexo exportador cafeeiro não se deu apenas em função de uma crise cafeeira, no caso a de 1930, mas também em função da mudança ocorrida no padrão de acumulação sob o comando do capital mercantil em direção à acumulação sob o comando do capital industrial.

O desenvolvimento industrial que já vinha ocorrendo antes da grande crise cafeeira, apresentava uma concentração crescente das atividades e do capital industrial no Estado de São Paulo, como pode ser constatado pela tabela nº 64. Em 1920 a produção industrial paulista já superava a do Rio de Janeiro, definindo-se como a primeira do país.

Tabela nº. 64

Evolução da Produção Industrial do Brasil em Valor Nominal - 1941 - 1938

Ano	Produção Industrial em Valor Nominal (contos de réis)		Participação Percentual de São Paulo
	Brasil	São Paulo	
1914	956.557	293.663	30,7
1916	1.571.598	496.625	31,6
1918	2.370.600	770.475	32,49
1920	2.948.531	987.758	33,50
1922	3.840.031	1.320.971	34,40
1924	4.411.835	1.557.378	35,30
1926	4.822.046	1.745.581	36,20
1928	7.149.210	2.652.357	37,10
1930	5.906.826	2.244.594	38,00
1932	5.561.939	2.219.214	39,90
1934	6.805.743	2.708.686	39,80
1936	9.653.085	3.928.806	40,70
1938	12.000.000	5.000.000	41,66

Fonte: Roberto C. Simonsen, A Evolução Industrial do Brasil, São Paulo, 1939.

Numa outra escala, esse processo de concentração territorial do capital e da atividade industrial apresentava, numa tendência também crescente, e por motivos vários, na cidade de São Paulo; conforme estimativas apresentadas por Singer (1974:49), 50% do valor da produção industrial do Estado de São Paulo concentrava-se na sua capital no ano de 1920, porcentagem que em 1935 foi elevada para 61,5%; nesse último ano localizavam-se na cidade de São Paulo 58,74% dos estabelecimentos industriais e 56,1% dos operários existentes no Estado.

A dinâmica da "desestruturação" do complexo exportador cafeeiro foi indissociável de um processo de industrialização, que apresentou uma forte tendência de concentração no

Estado de São Paulo e, em particular na cidade de São Paulo; temos aqui um terceiro nível de abordagem para explicar o papel da crise do café na desorganização da economia cafeeira - do território de Jaú e, conseqüentemente, o fim de sua "fase cafeeira". Ou seja, foi a partir do importante centro urbano-industrial paulistano, cujo processo de elaboração se acentuou com os anos da década de 1930, que se definiu um processo de integração nacional, que continuou pelas décadas seguintes, no qual São Paulo teria representado o papel de novo centro dinâmico interno da nossa economia (Furtado, 1959: 227) ; a esse processo de integração do território nacional, o território de Jaú logo se integrou, desempenhando funções específicas nessa nova divisão interna do trabalho em elaboração.

Os dados referentes ao ano de 1940 são importantes para ilustrar a afirmação acima feita (6); eles nos informam do significativo aumento que ocorreu nas áreas cultivadas com algodão, cana de açúcar, mamona, laranja, banana; refletiam um processo de diversificação agrícola, cujos produtos eram independentes da economia cafeeira: foi uma diversificação agrícola estabelecida em função da nova divisão interna do trabalho, e não mais em função dos "fluxos de compensação"; os produtos acima referidos eram em sua grande parte vendidos externamente ao território de Jaú. Fenômeno semelhante ocorre com o aumento das pastagens e, conseqüentemente, com o aumento do rebanho bovino; a atividade criatória desenvolve-se também cada vez mais independentemente da economia cafeeira e teve - por objetivo abastecer centros externos ao território de Jaú.

A integração do território de Jaú à nova divisão interna da produção pode ser encarada como fator do fim da "fase cafeeira" de Jaú num outro sentido, além daquele referente à diversificação rural que visava complementar o núcleo indus

trial urbano" externo": queremos nos referir a decadência da atividade industrial no território de Jaú. Já vimos que, apesar da sua importância, durante sua "fase pioneira", a atividade industrial sempre se comportou como complementar à economia cafeeira; os quatro principais ramos industriais que definimos na parte referente a função industrial representaram as possibilidades que a economia cafeeira teve de resolver regionalmente certas necessidades referentes à produção industrial; eram atividades de aspecto artesanal e/ou manufatureiro, passíveis de assim sobreviverem durante a "fase cafeeira" de Jaú ante a possível concorrência de uma produção industrial "externa". Se essa dependência explica em parte a decadência da atividade industrial após 1930, não podemos também nos esquecer de que essa decadência deve ser também ser explicada por um outro fato, na verdade ligado ao mesmo movimento global de transformação que então ocorria: a crescente concorrência, agora com novas características, dos produtos fabricados em grande parte na cidade de São Paulo, onde vinha realmente se verificando o processo de "substituição das importações" de manufaturados. O possível "vazamento", ou transferência, de capital monetário do complexo exportador cafeeiro para a atividade industrial no próprio território de Jaú, teria representado uma tentativa de um processo de industrialização, que foi frustrada ante a concorrência da indústria paulistana.

Uma outra decorrência dessa integração do território de Jaú à nova divisão interna do trabalho, foi o gradativo desaparecimento de uma das características de sua "fase cafeeira", mais particularmente de sua fase pioneira: a relativa auto-suficiência de sua população em alimentos e manufaturados elementares.

Com relação à auto-suficiência em produtos ali

mentícios, convém lembrar que a diversificação agrícola que o correu após 1930, não se apoiou no mercado consumidor intra - regional, o que quer dizer que não se apoiou nos produtos a limentícios "tradicionais", cujo objetivo seria abastecer em alimentos a população regional; ainda que tivessem mantido o aspecto de uma produção de consumo regional, alguns desses produtos chegaram a sofrer uma queda na produção em peso, como o arroz, feijão, batata (vide tabela nº 47), em parte refletindo a diminuição da população do território de Jaú, principalmente de seu componente rural. Na realidade, a diversificação rural se deu basicamente em função de "novos" produtos, no caso ligados à nova divisão interna do trabalho acima referida, como o algodão, cana de açúcar, etc., produtos esses não estimulados, portanto, pelo mercado intra-regional; a á-rea de cultivo desses produtos aumentou entre 1930 e 1940.

Ao iniciar-se a década de 1930, e considerando as técnicas especulativas até então adotadas na cultura cafeeira, a capacidade produtiva do território de Jaú já teria praticamente atingido o seu ponto máximo, com mais de 70.000.000 de cafeeiros plantados em 1931; quando da grande crise cafeeira, os trechos que apresentavam condições naturais propícias para a cultura cafeeira já estavam praticamente ocupados pela cafeicultura.

Essa situação demonstrava que, dentro da lógica da expansão da cultura cafeeira, a tendência, daquela época em diante, seria a progressiva diminuição da potência cafeeira instalada no território de Jaú, não apenas por não haver mais abundantes terras próprias disponíveis, o que impedia a implantação de novos cafezais, mas também pelo envelhecimento progressivo dos cafezais, que provocaria uma queda no seu rendimento, chegando-se ao extremo de abandoná-los, ou de substi

tuí-los por outras formas de uso da terra.

Lembramos, nesse sentido, que em 1930-1 já existiam 1.039.024 cafeeiros abandonados no território de Jaú, número que em 1934-5 aumentou para 2.057.776; paralelamente, o número de cafeeiros passou a diminuir, refletindo um ritmo de erradicação bastante superior ao de novos pés de café plantados. Os dados da tabela nº 6, referentes ao ano de 1942, ilustram muito bem a significativa participação de antigos cafezais no conjunto de pés de café então existentes.

Esses dados evidenciam que a decadência da produção cafeeira não resultou apenas da crise de 1930, se bem que ela teria estimulado uma erradicação maior de cafezais, principalmente mais antigos e/ou antieconômicos; ou seja, que o fim da "fase cafeeira" no território de Jaú não foi simplesmente "reflexo" da crise cafeeira, que teria agido como se fosse um fator "externo" ao território de Jaú.

Cabe analisar, a seguir, como o território de Jaú reagiu à "desagregação" da economia cafeeira, ou então, como reagiu ao fim de sua "fase cafeeira".

Constata-se facilmente que a crise da economia cafeeira no território de Jaú não implicou um acentuado esvaziamento econômico e demográfico, como já tinha ocorrido em outras economias exportadoras, ou então com a própria economia escravista cafeeira.

Uma das razões apresentadas para essa constatação têm sido as bases capitalistas sobre as quais a cafeicultura se assentou na sua expansão, que além de utilizar o trabalho livre possibilitou o fortalecimento do mercado interno, Não

necessariamente no sentido dessas condições terem possibilitado ao território de Jaú uma reação em direção de uma reorganização das atividades econômicas, agora em novas bases, apoiada no próprio mercado intra-regional, como sugere Ianni, ao tratar do caso de Sertãozinho, quando afirma:

"quando a cafeicultura entrou em crise em Sertãozinho, a economia e a sociedade locais já possuíam algum dinamismo próprio para reagir e reconverter suas atividades" (Ianni, 1976:9).

Para o caso específico do território de Jaú, o dinamismo próprio que a economia e a sociedades possuíam para reagir à crise cafeeira, através de uma reestruturação de suas funções, deve ser encarado, como já o afirmamos anteriormente, principalmente ante a sua integração à divisão interna do trabalho que então se processava; essa reestruturação das atividades econômicas pode ser apreendida, por exemplo pela diversificação de suas atividades rurais.

Sobre um outro prisma, constatamos que após a crise de 1930 o café continuou a se comportar, por vários anos, como o mais importante produto agrícola do território de Jaú refletindo em parte o seu aspecto de cultura permanente; em 1950 a área ocupada pela cultura cafeeira era de 59.104 hectares, em comparação com os 37.554 hectares ocupados por outras culturas, mesmo considerando a progressiva queda da produção cafeeira, que pode ser constatada pelo número de cafeeiros existentes e/ou pela área cultivada (vide tabelas nº 7 e 9). Isso demonstra que, se de um lado a cafeicultura foi deixando de se comportar como a atividade central de toda uma economia integrada que se "desorganizava", por outro lado a produção de café continuou a ser a mais importante entre as demais atividades econômicas por mais de vinte anos, impedindo assim um

esvaziamento econômico e demográfico mais acentuado do território de Jaú.

Contudo, a diversificação da produção rural, ligada agora à integração do território de Jaú ao mercado interno nacional, não se deu de modo a anular completamente os efeitos negativos da queda da produção cafeeira, ou mais precisamente, da "desagregação" da economia cafeeira. Queremos com isso dizer que a diversificação da produção rural não teria sido suficiente para absorver os recursos liberados pela decadência da produção cafeeira.

A diminuição no número de empregos vinculados ao setor primário da economia retratada pela tabela abaixo, é uma primeira evidência da restrição do mercado de trabalho rural provocada pela queda da produção cafeeira que a diversificação rural não conseguiu manter, ou então ampliar. Com a diminuição da força de trabalho necessária, o território de Jaú tornou-se um centro de emigração característico, no caso, de uma zona cafeeira "velha".

Tabela nº 65

Número de Empregados no Setor Primário nos Municípios componentes da Sub-Região Administrativa de Jaú - 1920-1960

Ano	Nº Empregados
1920	29.262
1940	28.061
1950	17.709
1960	15.526

Fonte: Censos Federais

Fato semelhante ocorreu com a área total cultivada, cujo valor absoluto também diminuiu progressivamente até

1950, refletindo basicamente a redução das áreas ocupadas pela cultura cafeeira.

Tabela nº. 66

Áreas Ocupadas com Lavoura e Pastagens nos Municípios da Sub-Região Administrativa de Jaú de 1920 a 1960

Área em Hectare	1920(1)	1930(2)	1940(1)	1950(1)	1960(1)
área c/lavoura cafeeira	63.339	96.066	72.993	59.104	53.077
área c/outras culturas	41.219	32.328	41.503	37.554	59.272
área total cultivada	104.558	128.394	114.496	196.658	112.349
área com pastagem	—	81.740	87.619	130.111	101.297

(1) Censos Federais

(2) Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo

O aumento ocorrido entre 1930-40 nas áreas ocupadas com "outras culturas" refletiu, como já vimos anteriormente, o desenvolvimento de "novas" culturas estimuladas pelos centros urbano-industriais localizados fora do território de Jaú. Os estímulos "externos" para essas culturas também não foram ~~de~~ suficientes para que o aumento dessas áreas cultivadas pudessem compensar numericamente aquelas abandonadas pela cultura do café; ao contrário, entre 1940 e 1950 as áreas ocupadas por outras culturas sofreram nova diminuição, refletindo a crise do rápido "ciclo" do algodão no território de Jaú, cuja principal fase podemos localizar entre 1936 e 1946, quando o caroço era vendido para a Anderson Clayton e Samba, enquanto a fibra era vendida para grandes firmas de São Paulo.

Em 1950 é bastante nítida a característica de subaproveitamento agrícola que o território rural de Jaú apresentava. O aumento progressivo que ocorria nas áreas de pasta -

gens ; demonstrava a mais importante vocação do território de Jaú após a crise de sua economia cafeeira, não oferecia, pelas suas próprias características, condições de absorção de importante contingente de mão de obra.

A localização dessas novas atividades rurais, quer fossem agrícolas ou pastoris, não se deu necessariamente em áreas de antigos cafeeiros erradicados. Principalmente para o caso das áreas de pastagens e daquelas ocupadas pelo algodão, verificou-se a valorização de certos trechos até então "marginais" a uma economia de mercado. Com as áreas de solos bons para a cafeicultura praticamente ocupadas, aquelas duas atividades se desenvolveram em áreas de solos pouco valorizadas pela cafeicultura, principalmente nas partes baixas dos vales dos rios Jacaré-Pepira e Tietê, distantes do eixo ferroviário, até então mais ocupadas por uma lavoura de excedentes.

Além da incapacidade do território de Jaú de absorver suficientemente os fatores trabalho e terra liberados com a crise da economia cafeeira, o mesmo ocorreu com o fator capital nele gerado, que por natureza do próprio mecanismo da economia cafeeira não se reproduzia regionalmente.

As colocações acima feitas sugerem que a integração do território de Jaú à nova divisão nacional da produção não foi tão intensa como aquela que ocorria com as áreas "novas" em ocupação, após 1930, no oeste paulista. Algumas dessas áreas se comportavam como verdadeiras "frentes pioneiras", cujo processo de ocupação se dava bastante integrado ao mercado nacional e não tanto ao internacional, como tinha ocorrido com o território de Jaú no fim do século passado; nessas novas "frentes pioneiras", além do café, era muito importante a produção de algodão, amendoim, gado, etc., voltada ao mercado interno (França, 1960:186).

Enfim, a relativa integração do território de Jaú à economia nacional refletia em grande parte sua característica de uma zona cafeeira "velha"; seus trechos com solos melhores já estavam ocupados; o aspecto especulativo da cultura cafeeira tinha dilapidado seus recursos naturais: os trechos de onde o café tinha sido erradicado se comportavam como solos cansados; assim as porções viáveis de serem aproveitadas por novas atividades rurais vinculadas à integração do território de Jaú à economia nacional, eram aquelas que não tinham sido muito aproveitadas pela economia cafeeira; no caso correspondiam às partes de baixa altitude do município, que na realidade representavam, naquele momento, o seu potencial natural disponível. Isto é, a integração dar-se-ia principalmente através de atividades possíveis de serem produzidas nessas baixadas: o gado e o algodão.

Tratando agora da reação do componente urbano à "desagregação" da economia cafeeira no território de Jaú, ela não poderia escapar ao quadro acima caracterizado. Na parte referente a "As cidades e a vida de relações" tentamos demonstrar como as cidades reagiram ao fim da "fase cafeeira", quando analisamos as transformações que ocorreram nas funções por elas desempenhadas e na própria hierarquia urbana regional.

Usando como instrumento de análise os conceitos de "função básica" e "função não-básica" vimos então, entre outras coisas, que:

- com o fim da "fase cafeeira", e a decorrente decadência da produção cafeeira, ocorreu uma limitação nas "funções básicas" de nível regional das cidades em relação às suas áreas de influência, que provocou uma desaceleração no ritmo de crescimento urbano, ocorrendo casos em que houve diminuição da população da cidade;

- as cidades se viram incapazes de desenvolverem novas "funções básicas", independentes da economia cafeeira, que pudessem justificar um contínuo crescimento urbano; a decadência da atividade industrial representou um claro exemplo dessa afirmativa;

- as cidades ampliaram suas funções terciárias, apoiadas cada vez mais na própria população urbana; essa valorização das funções terciárias "não básicas" esteve ligada à diversificação do consumo não-produtivo, principalmente por parte da população urbana;

- definiu-se o processo de hierarquização urbana regional, com a cidade de Jaú comportando-se como um centro sub-regional.

Para um melhor entendimento das afirmativas acima feitas, encaminhamos o leitor para a leitura do referido capítulo. Pretendemos aqui estabelecer apenas algumas observações complementares.

Na parte do trabalho acima referida estabelecemos uma distinção entre as funções básicas de nível regional e de nível extra-regional que as cidades do território de Jaú desenvolveram, e vimos que as primeiras, ou seja, as de nível regional, tiveram um papel predominante no processo de urbanização, isso em comparação com as "funções básicas" extra-regionais, tais como a comercialização do café ou função ferroviária.

Consideramos agora importante estabelecer uma distinção entre: 1º) "função básica" e "função não-básica" relacionadas diretamente a cada uma das cidades, como até aqui vimos realizando e 2º) "função básica" e "função não-básica" re

lacionadas ao conjunto do território de Jaú.

Essa distinção implica, evidentemente, considerar, para o primeiro caso, a cidade como unidade de definição do "básico" e do "não-básico"; para o segundo caso torna-se necessário considerar o território de Jaú, e não a cidade, como unidade de definição.

Assim, considerando o território de Jaú como unidade de definição, as suas "funções não-básicas" se referem àquelas "funções básicas" que as cidades desenvolvem em âmbito regional, as quais, como já vimos anteriormente, foram necessárias ao funcionamento da economia cafeeira no referido nível regional; é o caso da função da cidade como centro distribuidor de produtos externos e de serviços, a função de comercialização da produção rural, a função de residência de família de fazendeiros, a função industrial, etc..

Considerando ainda o território de Jaú como unidade de definição, as suas "funções básicas" corresponderiam essencialmente àquelas "funções básicas" extra-regionais das cidades, ou seja, a cafeeicultura e sua comercialização, o financiamento e os transportes (escoamento da produção). Com essa abordagem, essas funções se apresentam como aquelas que seriam a própria razão de ser do território, que voltadas ao "exterior" traziam recursos; seriam as funções de grande amplitude de deslocamento através das quais se definem mais claramente as relações de dependência aos centros hegemônicos exteriores ao território de Jaú.

Essa abordagem, além de permitir uma melhor caracterização das noções de "função básica" regional e "função básica" extra-regional das cidades, também colabora para que o aspecto dualista "cidade-campo" seja diluído.

Através dessa abordagem, o que se define é a existência de uma unidade territorial maior que envolve tanto a população das cidades, como a população rural das zonas de influência das referidas cidades, ambas vinculadas às atividades econômicas, e também não-econômicas, integradas pelo capital cafeeiro, considerado no seu todo; ambas constituindo um mesmo conjunto de consumidores em mercadorias e serviços, ligados à economia cafeeira.

As "funções básicas" regionais das cidades perdem, assim, o seu aspecto de funções realmente básicas, pelo menos no sentido de representarem uma base econômica das cidades que pudesse não só promover seu contínuo crescimento, mas também de interferir na vida regional, ou melhor, de se transformar num centro de transformação da vida regional, desempenhando um papel realmente estruturador do território; dessa maneira essas "funções básicas" regionais das cidades passam a adquirir características de funções "banais", para o conjunto do território de Jaú, refletindo mais claramente o aspecto de cidades "criadas" pelo café, e o aspecto de dependência dessas cidades em relação à cafeicultura.

Fica assim melhor caracterizado que a reação das cidades do território de Jaú ao fim de sua "fase cafeeira" deve ser encarada em função de seu comportamento, como componente, dentro da economia cafeeira em "desagregação".

NOTAS DO CAPÍTULO III

1. Friedmann utiliza a expressão desenvolvimento no sentido de "inovação": "o desenvolvimento pode ser estudado como um - processo descontínuo e cumulativo que ocorre com uma série de inovações que se organizam em conjuntos inovativos e fi nalmente em grandes sistemas de invasões" -(1969:3).
2. Sobre esses dois aspectos ver "O Fato Urbano".
3. Sobre essas atividades ver "As Funções extra-regionais das cidades".
4. Sem fazer distinção entre a população rural urbana, o Re - censeamento Federal de 1900 dava ao município de São Car los uma população de 55.729 habitantes, contra 37.412 de Jaú.
5. Sobre esse tema ver "O Fato Urbano no Capítulo II.
6. Ver nesse sentido a análise feita sobre o uso da terra e as tabelas Nº 46, 47 e 48.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter atingido os objetivos a que nos propuzemos no início do presente trabalho. O estudo que realizamos abrangeu um espaço de tempo de aproximadamente 100 anos : da década de 1830 até a de 1930.

Tentamos mostrar ao longo desse espaço de tempo, no qual ocorreram diferentes momentos do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, e também mundial, determinados problemas relacionados com o processo evolutivo da organização do território de Jaú: como foi "criado" e como se integrou pela primeira vez ao sistema territorial nacional; quais foram as etapas de sua vida regional; para cada uma delas tentamos definir quais foram suas relações "externas" com o sistema territorial mais amplo do qual fazia parte e os fundamentos de seu comportamento regional dependente, como organizou o seu território, como se colocava o problema de sua unidade territorial, etc. Ênfase maior foi dada à sua "fase cafeeira" , principalmente pela maior significação que ~~ela~~ teve durante o espaço de tempo estudado, em relação à outras etapas que a antecederam, o que foi facilitado pela existência de fontes de pesquisa mais abundantes.

Essas tentativas de análise, feitas a partir do estudo do particular (escala sub-regional) e não do global (escala nacional), nos possibilitaram, através da pesquisa empírica realizada, chegar a certas idéias, hipóteses, conclusões, que foram sendo apresentadas ao longo do estudo que realizamos sobre os diferentes momentos da vida regional do território de Jaú; consideramos dispensável, por ser repetitivo e cansativo, aqui indicá-las novamente.

Nem sempre as constatações a que chegamos, a partir da análise concreta do território de Jaú, coincidiram com algumas emanadas, normalmente a partir de uma visão global, e que foram generalizadas para todo o conjunto nacional. Consideramos que foram essas as contribuições mais significativas

que esse trabalho pôde oferecer, mesmo não sendo esse o seu objetivo específico. Essas constatações poderão servir, pe lo menos, de motivação para eventuais reflexões ou reexame de certas colocações teóricas e proposições generalizadas pa ra o global.

Limitar-nos-emos, nessas considerações finais, a penas em sublinhar alguns aspectos relacionados com a perio- dização da vida regional do território de Jaú.

À medida que tentávamos definir e caracterizar os momentos do processo de organização do território de Jaú, fo mos constatando a existência de certas correspondências en tre elas e as grandes linhas de periodização do processo his tórico nacional; para esse último caso nos apoiamos na perio dização proposta por C. de Mello (1975). Com essa relação ficou bem ilustrada a idéia de que as fases do desenvolvi - mento econômico nacional têm sua correspondência nas fases de estruturação do território brasileiro. Constatamos um grau de relação bastante elevado entre os dois processos de perio dização, como pode ser constatado pelo resumo abaixo.

Segue-se, inicialmente, a periodização que estabe lecemos para o território de Jaú; dispensamo-nos de reapre - sentar o significado de cada uma das expressões utilizadas, já que isso foi feito nas partes devidas do presente traba - lho.

"frente de expansão"	- década de 1830 até fins década de 1860
"frente pré-pioneira"	- fins década de 1860 até 1886/7
"frente pioneira"	- 1886/7 até, aproximadamente, 1905
"fase cafeeira"	- de, aproximadamente, 1905 até 1930
fim da "fase cafeeira"	- década de 1930

A periodização proposta por C. de Mello, que já foi também caracterizada ao longo do trabalho, é a seguinte:

- "economia mercantil-escravista cafeeira nacional" - 1810 até 1870
- crise da economia mercantil escravista
- "economia exportadora capitalista cafeeira" de - 1883 até 1933
- "industrialização restringida" - de 1933 até 1955

Percebe-se a íntima correspondência que existe no tempo, entre a época em que o território de Jaú se comportou como uma "frente de expansão" e o domínio da economia mercantil-escravista cafeeira; o mesmo se constata entre o período pré-pioneiro de Jaú e a crise da referida economia mercantil escravista. Da mesma forma entre o período pioneiro e o que chamamos de "fase cafeeira", com a vigência da economia exportadora capitalista cafeeira. Por fim a desagregação da "fase cafeeira" em Jaú tem a sua correspondência com o início da industrialização restringida no Brasil.

Como consideramos impossível compreender cada etapa da vida regional do território de Jaú fora dos grandes períodos históricos da economia nacional, isso implica que a interpretação de cada uma daquelas etapas deva ser feita à luz do contexto econômico e social que fundamenta o período correspondente da economia nacional.

Contudo, a periodização da vida regional da sub-região de Jaú não pode ser encarada como simples "reflexo" dos grandes períodos da economia nacional; se assim fosse, teríamos evidentemente, de generalizar a periodização de Jaú para todas as demais porções do território nacional, o que não seria válido. Mas, independentemente das formas diferenciadas que caracterizavam diferentes porções do território brasileiro, todas elas exerciam, como exercem, um papel coerente com o momento concreto da economia nacional.

Queremos com isso dizer que as especificidades, digamos assim, "internas" do território de Jaú tiveram partici-

pação fundamental na definição das etapas de sua vida regional, o que quer dizer também no processo de nacionalização.

Assim, a periodização da evolução do comportamento regional do território de Jaú se nos configuraria como resultado da ação de inúmeras variáveis, algumas se comportando como endógenas, e outras como exógenas a ele. Mesmo sendo contrária a nossa posição teórica, vamos, provisoriamente, continuar a distinguir separadamente esses dois tipos de variáveis, simplesmente para facilitar o que pretendemos explicar.

As variáveis "externas" seriam, por exemplo, aquelas vinculadas ao contexto econômico social nacional, dominante num determinado momento histórico do país. O aspecto "externo" sugere a idéia de expansão territorial de uma economia nacional dominante, que implicaria a integração sucessiva de "novas" áreas do país, as quais passariam a desempenhar determinadas funções na referida economia; sugere também, no caso que nos interessa mais de perto, que as transformações econômicas e sociais que ocorrem no país se verificariam, de início, "externamente" ao território de Jaú.

Exemplificando, essas variáveis estariam, inicialmente, relacionadas com a expansão territorial da economia escravista cafeeira na "Região Central" do Estado de São Paulo, que ajudou a transformar o território de Jaú numa "frente de expansão" da referida economia, integrando-o assim, pela primeira vez, ao sistema territorial nacional; ter-se-ia comportado, portanto, como "frente de expansão" da economia escravista cafeeira, desenvolvendo assim funções específicas apoiadas numa economia de excedentes, como já foi visto no primeiro capítulo.

A sua fase pré-pioneira, num segundo exemplo, só poderia ser definida se a considerarmos em função das tentativas de implantação da economia escravista cafeeira no próprio

território de Jaú; esse fato demonstra que no início do desenvolvimento dessa cultura, foram sendo reproduzidas em Jaú relações de produção semelhantes àquelas então em vigor na sua retaguarda, fazendo com que a fase pré-pioneira estivesse assim apoiada, diferentemente da etapa anterior, na ampliação da força de trabalho escrava ligada à cafeicultura. O território de Jaú permaneceria como tal, ou seja, como uma "frente pré-pioneira", porém sem condições de desenvolver uma grande cultura cafeeira, durante toda a crise da economia escravista cafeeira. Vimos no capítulo I que, com o aumento da demanda externa do café (como, por exemplo, aquela ocorrida entre 1868-75), as tentativas da implantação da cafeicultura com base na força de trabalho escrava se intensificaram em Jaú, mas a economia escravista cafeeira se via incapaz de superar certos obstáculos (como mão de obra, transportes) que impediam uma grande expansão dessa cultura, freando assim o processo de acumulação do capital cafeeiro. Portanto, o fim de seu período pré-pioneiro esteve na dependência do fim da própria economia escravista cafeeira.

Um terceiro exemplo refere-se ao seu comportamento como "frente pioneira"; essa fase esteve indissociável da implantação da economia exportadora capitalista cafeeira que, removendo os obstáculos acima referidos, permitiu uma grande expansão da cafeicultura no território de Jaú, já sob o domínio de outras relações de produção.

As variáveis "internas", por sua vez, seriam aquelas referentes a um conjunto de elementos específicos ao território de Jaú, e que podiam intervir decididamente, como realmente o fizeram, sobre a ação das chamadas variáveis "externas". Seriam representadas, por exemplo, pela posição geográfica do território de Jaú não apenas em relação ao porto de exportação, mas ao Estado e a todo o Brasil, pelos atributos dos componentes de seu quadro natural, pelas suas características sociais pré-existentes, ou seja, anteriores à sua integração ^{em} por uma determinada economia nacional, etc..

O papel dessas variáveis "internas" poder-se-ia - fazer sentir de diferentes maneiras. Elas é que fariam com que os períodos do processo de organização do território de Jaú não pudessem ser pré-fixados, simplesmente em função dos grandes períodos da história econômica nacional. Seriam elas que ajudariam a esclarecer questões tais como: por que foi o território de Jaú, naquele momento, e não uma área qualquer da Amazônia, que se comportou como uma "frente de expansão" da economia cafeeira? Por que a produção cafeeira teve uma grande expansão naquele momento histórico em Jaú e só mais tarde, por exemplo, no norte do Paraná? Por que essa produção foi implantada em Jaú e não em Ribeira do Iguape?

Seriam esses componentes endógenos que nos ajudariam a explicar as razões do território de Jaú ter sido integrado pela expansão cafeeira naquele determinado momento histórico, assim como ajudariam a explicar a definição de suas próprias fases da vida regional. Ou seja, seriam elas que nos ajudariam a entender a intensa participação do território de Jaú na economia cafeeira, portanto, as suas estreitas relações com os períodos da economia nacional.

Contudo, a periodização da evolução do comportamento regional do território de Jaú, e o seu próprio processo de definição regional, não pode ter sua análise orientada na oposição, ou mesmo na mera distinção entre variáveis "endógenas" e variáveis "exógenas"; essa perspectiva nos encaminharia para proposições falsas (o fim da "fase cafeeira" em Jaú como decorrência da crise de 1930 seria uma delas), assim como nos impediria de visualizar num mesmo movimento as variáveis "internas" e as variáveis "externas".

Torna-se necessário considerar essas variáveis como componentes integradas, participando de um mesmo processo de evolução do comportamento regional do território de Jaú, onde atuavam de modo indissociável e se contendo mutuamente.

Essa perspectiva integradora pode ser encarada no nível da noção de formação territorial, no caso de Jaú, que conteria os dois grupos de componentes: os chamados "internos", - que teriam características estruturais, ou seja, aqueles componentes, quer de ordem natural ou social, que interligados estruturavam de uma certa maneira o território de Jaú, e os chamados componentes "externos", esse representados pela dinâmica do desenvolvimento capitalista brasileiro.

A análise assim encaminhada nos demonstrou, inicialmente, o território de Jaú como uma unidade territorial organizada internamente e articulada, de uma certa forma, com o sistema territorial nacional, sob o contexto de um determinado momento do desenvolvimento capitalista brasileiro, do qual evidentemente participava.

Em segundo lugar essa análise nos demonstrou que cada etapa da vida regional do território de Jaú se comportou como uma unidade contraditória que continha e articulava continuamente as variáveis "internas" e "externas", o que intervinha profundamente na própria organização interna do referido território. Com o desenvolvimento capitalista brasileiro durante o espaço de tempo estudado nesse trabalho, e conseqüentemente com as alterações que foram se verificando na estruturação do território brasileiro, cada etapa da vida regional do território de Jaú, considerada como uma unidade contraditória, foi criando as condições para sua negação e, paralelamente, as condições para o estabelecimento de uma nova fase de sua vida regional; ocorriam transformações na organização interna do território de Jaú, ao mesmo tempo que se alteravam as formas de articulação com o sistema territorial nacional.

A sucessão de etapas no processo de organização do território de Jaú, que julgamos ter distinguido ao longo do presente trabalho, se nos configurou assim, como determinada, de um lado, pelo mecanismo das variáveis "internas" de características "estruturais" (referentes às características estruturais "internas" do território, quer de ordem natural ou so-

cial), mas, por outro lado, articuladas regionalmente pelo dinamismo do desenvolvimento capitalista do Brasil que determinava, em última análise, as referidas etapas.

Assim, o processo de organização por que passou o território de Jaú, durante os quase 100 anos estudados nesse trabalho, representou um processo específico que interessou a a penas a algumas porções do Estado de São Paulo, ou seja, um processo que talvez possa ser generalizado apenas para certas porções do território paulista que teriam tido, durante as fases do desenvolvimento nacional abrangidas por esse trabalho, um comportamento regional muito semelhante ao do território de Jaú.

É nesse sentido que devem ser encaradas e compreendidas as expressões que utilizamos para definir as etapas da evolução de sua vida regional, tais como "frente de expansão", "frente pioneira", etc.. Trata-se de categorias necessárias para expressar a perspectiva integradora acima apresentada. Corresponde à categorias através das quais se definem os diferentes momentos do processo de organização do território de Jaú, ao longo do desenvolvimento do capitalista brasileiro.

A "frente de expansão" que caracterizou determinado momento da vida regional do território de Jaú não foi qualquer "frente de expansão", mas uma específica: "frente de ex-pansão" ligada à economia escravista cafeeira. Da mesma forma a fase pioneira de Jaú não pode ser considerada como qualquer "frente pioneira", mas sim uma específica: "frente pioneira" vinculada à implantação no Brasil da economia exportadora capitalista cafeeira. O mesmo poderíamos dizer para outras fases de sua vida regional.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA, FONTES CONSULTADAS E
DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA**

1. Bibliografia citada

AB'SABER, A.N.

1972 - A Região de Jaú: problemas de urbanização em manchas de solos ricos, Cadernos de Ciência da Terra, Instituto de Geografia, U.S.P. São Paulo.

ALEXANDER, L.W.

1968 - Conceito Básico-Não Básico nas Funções Econômicas Urbanas, Boletim Geográfico, nº 203, ano 27, IBGE, IBG, Rio de Janeiro.

AIMEIDA PRADO, José Murilo

1973 - Ao longo da história do Jahu, in Jornal "Comércio do Jahu", edições de 04.05, 11.05, 25.05 e 01.06., Jaú.

AIMEIDA PRADO, Sálvio Pacheco

1977 - O primeiro ciclo do café no Brasil, Obelisco, São Paulo

ANTUNES, David

1955 - A fundação da cidade de Jaú, Edição Comemorativa do Centenário de Jaú (1853-1953), Edição do Correio do Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça., São Paulo

ARAUJO FILHO, José Ribeiro

1956 - O café, riqueza paulista, B.P.G. nº 23, A.G.B., - Secção Regional de São Paulo, São Paulo

ARLANCH, Flávia

1977 - Formação do mercado interno em São Paulo - o exemplo de Jaú (1870-1914), dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da U.S.P., mimeog., São Paulo

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eurásio

1952 - Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos da Província de São Paulo (1876), Livraria Martins, 2 vol., São Paulo

CAMARGO, José Francisco de

1952 - Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, Boletim nº 153 da FFCL da U.S.P., 3 vol., São Paulo

- CANO, Wilson
1977 - Raízes da concentração industrial em São Paulo, Difel/Difusão Editorial S/A., São Paulo
- CARDOZO DE MELLO, João Manuel
1975 - O capitalismo tardio, tese de doutoramento apresentada no IFCH da Unicamp, mimeogr. Campinas
- CARRIÈRE, F. e PINCHEMEL, P.
1963 - Le fait urbain en France, A. Colin, Paris
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de
1969 - Homens livres na ordem escravocrata, - IBE-U.S.P., São Paulo
- DENIS, Pierre
s/d - O Brasil no século XX, José Bastos & Cia., Lisboa
- DIEGUES, JR., Manuel
1959 - População e propriedade da terra no Brasil, União Pan-Americana, O.E.A., Washington, D.C.
- EISENBERG, Peter
1977 - O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX, Anais do Museu Paulista, Tomo XXVIII, U.S.P., São Paulo
- FAUSTO, Boris
1975 - Expansão do café e política cafeeira, in História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, O Brasil Republicano, Primeiro volume, Difel/Difusão Editorial S/A., São Paulo
- FERNANDES, José
1955 - Vultos e fatos da história de Jaú, Edição Comemorativa do Centenário de Jaú (1853-1953), Edição do Correio do Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça, São Paulo
- FRANÇA, Ari
1960 - A marcha do café e as frentes pioneiras, Guia nº 3 do XVIII Congresso Internacional de Geografia, C. N.G., Rio de Janeiro
- FRIEDMAN, John
1966 - Regional development policy: a case study of Venezuela, M.I.T. Press
- FURTADO, Celso
1959 - Formação econômica do Brasil, Ed. Fundo de Cultura S/A., Rio de Janeiro

- FERRAZ, Maria Cecilia B.
1958 - São Carlos do Pinhal, São Paulo
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto
1978 - A geografia está em crise. Viva a geografia, B.P.G. nº 55, A.G.B., Secção Regional de São Paulo, São Paulo
- GOODMAN, David
1978 - Expansão de fronteira e colonização rural, in Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro, Ed. Campus, Rio de Janeiro
- GRAHAM, Richard
1973 - Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil - (1850-1914), Brasiliense, S.P.
- GRAZIANO, DA SILVA, José F. (coordenador)
1978 - Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira, Hucitec, São Paulo
- HALL, Michael M.
1969 - The origins of mass immigration in Brazil, 1971-1914, Columbia University, Ph.D., 1969
1971 - The italians in São Paulo, 1880-1920, mimeogr.
- HOLLOWAY, Thomas
1972 - Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações da economia cafeeira de São Paulo; 1885-1915: uma análise preliminar, Estudos Econômicos, IPE-U.S.P., vol. 2, nº 6, São Paulo.
- IANNI, Octávio
1976 - A classe operária vai ao campo, Caderno Cebrap nº 24, Brasiliense, São Paulo
- LIMA, João Heraldo
1977 - Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920), dissertação de mestrado, Unicamp, mimeogr. Campinas
- LIMA, Ruy Cirne
1954 - Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas, 2a. edição, Livraria Sulina, - Porto Alegre
- LOPES, Eliano Sérgio A.
1979 - Frente de expansão e conflitos sociais na Amazônia, mimeogr., Porto Velho
- MARIN, Rosa
s/d. - Colonização e fronteira: articulação no nível econômico e no nível ideológico, N.A.E.A.

MARTINS, José de Souza

- 1973 - A imigração e a crise no Brasil agrário, Pioneira, São Paulo
- 1978 - As relações de classe e a produção ideológica da noção de trabalho, Contexto nº 5, Hucitec, São Paulo
- 1979 - O cativo da terra, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo

MATTOS, Odilon Nogueira de

- 1944 - A evolução ferroviária de São Paulo, Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. IV, pg. 156-68, C.N.G., Rio de Janeiro
- 1974 - Café e ferrovias, Ed. Alfa-Omega, 2a. edição São Paulo

MILLET, Sérgio

- 1946 - Roteiro do Café e outros ensaios, Bipa, São Paulo

MOMBEIG, Pierre

- 1952 - Pionniers et planteurs de São Paulo, A. Colin, Paris
- 1957 - Novos estudos de geografia humana brasileira, Difusão Européia do Livro, São Paulo

MOREIRA, Ruy

- s/d. - A geografia serve para desvendar máscaras sociais, Território Livre nº 1, UPEGE, São Paulo

NEIVA, Arthur

- 1949 - A imigração na política brasileira de povoamento, Rev. Bras. de Munic., ano II, nº 6, abril-junho, Rio de Janeiro

NOVAES, Fernando A.

- 1974 - Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial, Caderno Cebrap nº 24, Brasiliense, São Paulo

OSÓRIO, C.

- 1978 - Migrações recentes e desigualdades, PIMES/UFPe.

PAIHEIRA, Inocêncio Gomes

- 1972 - Contribuição ao estudo do sítio urbano de Jaú, Caderno de Geomorfologia, nº 26, Instituto de Geografia, U.S.P., São Paulo

PERIDES, Paulo P.

- 1971 - Dois Córregos, um exemplo de centro local, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da U.S.P., São Paulo

- PETRONE, Maria Tereza S.
1968 - A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851), D.E.L., São Paulo
- PETRONE, Pasquale
1973 - Perspectivas da colonização no Brasil, Anais da A.G.B., vol. XVIII
- PINTO, Adolfo
1903 - História da viação pública em São Paulo, São Paulo
- PRADO JR., Caio
1953 - Formação do Brasil Contemporâneo, 4a. edição, Brasiliense, São Paulo
- QUEIROS TELLES, Antônio
1927 - Sistemas adaptados pelos fazendeiros de São Paulo na venda do café, in, "O Jornal" edição comemorativa do bi-centenário do cafeeiro no Brasil, Rio de Janeiro
- SAWAYER, Donald R.
s/d. - Colonização na Amazônia: migração nordestina para uma frente agrícola no Pará, mimeogr., CEDEPLAR/UFMG
- SILVA, Darcy
1973 - Colonização e Zonas Pioneiras, Anais da A.G.B., - vol. XVIII, São Paulo
- SILVA, Sérgio
1976 - Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil, Ed. Alfa-Omega, São Paulo
- SIMONSEN, Roberto C.
1939 - Evolução Industrial no Brasil e outros estudos, - São Paulo
- SINGER, Paul
1974 - Desenvolvimento econômico e evolução urbana, Cia. Editora Nacional, Ed. USP., São Paulo
1976 - Dinâmica populacional e desenvolvimento, Hucitec, São Paulo
- STEIN, Stanley
1961 - Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, Ed. Brasiliense, São Paulo
- TAUNAY, Affonso de E.
1939 - História do café no Brasil, Depto. Nacional do Ca

fé, Rio de Janeiro

TEIXEIRA, Sebastião

1900 - Jahu em 1900, Edição Correio de Jahu, Jauí São Paulo

VELHO, Otávio G.

1972 - Frentes de expansão e estrutura agrária, Zahar, Rio de Janeiro

VIOTTI DA COSTA, Emília

1966 - Da senzala à colônia, D.E.L., São Paulo

WAIBEL, Léo

1958 - Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, IBGE -VNG., Rio de Janeiro

2. Fontes Manuscritas

Cadernetas de trabalhadores rurais das fazendas São José e Santa Cruz, Jauí

Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo

ordem nº 1010 lata nº 215, Ofícios Diversos - Dois -
Córregos, 1870-18991

ordem nº 1083 lata nº 288, Ofícios Diversos - Jauí, -
1857-89

ordem nº 4787 lata nº 42, Juiz de Direito - Jauí, 1887
-1891

ordem nº 5047 lata nº 26, Instrução Pública - D.C. ,
1869-96

ordem nº 5067 lata nº 46, Instrução Pública - Jauí -
1866-96

ordem nº 5090 lata nº 69, Instrução Pública - Sapé,
1883

ordem nº 5776 lata nº 88, Negócios Eleitorais - D.C.
1868-91

ordem nº 5777 lata nº 89, Negócios Eleitorais - D.C.
1892-1918

ordem nº 5830 lata nº 142, Negócios Eleitorais - Jauí,
1860-19

ordem nº 5831 lata nº 143, Negócios Eleitorais - Jauí,
1909, 19

Livro para qualificar os cidadãos votantes na Paróquia de Dous Córregos, (1868-1880)

Livro de Lançamento de Impostos sobre o café para os anos - de 1906 até 1935 (Dois Córregos)

3. Fontes impressas e oficiais

3.1. Obras Gerais

CAPRI, Roberto

1922 - Os municípios do Estado de São Paulo de 1913 a 1922, São Paulo

EGAS, Eugênio

1925 - Os municípios paulistas, 2 vol., Secção de Obras do Estado de São Paulo, São Paulo

FREITAS, Afonso A. de

1906 - Geografia do Estado de São Paulo

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

1957 - Enciclopédia dos municípios brasileiros, volumes XXVIII, XXIX e XXX, Rio de Janeiro

1970 - Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas, Fundação IBGE, Rio de Janeiro

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo

1953 - Apontamentos histórico, geográfico, biográfico, estatístico e noticioso da província de São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo - (1870), tomo I, São Paulo

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1960 - Levantamento de reconhecimentos dos solos do Estado de São Paulo, boletim nº 12 do Serv. Nac. de de Pesquisa Agronômica, Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, Rio de Janeiro

MULLER, D.P.

1923 - Ensaio dum quadro estatístico da província de São Paulo, "O Estado de São Paulo", São Paulo

MARCONDES DE SOUZA, T.O.

1915 - O Estado de São Paulo, physico, político, econômico e administrativo, São Paulo

PINTO, Alfredo Madeira

1884 - A Província de São Paulo, São Paulo

PISANI, Salvatore

1937 - Lo Stato di San Paulo, nel Cinquenterário dell'Imigrazione, São Paulo

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1973 - Diagnóstico, 7a. Região Administrativa, São Paulo

VASCONCELOS, Barão e SMITH, Barão
1918 - Archivo Nobiliarquico brasileiro, Impremerie La Con-
corde, Lausane

PIZA, Marcelino
1933 - Os municípios paulistas, Secretaria da Agricultura,
São Paulo

COSTABILE, Pe. Francisco Xavier
1911 - Patrimônio de Dois Córregos, Typografia Siqueira, São
Paulo

3.2. Periódicos

"O Correio do Jahu"

"O Commércio do Jahu"

"O Democrático"

"A Semana"

"O Jornal", Edição comemorativa do Bicentenário do cafeeiro no
Brasil, Rio de Janeiro, 1927, Doze Secções, 184 pá-
ginas

Almanack do Jau, editado pelo "Correio do Jau", Jau, 1902

Almanack de São Carlos, para 1915, org. por Sebastião Camargo,
São Carlos, 1915

Edição commemorativa de centenário de Jau (1853-1953), Edição
do Correio do Noroeste, Correio da Capital e Correio
de Garça, São Paulo, 1953.

3.3. Fontes Estatísticas

Recenseamento da População do Império do Brazil, 1872, Rio de
Janeiro, 1873-6

Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Censo de 1890,
Oficina da Estatística, Rio de Janeiro, 1898

Recenseamento do Brasil, 1900

Comissão Central de Estatística, Relatório apresentado ao Exmo.
Sr. Presidente da Província de São Paulo, Typogra-
fia King, S.P., 1888.

Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, 1920,
Rio de Janeiro

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Recenseamento
Geral do Brasil, 1950, Rio de Janeiro

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Recenseamento
Geral do Brasil, 1960, Rio de Janeiro

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Recenseamento
Geral do Brasil, 1970, Rio de Janeiro

Censo Provincial de 1886, Relatório apresentado ao Exmo. Sr.
Presidente da Província de São Paulo pela Comissão

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Recenseamento
Geral do Brasil, 1940, Rio de Janeiro

Central de Estatística, 1888, São Paulo

Censo Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico do Estado de São Paulo, realizado em 20.12.1934.

Repartição de Estatística e do Arquivo de São Paulo, Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, Typografia do Diário Oficial, vários anos (1893 a 1930)

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Estatística Agrícola e Zootechnica de 1904-5, Typografia Brazil, São Paulo, 1909

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Estatística Agrícola e Zootechnica do Estado de São Paulo de 1930-1, São Paulo, 1932

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Estatística Agrícola e Zootechnica de 1931-2, São Paulo, 1933

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Estatística Agrícola e Zootechnica de 1932-3, São Paulo, 1934

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Estatística Agrícola e Zootechnica de 1934-5, São Paulo, 1936

Departamento Nacional do Café, Secção de Estatística, Anuário Estatístico do Café, Rio de Janeiro, vários anos.

Associação Comercial de Santos, Estatística do Café, Transporte nas Estradas de ferro do Estado de São Paulo, 1889-1904, Ed. Revista Agrícola, 1905

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, O Café, estatística de produção e exportação, São Paulo, 1914

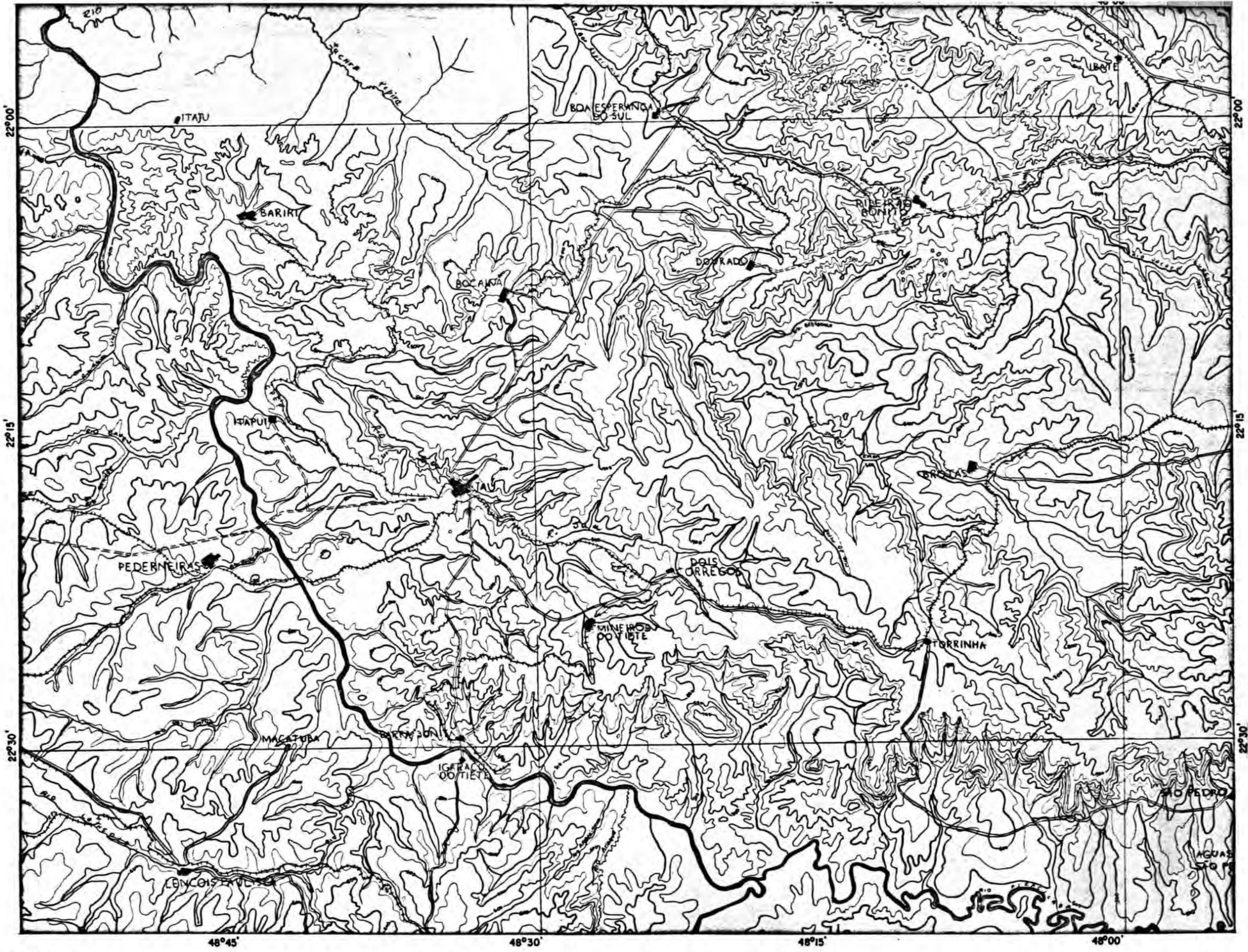
Diretoria Geral de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, vários anos.

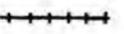
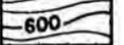
4. Documentação Cartográfica

Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, folha topográfica de Bauru, escala 1:250.000, São Paulo, 1954

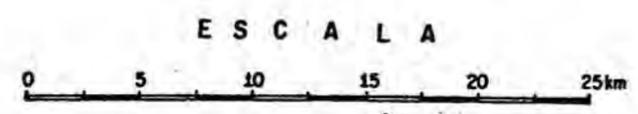
Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, folha topográfica de Jaú, escala 1:100.000, São Paulo, 1950

- Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, carta hipsométrica do Estado de São Paulo, escala 1:1.000.000, São Paulo, 1943
- Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, carta geológica do Estado de São Paulo, escala 1:1.000.000, São Paulo, 1963
- Comissão de Solos do Ministério da Agricultura, Mapa dos Solos do Estado de São Paulo, escala 1:500.000, 1960
- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, IBGE-Superintendência de Cartografia, Carta do Brasil, escala 1:50.000 folha de Ribeirão Bonito, 1971
- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, IBGE-Superintendência de Cartografia, Carta do Brasil, escala 1:50.000, folha de Bariri, 1972
- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, IBGE-Superintendência de Cartografia, Carta do Brasil, escala 1:50.000, folha de Dourados, 1972
- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, IBGE-Superintendência de Cartografia, Carta do Brasil, escala 1:50.000, folha de Jau, 1973
- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, IBGE-Superintendência de Cartografia, Carta do Brasil, escala 1:50.000, folha de Barra Bonita, 1974
- Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, IBGE-Superintendência de Cartografia, Carta do Brasil, escala 1:50.000, folha de Brotas, 1974



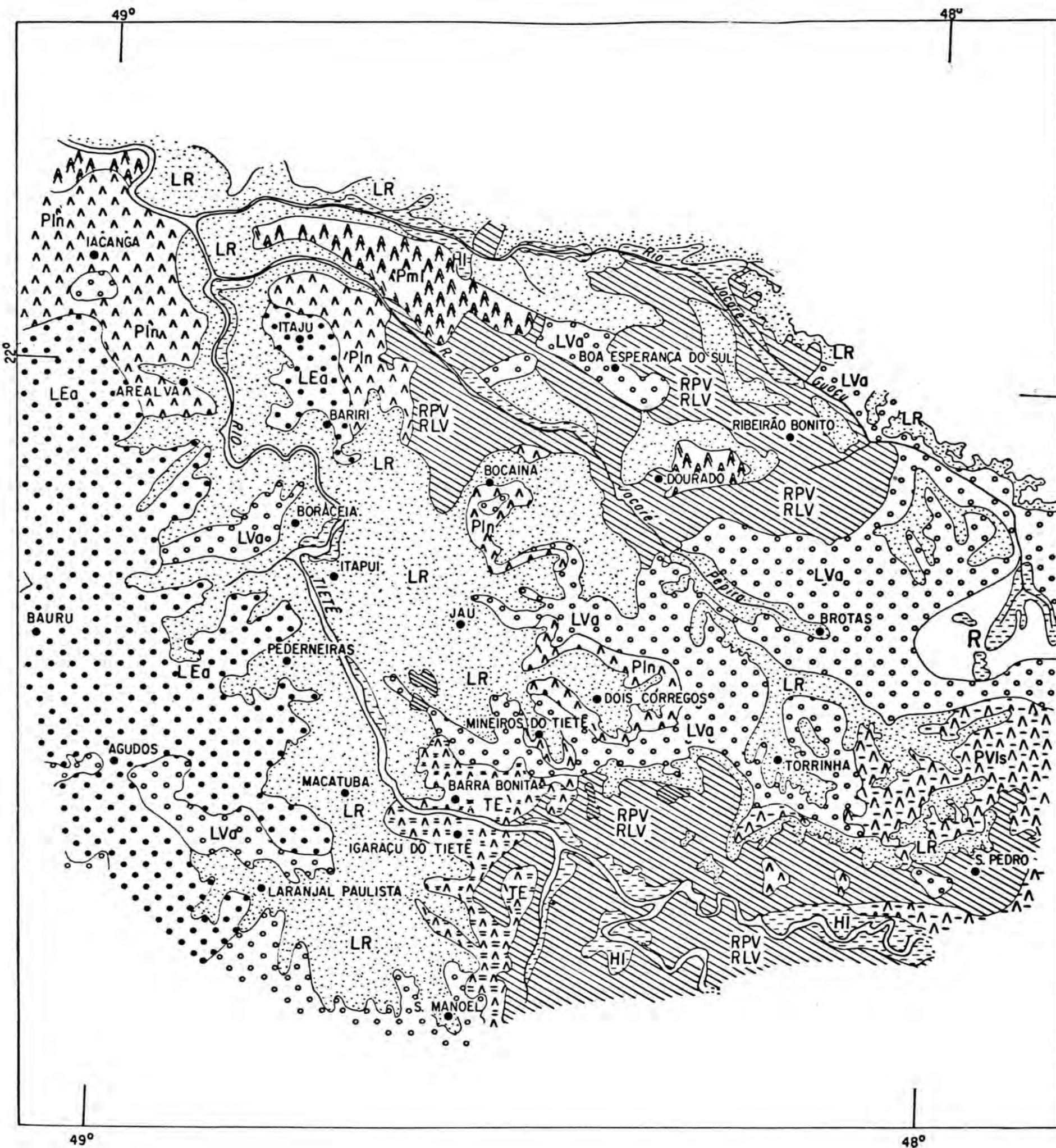
- LEGENDA**
-  CIDADE
 -  ESTRADA DE FERRO
 -  ESTRADA DE RODAGEM
 -  ESTRADA DE RODAGEM (EM CONSTRUÇÃO)
 -  RIO, CÓRREGO E RIBEIRÃO
 -  EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS DE NÍVEL - 50m

CARTA TOPOGRÁFICA DA SUB-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE JAU



FONTE: - FOLHA TOPOGRÁFICA DE BAURU - ESCALA 1: 250 000 - I. G. G. - 1954

FIG. 2



SOLOS DA SUB-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE JAU

ESCALA



FONTE:-- CARTA DE SOLOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMISSÃO DE SOLOS - C.N.E.P.A. - S.N.R.A. - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - 1960

LEGENDA

SOLOS COM B TEXTURAL

- PVIs Podzico Vermelho Amarelo - Var Lins
- PIn Solos Podzolizados de Lins e Marilia - Var Lins
- Pmi Solo Podzolizados de Lins e Marilia - Var Marilia
- TE Terra Roxa Estruturada

SOLOS COM B LATOSSOLICO

- LR Terra Roxa Legitima (Latosol Roxo)
- LLe Latosol Vermelho Escuro - fase arenosa
- LVo Latosol Vermelho Amarelo - fase arenosa

SOLOS HIDROMÓFICOS

- HI Solos Hidromóficos

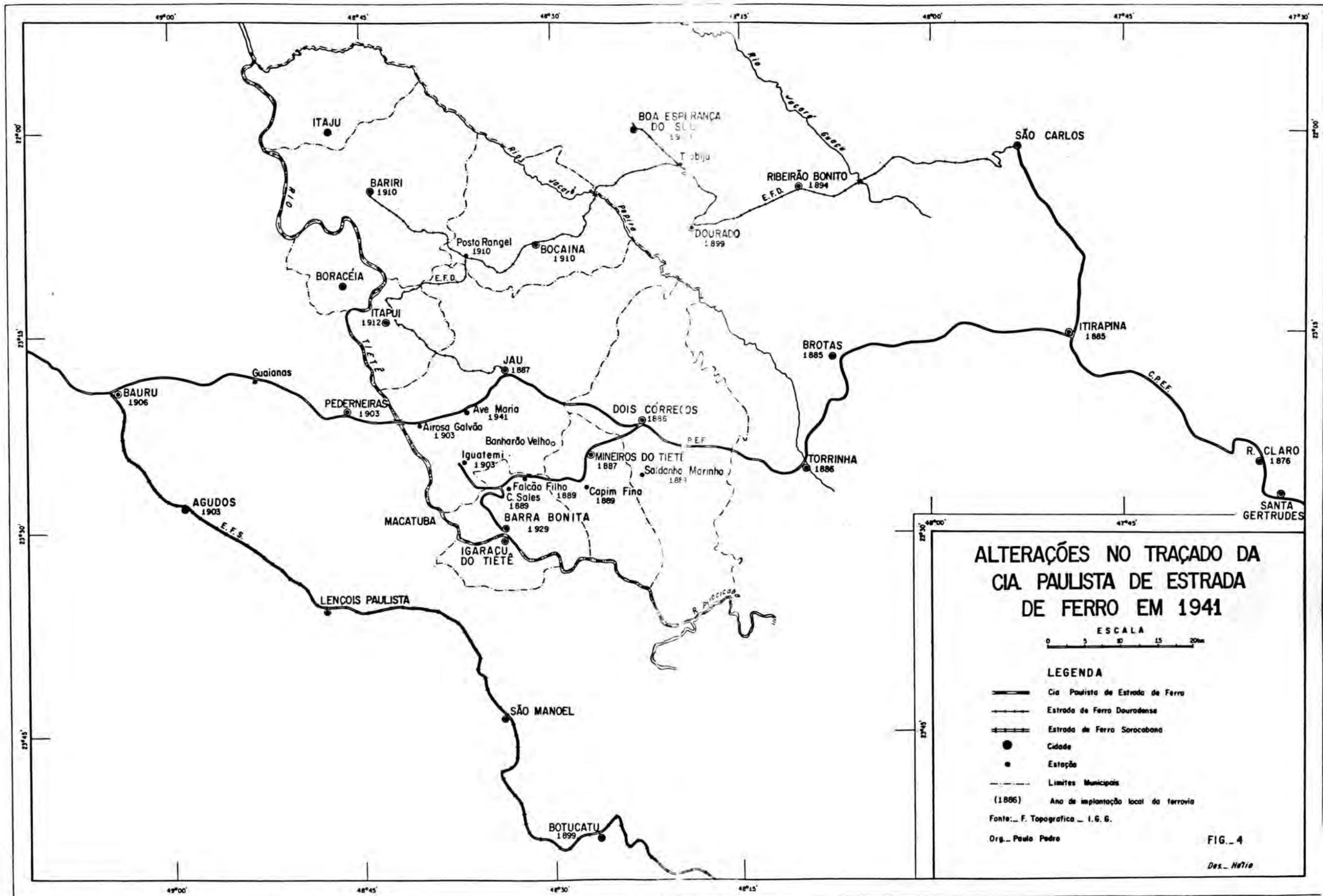
SOLOS POUCO DESENVOLVIDOS

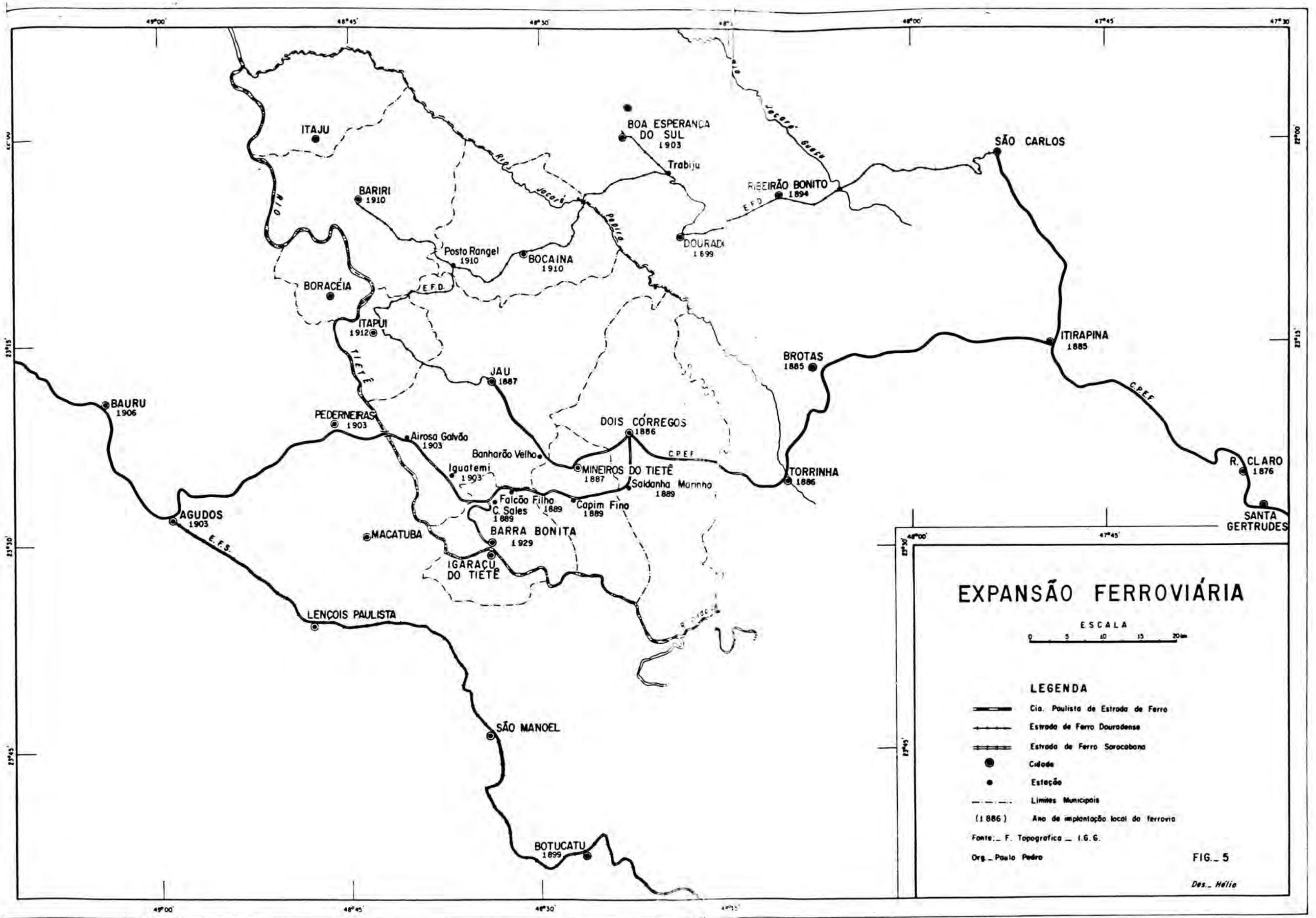
- Li-ag Litosol fase substrato folhelho-argilito
- RPV Regosol "intergrade" para Podzico Vermelho Amarelo
- RLV Regosol "intergrade" para Latosol Vermelho Amarelo (agrupamento indiscriminado)
- R Regosol

Org. - Paulo Pedro

FIG. - 3

Des. - Hélio





EXPANSÃO FERROVIÁRIA

ESCALA
 0 5 10 15 20 km

LEGENDA

- Cia. Paulista de Estrada de Ferro
- Estrada de Ferro Douradense
- Estrada de Ferro Sorocabana
- Cidade
- Estação
- - - Limites Municipais
- (1886) Ano de implantação local da ferrovia

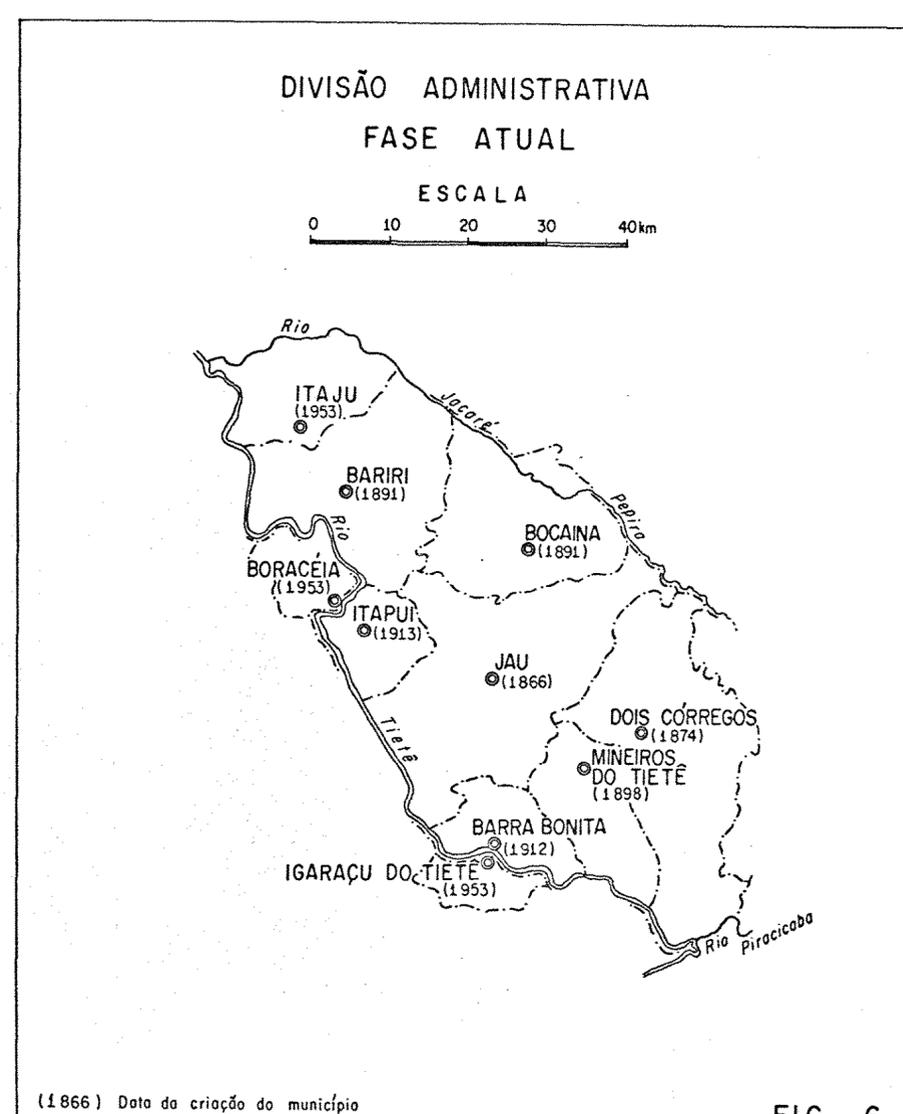
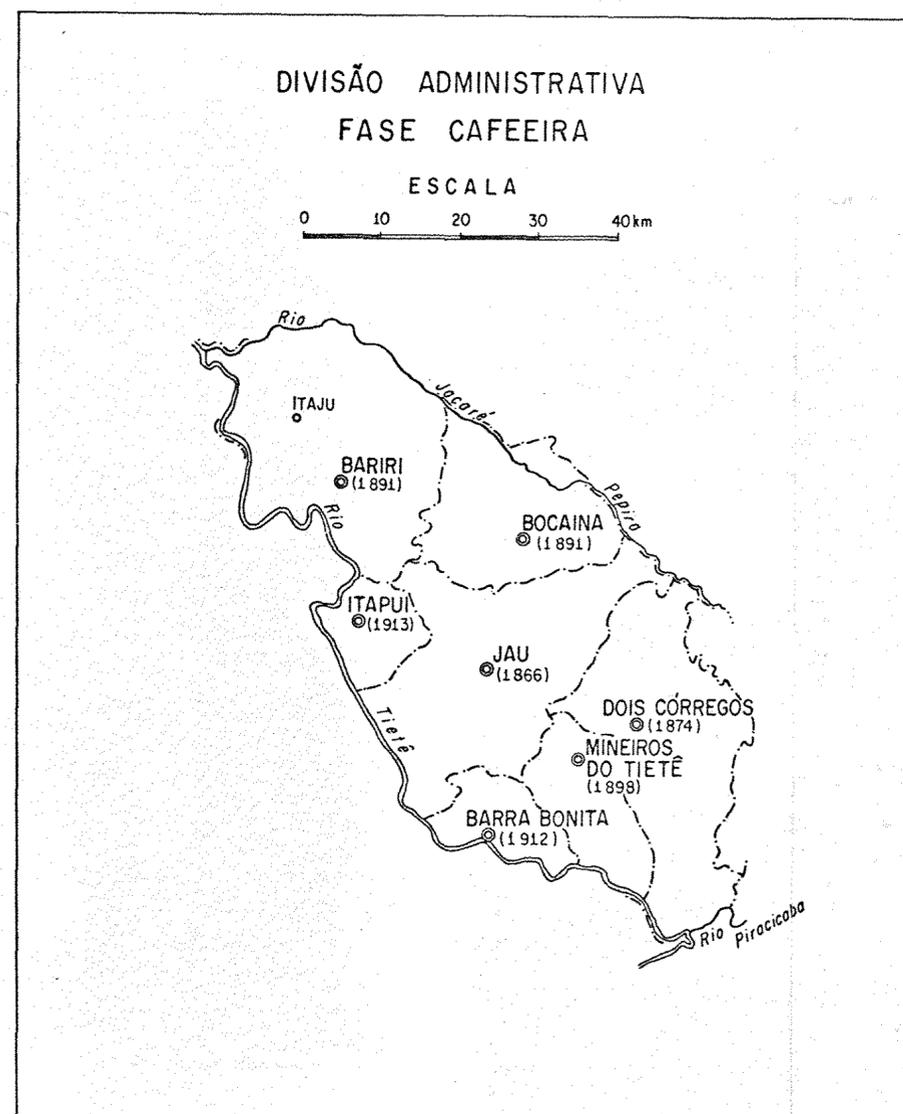
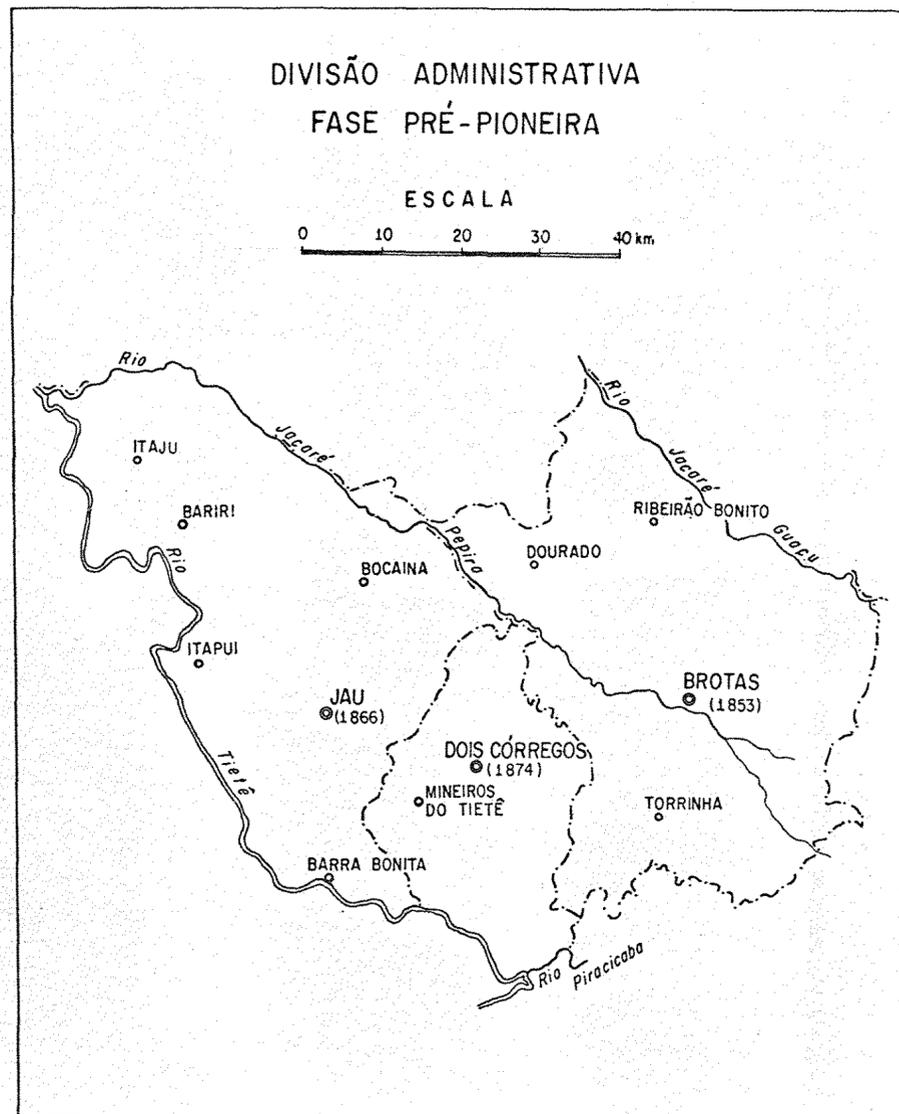
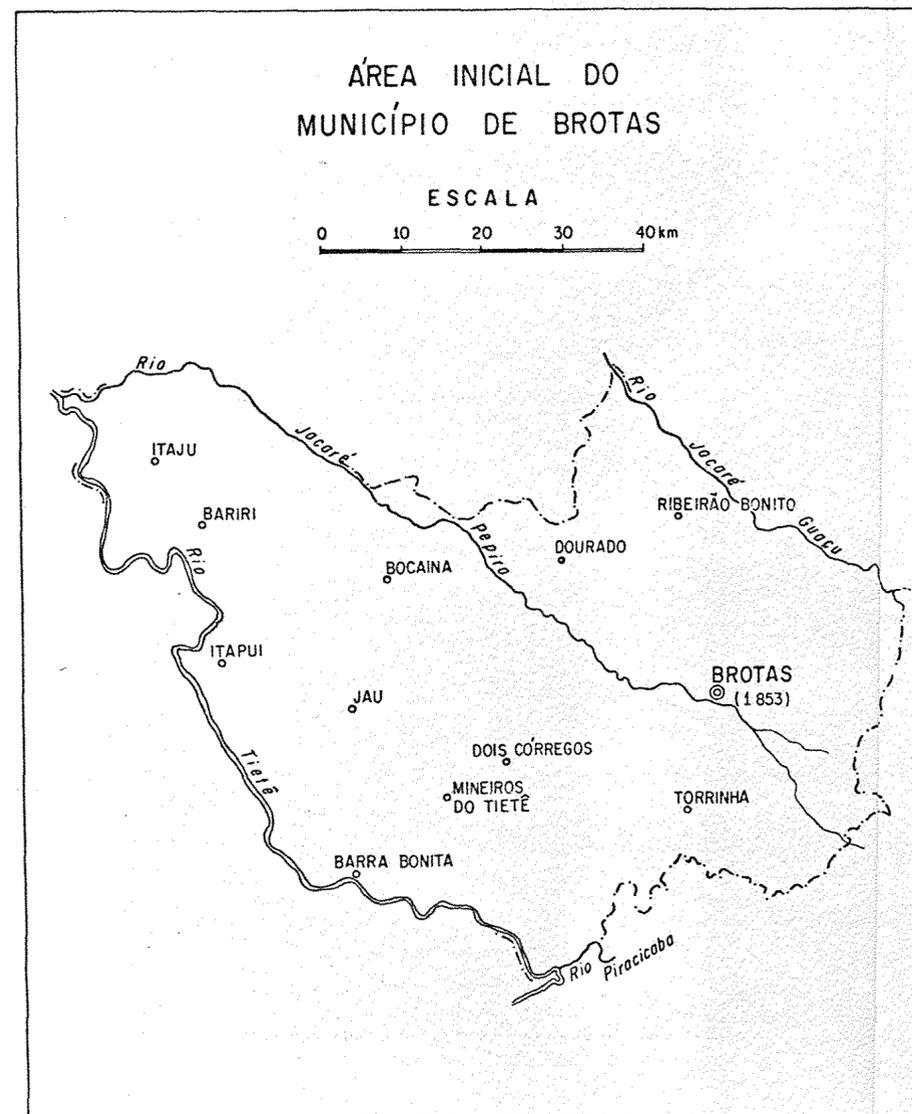
Fonte: F. Topográfica - I.G.G.

Org. Paulo Pedro

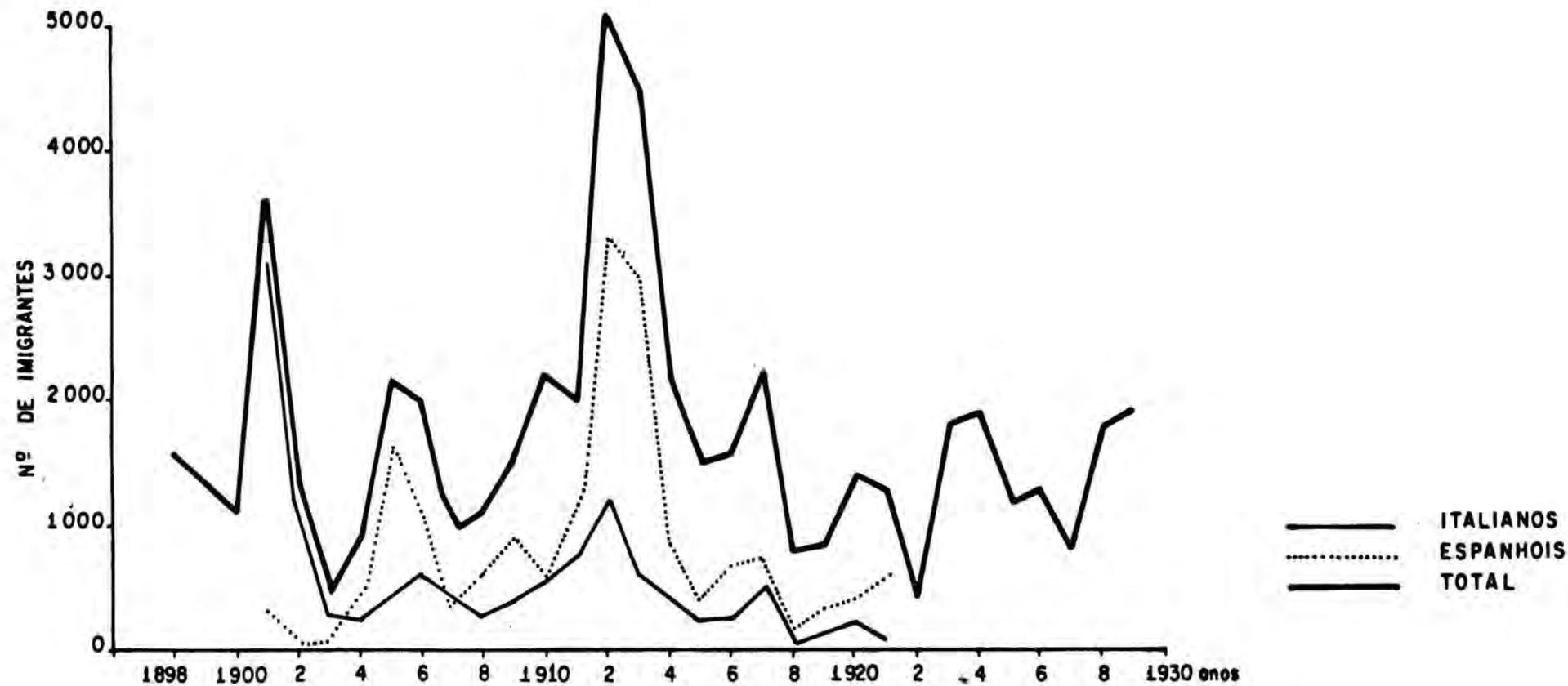
FIG. 5

Des. Hélio

EVOLUÇÃO POLITICO - ADMINISTRATIVO DA SUB-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE JAU



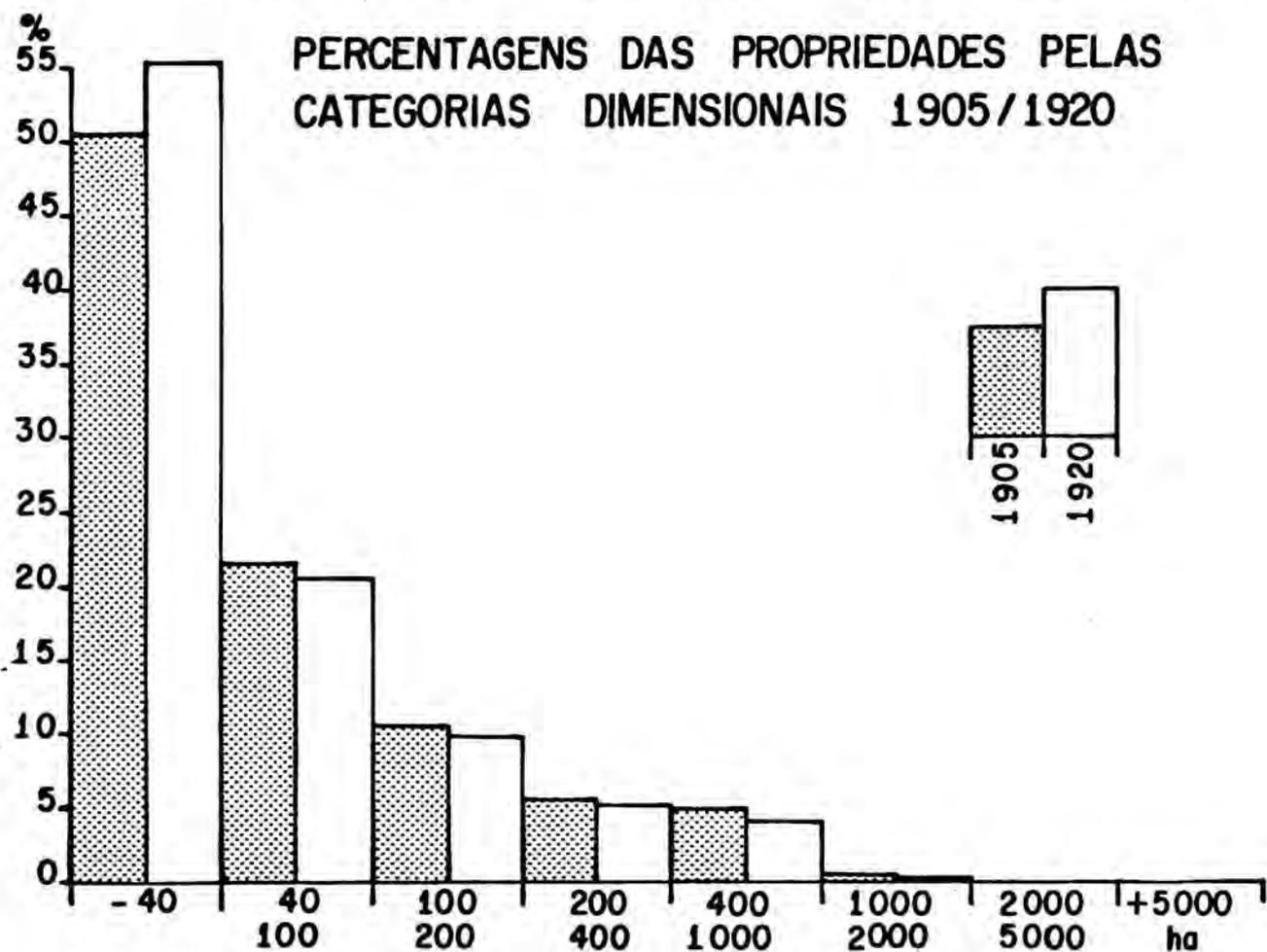
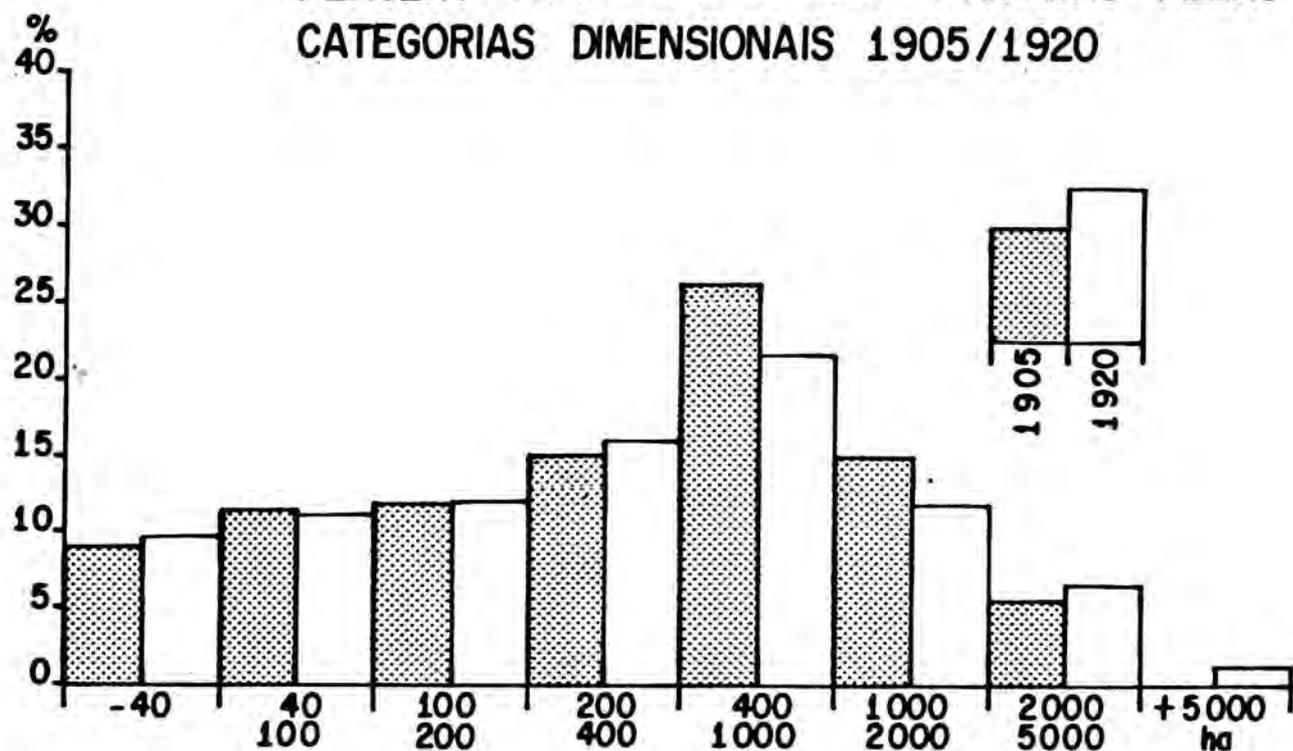
ENTRADA DE IMIGRANTES NA SUB-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE JAU



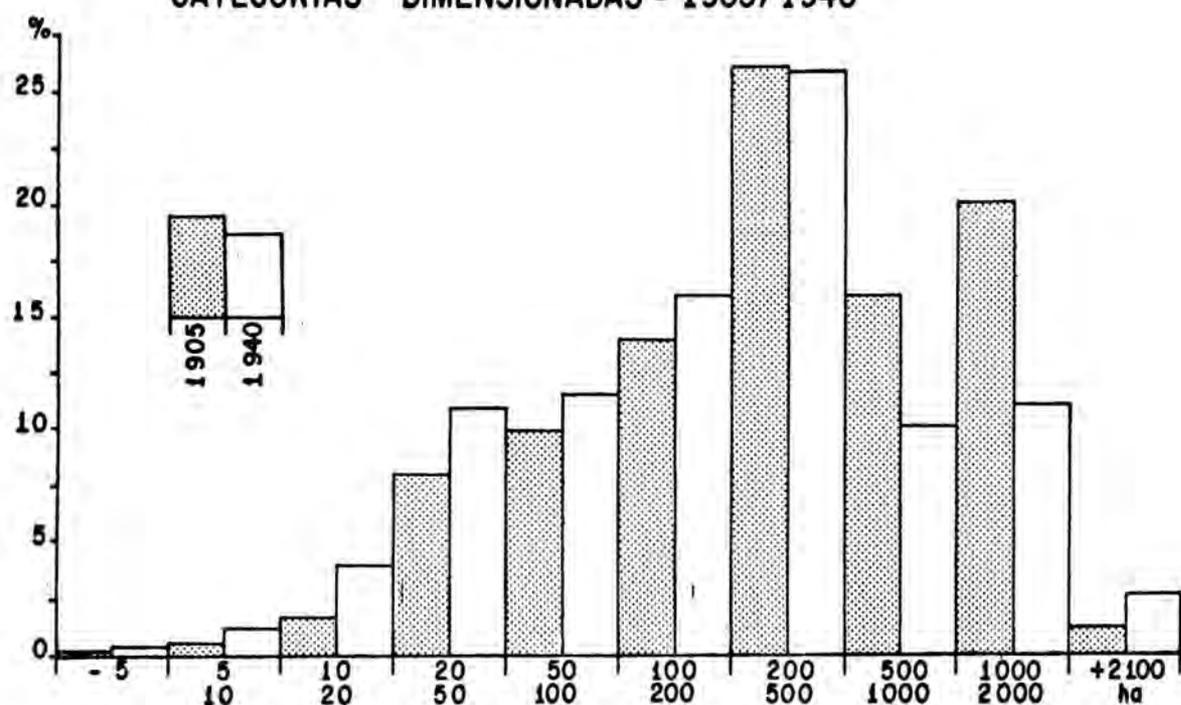
Org. - PAULO PEDRO
Des. - Hélio

FIG. 7

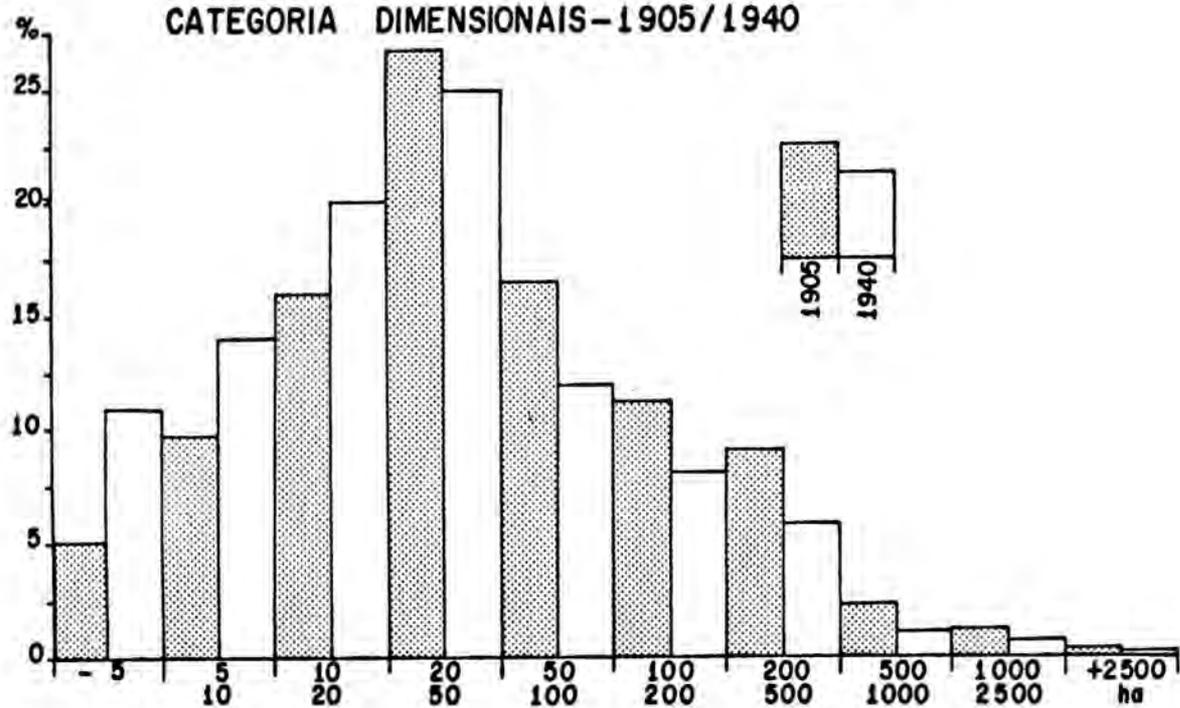
PERCENTAGENS DAS ÁREAS OCUPADAS PELAS
CATEGORIAS DIMENSIONAIS 1905/1920



PERCENTAGENS DAS ÁREAS OCUPADAS PELAS
CATEGORIAS DIMENSIONADAS - 1905/1940



PERCENTAGENS DAS PROPRIEDADES PELAS
CATEGORIA DIMENSIONAIS - 1905/1940

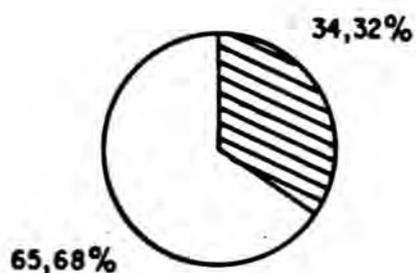


Org.- PAULO PEDRO
Des.- Hélio

FIG. - 9

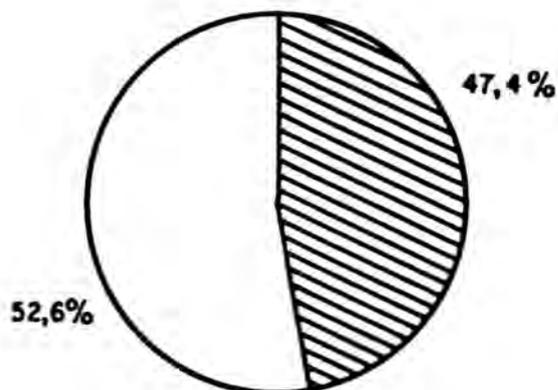
PROPRIEDADES RURAIS PERTENCENTES A NACIONAIS E ESTRANGEIROS

1905



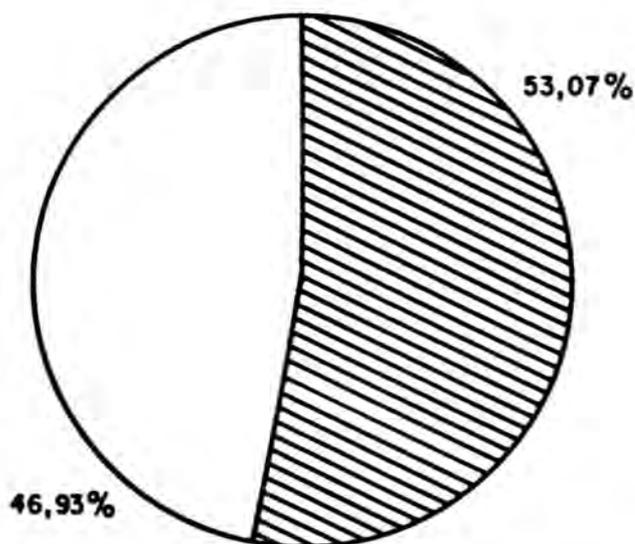
Nº TOTAL DE PROPRIEDADES 1 753

1920



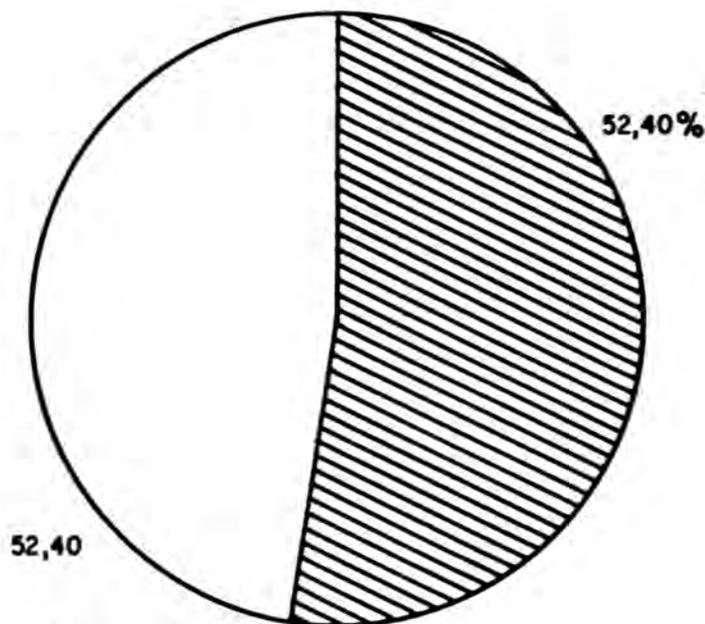
Nº TOTAL DE PROPRIEDADES 2 290

1931/2

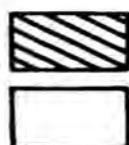


Nº TOTAL DE PROPRIEDADES 2 617

1934/5



Nº TOTAL DE PROPRIEDADES 3 029



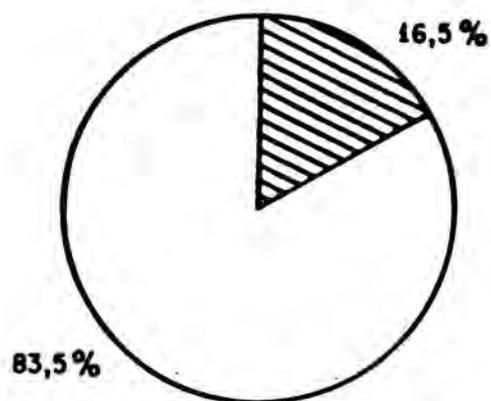
Estrangeiros

Nacionais

FIG. 10

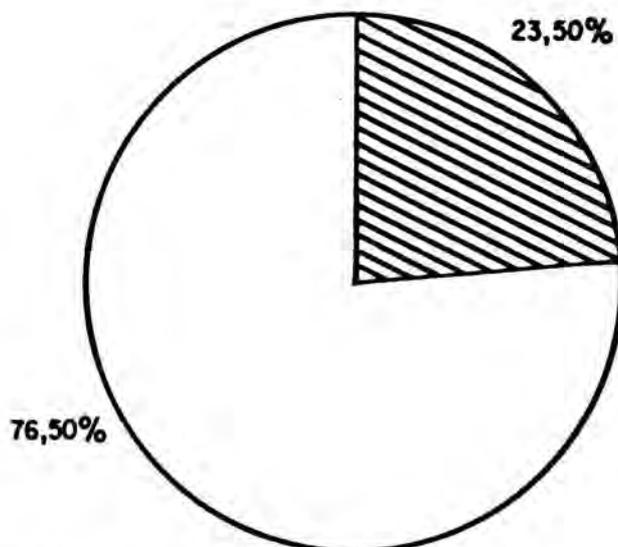
ÁREAS DAS PROPRIEDADES RURAIS PERTENCENTES A NACIONAIS E ESTRANGEIROS

1905



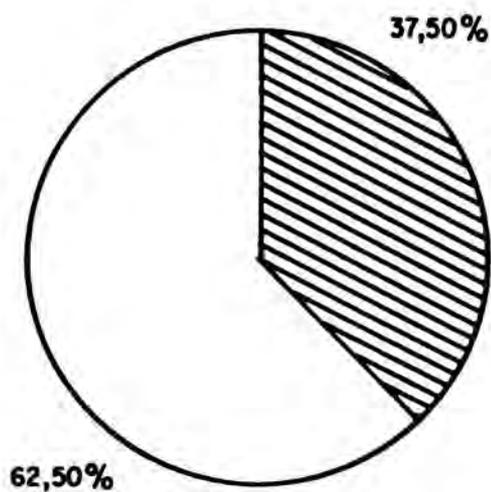
ÁREA TOTAL 204 821 ha

1920



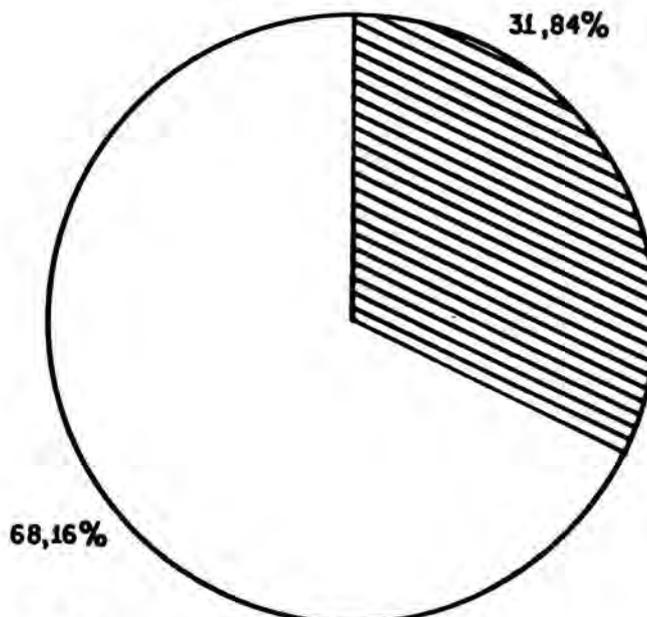
ÁREA TOTAL 240 620 ha

1931/2

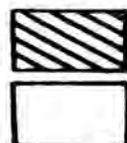


ÁREA TOTAL 234 524 ha

1934/5



ÁREA TOTAL 271 606 ha

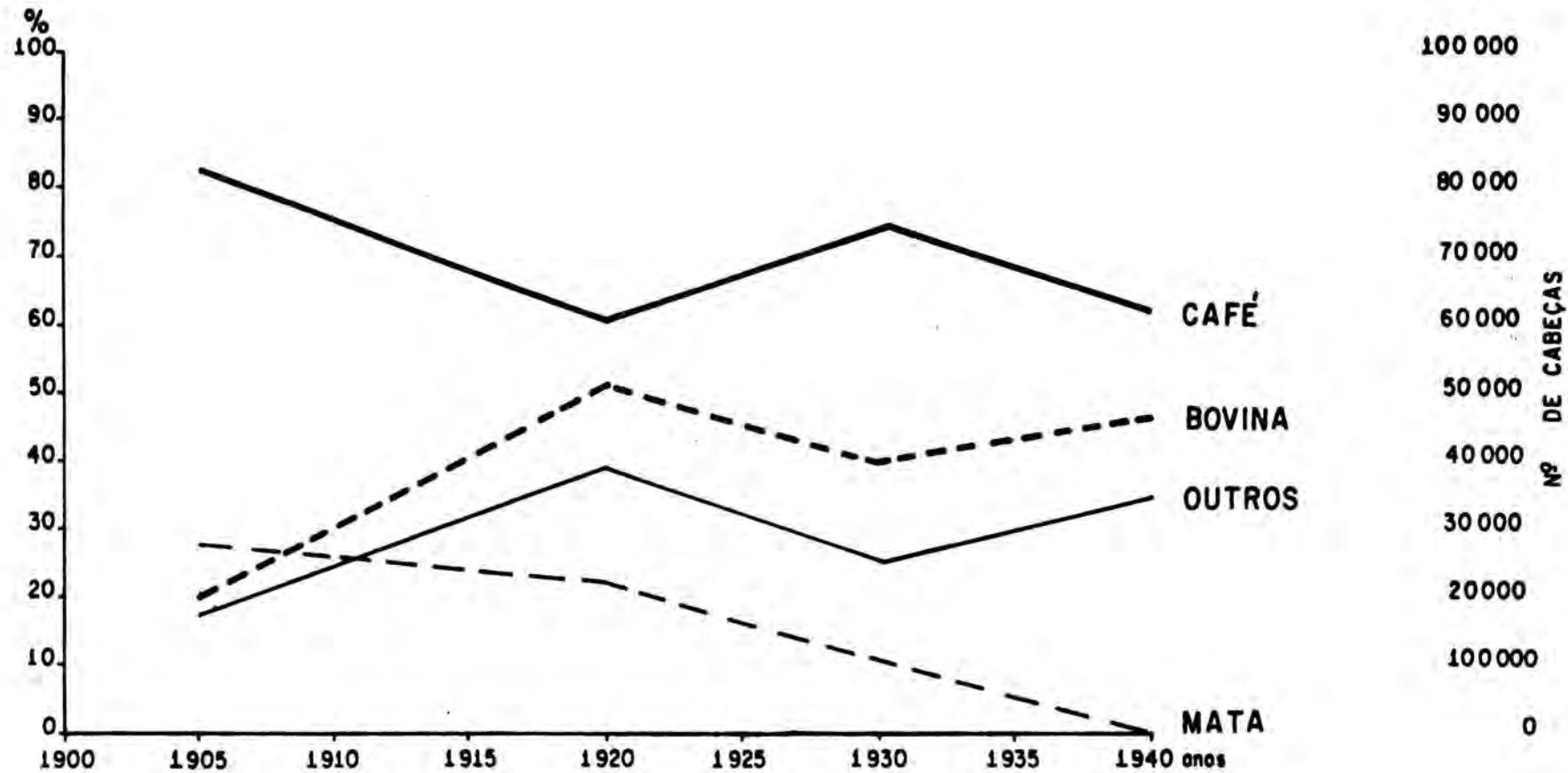


Estrangeiros

Nacionais

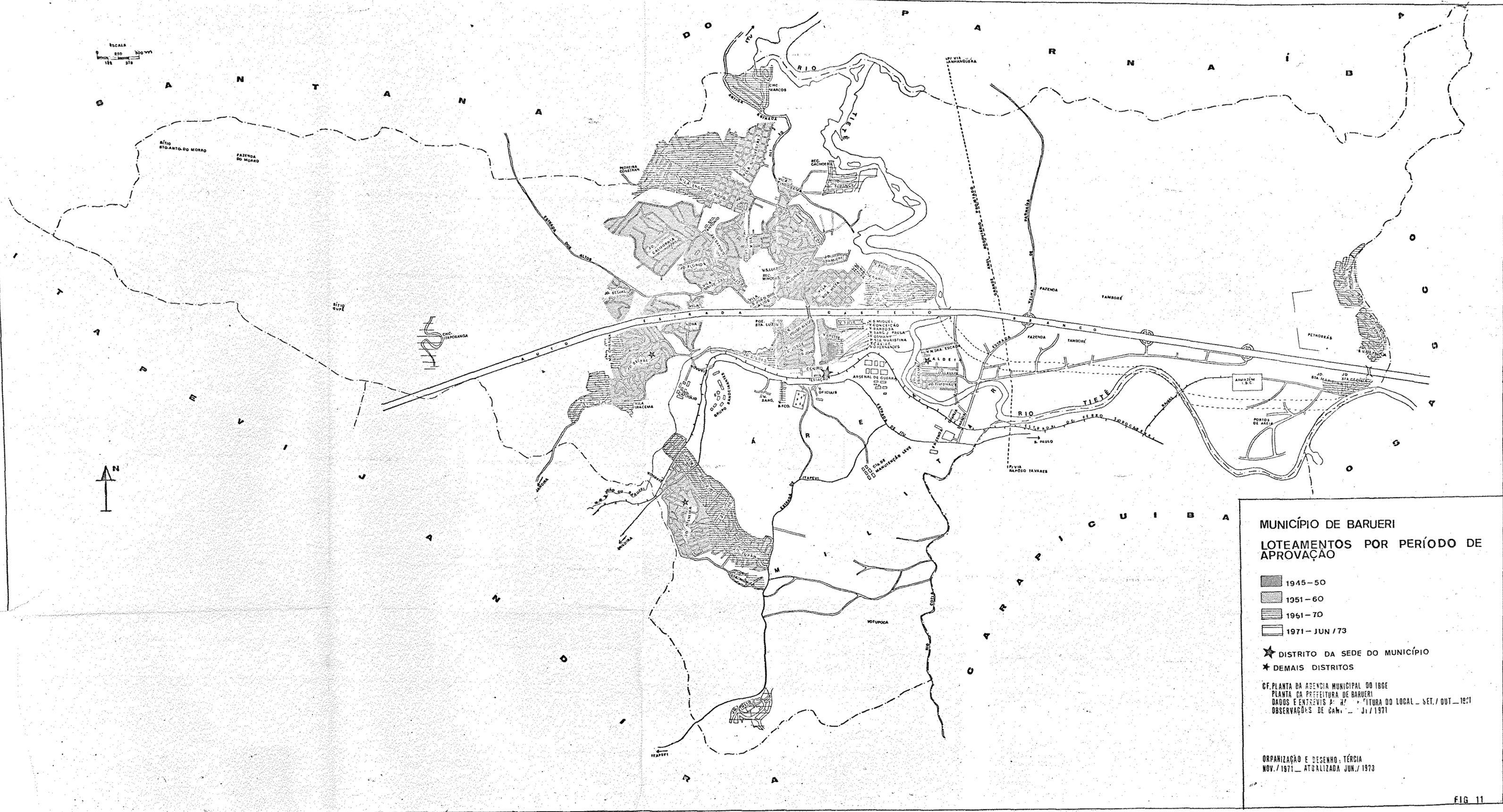
FIG. 11

FORMAS DE UTILIZAÇÃO DA TERRA



Org.- PAULO PEDRO
Des.- Hélio

FIG. 12



ESCALA
0 250 500 750
1:1 1:2 1:3



MUNICÍPIO DE BARUERI
LOTEAMENTOS POR PERÍODO DE APROVAÇÃO

- 1945-50
- 1951-60
- 1961-70
- 1971 - JUN / 73

- DISTRITO DA SEDE DO MUNICÍPIO
- DEMAIS DISTRITOS

CF. PLANTA DA AGENCIA MUNICIPAL DO IBGE
PLANTA DA PREFEITURA DE BARUERI
DADOS E ENTREVISTAS A: J. TITURA DO LOCAL - SET. / OUT - 1971
OBSERVAÇÕES DE CAM.: J. / 1971

ORGANIZAÇÃO E DESENHO: TERCIA
NOV. / 1971 - ATUALIZADA JUN. / 1973

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffe.ch.usp.br/>.

